



RELATÓRIO DE GESTÃO



2018

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ÍNDICE

I.	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
II.	ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	13
1.	ESTRUTURA POLÍTICA	14
1.1	ÓRGÃO EXECUTIVO.....	14
1.2	ÓRGÃO DELIBERATIVO.....	17
2.	ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS	18
3.	RECURSOS HUMANOS	21
3.1	NOTA INTRODUTÓRIA	21
3.2	ATIVIDADES MAIS RELEVANTES	23
3.2.1	EMPREGO	23
3.2.2	SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA	40
3.2.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
3.2.4	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	48
III.	REPORTING FINANCEIRO	52
1.	REQUISITOS LEGAIS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	53
1.1	NOTA PRÉVIA.....	53
1.2	ENDIVIDAMENTO LEGAL.....	53
1.3	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	55
1.4	PAGAMENTOS EM ATRASO.....	56
1.5	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	57
2.	ASPETOS PATRIMONIAIS	59
2.1	NOTA DE INTRODUÇÃO	59
2.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA	59
2.2.1	RESULTADOS OPERACIONAIS: PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	59
2.2.2	RESULTADOS FINANCEIROS: PROV. E CUSTOS FINANCEIROS	66
2.2.3	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS: PROVEITOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS.....	67
2.2.4	RESULTADOS LÍQUIDOS.....	70
2.3	SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	71

2.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS	71
2.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS	76
2.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS	87
2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	88
2.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	88
3. ASPETOS ORÇAMENTAIS	89
3.1 MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA	90
3.2 RECEITA	92
3.2.1 RECEITA TOTAL.....	92
3.2.2 RECEITA POR GRANDES AGREGADOS	94
3.2.3 RECEITA FISCAL	95
3.2.4 RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL	97
3.2.5 RECEITA PATRIMONIAL	100
3.2.6 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	101
3.2.7 RECEITA LIQUIDADADA E NÃO COBRADA.....	103
3.3 DESPESA	107
3.3.1 DESPESA TOTAL.....	107
3.3.2 DESPESA CORRENTE	109
3.3.3 DESPESA DE CAPITAL	111
3.3.4 DESPESA POR GRANDES AGREGADOS	112
4. A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL	120
4.1 ASPETOS DE CONTEXTO	120
4.2 ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL.....	128
4.3 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS MUNICIPAIS.....	131
IV. REPORTING ATIVIDADES.....	134
1. FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES.....	135
1.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	135
1.1.1 EXECUÇÃO	135
1.1.2 FINANCIAMENTO.....	138
1.2 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES (PAA)	142
1.2.1 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO	142
1.2.2 EXECUÇÃO	143

1.2.3 FINANCIAMENTO.....	147
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	148
V. ANEXOS	170
1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	171
1.1 BALANÇO SINTÉTICO.....	172
1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	173
1.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	174
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	175
2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA.....	176
2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA.....	177
2.3 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	178
2.4 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	182
2.5 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	184
3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	185
3.1 EXECUÇÃO DO PPI POR OBJETIVO/PROGRAMA.....	186
3.2 EXECUÇÃO DO PPI POR GRUPO ECONÓMICO.....	187
3.3 EXECUÇÃO DO PPI POR DIREÇÃO MUNICIPAL.....	188
4. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES.....	189
4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES	190
4.2 FINANCIAMENTO ALHEIO	191
4.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES POR OBJETIVO\PROGRAMA	195
4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	196

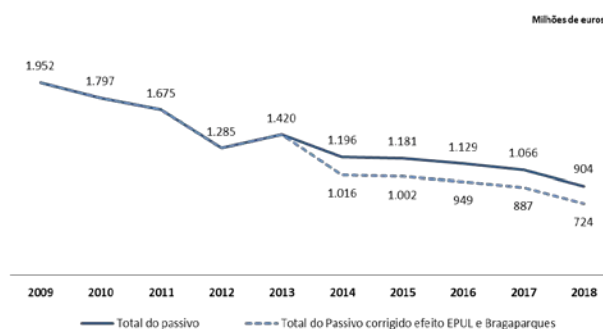
I. SUMÁRIO EXECUTIVO

No âmbito da atividade e resultados do exercício de 2018, relevam-se os seguintes aspetos:

Gráfico 1: Redução do Passivo Total

1. O passivo total do Município manteve a sistemática trajetória descendente dos últimos anos, conforme patenteado no gráfico.

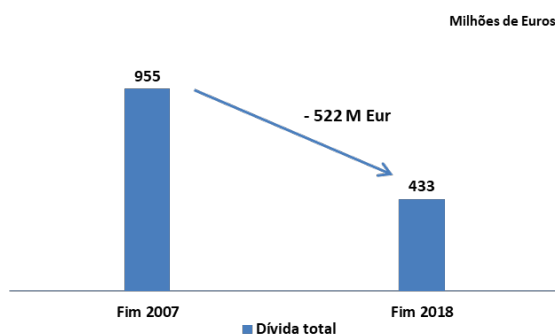
O final do ano de 2018 apresenta o valor mais baixo da série retratada com um passivo total próximo dos 900 milhões e uma redução próxima dos 1.050 milhões de euros no período.



A obrigação da assunção de passivos gerados por processos anteriores a 2007, mormente os referentes à Bragaparques e à liquidação da EPUL (em 2014, com manutenção do efeito nos anos seguintes, para efeitos de comparação, de acordo com série corrigida do gráfico), conduziu a que o resultado alcançado no período fosse menor, sem, todavia, afetar a capacidade do Município para gerir estes impactos e manter a retração do passivo.

Gráfico 2: Evolução da dívida legal
(Cf. Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

2. A dívida legal¹ manteve o perfil descendente encetado em 2007, com uma minoração, aferida a 31/12/18, da ordem dos 50,3 milhões de euros face ao final de 2017 e uma diminuição da ordem dos 522 milhões de euros no intervalo retratado no gráfico ou seja uma inflexão da ordem dos 55% no período.



A 31 de dezembro de 2018, a dívida legal, da ordem dos 433,3 milhões de euros, fica aquém da média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (651,6 milhões de euros), i.e., antes da majoração legalmente prevista para efeitos da monitorização do endividamento total municipal, mantendo o Município fora do alcance do alerta precoce estipulado no nº 1 do artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

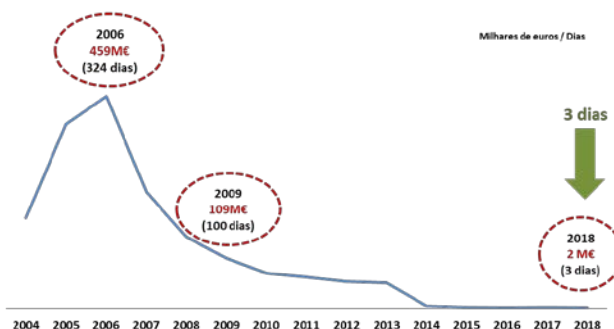
3. A prossecução do esforço de consolidação do passivo municipal refletiu-se também numa dinâmica de sucessiva redução da dívida a fornecedores, que foi superior a 457 milhões de euros entre o final do exercício de 2006 (pico da série) e o de 2018 - que regista um valor da ordem dos

¹ Dada por passivo exigível corrigido de operações não orçamentais.

2 milhões de euros - corporizando a resolução do Executivo em participar ativamente no bom funcionamento da economia, com especial impacto no equilíbrio e na sustentabilidade das pequenas e médias empresas de base local.

Gráfico 3: Redução do PMP & dívida a fornecedores

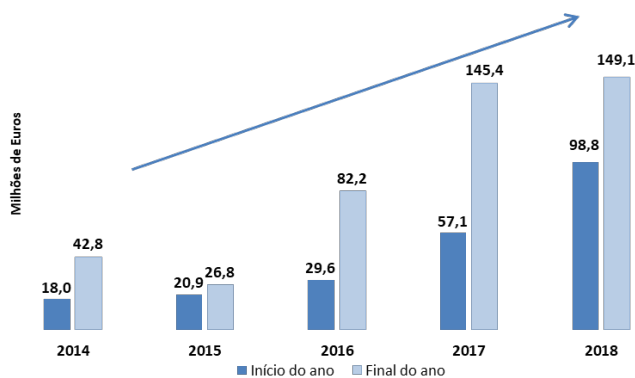
4. O prazo médio de pagamento (PMP) reduziu em 321 dias no período patenteado no gráfico, em coerência com o decréscimo contínuo do stock da dívida a fornecedores.



5. A entrada em vigor da Lei nº 73/2013, em 2014, alterou o contexto de determinação da dívida legal, com forte impacto no Município de Lisboa, tendo, ainda assim, sido possível cumprir as suas disposições com êxito, desde o primeiro momento e com uma melhoria sucessiva da margem de endividamento disponível.

Gráfico 4: Evolução da Margem de Endividamento
(Margem utilizável e Margem disponível p/ utilizar no final do ano)

A margem disponível a 1 de janeiro de 2018, 98,8 milhões de euros, teve uma evolução favorável ao longo do ano, assente na retração da dívida total de operações orçamentais de cerca de 50,3 milhões de euros. Este desempenho teve como resultado que a margem disponível utilizável



fosse, no fecho do ano, momento de apreciação do cumprimento deste indicador legal, de cerca de 149,1 milhões de euros.

6. Observaram-se os indicadores de equilíbrio legal, por conexão com a gestão orçamental e com a dívida, de acordo com o estabelecido na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e na Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2018 - com realce para a gestão do equilíbrio orçamental, do limite de endividamento e dos atrasos nos pagamentos.

7. O Resultado Líquido do exercício saldou-se em 51,3 milhões de euros, retratando um crescimento dos proveitos inferior ao dos custos, respetivamente, de cerca de +110,0 milhões e de +141,6 milhões de euros.

Para o resultado alcançado concorrem, de modo expressivo, os Proveitos Extraordinários, nomeadamente por via da redução de Provisões, os quais mitigam, para efeitos deste resultado global, o decréscimo registado nos proveitos operacionais e financeiros.

Pese embora a quebra verificada nos proveitos operacionais, o conjunto dos impostos locais cresceu face ao período homólogo. Para este desempenho contribuiu a dinâmica da Cidade, fortemente estimulada, pelo crescimento do mercado imobiliário, facto observável, desde logo, no crescimento dos proveitos relativos aos impostos relacionados com os imóveis, seja o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) seja o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o qual, no ano em análise, atingiu novo recorde, com um crescimento de cerca de 16,5 milhões de euros relativamente a 2017.

Do lado dos custos, cabe destacar dois eventos extraordinários que marcaram o exercício de 2018 e com as quais o Município pode lidar mantendo o regular desenvolvimento das demais atividades programadas: o reembolso de valores cobrados da Taxa Municipal de Proteção Civil, num total da ordem dos 53,8 milhões de euros, na decorrência da declaração de inconstitucionalidade das normas deste tributo pelo Tribunal Constitucional, pelo Acórdão nº 848/2017, e o cumprimento do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo número 5491/09.1TVLSB, em que foram autores José António Arez Romão, Ana Maria de Arez Romão e Brito Correia, Maria da Graça Arez Romão e Maria Madalena Arez Romão Pais de Vasconcelos, relativo a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela de terreno integrado na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar (abreviadamente designado por Arez Romão), num total próximo dos 96 milhões de euros.

8. A execução orçamental, baseada em fluxos de caixa de recebimento e pagamento, gerou um saldo da ordem dos 146,7 milhões de euros, em resultado, desde logo, do notável desempenho da receita fiscal do lado da receita e do forte impacto orçamental das situações excecionais referidas no ponto anterior do lado da despesa que resultou protegido, desde logo, pela demarcação de uma reserva de contingência na elaboração do orçamento para 2018.

A taxa de execução orçamental da receita foi de 97,7%, com o contributo fundamental do segmento corrente, sendo a da despesa de 84,0%, com a transição de um importante volume de compromissos, com destaque para os ≈70,3 milhões de euros relativos à componente de capital.

A receita fiscal foi a principal responsável pelo elevado nível de execução orçamental, com uma cobrança superior à estimativa inicial da ordem dos 60,8 milhões de euros e com o excedente do IMI e IMT (≈64,4 milhões de euros) a mitigarem o deficit da Derrama (-5,3 milhões de euros), num contexto de manutenção da política fiscal municipal, nomeadamente em matéria de benefícios fiscais.

A despesa corrente cresceu acima da despesa de capital, para o que concorreu, sobretudo, o reembolso da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) efetuado pelo Município e o pagamento de juros relativos ao processo Arez Romão.

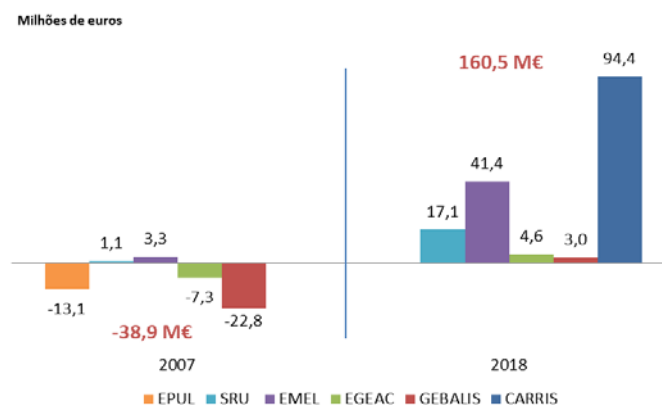
Os encargos correntes com a dívida de médio e longo prazo (MLP), referentes aos empréstimos e acordos em carteira, reduziram cerca de 1,2 milhões euros, corolário da conjuntura favorável associada aos indexantes, da revisão em baixa de *spreads* aplicáveis e da gradual redução do capital em dívida.

9. Os resultados alcançados alavancam o ciclo de investimento iniciado em 2015, num quadro que combina a alocação de recursos próprios ao financiamento das operações em curso com o recurso ao financiamento contratado junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de financiamento muito competitivas, possível no contexto de um bom *rating* interno, da sucessiva redução da dívida municipal geradora de margem adicional de endividamento e de uma carteira de projetos considerada pertinente para efeitos de elegibilidade.
10. O Município de Lisboa continuou o ciclo de investimentos estruturantes incluídos no Programa Lx XXI, agrupados em três sectores fundamentais, Habitação, Regeneração Urbana e Mudança Climática (Plano Geral de Drenagem), suportados no financiamento do BEI, com chancela do Programa Europeu de Investimento Estratégicos (Plano *Junker*); a execução acumulada do Programa, relativo ao universo municipal, a 31/12/2018, foi de cerca de 278,4 milhões de euros, por relação com adjudicações efetivadas, com cerca de 136,2 milhões de euros faturados.
11. O conjunto das empresas municipais, incluindo a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) que ora integra o universo municipal (Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro e no universo municipal a partir de 1 de fevereiro de 2017), registaram resultados positivos e uma posição económica e financeira equilibrada no exercício em análise, com reforço de autonomia face às transferências do Município, como foi o caso da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa, ou dos níveis de atividade, como na EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa e CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, com realce para a continuação do ciclo de investimentos da Carris em meios humanos e operacionais, iniciado em 2017.

Gráfico 5: Empresas Municipais – Ev. dos Capitais Próprios

As empresas municipais vêm apresentando contas certas evidenciando consolidação dos respetivos passivos, otimização de processos e minoração dos encargos financeiros associados à respetiva carteira de créditos (seja pela amortização da dívida existente, seja pela sua

consolidação em condições mais favoráveis), apresentando o gráfico a evolução dos capitais próprios nos últimos 11 anos, por comparação dos anos extremos.

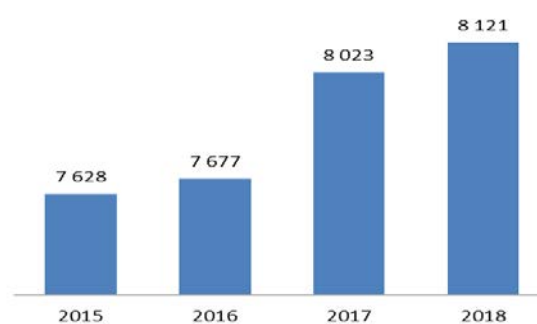


12. Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, é proposto no Relatório, e Proposta que o acompanha, a aplicação de 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, i.e., de 2.563.864,63 euros (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e três centimos) em Reservas Legais e a transferência do saldo remanescente, que é de 48.713.428,03 euros (quarenta e oito milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e vinte e oito euros e três centimos), para a conta de Resultados Transitados.

No âmbito dos recursos humanos em 2018, relevam-se os seguintes aspetos:

Gráfico 6: Evolução do número de trabalhadores

1. Foi dada continuidade ao trajeto de valorização do trabalho e do trabalhador em funções públicas, através da prossecução da melhoria das condições laborais no âmbito da saúde e da formação, da implementação da alteração remuneratória nos termos estipulados na LOE 2018, da aprovação do Procedimento



Nota: não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, da progressão a carreira / categoria superior, e da abertura de 7 procedimentos concursais e conclusão de 10 outros.

2. Registou-se um crescimento de 1,2% no mapa de pessoal face ao ano de 2018 (sendo agora de 8.121 trabalhadores), fundado sobretudo na conclusão dos concursos externos de ingresso para

bombeiro sapador, para assistente operacional (cantoneiro de limpeza, coveiro, tratador e apanhador de animais, educação).

3. O nível médio de idades do total dos efetivos é de 50 anos. A taxa de feminização corresponde a 41,6%, sendo que as mulheres predominam nos cargos dirigentes (54,5%), nas carreiras de técnico superior (66,9%) e assistente técnico (71,7%).
4. Na Saúde Ocupacional, prosseguiu-se o processo de adequação da equipa – Medicina do Trabalho e Enfermagem, com o desenvolvimento dos protocolos de exames complementares de diagnóstico e protocolos de prevenção e vigilância dos trabalhadores, por categoria profissional, num novo modelo de prevenção multinível, com integração dos conceitos de “Segurança Integrada” e “Saúde Integrada”.
5. No decorrer de 2018 efetuaram-se 710 ações de formação, interna e externa, num total de 17.419 horas, abrangendo 6.322 formandos. Executaram-se ainda 99 ações de formação profissional e de sensibilização para o exterior, envolvendo 2.236 munícipes e outros públicos externos à autarquia, num total de 5.681 horas.
6. Neste período, a CML realizou 176 Estágios, tendo o seu Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional efetuado 236 inscrições e emitido 35 Certificações de Competências.

II. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

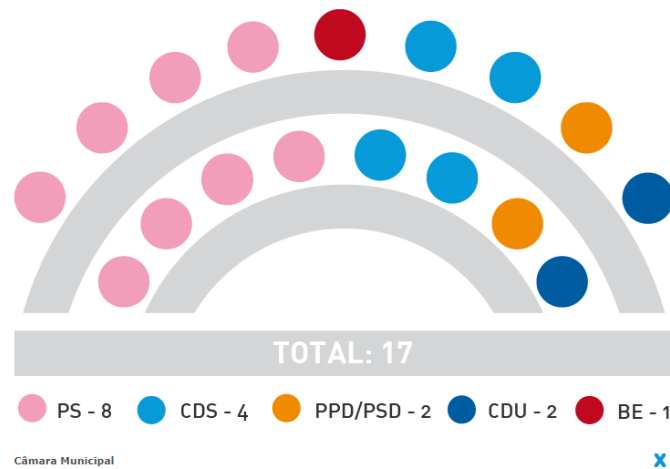
1. ESTRUTURA POLÍTICA

1.1 ÓRGÃO EXECUTIVO

O atual executivo tomou posse no dia 26 de outubro de 2017, na sequência das eleições realizadas em 1 de outubro de 2017.

Das eleições derivou a seguinte estrutura do órgão executivo:

Quadro 1: Composição da Câmara Municipal de Lisboa



De acordo com o estipulado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, através da Deliberação nº 621/2017 de 9 de dezembro, (publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1238) foram delegadas competências da Câmara Municipal no seu Presidente.

Da delegação e subdelegação de competências do Presidente nos Vereadores formalizada no Despacho nº 99/P/2017 de 23/11/2017 e aditado pelo Despacho nº 58/P/2018 de 03/05/2018, derivou a repartição de pelouros constante na página seguinte:



Presidente

Fernando Medina

- Proteção Civil
- Turismo

VEREADORES COM PELOUROS ATRIBUÍDOS



Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

- Economia e Inovação
- Serviços Urbanos
- Derporto



Vereadora

Paula Marques

- Habitação
- Desenvolvimento Local



Vereador

Manuel Salgado

- Planeamento
- Urbanismo
- Património
- Obras Municipais



Vereador

João Paulo Saraiva

- Recursos Humanos
- Finanças
- Sistemas de informação



Vereador

Manuel Grilo

- Educação
- Direitos Sociais



Vereadora

Catarina Vaz Pinto

- Cultura
- Relações Internacionais



Vereador

José Sá Fernandes

- Ambiente
- Estrutura Verde
- Clima e Energia



Vereador

Miguel Gaspar

- Mobilidade
- Segurança

VERADORES SEM PELOUROS ATRIBUÍDOS



Vereadora
Assunção Cristas



Vereador
João Gonçalves Pereira



Vereadora
Conceição Zagalo



Vereador
Miguel Moreira da Silva



Vereadora
Teresa Leal Coelho



Vereador
João Pedro Costa



Vereador
João Ferreira



Vereadora
Ana Jara

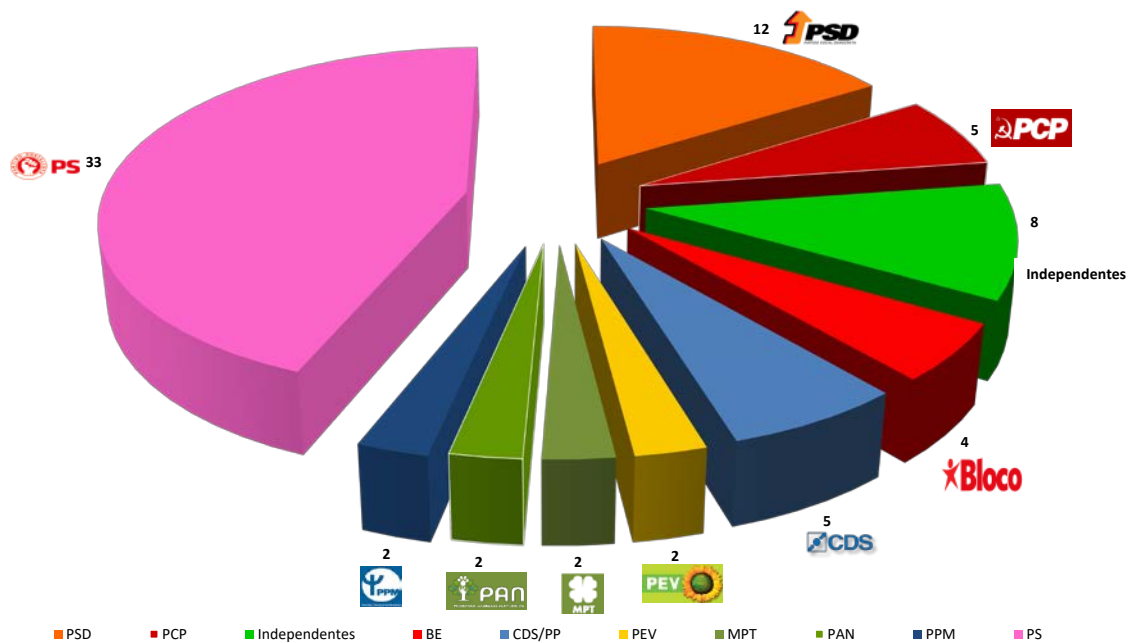
1.2 ÓRGÃO DELIBERATIVO

A Assembleia Municipal de Lisboa é composta por 75 deputados, dos quais 51 respeitam a membros eleitos diretamente e os restantes 24, a membros eleitos para presidentes das Juntas de Freguesia.

Na sequência das eleições realizadas em 1 de outubro de 2017, os lugares da Assembleia Municipal de Lisboa foram distribuídos em conformidade com o gráfico infra:

Gráfico 7: Composição da Assembleia Municipal

(com indicação do número de deputados eleitos)



2. ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Com a aprovação das Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa 2018/2021, tornou-se necessário dotar a estrutura do Município de Lisboa das ferramentas necessárias à prossecução dos valores da democracia local participativa, através da responsabilidade perante os cidadãos, do desenvolvimento económico sustentável, da coesão social e justiça distributiva, da humanização e dignificação das condições de vida, da responsabilidade ambiental, do cosmopolitismo e contemporaneidade cultural, da transparência e da prestação permanente de contas.

Com vista a essa adequação, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Proposta nº 286/2018 de 7 de Junho de 2018, propôs à Assembleia Municipal de Lisboa a aprovação do “Ajustamento à Orgânica dos Serviços Municipais”.

Esta proposta de ajustamento resultou de um conjunto variado de fatores, nomeadamente:

- Oportunidades de investimento no âmbito do Programa de Investimento Lisboa XXI e respetivo financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e a necessidade de reforçar a resposta por parte das empresas municipais, nomeadamente, da “Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., SA” e “Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., SA”, que em conjunto com o Município, devem contribuir para uma boa execução do programa;
- A implementação do Programa Renda Acessível, que amplia a necessidade de resposta do Município no âmbito da reabilitação do património municipal;
- Necessidade de concentração das valências de manutenção e conservação de edifícios não habitacionais, equipamentos e iluminação pública;
- A passagem das competências da Autoridade de Transportes para os Municípios, operada pela Lei nº 52/2015 de 9 de Junho, que aprovou o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, e o regresso da Carris ao universo municipal;
- Necessidade de aumento da capacidade de resposta às diversas solicitações que diariamente dão entrada no Município, bem como a de converter a participação numa realidade intrínseca a toda a atividade municipal, dando um carácter transversal e integrado às ações que promovem a participação pública;
- Reforço das matérias de auditoria interna agora acrescida de competências na área de gestão da qualidade, nomeadamente desmaterialização, simplificação administrativa e desburocratização;
- Implementação do Centro Operacional Integrado (COI), com o intuito de impulsionar a promoção de Lisboa como um grande laboratório de inovação aberta com a aplicação em projetos de larga escala das soluções do *Projeto Sharing Cities* e, simultaneamente, continuar

o trabalho de sensorização da cidade por forma a aumentar a informação disponível quer no apoio à gestão, quer aos munícipes, prosseguindo uma política de Dados Abertos;

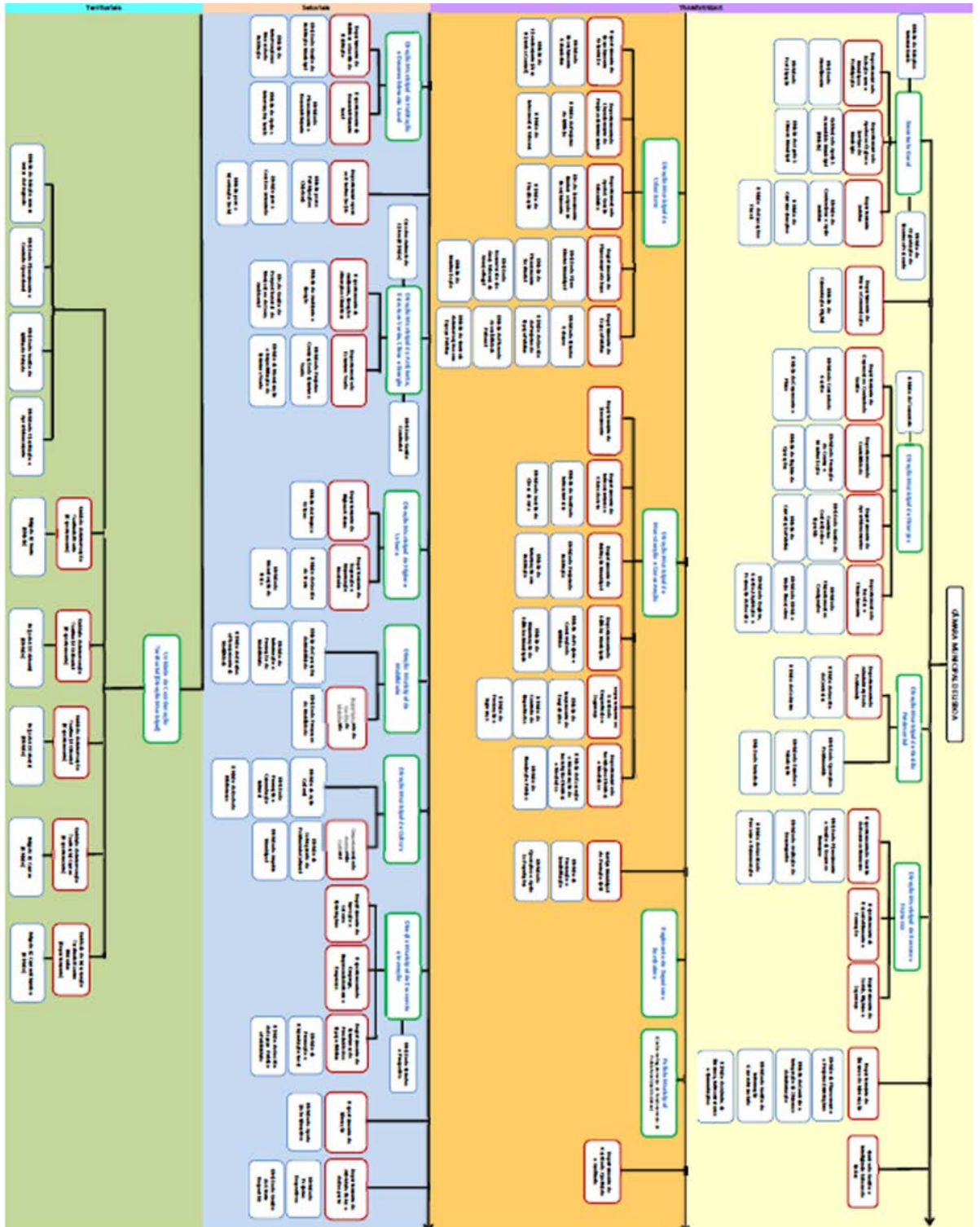
- Necessidade de implementar os compromissos internacionais para mitigação e adaptação da cidade às alterações climáticas e, paralelamente, posicionar Lisboa como uma cidade verde e ecológica;
- Agilização dos processos de licenciamento, tanto ao nível das atividades administrativas, como das de fiscalização;
- Integração do Plano de Acessibilidade Pedonal na estrutura permanente do Município;
- Implementação de novas competências na área da gestão patrimonial, corolário da transferência de património do Estado para o Município de Lisboa;
- Dinamização da atividade económica, com especial enfoque no comércio e economia locais;
- Consolidação da descentralização administrativa;
- Reforço do modelo de gestão de funções transversais de suporte à atividade dos serviços do Município, aprovado pelo Despacho nº 133/P/2011, publicado no Boletim Municipal nº 925, de 10 de novembro de 2011.

O “Ajustamento à Orgânica dos Serviços Municipais” foi aprovado pela Deliberação nº 305 da Assembleia Municipal de Lisboa na sessão realizada no dia 3 de Julho de 2018 e objeto de publicação no Diário da República, 2ª Série, nº 169, de 3 de setembro de 2018 (Despacho nº 8499/2018).

Para a prossecução das atribuições do Município e das competências da Câmara Municipal de Lisboa, a organização interna dos serviços municipais obedece a um modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas de *Estrutura Nuclear e Flexível*.

A Estrutura Flexível é composta por equipas de projetos munidas de mandatos temporários, com objetivos específicos, definidos por deliberação da Câmara Municipal, com o intuito de desenvolver a flexibilidade e a eficácia da gestão, por relação com a programação e o controlo dos custos e resultados.

A *Estrutura Nuclear* da organização interna dos serviços municipais assenta na articulação de unidades orgânicas transversais, que cumprem funções de enquadramento, apoio, integração territorial ou partilha de recursos comuns ao conjunto da atividade municipal, com unidades orgânicas sectoriais que colaboram para a conceção e a execução das políticas municipais no âmbito das distintas atribuições do Município, com a seguinte configuração:



3. RECURSOS HUMANOS

3.1 NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2018 foi o primeiro de um novo mandato eleitoral e ficou marcado pelo ajustamento à Orgânica dos Serviços do Município de Lisboa aprovado pela Assembleia Municipal através da Deliberação n.º 305/AML/2018, de 3 de julho, publicada no Diário da República (2.ª série n.º 169), de 3 de setembro. A DMRH, como unidade orgânica de suporte à atividade da CML, reuniu com todas as unidades orgânicas para validação da afetação dos trabalhadores, tendo sido publicado no 1.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1284, de 27 de setembro, o Despacho de n.º 215/P/2018, de 24 de setembro, através do qual se procedeu à afetação de todo o efetivo do Município de Lisboa à estrutura decorrente do ajustamento orgânico, contabilizando-se 8169 trabalhadores à data do despacho.

Não menos importante foi a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018, que através do n.º 4 do seu artigo 18.º, veio permitir a alteração da posição remuneratória, com efeitos a 01/01/2018, de todos os trabalhadores que à data de 31/12/2017, contavam com 10, ou mais, pontos na sequência da avaliação do seu desempenho. Para este efeito, a DMRH dedicou o 1º trimestre deste ano ao apuramento do número de pontos que os trabalhadores detinham, tendo em março, juntamente com o recibo de vencimento, comunicado a 6817 trabalhadores o número de pontos adquiridos, com a discriminação anual e respetiva fundamentação. Este trabalho foi fundamental, pois permitiu que 3251 trabalhadores vissem a sua posição remuneratória alterada em março, sendo a CML pioneira neste procedimento.

Foi também um ano marcado pelo Procedimento de Regularização dos Vínculos Precários (PREVPAP) no Município de Lisboa, no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários preconizado no Programa do XXI Governo Constitucional. Para tal, foi criada uma Comissão de Avaliação Bipartida (CAB-ML), composta por 6 elementos do município e 5 das estruturas sindicais representativas dos seus trabalhadores. Esta comissão analisou os 217 requerimentos apresentados, emitindo o respetivo parecer sobre a necessidade permanente do posto de trabalho, os quais serão objeto de proposta a apresentar ao executivo municipal em 2019.

Importa realçar a implementação do novo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, que consiste no *upgrade* do atual sistema informático, com a integração da informação atualmente existente em diversas aplicações num sistema único, bem como na introdução de novas funcionalidades que permitirão desmaterializar vários processos. O envio, por e-mail, do recibo de vencimento desde o mês de maio, é um dos resultados mais positivos deste projeto, na medida em que permitiu uma poupança efetiva de papel, contribuindo para a sustentabilidade ambiental da

CML. Foram abrangidos 6404 trabalhadores, correspondendo ao número de endereços eletrónicos ativos na CML, continuando a ser impressos 1825 recibos para os restantes trabalhadores que não têm e-mail atribuído.

Merece, também, destaque o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança na prevenção da sinistralidade, com a elaboração de um Plano de Prevenção da Sinistralidade Laboral da CML. Em 2018, este plano foi implementado, em piloto, na Direção Municipal de Higiene Urbana, e é composto por 33 medidas da responsabilidade das referidas unidades orgânicas, sendo algumas destas de responsabilidade partilhada. Das 33 medidas que o compõem, 9 tinham execução prevista em 2018, das quais se implementaram 7, tendo as outras 2 sido reprogramadas para 2019.

É de destacar, ainda, a aprovação, em julho, do Plano de Formação da CML 2018/19, enquadrado na política e estratégia do executivo e validado pelos eleitos, que contou com a participação de eleitos, dirigentes e demais trabalhadores. O Plano de Formação da CML tem como objetivos principais: 1) Apoiar as orgânicas na prossecução da sua missão, plano de atividades e objetivos, bem como no desenvolvimento de competências dos seus trabalhadores, respondendo às necessidades de formação identificadas junto das unidades orgânicas e validadas com os seus dirigentes; 2) Apoiar a concretização dos eixos estratégicos da política de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente do Plano Estratégico para a Gestão de Pessoas 2018-2021; 3) Investir em Planos de Formação específicos por unidade orgânica, construídos à medida das suas necessidades; 4) Garantir a equidade no acesso à formação.

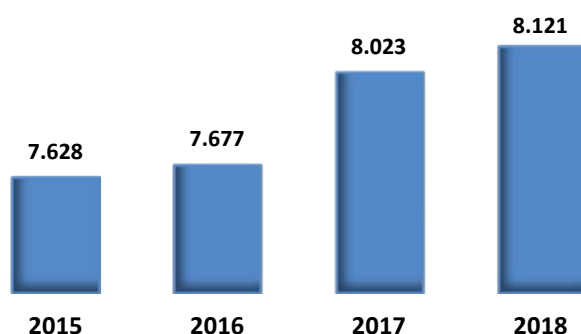
Por último, importa salientar que a gestão das pessoas só é possível se for partilhada entre a DMRH e todas as unidades orgânicas do Município, sendo esta uma das premissas à execução da nova estratégia de gestão de pessoas da CML. Assim, com o intuito de revitalizar a Função RH, constituída em 2011, realizámos um ciclo de ações de capacitação – Oficinas RH, com o qual se pretendeu dotar a Função RH de conhecimentos e instrumentos que permitam efetivar uma gestão de pessoas, cada vez mais próxima dos trabalhadores da CML, capacitando os respetivos interlocutores para os novos desafios que se colocam.

3.2 ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

3.2.1 EMPREGO

No final de 2018, o efetivo municipal (número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço), era de 8.121 trabalhadores, número que representa um aumento de 1,2% face ao ano de 2017.

Gráfico 8: Evolução do número de trabalhadores de 2015 a 2018



Neste âmbito, a relação jurídica de emprego público constitui-se por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou através de nomeação.

Considerando a relação jurídica, o efetivo municipal distribui-se da seguinte forma: 7230 trabalhadores

com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 604 em nomeação, 11 em comissão de serviço, 167 em regime de substituição e 109 noutras situações (trabalhadores em mobilidade de outro organismo e acordo de cedência de interesse público de outro organismo).

Da análise da evolução dos trabalhadores do Município de Lisboa desde o ano de 2015 até à data, verifica-se que houve um aumento de cerca de 6,5%, por diversos fatores, nomeadamente pela admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais, na categoria de assistente operacional, nas áreas de cantoneiro de limpeza (321), coveiro (28), tratador e apanhador de animais (36) e na carreira de Bombeiro Sapador (135), bem como pela admissão de Polícias Municipais com vínculo de emprego público nomeação.

REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL/GÉNERO

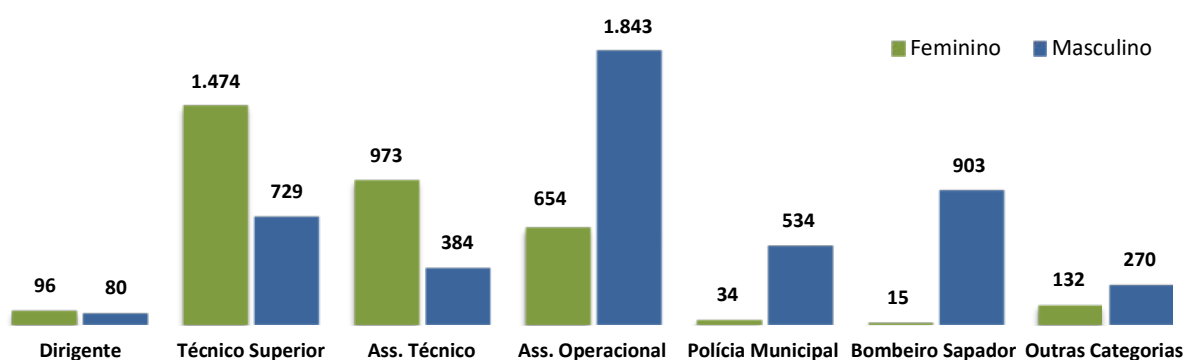
Relativamente à distribuição dos trabalhadores por género (8.121 trabalhadores, excluindo os prestadores de serviços), o género masculino continua a constituir o grupo dominante do total de efetivos com 58,4% (4.743), e o género feminino com 41,6% (3.378) trabalhadores, à semelhança dos últimos anos.

Analisando por carreira, conclui-se que as mulheres prevalecem nas categorias/cargos de dirigente (54,5%), técnico superior (66,9%) e assistente técnico (71,7%), contrariamente ao que sucede nas de

bombeiro sapador (98,4%), polícia municipal (94,0%) e assistente operacional (73,8%), nas quais prevalece o sexo masculino.

A taxa de feminização corresponde a 41,6% e a taxa de masculinização a 58,4%. É de referir que a taxa de feminização registou um ligeiro decréscimo comparada com o ano anterior, em que passou de 41,9% para 41,6%. Em contrapartida, a taxa de masculinização sofreu ligeiro aumento de 58,1% para 58,4%.

Gráfico 9: Número de trabalhadores por carreira/categoria/cargo e género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Na distribuição do efetivo por carreira/categoria destacam-se a de assistente operacional e a de técnico superior, que representam 30,7% e 27,1% do total, respetivamente. Se a estas acrescentarmos a carreira/categoria de assistente técnico, temos cerca de 74,5% do total de efetivos.

Em 2018, continua a verificar-se que, à semelhança dos anos anteriores e conforme gráfico supra, a categoria de assistente operacional é aquela que predomina no Município. Ao contrário dos anos anteriores, verifica-se que esta categoria sofreu um ligeiro decréscimo, em cerca de 0,6%, enquanto a categoria de técnico superior regista um ligeiro aumento de 1%, relativamente ao ano anterior. Salienta-se que a categoria que regista um maior aumento foi a de bombeiro sapador, com cerca de 15,2%, na sequência do concurso externo de ingresso.

De acordo com a análise do quadro abaixo, podemos verificar que a taxa de tecnicidade registou uma tendência de subida nos anos de 2013 a 2015. Estes aumentos prendem-se com a admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais na carreira de técnico superior, acentuando-se mais esta tendência em 2014 e 2015. Desde 2016, tem-se registado um decréscimo, em cerca de 0,5%, resultante de um maior número de saídas em relação às entradas nesta categoria.

No entanto, em 2018, verificamos que a taxa de tecnicidade se situa em 27,1%, sofrendo uma ligeira diminuição, de cerca de 0,1%, face ao ano transato. Esta diminuição deve-se ao facto do peso das saídas, de 29,3%, ser superior ao das entradas, sendo este de cerca de 25,2%.

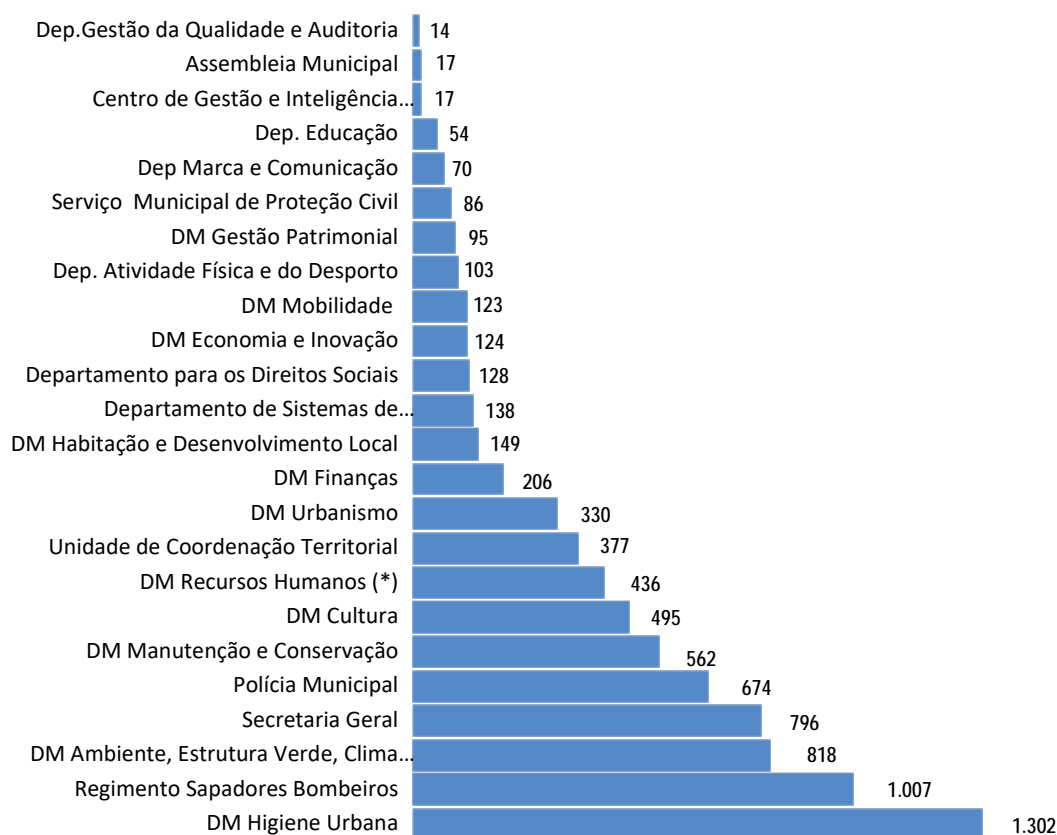
Quadro 2: Taxa de Tecnicidade Anual

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de Tecnicidade	24,7%	28,8%	29,1%	28,5%	27,2%	27,1%

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR SERVIÇOS

As Direções Municipais com mais de 600 trabalhadores caracterizam 56,6% do total do efetivo do Município.

Neste âmbito, têm maior representatividade a Direção Municipal de Higiene Urbana com 16,0%, o Regimento de Sapadores de Bombeiros com 12,4%, a Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia com 10,1%, a Secretaria Geral com 9,8,% e a Polícia Municipal com 8,3%.

Gráfico 10: Distribuição dos trabalhadores por serviço

Notas: 1 (*) - No total relativo à DMRH estão incluídos 135 trabalhadores afetos ao DSHS, há mais de um ano ausentes por motivos de doença ou acidente.

2 - Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

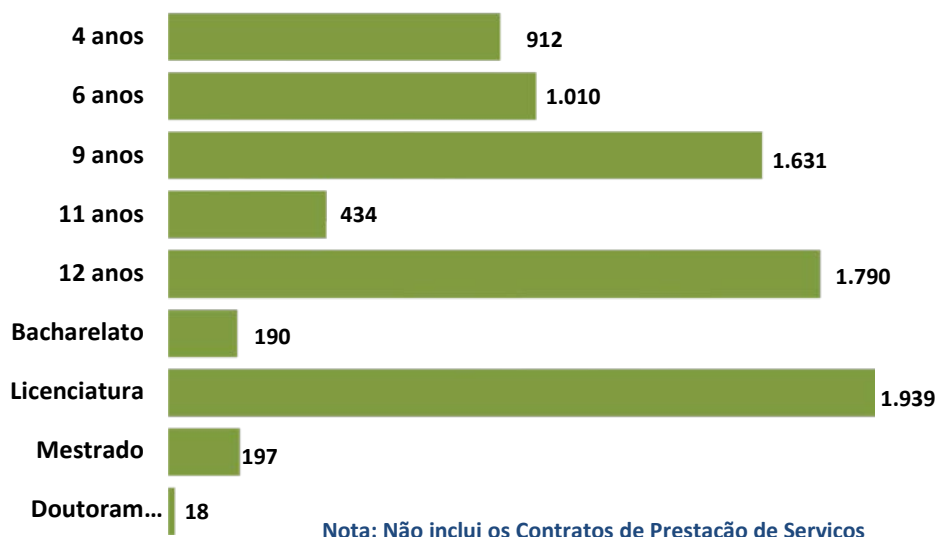
O nível de escolaridade médio do efetivo municipal é baixo: cerca de 43,8% apresenta habilitações iguais ou inferiores ao 9.º ano e, cerca de 11,2%, iguais ou inferiores ao 4.º ano.

A percentagem de trabalhadores com habilitações iguais ou superiores ao Bacharelado/Licenciatura é de 28,9%.

A taxa de formação superior em 2018, foi de 26,5%, significativamente mais baixa do que no ano transato (32,7%).

Relativamente à taxa de habilitação secundária, esta apresenta um valor semelhante a 2017, com cerca de 27,4%.

Gráfico 11: Estrutura habilitacional dos trabalhadores

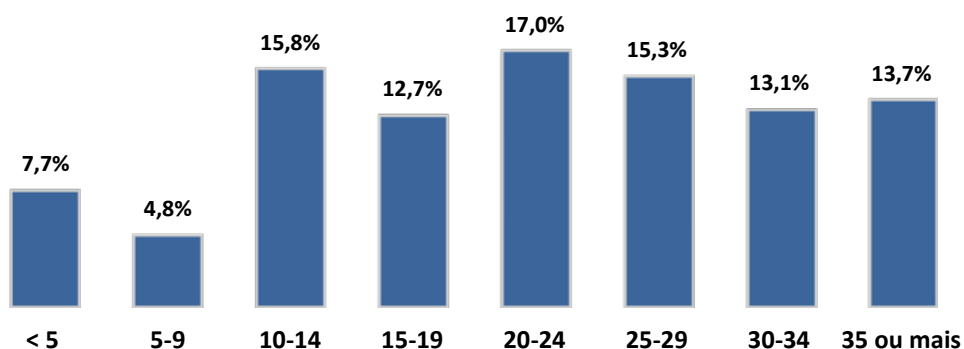


PESSOAL POR ANTIGUIDADE

A média de antiguidade dos trabalhadores na função pública é de 22 anos.

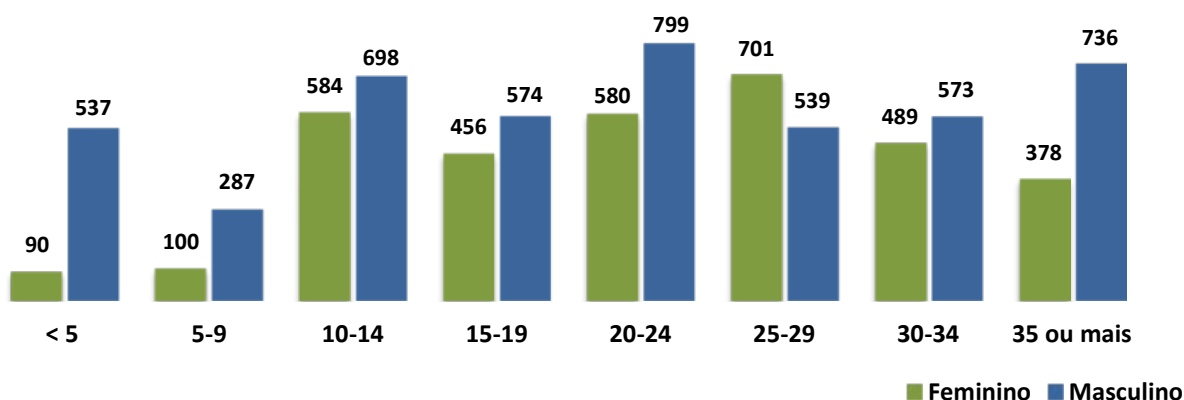
Cerca de 59% do efetivo municipal tem uma antiguidade na função pública superior a 20 anos e 12,5% perfaz menos de 10 anos de antiguidade.

Gráfico 12: Estrutura da antiguidade dos trabalhadores



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

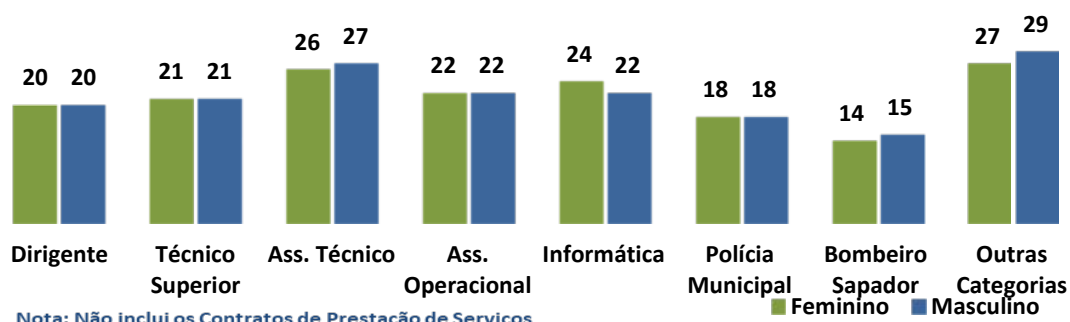
Gráfico 13: Estrutura da Antiguidade dos Trabalhadores/Género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Verificando a tendência do ano anterior, o género masculino tem uma antiguidade superior ao do género feminino praticamente em todos os agrupamentos de idade, excetuando no agrupamento dos 25-29 anos.

Gráfico 14: Média de Antiguidade por Cargo/Carreira/Categoria por Género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Como podemos observar no gráfico 7, a média de antiguidade mais elevada é nas outras categorias (que inclui as carreiras não revistas – educador de infância, fiscal municipal, fiscal obras, enfermeiro, guarda florestal; e categorias subsistentes - chefe de serviços de limpeza, encarregado brigada limpa-coletores, encarregado de pessoal auxiliar, maquinista teatral chefe, tesoureiro chefe), com cerca de 28 anos e seguidamente na carreira de assistente técnico com 27 anos.

Em 2018 a média de antiguidade na categoria de bombeiro sapador baixou de 18 para 15, resultante da admissão dos 135 bombeiros sapadores no âmbito do concurso externo de ingresso.

ESTRUTURA ETÁRIA

O grupo etário preponderante é dos 55 aos 59 anos, sendo que 56,3% (4.575) do efetivo municipal tem uma idade compreendida entre os 45 e os 59 anos de idade, 29,3% (2.382) tem uma idade igual ou inferior a 44 anos e 14,3% tem idade superior a 60 anos (1.164).

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento de 20,5% de trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos.

O leque etário, que se traduz na diferença de idades entre o trabalhador mais novo e o mais velho é, no caso, de 49 anos. Estas idades correspondem a 20 anos e 69 anos respetivamente.

O nível médio de idades do total dos efetivos é de 50 anos, sendo que a média da idade das mulheres é de 51 e a média de idades dos homens é de 48 anos.

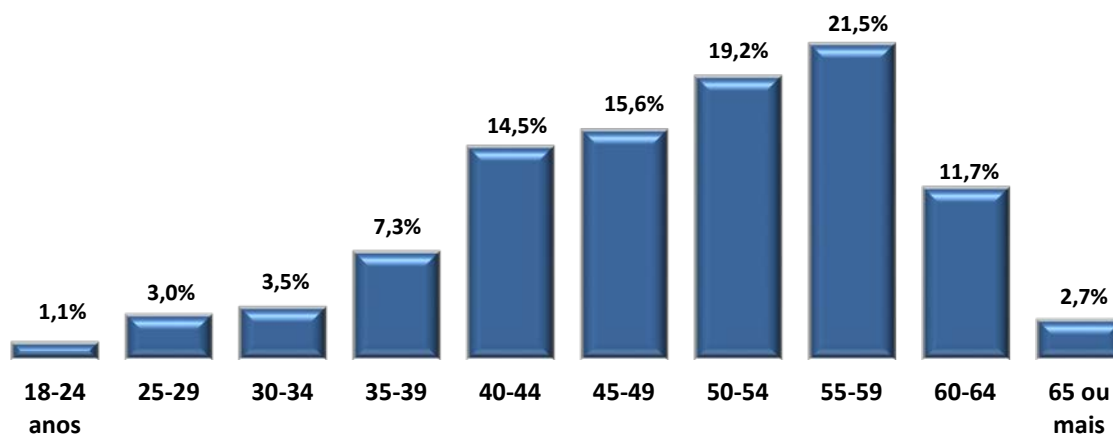
Estabelecendo uma análise comparativa, constata-se que a média de idades em 2018 (50) registou uma subida relativamente aos anos de 2017 e 2016 que registaram o mesmo valor (49), e que comparando com o ano de 2015 (48), verifica-se um acréscimo.

É de salientar que a taxa de emprego jovem, para a qual se calcula apenas a faixa etária até aos 24 anos, é de 1,1%, valor significativamente baixo. Contudo, nesta taxa verifica-se um ligeiro aumento relativamente aos últimos anos, uma vez que em 2017 era de 0,7%.

Em 2018 continua-se a verificar que o peso dos trabalhadores com idade acima dos 55 anos sofreu um aumento passando de 32,8% para 35,8%.

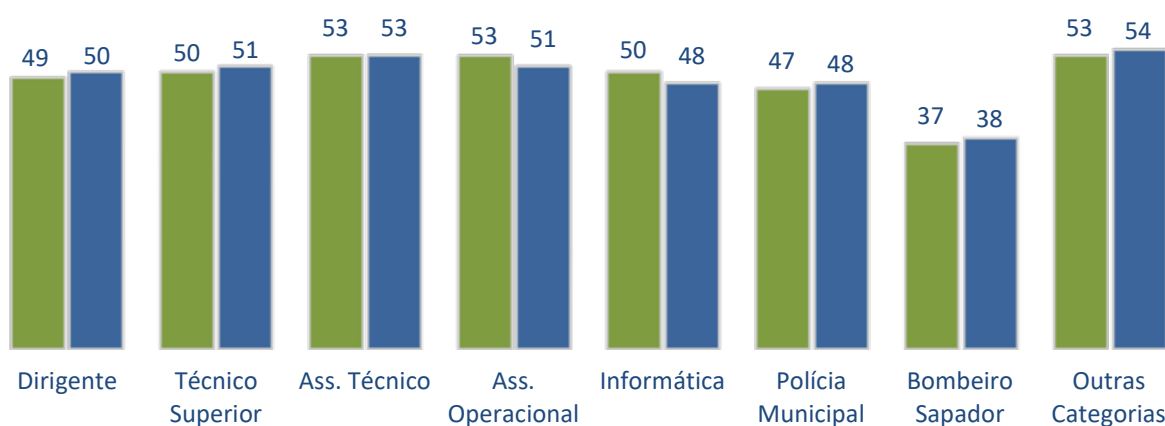
O número de trabalhadores com idade igual ou superior a 65 anos é de 216, correspondendo a 2,7% do total, verificando-se um ligeiro acréscimo referente ao ano anterior. Destes 216 trabalhadores, apenas 3 perfazem os 70 anos em 2019, tendo que se reformar nessa data por limite de idade.

Gráfico 15: Estrutura etária dos trabalhadores



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

Gráfico 16: Efetivos segundo as médias de idade por Cargo/Categoria e Género



Nota: Não inclui os Contratos de Prestação de Serviços

■ Feminino ■ Masculino

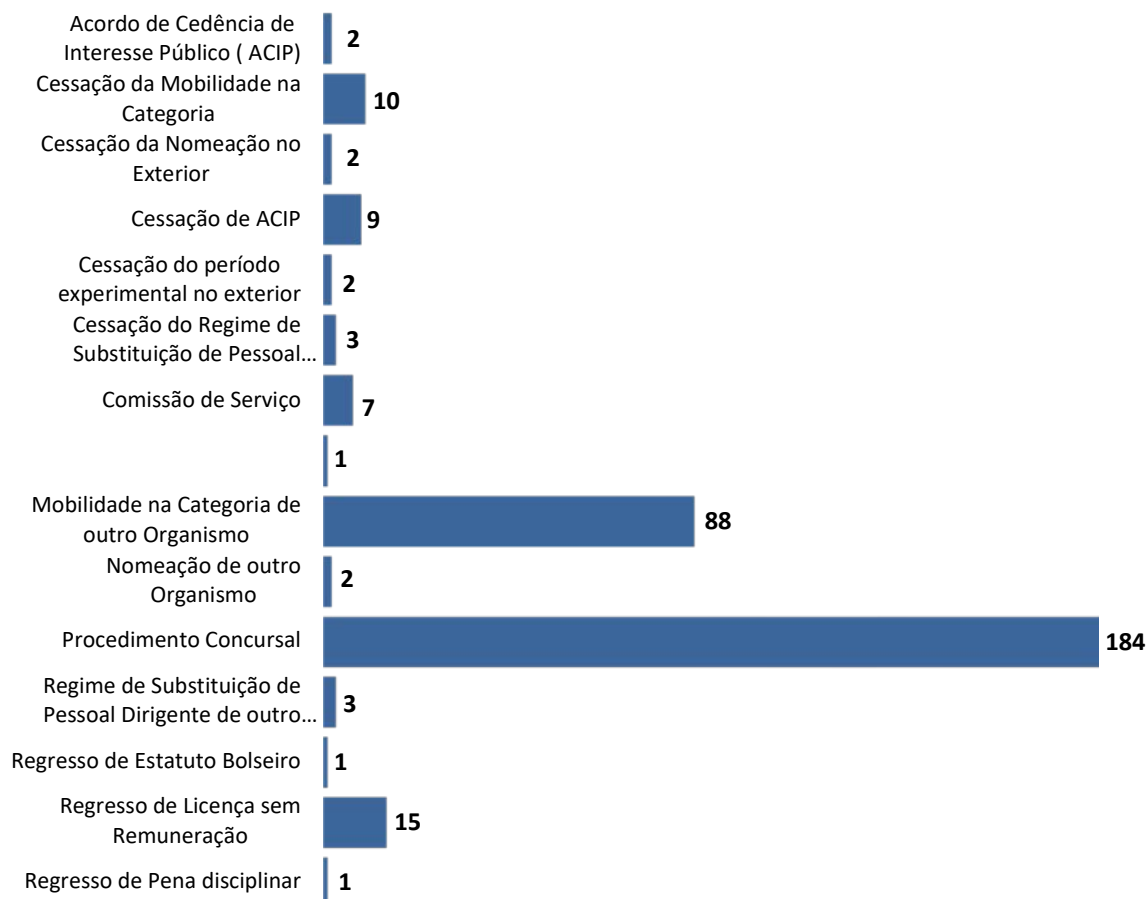
ADMISSÕES E REGRESSOS NO QUADRO

Em 2018 foram admitidos e regressaram 330 trabalhadores, em procedimentos concursais, em situação de mobilidade na categoria, acordo de cedência de interesse público, comissão de serviço, nomeação, cessação de mobilidade na categoria e de acordo de cedência de interesse público no exterior e regresso de licença sem remuneração.

Verificou-se um decréscimo bastante significativo no número de admissões e regressos, cerca de 37,5%, relativamente ao ano anterior, na sequência da redução das admissões de novos trabalhadores no âmbito dos procedimentos concursais.

A admissão de novos trabalhadores no âmbito dos procedimentos concursais representa cerca de 55,8% do número total de admissões e regressos, verificadas no ano de 2018.

Gráfico 17: Estrutura das admissões e regressos de trabalhadores

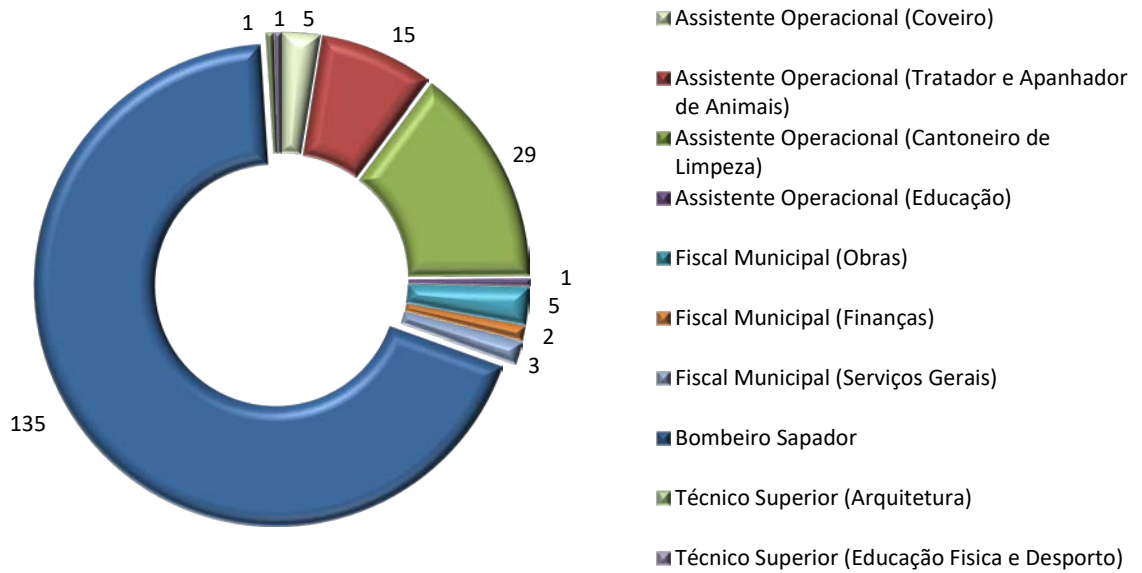


PROCEDIMENTOS CONCURSAIS EM 2018

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS CONCLUÍDOS

Em 2018 foram concluídos dez procedimentos concursais conforme gráfico nº 18, com vista à ocupação de postos de trabalho das seguintes categorias e áreas de atividade:

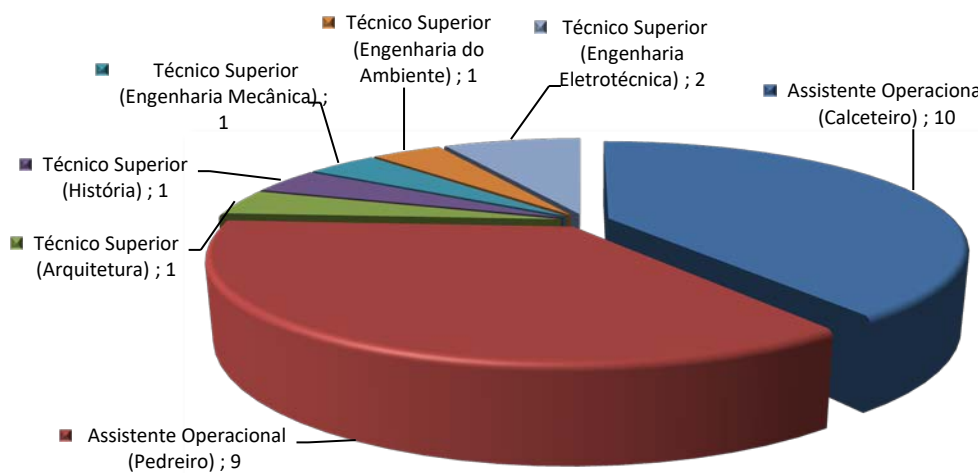
Gráfico 18: Número de Trabalhadores Admitidos nos Procedimentos Concurrais por Categoria e Área Funcional em 2018



PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ABERTOS EM 2018:

Em 2018 foram abertos sete procedimentos concursais conforme gráfico nº 19, com vista à ocupação de postos de trabalho das seguintes categorias e áreas de atividade:

Gráfico 19: Procedimentos Concurrais Abertos em 2018 por Categoria, Área Funcional e Nº de Postos de Trabalho



MOBILIDADE NA CATEGORIA EM ATIVIDADE DIFERENTE

No período em análise foram colocados em situação de mobilidade na categoria em atividade diferente 27 trabalhadores da categoria de assistente operacional que transitaram para outras áreas funcionais, nomeadamente nas áreas de calceteiro (1), cantoneiro de limpeza (20), coveiro (1), cozinheiro (4), motorista de pesados (1), para as áreas de auxiliar (12), condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (13), motorista de ligeiros (1) e pintor (1).

MOBILIDADE INTERCATEGORIAS

Procedeu-se a 4 mobilidades intercategorias de trabalhadores, que transitaram da categoria de assistente operacional nas áreas de cantoneiro de limpeza (2) e de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (2) para a categoria de encarregado operacional, de serviços de higiene e limpeza.

MOBILIDADE INTERCARREIRAS

Procedeu-se também à mobilidade intercarreiras de 26 trabalhadores que no âmbito do processo de constituição de mobilidades intercarreiras transitaram para a categoria de Técnico Superior (24) e Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário (2), como podemos verificar no quadro abaixo em detalhe:

Quadro 3: Nº de Trabalhadores em Mobilidades Intercarreiras por Categoria e Área Funcional

Categoria de Origem		Categoria de Destino		Total
Categoria	Área Funcional	Categoria	Área Funcional	
Assistente Técnico	Administrativo	Técnico Superior	Ciências da Comunicação	1
			Urbanismo e Planeamento	1
			Animação Sociocultural	2
			Contabilidade, Administração e Auditoria	2
			Design	1
			Direito	1
			Economia, Finanças e Gestão	1
			Educação Física e Desporto	1
			Geografia	1
			Sociologia	1
	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	1	
	Desenho de Especialidade de Projetos	Técnico Superior	Geografia	1
			Arquitetura	1
			Design	1
Fotografia			1	
Arqueologia			1	
Secretariado e Relações Públicas	Técnico Superior	Ciências da Comunicação	1	
		Gestão de Recursos Humanos	1	
Assistente operacional	Montador Eletricista	Técnico Superior	Geologia	1
	Serralheiro Mecânico		Segurança e Higiene no Trabalho	1
	Cantoneiro de Limpeza		Ciências da Educação	1
	Educação	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	1
Encarregado Operacional	Cemitério	Técnico Superior	Direito	1
Fiscal Municipal	Obras		Segurança e Higiene no Trabalho	1
Fiscal Obras	Fiscal Obras	Técnico Superior	Gestão de Projetos e Obras	1
Total Geral				26

CONSOLIDAÇÃO DAS MOBILIDADES NA CATEGORIA EM ATIVIDADE DIFERENTE E MOBILIDADES DO EXTERIOR

No período em análise foram consolidadas 38 mobilidades na categoria em atividade diferente, nas seguintes categorias:

- ✓ Assistente operacional (35), nas áreas de auxiliar (12), condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (17), mecânico (1), motorista de ligeiros (4), serralheiro civil (1) e soldador (1);
- ✓ Assistente Técnico (1) na área de higiene sanitária;
- ✓ Coordenador Técnico (2) na área de cemitério.

O quadro n.º 4 espelha a informação detalhada sobre este processo por categoria de origem e de destino.

Quadro 4: Nº de Consolidações das Mobilidades em Atividade Diferente em 2018

Categoria de Origem		Categoria de Destino		Total
Categoria	Área Funcional	Categoria	Área Funcional	
Assistente Operacional	Cantoneiro de Limpeza	Assistente Operacional	Auxiliar	6
			Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	17
			Mecânico	1
			Motorista de Ligeiros	2
			Serralheiro Civil	1
			Soldador	1
	Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	Assistente Operacional	Auxiliar	1
			Cozinheiro	4
			Impressor Artes Gráficas	1
			Mecânico	1
Assistente Técnico	Administrativo	Assistente Técnico	Higiene Sanitária	1
		Coordenador Técnico	Cemitério	2
Total Geral				38

Deste modo, os respetivos trabalhadores passaram a integrar o Mapa de Pessoal do Município de Lisboa na categoria e área funcional em que se encontravam em mobilidade.

Procedeu-se igualmente à consolidação de mobilidade na categoria na CML de 30 trabalhadores oriundos de outros organismos. Destes 30 trabalhadores, 15 são da carreira técnico superior, 10 da carreira assistente técnico, 4 na carreira de assistente operacional e 1 especialista de informática.

Quadro 5: Consolidações das Mobilidades na Categoria na CML

Categoria	Área Funcional	Nº de Trabalhadores
Técnico Superior	Arquitetura	3
	Ciências da Comunicação	1
	Conservação e Restauro	1
	Design	1
	Direito	1
	Engenharia Civil	1
	Geografia	2
	Gestão de Recursos Humanos	1
	História	1
	Intervenção Social	1
	Proteção Civil	1
	Sociologia	1
	Subtotal	15
Assistente Técnico	Administrativo	10
	Subtotal	10
Assistente Operacional	Auxiliar	2
	Cantoneiro de Limpeza	2
	Subtotal	4
Especialista de Informática	Especialista de Informática	1
	Subtotal	1
Total Geral		30

SAÍDAS POR TIPO DE VÍNCULO

No ano 2018, verificaram-se 232 saídas definitivas e não definitivas que representaram um aumento significativo relativamente a 2017. Este aumento deveu-se sobretudo ao número de aposentações com cerca de 31,5% do total, continuando a ser o principal motivo de saída, apesar de estas terem vindo a sofrer um decréscimo bastante significativo desde 2014, com cerca de 70% como podemos verificar o gráfico abaixo.

Até ao final de 2018 estavam 149 processos de aposentação a aguardar despacho da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Gráfico 20: Evolução do Principal Motivo de Saída Definitiva desde 2014 a 2017

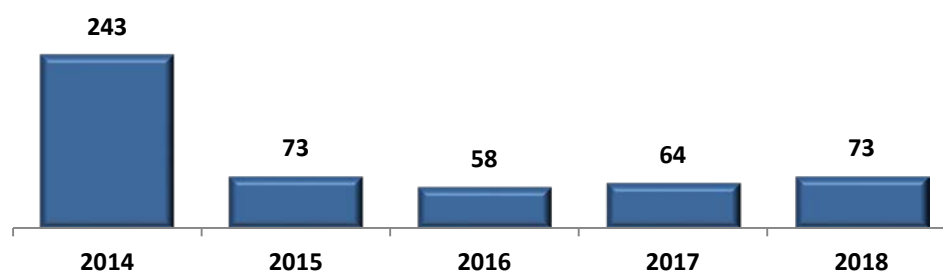


Gráfico 21: Estrutura das Saídas

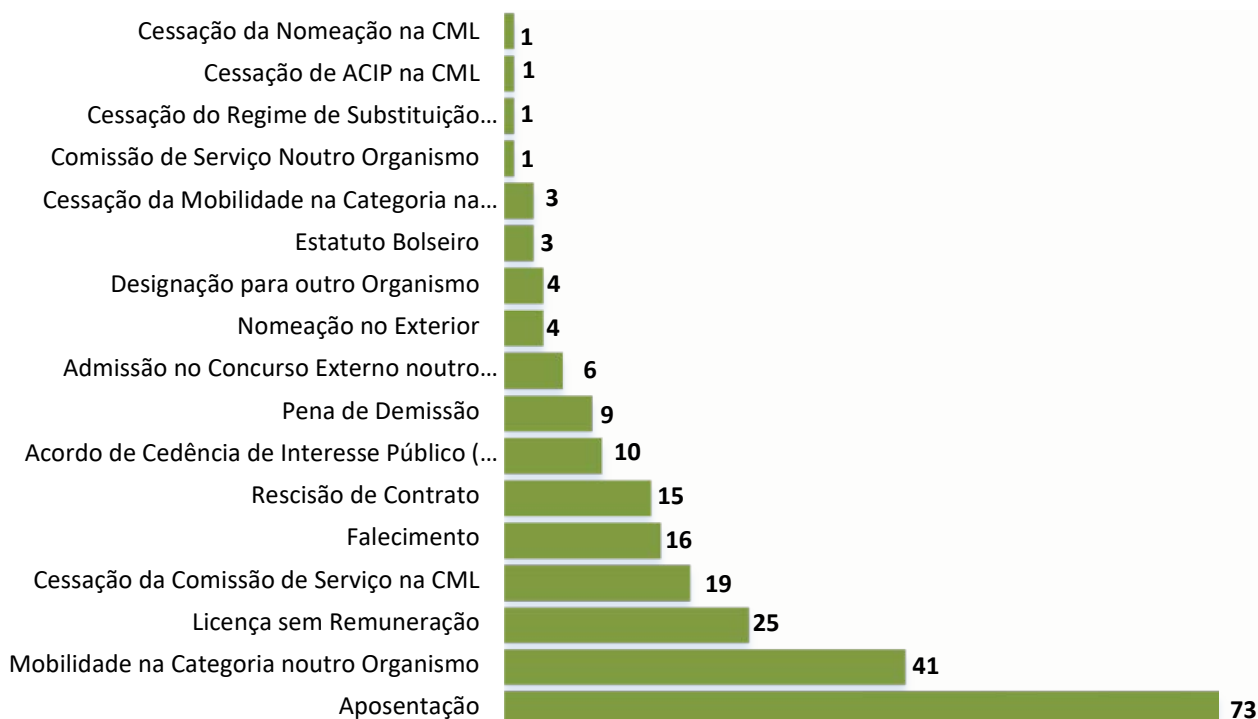
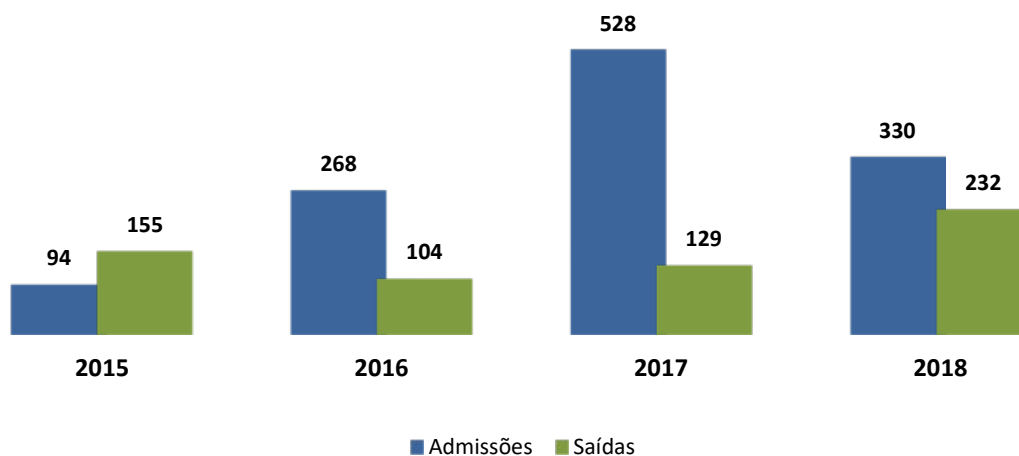


Gráfico 22: Comparação Admissões/Saídas



REGULARIZAÇÃO DE EVENTUAL PRECARIIDADE

A 1 de Janeiro de 2018 entrou em vigor do Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), nos termos estabelecidos pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. O âmbito de aplicação desta Lei abrange as pessoas que tenham exercido, no período de 1 de janeiro de 2017 a 4 de maio de 2017, ou parte dele, funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado.

O Programa de Regularização visa a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, após aprovação em procedimento concursal.

Nas autarquias locais, a abertura de procedimento concursal para regularização extraordinária verifica-se após reconhecimento pelo órgão executivo de que as funções exercidas satisfazem necessidades permanentes dos serviços, sem vínculo jurídico adequado.

Decorrente do disposto naquele diploma legal, em março de 2018, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, sob proposta assinada pelo Vereador João Paulo Saraiva, o “Procedimento de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários no Município de Lisboa”, através da constituição de uma Comissão de Avaliação Bipartida - Deliberação n.º 133/CM/2018, publicada no 6.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1259, de 5 de abril de 2018.

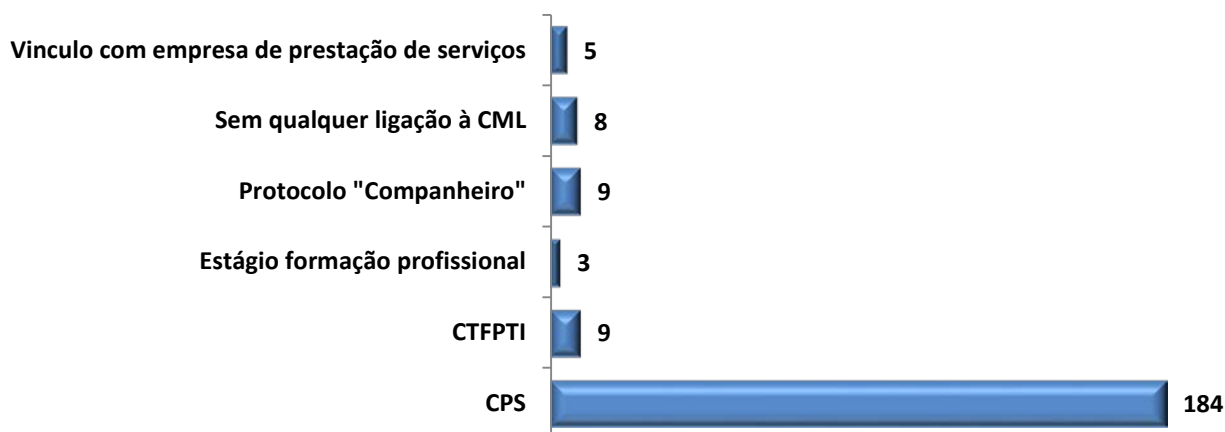
À Comissão de Avaliação Bipartida do Município de Lisboa (CAB-ML), constituída por 6 representantes do município e 5 das estruturas sindicais que representam os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (STE- Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos, SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, STML - Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, SNBP - Sindicato Nacional de

Bombeiros Profissionais, STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins), cabe analisar cada uma das situações apresentadas, com vista à regularização das situações de exercício de funções que correspondam a necessidades permanentes, sem vínculo adequado, existentes a qualquer momento no período de 1 de janeiro de 2017 a 4 de maio de 2017.

Para o efeito, e por forma a completar o registo prévio que decorreu no ano de 2017, foi aprovada pela Deliberação supra referida, a abertura de um prazo complementar de registo para interessados na regularização de eventual precariedade, que ainda não estivessem registados. Este registo complementar decorreu entre 28 de maio e 11 de junho de 2018.

Deste novo período de registo, resultou um total de 49 novos registos, os quais adicionados aos verificados em 2017, dá um total de 218 interessados na regularização do seu vínculo, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 23: Distribuição por Registos de Vínculo



Determinado o universo de interessados no Procedimento de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários no Município de Lisboa, a CAB-ML deu início aos seus trabalhos.

Após aprovação do seu Regimento e da calendarização das reuniões, a CAB-ML procedeu à análise dos 218 requerimentos apresentados, durante as 12 reuniões que se realizaram entre julho e outubro de 2018.

Em outubro de 2018, a Comissão de Avaliação Bipartida do Município de Lisboa concluiu a análise dos pedidos de regularização extraordinária de vínculos precários registados e, em cumprimento do Princípio da Participação, determinou que se procedesse à audiência dos interessados. Neste sentido, entendeu-se proceder à notificação de todos aqueles cuja análise da CAB-ML não pressuponha um deferimento integral da sua pretensão – integrar o mapa de pessoal do Município de Lisboa, mediante a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Durante o ano de 2019, a CAB-ML prosseguirá os seus trabalhos com a apreciação das alegações apresentadas no âmbito do direito de audiência prévia, com a elaboração do competente relatório final a submeter à apreciação do órgão executivo.

3.2.2 ABSENTISMO

A taxa de absentismo verificada em 2018, situa-se nos 12,0%, registando um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior.

Conforme podemos constatar no gráfico n.º 24, a taxa de absentismo tem vindo a registar um decréscimo desde 2015 até 2018, apresentando em 2017 um ligeiro aumento em comparação com o ano transato.

Gráfico 24: Evolução da taxa de absentismo

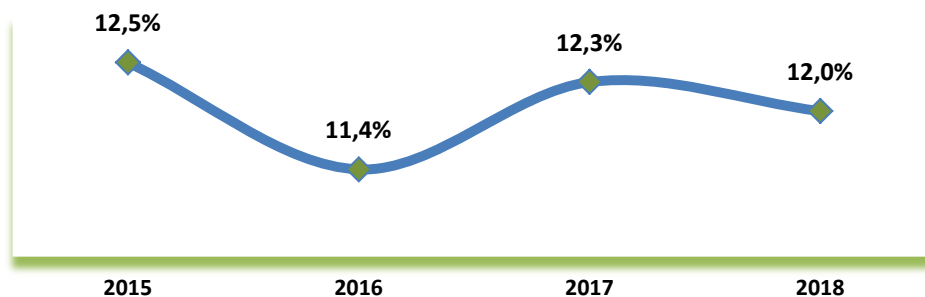
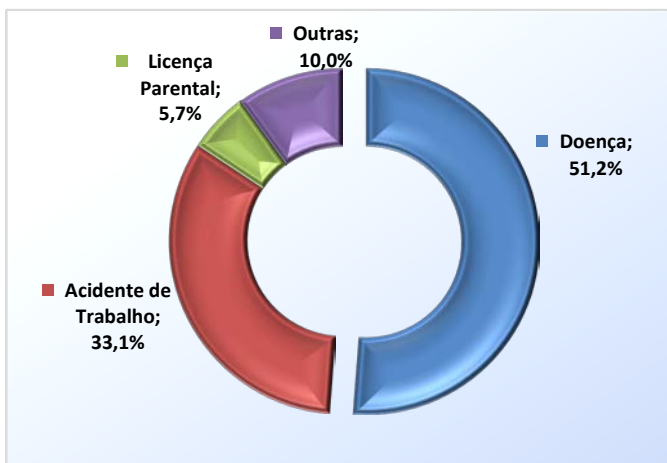


Gráfico 25: Principais Causas de Ausência



As três principais causas do absentismo mantêm o perfil de anos anteriores, destacando-se a doença com 51,2%, como motivo preponderante da ausência ao serviço, seguida dos acidentes de trabalho com 33,1% e a licença parental com 5,7%. Estes motivos de ausência perfazem cerca de 90,0% do total.

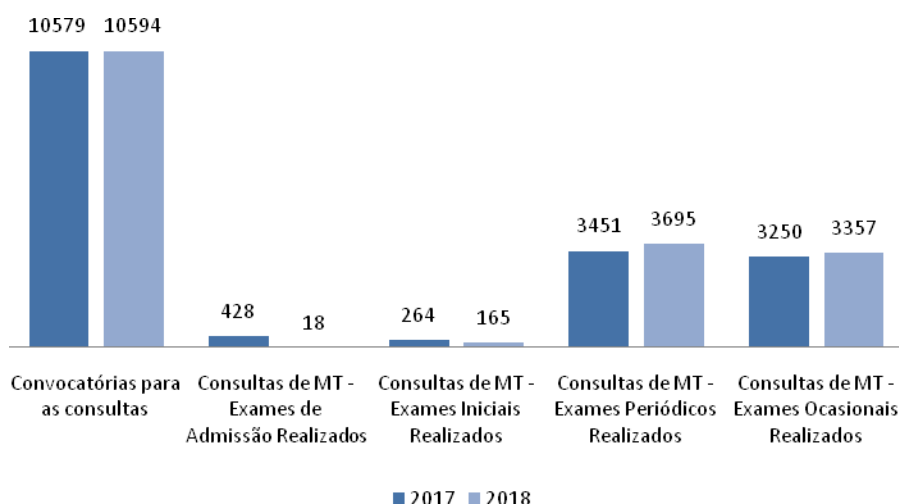
3.2.2 SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA

SAÚDE NO TRABALHO

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade do processo de adequação da equipa dos serviços de saúde ocupacional (sobretudo de Medicina do Trabalho e de Enfermagem do Trabalho) com o desenvolvimento dos protocolos de exames complementares de diagnóstico por categoria profissional, iniciados em 2017, que foram integrados às atividades articuladas das equipas multidisciplinares, dando origem aos protocolos de prevenção e vigilância de saúde dos trabalhadores, criando um novo Modelo de Prevenção Multinível, com integração dos conceitos de “Segurança Integrada” e “Saúde Integrada”.

Foram mantidas as novas valências complementares, nomeadamente a Consulta de Nutrição de proximidade nos três postos médicos atuais: Campo Grande, Olaias e Olivais. De igual modo, as consultas de psicologia preventiva e as análises clínicas passaram a ser realizadas em todos os postos médicos para permitir uma maior proximidade dos trabalhadores.

Gráfico 26: Saúde no trabalho



Verificou-se um aumento de 7% dos exames periódicos realizados e um decréscimo de 74% dos exames de Admissão e Iniciais realizados.

No que diz respeito aos exames ocasionais de medicina do trabalho (regresso de baixa por doença natural, profissional ou acidente de trabalho, a pedido dos trabalhadores ou do serviço), verificou-se um acréscimo de 3% entre 2017 e 2018.

Há a salientar o número crescente, ao longo do ano, do número de Juntas de Freguesias que optaram pelo DSHS como serviço, privilegiado, de saúde do trabalho ao abrigo do “Acordo de transição dos

recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição de novas competências às Juntas de Freguesia ao abrigo da Lei nº 56/2012”. No final de 2018, contabilizaram-se 675 consultas de medicina do trabalho a trabalhadores das Juntas de Freguesia.

Quanto às convocatórias para exames médicos, verificou-se uma manutenção dos valores, em 2018 comparativamente com 2017 (2017: 10.579; 2018: 10.594).

Por último, a participação da Equipa de Enfermagem no Projeto “Perfil de Saúde dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa” com a aplicação de questionários aos trabalhadores, recolha e tratamentos de dados, foi fundamental para que seja possível a avaliação do perfil de saúde dos trabalhadores da CML, no sentido de contribuir para a implementação de programas de promoção da saúde, prioritários adequados às necessidades dos trabalhadores, a serem desenvolvidos em parceria com o Programa de Saúde Ocupacional - 100% Bem.

Em conclusão, os objetivos gerais do serviço de saúde do trabalho foram concretizados, tendo demonstrado grande capacidade de resposta adaptativa do serviço de saúde ocupacional, às necessidades programadas, emergentes ou urgentes dos trabalhadores e da CM Lisboa.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A prevenção da sinistralidade é uma das áreas de atividade centrais do DSHS. Face aos dados de sinistralidade apurados nos últimos 4 anos, o DSHS decidiu elaborar, no final de 2017, um Plano de Prevenção da Sinistralidade Laboral, com a criação de um projeto piloto na Divisão de Limpeza Urbana (DLU), dado ser o serviço com maior índice de sinistralidade, tendo sido adotada a metodologia participativa: *focusgroup*, que permitisse o envolvimento de todos os intervenientes, dos quais foi obtida informação de carácter qualitativo quanto à identificação das potenciais causas dos acidentes de trabalho, aos motivos do aumento da sinistralidade e às medidas de prevenção a adotar.

Da conclusão dos *focusgroup* do trabalho desenvolvido pelo grupo interdepartamental, foram obtidas 32 propostas de melhoria que foram organizadas em 4 eixos estratégicos: Prevenção; Gestão de atividade; Gestão de recursos humanos e viaturas.

Este plano de prevenção de sinistralidade laboral foi monitorizado mensalmente, com referência às medidas da responsabilidade de cada uma das Unidades Orgânicas, a concretizar em 2018.

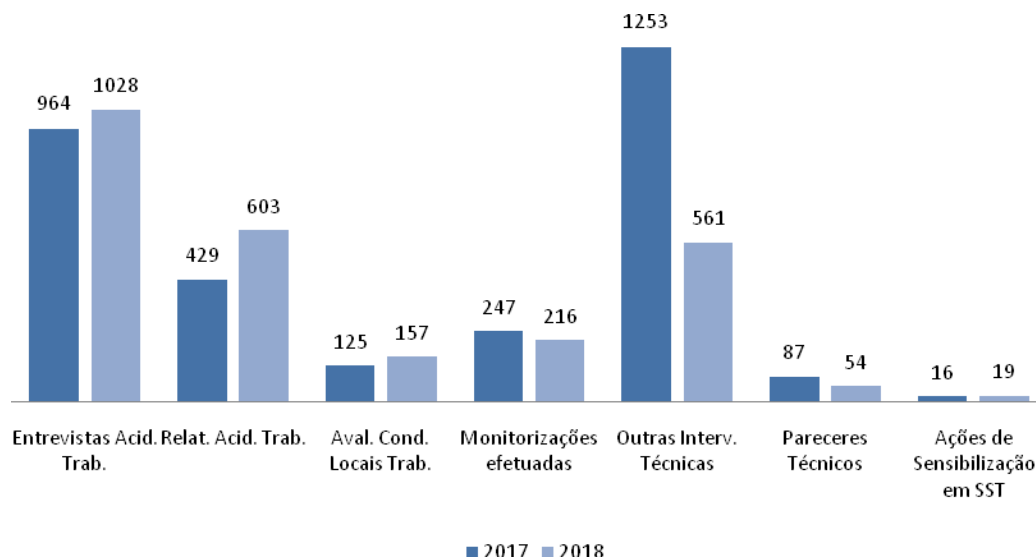
Salienta-se ainda como tarefas relevantes da área de higiene e segurança do trabalho, a formação e/ou sensibilização no âmbito da SHT; a preparação e acompanhamento de auditorias internas e externas para o acompanhamento da certificação do sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho; o acompanhamento técnico na preparação das mudanças dos trabalhadores entre os

edifícios municipais e a cooperação interdepartamental no âmbito da avaliação das condições de trabalho e na identificação de soluções e implementação de medidas.

Verificou-se uma estabilização dos valores relativos às restantes atividades, contabilizando-se 157 avaliações das condições de trabalho, 54 pareceres técnicos e 216 monitorizações.

O número de intervenções técnicas teve um decréscimo em 2018, uma vez que o elevado número em 2017 dizia respeito a questionários aplicados pelas equipas multidisciplinares no âmbito do dia mundial da saúde.

Gráfico 27: Higiene e Segurança no Trabalho



As ações de formação ministradas nesta matéria tiveram como público-alvo preferencial os representantes dos trabalhadores para a higiene e segurança do trabalho eleitos, assim como a formação em contexto real de trabalho (parte prática) a 100% dos trabalhadores da Divisão de Gestão Cemiterial.

3.2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Câmara Municipal de Lisboa mantém uma atividade de formação profissional do seu efetivo que se reparte em três eixos fundamentais: Interna, Externa e para o Exterior.

A par da atividade acima descrita a CM Lisboa, através do seu serviço de formação, desenvolve o seu Plano de Estágios curricular e profissionais ou outros programas de desenvolvimento dos trabalhadores, a fim da promoção e partilha de conhecimento e de boas práticas.

FORMAÇÃO INTERNA

Ao longo de 2018 realizaram-se 123 cursos de formação profissional que se concretizaram em 324 ações de formação, correspondendo a um total de 10.933 horas de duração (horas ministradas), abrangendo 5.133 trabalhadores, com um custo total de 177.208 euros.

No ano de 2018 as verbas despendidas com a Formação Interna foram inferiores às despendidas em 2017 (-15,5%), a que corresponde a uma diminuição na despesa de 32.500,00 euros. Contudo, registou-se um aumento significativo no número de ações realizadas (+37), embora o número de formandos envolvidos tenha sido inferior em relação ao do ano anterior (-538). Em relação às horas ministradas também se verificou um aumento significativo (+4.740), face a 2017.

FORMAÇÃO EXTERNA

Em 2018 foram promovidas 386 ações de formação externa, envolvendo 1189 trabalhadores, num total de 6.486 horas ministradas e com um custo de 66.832,74 euros, traduzindo-se num aumento significativo face ao ano de 2017, no número de formandos e de horas assistidas 37,14% (+322 formandos) e 53,48% (+5635 horas), respetivamente, tendo-se registado igualmente um aumento no número de ações realizadas (+57).

O aumento da despesa em formação externa foi relevante, 40,01% (+19.097 euros), em relação à despesa realizada em 2017.

FORMAÇÃO PARA PÚBLICOS EXTERNOS

A CM Lisboa tem procurado otimizar o seu know-how e a larga experiência dos seus Serviços de Formação, propondo colocar ao serviço dos seus municípios e outros públicos externos à autarquia, a realização de ações de formação que contribuam para a melhoria da sua prestação ao serviço da cidade de Lisboa.

Neste sentido, a oferta formativa da autarquia, que decorre do seu Plano de Formação para Públicos Externos, tem tido como principais objetivos:

- Concretizar as Políticas e Estratégias do Executivo;
- Promover o trabalho Colaborativo entre Parceiros Internos e Externos;
- Apoiar o Executivo na concretização do Programa de Governo para a Cidade de Lisboa e a estratégia Lisboa 2020;
- Incrementar a competitividade da Cidade, fomentando o empreendedorismo e a empregabilidade;
- Qualificar outros públicos não trabalhadores da CM Lisboa em temáticas em que autarquia detém Know how;
- Trocar experiências com outras entidades (nacionais e internacionais) que trabalhem em áreas específicas, análogas às de alguns serviços da autarquia;

- Antecipar necessidades decorrentes de situações concretas, designadamente eventos de grande impacto previstos para a cidade de Lisboa ou preparar agentes intervenientes na cidade para novos desafios;
- Dar resposta aos pedidos que lhe são apresentados por entidades externas.

Ao longo de 2018 realizaram-se 45 cursos de formação profissional e de sensibilização e atividades lúdicas para o exterior, que se concretizou em 99 ações de formação, correspondendo a um total de 5.681 horas de duração (horas ministradas), abrangendo 2236 Municípios, com um custo total de 131,070 euros.

PLANO DE ESTÁGIOS DA CM LISBOA

A CM Lisboa, pelo seu prestígio, dimensão e diversidade de atribuições e competências, representa uma boa escolha para local de estágio, como se encontra naturalmente vocacionada para responder às necessidades da comunidade estudantil.

Considerando o elevado número de pedidos de estágio profissional, habilitante e curricular que o Município de Lisboa recebe, foi criado o Regulamento de Estágios do Município de Lisboa, através da Deliberação n.º 16/AM/2012, tomada na sequência da Proposta n.º 35/2012.

O Plano de Estágios (PE) do município contempla os seguintes tipos de estágios:

- Estágios de Formação Profissional (EFP) – visam proporcionar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, contribuindo para melhorar, completar e aperfeiçoar as competências anteriormente adquiridas pelos beneficiários dos estágios, através de formação e experiência prática em contexto laboral e promover a inserção de jovens ou a reconversão profissional de desempregados;
- Estágios Curriculares (EC) – visam proporcionar a realização de estágios curriculares obrigatórios para conclusão de curso profissional ou superior;
- Estágios Habilitantes ao Exercício de Profissão Regulada (EH) – têm como objetivo o cumprimento de requisitos adicionais e específicos para acesso ao título profissional de uma profissão regulada por Ordem ou Associação Pública Profissional;
- Outros Estágios (O) – para além dos estágios profissionais, curriculares e habilitantes, são solicitados estágios de natureza diversa, aos quais a CM Lisboa pretende dar uma resposta adequada aos fins a que se destinam.

A CM Lisboa colabora ainda no acolhimento de estagiários ao abrigo dos programas de mobilidade europeus Erasmus+, proporcionando quer a profissionais quer a estudantes universitários, estágios noutra país, da união europeia, por um período de três a doze meses.

Em 2018 a CM Lisboa realizou 176 estágios.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

O Centro Qualifica (CQ) da CM Lisboa tem como objetivo aumentar a qualificação escolar e profissional dos trabalhadores da CML; combater a infoexclusão e as desigualdades no acesso à formação profissional; orientar e encaminhar jovens e ativos desempregados para ofertas de educação e formação nas seguintes áreas prioritárias para a cidade (de acordo com a estratégia do executivo LISBOA 2020): Artes e ofícios tradicionais, Reabilitação urbana, Hotelaria, Serviços de proximidade e Novas Tecnologias. O CQ destina-se a trabalhadores da CM Lisboa, cidadãos, incluindo desempregados de longa duração, grupos em risco de exclusão social, grupos em risco de abandono escolar, imigrantes e refugiados.

Durante o ano 2018, a intervenção do CQ desenvolveu-se em todos os seus eixos de atividade, nomeadamente: acolhimento, diagnóstico para qualificação, informação e orientação sobre tipologias e ofertas de qualificação e encaminhamento para a qualificação (1521); Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - Processo RVCC (10); Certificações de Competências (35); e Planos Individuais de Encaminhamento para ofertas de qualificação escolar ou profissional (324).

ESTUDOS PROJETOS E ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

O Departamento de Desenvolvimento e Formação, no pressuposto de cumprir a sua visão e de contribuir para o desenvolvimento e para a inovação nos eixos estratégicos da CM Lisboa, desenvolveu ainda atividade no âmbito do Núcleo de Estudos e Apoio à Gestão, realizando em 2018, estudos e projetos que suportam a sua atividade e propõem abordagens inovadoras para os atuais desafios da cidade, em Aprendizagem ao Longo da Vida:

Em 2018 continuou a decorrer a formação no âmbito do **Programa de Alfabetização para Imigrantes em situação irregular** com vista a uma melhor integração e inclusão de estrangeiros na Cidade de Lisboa. O Programa decorre das parcerias com o DDS, o Centro Padre Alves Correia e a Fundação Aga Khan. Este plano foi incluído no Plano Nacional de Literacia que o Prof. Luís Rothes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto está a desenvolver a pedido do Ministério da Educação, da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional e a Comissão Europeia.

PILD - Programa para a Inclusão e Literacia Digital, no âmbito deste programa realizámos workshops em competências básicas digitais para públicos com elevado risco de exclusão como desempregados e seniores; e a atribuição de micro-certificações, promovemos o Passaporte de Competências Digitais, inédito em iniciativas de Inclusão e Literacia Digital, que aumentam a visibilidade digital das competências dos cidadãos partilhável no Curriculum Vitae e nas redes sociais, aumentando assim a sua empregabilidade. O Programa para a Inclusão e Literacia Digital da CM Lisboa resulta de uma

parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Em 2018 frequentaram as oficinas 190 participantes, tendo sido validadas e certificadas 180 competências digitais.

Neste âmbito a Câmara Municipal de Lisboa, através do DDF, foi convidada a integrar a Rede de Observatórios Municipais para a Inclusão e Literacia Digital, coordenada pela Universidade Aberta - OBLID. Na sequência do convite da rede OBLID, o DDF concebeu e realizou 1 ação de formação de capacitação de técnicos de Municípios do Alentejo, com a duração de 25 horas, com vista à implementação nestes municípios (Reguengos de Monsaraz, Évora, Serpa, Redondo, Arraiolos), do Programa para a Inclusão e Literacia Digital e do Passaporte de Competências Digitais da Câmara Municipal de Lisboa.

Realizámos um workshop de literacia digital - Book-trailer, para estudantes da Escola Secundária Eça de Queirós e participámos em Webinários sobre a Literacia Digital divulgando a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e do Pelouro dos Recursos Humanos

Prémio ALV Aprendizagem ao Longo da Vida 2018

Programa para a Inclusão e Literacia Digital, a CML foi distinguida com o prémio ALV-2018 com este programa. O Prémio Semana Aprendizagem ao Longo da Vida tem como objetivo promover o conhecimento e a divulgação de boas práticas de aprendizagem de adultos que se revistam de carácter inovador e se revelem eficazes no reforço da participação dos adultos em processos de aprendizagem ao longo da vida. O Júri constituído por Ana Maria Bettencourt, Ex-Presidente do Conselho Nacional de Educação; Ana Cláudia Valente, vogal do conselho diretivo da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P e Luís Jacob, Doutorando em “Sociedade do Conhecimento” pela Universidade de Salamanca (Espanha).

Ainda no âmbito do PILD-Programa para a Inclusão e Literacia Digital, o DDF foi convidado pela Revista Direito de Aprender, para um debate sobre Inclusão e literacia Digital, entretanto publicado na Revista Direito de Aprender nº15.

Programas Internacionais

No âmbito da candidatura de adesão da CML/DMRH/DDF à rede Europeia de Educação Profissional XARXA FP, o DDF participou na XIX XARXA FP General Assembly, rede de formação profissional, que se realizou em Zwolle, na Holanda.

No âmbito do Programa Erasmus+, projeto 2016-I-PT0I-KA102-022405, Cultura e inovação em Línguas II e em parceria com o CEL, Centro Europeu de Línguas, realizaram-se 2 intercâmbios de boas práticas e mobilidade de pessoal de educação e formação profissional que contaram com a

participação de 6 Técnicos do DDF, 3 em Sevilha na AIP Languages-Advisers for International Programs in Spain, e 3 em Turim na Associazione Formazione 80, de Itália.

Organizámos e realizámos o 4º Encontro Transnacional do Projeto “SILVIA” (Supporting Intergenerational Learning and Volunteering as a Mean for Inclusion through Autobiographical Methodology) que contou com a participação de todos os parceiros internacionais, num total de 30 participantes.

No âmbito da European Alliance for Apprenticeships, realizámos candidatura, que foi aprovada pela comissão europeia - Directorate General Employment, Social affairs & Inclusion, pelo que a CML integrou em agosto a rede europeia para as aprendizagens.

No âmbito da European Vocational Skills Week 2018, divulgamos, entre outras, as seguintes iniciativas de Educação Formação: Formação de Tutores para os Bombeiros Municipais do Funchal; Passaporte Competências Digitais: Criar, Editar e Partilhar Apresentações Multimédia; Passaporte Competências Digitais: Cidadania Digital e Serviços Públicos Online; Workshop de Compostagem.

No âmbito da Semana EU CODE WEEK, promovida pela Comissão Europeia, o DDF submeteu e viu aprovada a candidatura para a divulgação de 2 workshops de Introdução à Programação, abertos ao público em geral, realizados nos dias 24, 25 de Outubro.

O DDF através da Rede Xarxa FP - Rede Europeia em Educação e Formação Profissional e do Programa de Mobilidade Europeu Erasmus+, organizou e coordenou uma Visita técnica para 16 professores/formadores de Formação Profissional, de Barcelona, Valência e Madrid, com o objetivo de conhecer as melhores práticas de formação profissional em organizações e instituições que trabalham com a educação e formação de adultos e jovens, no combate ao abandono escolar, promovendo o aumento das qualificações potenciadoras de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

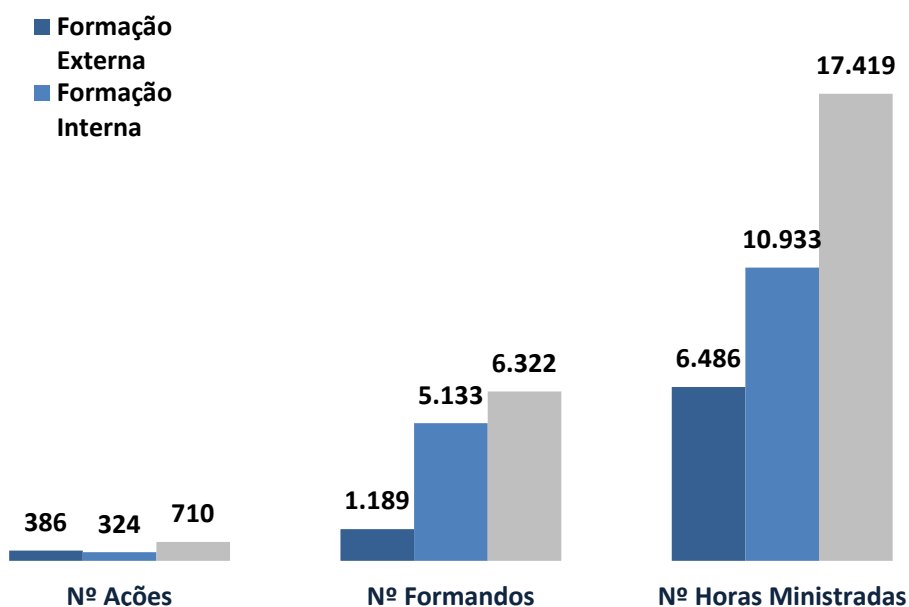
No quadro do Cedefop-Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, que presta assistência à Comissão Europeia, aos Estados-Membros da UE e aos parceiros sociais na elaboração das políticas europeias que são necessárias no domínio da formação profissional, o DDF elaborou uma candidatura de boas práticas das Escolas de Jardinagem e Calceteiros sobre o trabalho que realiza no âmbito do combate ao abandono da educação/formação profissional precoce. A candidatura, que foi ganha pelo DDF, vai fazer parte do próximo Manual de Boas Práticas da Formação Profissional na Educação de Adultos - VET TOOLKIT - a implementar por parte do Cedefop.

Em Novembro o DDF esteve presente na International Conference On Urban Conservation, em Calcutá, promovida pelo CBE – Centre for Built Environment com intuito de alertar para a necessidade de preservação do património histórico e cultural urbanístico, contribuindo para a renovação da herança urbana de cidades históricas como Lisboa. Nesta conferência a Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Formação da DMRH, Luísa Dornellas, apresentou a Calçada Portuguesa em Lisboa, como um património único de elevado valor artístico e urbano, bem como divulgou a Escola de Calceteiros e da sua atividade.

SÍNTESE DA FORMAÇÃO/2018

Este gráfico mostra, em síntese, a atividade formativa em 2018 (nº. de ações, nº. de formandos e nº. de horas de formação efetivada).

Gráfico 28: Síntese da Formação realizada em 2018

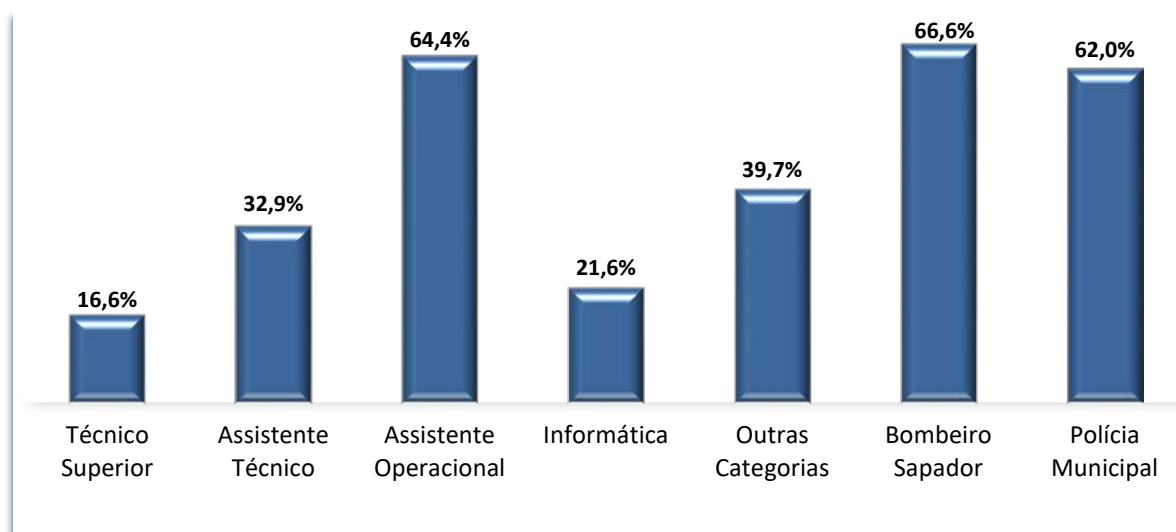


3.2.4 RELAÇÕES DE TRABALHO

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A taxa de sindicalização do efetivo municipal é de 44,3% (3.520 trabalhadores, com um decréscimo de cerca de 5,3% em relação ao ano anterior).

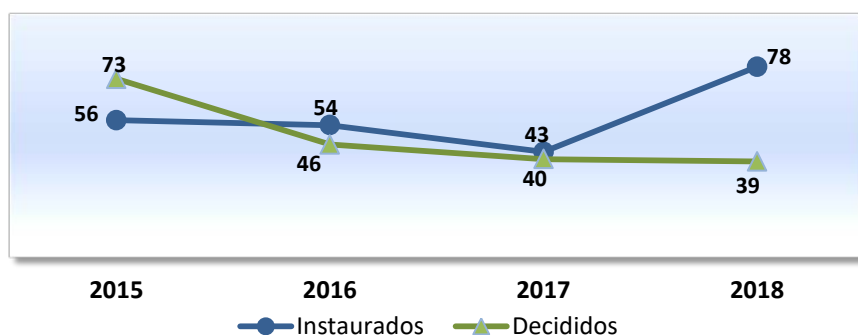
Gráfico 29: Sindicalizados por Carreira/Categoria – 2018



Salienta-se que as carreiras/cargos com maior número de sindicalizados são por ordem decrescente: assistente operacional (1.607); bombeiro sapador (611); assistente técnico (447); técnico superior (366); polícia municipal (352); outras categorias (110) e informática (27).

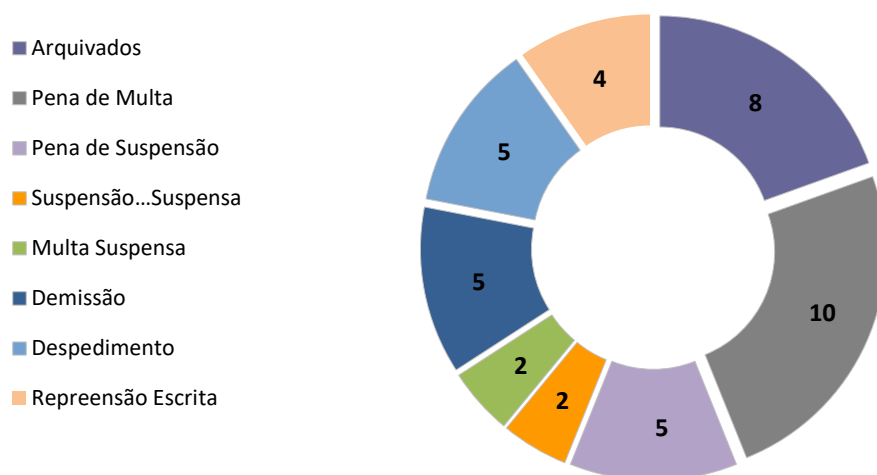
AÇÃO DISCIPLINAR

Gráfico 30: Evolução dos processos instaurados e decididos



Transitaram de anos anteriores 44 processos e durante o ano de 2018 foram instaurados 78 processos disciplinares, em que 39 ficaram decididos, 20 apensos, transitando, 63 processos para 2019.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento bastante significativo de cerca de 81,4% no número de processos instaurados e uma ligeira diminuição no número de processos decididos, cerca de 2,5%.

Gráfico 31: Penas aplicadas nos processos

A pena de multa, os processos arquivados, a pena de suspensão, despedimento e demissão estão no topo da lista das penas aplicadas nos processos decididos, com um valor absoluto de 10, 8 e 5 respetivamente.

As principais causas dos processos disciplinares é a falta de assiduidade, com cerca de 41% e o comportamento incorreto por parte dos trabalhadores com cerca de 17,9%.

Os assistentes operacionais foram os que apresentaram o maior número de arguidos em processos disciplinares, cerca de 60, seguido do técnico superior e o assistente técnico com 10 processos respetivamente.

A Direção Municipal de Higiene Urbana é a Unidade Orgânica com maior incidência de processos instaurados (50%).

PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO

INDICADOR	FÓRMULA	VALOR
Leque Etário	Trabalhador Mais Novo- Trabalhador Mais Velho	49
Antiguidade Média na Função Pública	\sum Antiguidades / \sum Efetivos	22
Taxa de Feminização	\sum Efetivos do Género Feminino / \sum Efetivos \times 100	41,6%
Taxa de Masculinização	\sum Efetivos do Género Masculino / \sum Efetivos \times 100	58,4%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	\sum Técnicos superiores / \sum Efetivos \times 100	27,1%
Taxa de Formação Superior	\sum Total de Efetivos com Licenciatura+Pós graduação+Mestrado+Doutoramento / \sum Efetivos \times 100	26,5%
Taxa de Habilitação Secundária	\sum Total de Efetivos com 11º ano+12º ano / \sum Efetivos \times 100	27,4%
Nível Médio Etário	\sum Idades / \sum Efetivos	50
Taxa de Emprego Jovem	\sum idades até 24 anos / \sum Efetivos \times 100	1,1%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes / \sum Efetivos \times 100	2,2%
Índice de Saídas	\sum Saídas Definitivas / \sum Efetivos \times 100	1,8%

III. REPORTING FINANCEIRO

1. REQUISITOS LEGAIS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

1.1 NOTA PRÉVIA

No quadro da legislação em vigor, apresentam-se um conjunto de indicadores relativos a equilíbrios ou metas legais, de que sobressaem:

- Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e suas alterações (POCAL);
- Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República nº 71, 2ª Série Parte C - indicador relativo ao prazo médio de pagamentos a fornecedores;
- Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que a regulamenta, e suas alterações;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e suas alterações;
- Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2018.

1.2 ENDIVIDAMENTO LEGAL

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estabelece que o regime de endividamento municipal deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo objetivos de:

- Minimização dos custos numa perspetiva de longo prazo;
- Distribuição equilibrada dos custos pelos diversos orçamentos anuais;
- Prevenção de excessiva concentração temporal das amortizações;
- Não exposição a riscos excessivos

Por forma a evitar o endividamento excessivo dos municípios o RFALEI determina, no seu artigo 52º, um limite máximo para o valor da dívida total de operações orçamentais, a aferir em 31 de dezembro de cada ano, a apurar do seguinte modo:

- **Limite da dívida total** - fixado no início de cada ano, é dado pela média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores, majorada de 1,5;

- **Dívida total** - corresponde ao total dos débitos de terceiros decorrentes de operações orçamentais, e engloba: os empréstimos; os contratos de locação financeira; e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras.
- **Margem de endividamento** - apurada em 31 de dezembro de cada ano, é determinada pela diferença entre o limite da dívida total e o valor da dívida total de operações orçamentais. Da verificação do cumprimento do limite resulta a margem de endividamento disponível para o exercício económico seguinte, que será de:
 - Mais 20% daquela diferença, se esta for positiva, i.e. se o município cumpre;
 - Menos 10% do montante excedido, se a diferença for negativa, i.e. o município não cumpriu, pelo que será obrigado a reduzir aquela diferença, no exercício subsequente.

Nestes termos, o limite da dívida total para 2018, dado pela majoração da média da receita corrente líquida cobrada nos 3 anos anteriores (2015, 2016 e 2017) foi fixado em ≈977,4 milhões de euros.

Da comparação deste limite com a dívida total de operações orçamentais, aferida no início de 2018, ≈483,6 milhões de euros, resultou uma margem absoluta para 2018 de ≈493,8 milhões de euros, a que correspondeu uma margem disponível utilizável de 98,8 milhões de euros (i.e., 20% da margem de aumento da dívida total no exercício), fixando um teto máximo para a dívida total de operações orçamentais para 2018, de ≈582,4 milhões de euros.

No final do exercício de 2018, o Município, para além de cumprir o limite de endividamento fixado para o ano, conseguiu ainda reduzir o *stock* da dívida em 50,3 milhões de euros, originando uma melhoria da margem disponível por utilizar, que no final do ano ascendia a ≈149,1 milhões de euros, mais ≈3,7 milhões de euros que a margem apurada no final de 2017.

Quadro 6: Cumprimento do limite legal

Unid: Milhares de Euros

Limite da Dívida Total	Início 2018 ^(b)	Fim 2018 ^(b)
(1) Limite da receita ^(a)	977.414	977.414
(2) Dívida total ^(b)	483.601	433.279
(3) Margem absoluta = (1)-(2)	493.814	544.135
(4) Margem utilizável = (3) x 20%	98.763	108.827
(5) Limite global da dívida total para n = (2) + (4)	582.363	-
(6) Variação da dívida (Fim _n - Início _n)	-	-50.321
(7) Margem disponível por utilizar = (4) - (6)	-	149.084

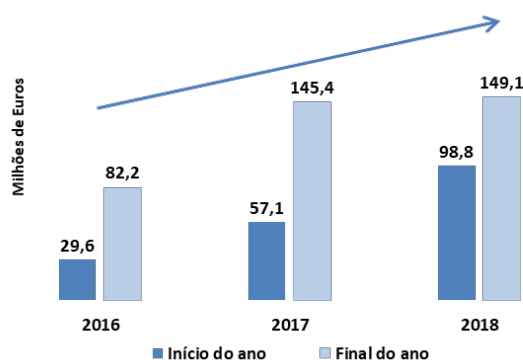
^(a) Limite da Receita - 1,5 x média da receita corrente líquida cobrada últimos 3 anos

^(b) Dívida total em 01-01-2018 e 31-12-2018 sem dedução das permutas

Gráfico 32: Evolução da Margem de endividamento

(Margem utilizável e Margem disponível p/ utilizar no final do ano)

Em 31 de dezembro de 2018, data da verificação da observância deste indicador legal, a dívida total de operações orçamentais saldou-se em ≈433,3 milhões de euros, revelando uma redução da dívida total de 38,3 milhões de euros, e uma margem disponível por utilizar final de ≈149,1 milhões de euros.



Pelo segundo ano consecutivo, desde a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida legal do Município ficou abaixo da média da receita corrente líquida cobrada, dos últimos 3 anos, antes de majoração, i.e., ≈433,3 milhões de euros de dívida total de operações orçamentais, para uma receita da ordem de ≈651,6 milhões de euros, correspondendo a um rácio na ordem dos 66,5%, corolário da consistente redução do valor da dívida ao longo dos últimos anos a par com a dinâmica recente dos fluxos da receita corrente, colocando o Município fora do alcance do alerta precoce previsto no nº 1 do artigo 56º da Lei nº 73/2013.

1.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

A Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, publicada no Diário da República nº 38, 1ª Série, aprovou o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas, que abarcou medidas de controlo e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores. Pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no Diário da República nº 71, 2ª Série Parte C, foi adotado o indicador de Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) baseado na seguinte fórmula, para cálculo, reporte e monitorização pela Tutela:

$$PMP = \left(\frac{\left(\sum_{t-3}^t \frac{DF}{4} \right)}{\sum_{t-3}^t A} \right) \times 365$$

Em que:

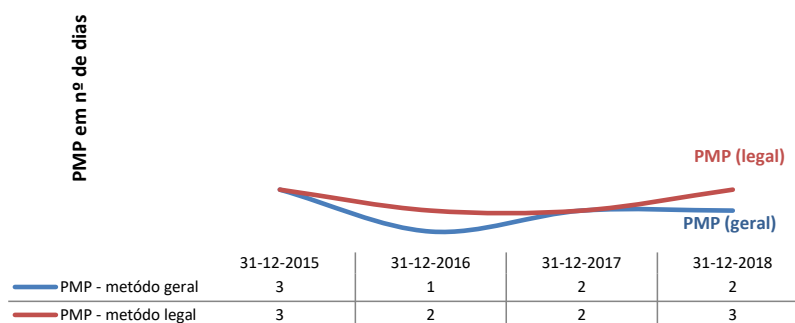
t = Trimestre

DF - Dívida de curto prazo a fornecedores observada no final de um trimestre.

A - Aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Gráfico 33: Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (ano)

No final de 2018, o PMP do Município, calculado em conformidade com a fórmula legal, foi de 3 dias, prazo largamente inferior ao limite de 90 dias, veiculado pela resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008.



O PMP apurado de acordo com o método geralmente utilizado pelas empresas foi de 2 dias, a 31 de dezembro de 2018.

1.4 PAGAMENTOS EM ATRASO

O reporte dos pagamentos em atraso junto da Tutela principiou em 2011, apresentando o gráfico infra os valores de 2011 a 2018.

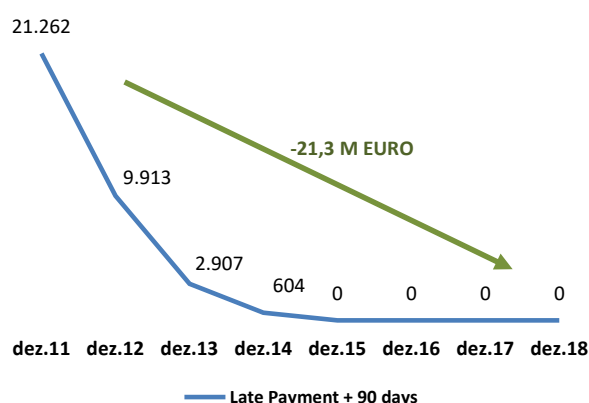
A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), em vigor desde 2012, introduziu medidas de monitorização e mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento desse *stock* na vigência da Lei.

Gráfico 34: Evolução dos Pagamentos em Atraso

No período em análise, observou-se uma trajetória de diminuição dos pagamentos em atraso, com uma redução de 21,3 milhões de euros e um saldo nulo de pagamentos em atraso nos últimos 4 anos.

Em paralelo com o observado nos últimos dois anos, o Orçamento do Estado para 2018 (Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro),

identificou como meta para esse ano, a diminuição do endividamento para as entidades incluídas no subsector da administração local, por relação com os pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).



Quadro 7: Redução do stock de pagamentos em atraso (+ 90 dias) – OE 2018

Redução Pagamentos Atraso	2018	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
stock (SIIAL) dez-2018 / set-2017	O Município não registava pagamentos em atraso com mais de 90 dias em Set-2017, nem em Dez-2018	Sim	Até ao final do ano de 2018, os municípios reduzem, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2017, no SIIAL.	Artigo 93º nº 1 LOE 2018

Considerando que o Município não apresentava pagamentos em atraso com mais de 90 dias em setembro de 2017 ou em dezembro de 2018, foram cumpridos os objetivos emanados do Orçamento de Estado de 2018.

1.5 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Quadro 8: Regras orçamentais de equilíbrio

Equilíbrios Orçamentais	2015	2016	2017	2018	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
$\frac{Receita\ Total}{Despesa\ Total}$	120,7%	114,1%	129,5%	116,9%	sim	O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
$\frac{Receita\ Corrente}{Despesa\ Corrente}$	127,9%	130,4%	156,8%	120,9%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
$\frac{Receita\ Corrente\ Bruta}{(Despesa\ Corrente + Amortiz\ médias\ Emprést\ MLP)}$	118,6%	121,9%	147,4%	116,9%	sim	A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais determina as regras de equilíbrio orçamental, nomeadamente a do equilíbrio formal ou global (os orçamentos não podem ser deficitários) e a do equilíbrio substancial (as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes) com vista à geração de saldos correntes positivos, que financiem, desde logo, a despesa de capital.

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, reforçou a regra do equilíbrio orçamental estipulando, no seu artigo 40º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes adicionadas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo (MLP), instituindo uma banda de incumprimento até 5% das receitas correntes totais, a ser compensada no ano seguinte.

Em 2018 foi dado cumprimento ao conjunto destes indicadores à semelhança dos restantes anos do quadriénio em análise, em base comparável 2018 *versus* 2015; o valor das amortizações médias dos empréstimos de MLP², calculado nos termos do nº4 do artigo 40º da citada Lei, foi próximo dos 39,4 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 0,8% face a 2017.

² calculadas nos termos do nº4 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação anual.

Em 2018 e em base comparativa com o ano anterior, a dinâmica deste indicador assenta no comportamento da receita e da despesa global, em que as variações foram de, respetivamente, de 10,9% / +99,7 milhões de euros e de 22,8% / +161,3 milhões de euros e do segmento corrente, com variações de -2,7% / -20,4 milhões de euros na cobrança e de 26,2% / +126,1 milhões de euros nas aplicações. Para estes resultados contribuíram do lado da despesa e com uma natureza pontual, os valores pagos no quadro da devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, cerca de 53,8 milhões de euros com natureza corrente e ao cumprimento, com pagamento integral, do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo numero 5491/09.1TVLSB, em que foram autores José António Arez Romão, Ana Maria de Arez Romão e Brito Correia, Maria da Graça Arez Romão e Maria Madalena Arez Romão Pais de Vasconcelos, relativo a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela de terreno integrada na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar com o valor global próximo dos 95,8 milhões de euros, sendo cerca de 30,5 milhões de euros de natureza corrente.

2. ASPETOS PATRIMONIAIS

2.1 NOTA DE INTRODUÇÃO

As informações apresentadas neste capítulo referem-se à contabilidade patrimonial, plano que tem por objetivo o registo das operações que alteram a composição, quantitativa ou qualitativa, do património do Município, definido como o conjunto de todos os seus bens, direitos e obrigações, bem como dos custos e proveitos gerados pela atividade realizada com apuramento dos resultados obtidos em cada exercício económico.

A preparação de mapas financeiros como o Balanço e Demonstração de Resultados facilita a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, apoiando o diagnóstico e a tomada de decisões.

Em conformidade com o reporte de contas de 2017, privilegiaram-se as informações dos registos organizados na Contabilidade Patrimonial, para a obtenção de informação essencial à análise económica, centrada na demonstração e resultados e relativa aos proveitos e aos custos, e da posição e estrutura financeira, centrada no balanço.

A opção pela utilização de informação criada a partir da Contabilidade Patrimonial para a análise da situação económica e financeira do Município não inibe a apresentação decorrente da Contabilidade Orçamental em capítulo próprio do presente relatório. Relevam-se, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores referentes a Proveitos e a Custos (Contabilidade Patrimonial) e a Receitas e a Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza distinta dos conceitos implicados em cada uma conforme nota adicional aditada ao capítulo orçamental.

2.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS: PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais ascenderam a cerca de 92,8 milhões de euros, corolário da dinâmica dos custos e proveitos integrantes desta natureza, com uma variação, face a 2017, da ordem de 0,6 milhões de euros e de -20,3 milhões de euros, respetivamente.

Quadro 9: Resultados Operacionais

Unid: Milhares Euros

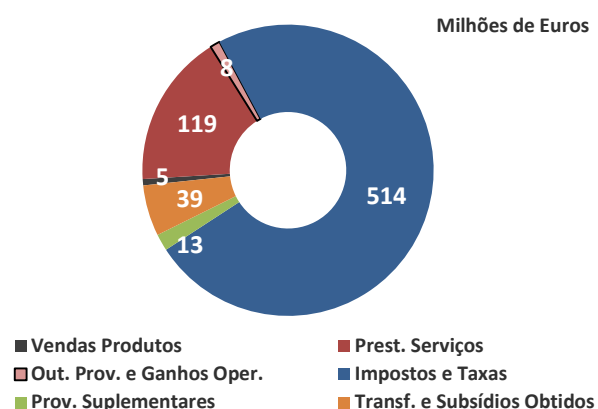
Resultados Operacionais	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	4.250	5.980	5.669	6.001	332	5,9%
Fornecimentos e serviços externos	113.842	126.683	130.514	124.305	-6.209	-4,8%
Remunerações	155.777	156.048	168.359	176.774	8.415	5,0%
Encargos sociais	48.840	48.878	50.425	51.843	1.419	2,8%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	96.166	95.356	104.008	125.211	21.203	20,4%
Amortizações do exercício	29.127	45.583	60.827	67.074	6.246	10,3%
Provisões do exercício	12.884	79.691	81.631	49.437	-32.194	-39,4%
Outros custos e perdas operacionais	1.718	2.104	2.897	4.280	1.382	47,7%
Total dos Custos	462.603	560.324	604.331	604.924	594	0,1%
Vendas de produtos	4.717	5.157	5.311	4.908	-403	-7,6%
Prestações de serviços	92.275	103.850	111.590	118.962	7.371	6,6%
Impostos e taxas	408.947	463.577	543.122	513.651	-29.471	-5,4%
Proveitos suplementares	13.092	13.162	13.608	13.032	-577	-4,2%
Transferências e subsídios obtidos	37.361	38.371	37.690	39.472	1.782	4,7%
Outros proveitos operacionais	3.434	15.828	6.733	7.718	985	14,6%
Total dos Proveitos	559.826	639.945	718.055	697.742	-20.313	-2,8%
Resultados Operacionais	97.223	79.621	113.725	92.818	-20.907	-18,4%

PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais, relativos à atividade corrente do Município, somaram cerca de 697,7 milhões de euros em 2018, com um decréscimo próximo dos 20,3 milhões de euros face ao exercício de 2017. Esta dinâmica resultou, no fundamental, do efeito conjugado da variação no agregado dos Impostos e Taxas - o qual tem o maior contributo no conjunto, 73,6%, - com a variação das prestações de serviços, respetivamente de $\approx -29,5$ milhões e de $\approx +7,4$ milhões de euros face ao período homólogo.

Gráfico 35: Proveitos Operacionais – Estrutura

A variação no segmento dos Impostos e Taxas suprarreferida resultou, no essencial, da não liquidação, em 2018, da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC), com um impacto líquido de $\approx -20,1$ milhões de euros, no quadro da decisão do Tribunal Constitucional já antes mencionada neste Relatório, do volume



de Restituições, com um acréscimo de ≈11,2 milhões de euros (registo de restituições feita pela AT relativas a impostos locais, constantes do respetivo Portal, para o registo contabilístico dos valores de liquidação, reembolsos e restituições, cobrança bruta e líquida, e que têm, origem designadamente, no reconhecimento de benefícios fiscais de IMI e IMT, tratados no ano e relativos ao ano ou a anos anteriores), da dinâmica da Taxa de Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU), com uma retração de ≈10,6 milhões e da Derrama com um decréscimo de ≈8,0 milhões de euros.

Inversamente, o Imposto Municipal sobre Transações (IMT) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) revelam um incremento de 16,5 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respetivamente.

O crescimento da cobrança de IMT assenta em fatores como:

- Um contexto económico favorável;
- Crescimento do mercado imobiliário em 2018, que reflete a vitalidade do mercado nacional, prevendo-se a continuação da sua expansão, sustentada paralelamente pelos segmentos de habitação, escritórios, retalho e hotelaria. Diversos fatores internos e externos levaram a que o investimento neste sector atingisse novo recorde em 2018, essencialmente devido a um bom retorno de investimento o que influencia favoravelmente a decisão pela opção em investimento em imobiliário;
- As favoráveis condições financeiras do mercado (indexantes e spreads) impulsionaram a procura tanto do mercado habitacional, como do alojamento para estudantes e do arrendamento turístico, que assenta, fundamentalmente, na reabilitação urbana em parceria com a ampliação do sector hoteleiro.

O incremento no IMI traduz o crescimento no mercado imobiliário que foi favorecido por:

- Incentivos às famílias que tenham dependentes a cargo (ora com reconhecimento automático ou oficioso pela Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA));
- O aumento do número de pedidos da revisão do valor tributário dos imóveis;
- A concessão de isenção temporária do pagamento de IMI para habitações destinadas a reabilitação urbana.

Quadro 10: Proveitos operacionais – Prestação de serviços

Unid: Milhares Euros

Prestação de serviços	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
				Valor	%
EPAL - Tarifa de saneamento	50.446	54.827	57.946	3.119	5,7%
Tarifa de Resíduos Urbanos	27.482	28.261	28.657	396	1,4%
Rendas e alugueres	9.903	9.784	10.050	266	2,7%
EMEL - Remuneração Município Lisboa	6.687	8.042	9.624	1.583	19,7%
Serviços Específicos das Autarquias	1.896	2.576	2.935	359	13,9%
Mercados e Feiras	2.339	2.179	2.167	-12	-0,6%
Cemitérios	2.104	2.067	2.103	36	1,7%
Tarifa de Recursos Hidricos	469	656	1.029	373	56,9%
Piscinas	233	223	202	-21	-9,3%
Aluguer espaços	69	66	56	-10	-15,1%
Outros	2.222	2.909	4.192	1.283	44,1%
Total	103.850	111.590	118.961	7.371	6,6%

As Prestações de Serviços, com proveitos gerados na ordem dos 119,0 milhões de euros, +6,6% / +≈7,4 milhões de euros face a 2017, foram reflexo da evolução positiva da generalidade das suas componentes, ressaltando a Tarifa de Saneamento e a remuneração relativa à gestão e exploração do estacionamento urbano tarifado de superfície confiado à EMEL. O comportamento da tarifa de saneamento resultou, desde logo, do aumento verificado nos consumos (que também influenciou a de Resíduos Urbanos) a par com o fim do regime transitório estabelecido no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa para a tarifa aplicável aos utilizadores não-domésticos com consumos acima dos 50 m³ / 30 dias (aplicação de 100%, 75% e de 50% da tarifa unitária em 2018, 2017 e 2016, respetivamente).

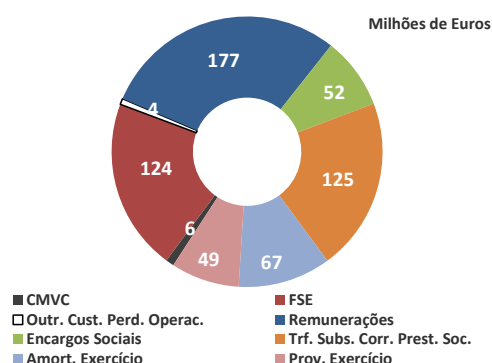
Ainda com impacto nos proveitos operacionais, há a mencionar as Transferências e Subsídios Obtidos, que somaram cerca de 39,5 milhões de euros, com um aumento próximo de 1,8 milhões de euros relativamente a 2017, assente na variação positiva da generalidade das transferências correntes; a *Participação Variável no IRS* teve um acréscimo de ≈0,5 milhões de euros, em conformidade com as verbas inscritas no mapa XIX, anexo ao respetivo Orçamento de Estado.

Os Proveitos Suplementares referem-se, no fundamental, às rendas trimestrais (3,2 milhões de euros/trimestre) no quadro da concessão à EDP da atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT).

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais agregam o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas (CMVC), os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), os Custos com Pessoal, as Transferências, Subsídios concedidos, as prestações sociais e Outros custos, a que acrescem as Amortizações e as Provisões do Exercício.

Gráfico 36: Custos Operacionais – Estrutura



Este agregado somou cerca de 604,9 milhões de euros, com uma variação da ordem dos 0,1% / 0,6 milhões de euros, prevalecendo na respetiva estrutura os custos relativos a Pessoal e aos FSE, com valores próximos dos 228,6 milhões e dos 124,3 milhões de euros, respetivamente.

Neste contexto de fraca variação do total de custos operacionais, são de relevar algumas variações positivas inter-rubricas, como seja a relativa aos custos com pessoal, às amortizações do exercício e às transferências, subsídios correntes concedidos e prestações sociais, de respetivamente, 7,8%, 10,3% e 20,4%, compensadas pelo decréscimo significativo das provisões do exercício, 39,4% / ≈32,2 milhões de euros, dado que, em 2018, não se verificaram situações que originassem a constituição de provisões de valor alinhado com o exercício anterior.

O acréscimo dos custos com pessoal reflete, designadamente, a entrada de novos elementos para o quadro do Município de Lisboa, com maior relevo para a categoria de cantoneiros de limpeza e assistentes operacionais, diversas requalificações verificadas e os efeitos do descongelamento das promoções e progressões nas carreiras da função pública (LOE 2018).

O incremento das transferências e subsídios correntes concedidos e das prestações sociais funda-se, maioritariamente na transferência para a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA de 10,0 milhões de euros, no que se refere ao pagamento por conta relativo às compensações pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP) referentes ao ano de 2018, do acréscimo para os Agrupamentos de Escolas de 3,7 milhões de euros, do protocolo celebrado com a Radiotelevisão Portuguesa no âmbito da realização do Festival Eurovisão da Canção 2018 de 2,8 milhões de euros e transferências para as Juntas Freguesias de 2,6 milhões de euros.

Quadro 11: Custos operacionais – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Unid: Milhares Euros

Fornecimentos e Serviços Externo	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
			Valor	%
Recolha e tratamento resíduos	33.110	33.503	393	1,2%
Eletricidade e Iluminação Pública	13.206	12.761	-445	-3,4%
Trabalhos especializados	14.834	14.240	-594	-4,0%
Conservação e reparação	14.143	11.815	-2.327	-16,5%
Encargos cobrança	11.396	11.426	30	0,3%
Honorários	9.421	8.453	-968	-10,3%
Vigilância e Segurança	5.106	4.627	-479	-9,4%
Rendas e alugueres	5.046	4.548	-498	-9,9%
Água	4.532	4.192	-339	-7,5%
Limpeza, higiene e conforto	4.197	4.126	-71	-1,7%
Custos sociais e educativos	4.057	3.127	-930	-22,9%
Comunicação	2.484	2.171	-313	-12,6%
Combustíveis	1.535	1.332	-202	-13,2%
Seguros	702	583	-119	-16,9%
Transportes de pessoal	668	550	-118	-17,7%
Deslocações e estadas	587	441	-147	-25,0%
Transportes Escolares	431	817	386	89,6%
Despesas Representação	428	305	-123	-28,7%
Contencioso e Notariado	332	343	11	3,4%
Artigos para oferta	262	305	43	16,4%
Ferr. e utensílios desgaste rápido	140	176	36	25,4%
Mat. escritório	70	59	-12	-16,5%
Outros	3.829	4.405	576	15,0%
Total	130.514	124.305	-6.209	-4,8%

Os FSE registaram uma diminuição de cerca de 6,2 milhões de euros em resultado dos menores custos incorridos na generalidade das respetivas rubricas, com destaque para a conservação e reparação (~2,3 milhões de euros) e para os honorários (~1 milhão de euros).

Quadro 12: Custos operacionais – Custos com Pessoal

Unid: Milhares Euros

Custos Com Pessoal	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
				Valor	%
Remunerações	122.956	129.732	133.936	4.204	-96,8%
Segurança social FP - CGA	33.005	33.965	35.352	1.387	-95,9%
Trabalho extraordinário	9.245	10.137	12.515	2.378	-76,5%
Subsídio de Refeição	7.465	8.775	9.142	367	-95,8%
Grafiticações	4.973	7.239	7.579	340	-95,3%
Segurança social-RG	5.627	6.913	7.395	482	-93,0%
Trabalho regime turnos	5.291	5.884	6.031	147	-97,5%
Pensões	5.722	5.230	4.801	-429	-108,2%
Remunerações suplementares	4.248	4.603	5.614	1.012	-78,0%
Despesas de saúde	3.016	3.340	3.389	49	-98,5%
Fardamento/Vestuario	1.375	959	920	-39	-104,1%
Prestações sociais	906	863	829	-33	-103,9%
Despesas de Representação	631	647	654	6	-99,0%
Formação	286	256	262	5	-97,9%
Segurança social-Avençados	184	242	200	-42	-117,2%
Total	204.927	218.784	228.617	9.833	4,5%

Os Custos com Pessoal registaram um acréscimo da ordem dos 9,8 milhões de euros, fundado, designadamente, na admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais para o quadro do Município de Lisboa, relativos, sobretudo, à categoria de cantoneiros de limpeza, assistente operacional, tratador e apanhador de animais e bombeiro sapador, a par com a admissão de Polícias Municipais com vínculo de emprego público nomeação. O trabalho extraordinário manifestou também um aumento de 2,4 milhões de euros, fundado, desde logo, na reposição do valor hora de trabalho suplementar em cumprimento da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP).

Quadro 13: Custos operacionais – Provisões do Exercício

Provisões do Exercício	2017	2018	Unid: Milhares Euros	
			Crescimento 2018/2017	
			Valor	%
Processos Judiciais	18.358	40.887	22.529	122,7%
Clientes Cobrança duvidosa	3.591	5.559	1.968	54,8%
Outros Riscos e Encargos	59.682	2.990	-56.691	-95,0%
Total	81.631	49.437	-32.194	-39,4%

As Provisões do Exercício constituídas para processos judiciais em curso (≈40,9 milhões de euros), para clientes de cobrança duvidosa (≈5,6 milhões de euros) e para outros riscos e encargos (≈3,0 milhões de euros) diminuem em cerca de 32,2 milhões, dada a constituição, em 2017, de uma provisão para a restituição da TMPC por contraponto à criação, em 2018, de uma provisão relativa aos juros de mora a pagar pela cobrança da referida taxa (3 milhões de euros), por virtude da alteração da Lei Geral Tributária pela Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro, sagrando o artigo 1º “(...) com natureza retroativa, o dever das entidades públicas de pagar juros indemnizatórios pelo pagamento de prestações tributárias que sejam indevidos por a sua cobrança se ter fundado em normas declaradas judicialmente como institucionais ou ilegais”. As provisões para processos judiciais manifestaram um excedente de ≈22,5 milhões de euros por comparação com o ano de 2017, uma vez que, em 2018, apenas ocorreu um reforço de provisão (≈40,6 milhões de euros) relativo ao processo Proc. 5491/09.1 TVLSB (Arez Romão), o qual foi totalmente pago durante 2018.

2.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS: PROV. E CUSTOS FINANCEIROS

Quadro 14: Resultados Financeiros

Resultados Financeiros	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares Euros	
					Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Juros suportados	13.252	9.345	7.325	33.928	26.603	363,2%
Provisões p/ aplicações financeiras	821	32	336	-	-336	-
Outros custos/perdas financeiros	262	1.066	106	643	537	506,3%
Total Custos e Perdas	14.336	10.443	7.767	34.570	26.803	345,1%
Juros obtidos	107	68	47	16	-31	-66,3%
Ganhos em entidades participadas	1.014	747	4.790	3.444	-1.346	-28,1%
Total Proveitos e Ganhos	1.230	816	4.837	3.937	-900	-18,6%
Resultados Financeiros	-13.106	-9.627	-2.930	-30.634	-27.703	-945,4%

Os Resultados Financeiros foram da ordem dos -30,6 milhões de euros, com uma variação da ordem dos -27,7 milhões de euros face a 2017, refletindo a redução dos proveitos gerados e o impacto sensível dos juros suportados com o processo Proc. 5491/09.1 TVLSB (Arez Romão), mitigado pela redução dos juros associados à dívida municipal.

Gráfico 37: Proveitos Financeiros – Evolução

Os Proveitos e Ganhos Financeiros saldaram-se em cerca de 3,9 milhões de euros, com uma variação próxima dos -0,9 milhões de euros face a 2017; esta alicerça-se na diminuição dos rendimentos provenientes da Valorsul, $\approx 2,3$ milhões de euros, que foi balanceada pelo aumento dos rendimentos auferidos da empresa Águas do Tejo Atlântico, $\approx 1,0$ milhões.

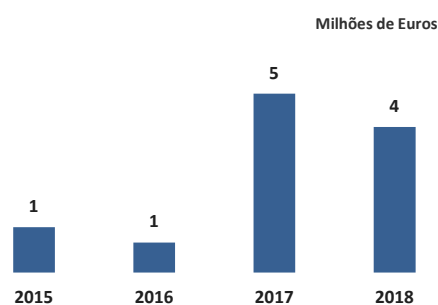
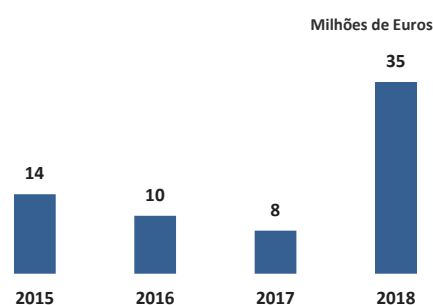


Gráfico 38: Custos Financeiros – Evolução

Os Custos e Perdas Financeiros registaram um acréscimo próximo dos 26,8 milhões de euros face ao ano anterior, reflexo do registo de 30,5 milhões de euros suportados no Proc. 5491/09.1 TVLSB (Arez Romão) a título de juros e da retração dos encargos financeiros associados à dívida municipal.



2.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS: PROVEITOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 15: Resultados Extraordinários

Unid: Milhares Euros

Resultados Extraordinários	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Transferências capital concedidas	17.989	36.014	35.462	23.338	-12.124	-34,2%
Perdas em existências	130	68	141	329	188	133,0%
Perdas em imobilizações	4.739	2.194	470	1.116	646	137,3%
Multas e penalidades	5	4	3	3	0	15,1%
Amortizações extraordinárias	-	40.949	60.845	45.018	-15.827	0,0%
Correcções relativas ex. anteriores	16.525	32.564	18.532	96.048	77.517	418,3%
Out. cust/perdas extraordinários	1.941	7.224	6.273	70.103	63.830	1017,5%
Total Custos e Perdas	41.330	119.018	121.726	235.956	114.231	93,8%
Ganhos em existências	76	246	34	64	31	90,1%
Ganhos em imobilizações	76.926	22.437	49.829	14.795	-35.034	-70,3%
Benefícios penalidades contratuais	3.742	11.946	6.557	8.115	1.558	23,8%
Reduções amortizações e provisões	9.557	44.223	6.743	175.662	168.919	2505,3%
Correcções relativas ex. anteriores	35.519	20.385	18.787	15.326	-3.461	-18,4%
Outros prov/ganhos extraordinários	24.489	7.846	11.911	11.087	-824	-6,9%
Total Proveitos e Ganhos	150.310	107.082	93.861	225.049	131.189	139,8%
Resultados Extraordinários	108.980	-11.936	-27.865	-10.907	16.958	-60,9%

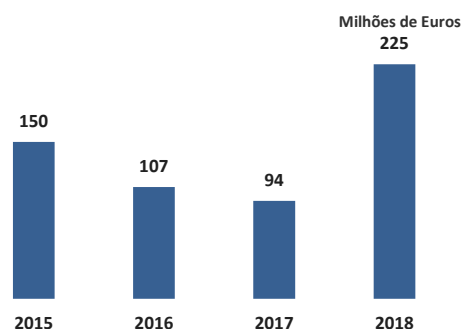
Os Resultados Extraordinários foram de ≈10,9 milhões de euros, com um acréscimo ≈17,0 milhões de euros face ao período homólogo, em resultado do aumento quer dos custos quer dos proveitos desta natureza mas com prevalência destes últimos

Gráfico 39: Proveitos Extraordinários - Evolução

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários somaram cerca de 225,0 milhões de euros, com uma variação de ≈131,2 milhões de euros face a 2017.

Esta adição tem origem, no fundamental, no valor significativo da redução ocorrida nas provisões, incluídas no segmento das Reduções

de amortizações e provisões, ocorridas em 2018, ≈168,9 milhões de euros, por ligação essencialmente à anulação das provisões para processos judiciais e para a TMPC, com contributo favorável também das associadas às cobranças duvidosas.



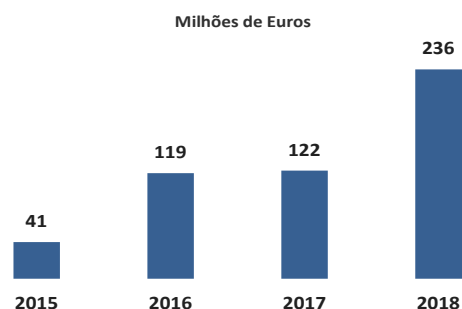
Quadro 16: Redução de Provisões

Redução de Provisões	2016	2017	2018	Unid: Milhares Euros	
				Crescimento 2018/2017	
				Valor	%
Provisões processos judiciais	32.214	-	95.760	95.760	0,0%
Provisão Reembolso TMPC	-	-	56.054	56.054	0,0%
Cobranças Duvidosas	4.875	2.430	19.456	17.026	600,7%
Provisões Pensões	3.454	4.171	3.459	-712	-117,1%
Provisões investimentos financeiros	702	140	-	-140	-200,0%
Outras Provisões	2.350	-	676	676	0,0%
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	0,0%
Total	43.593	6.741	175.405	168.664	2401,9%

Cabe, assim, destacar a redução na provisão associada ao processo objeto da sentença judicial 5491/09.1TVLSB (Arez Romão), com pagamento de cerca de 95,8 milhões de euros e correspondente assunção de custos no grupo dos extraordinários e dos financeiros, a redução da provisão criada para os reembolsos da TMPC, ≈56,1 milhões de euros, em paralelo com a concretização dos mesmos junto das entidades credoras, em cumprimento do Acórdão nº 848/2017, com o correspondente registo de custos na rubrica Correções relativas a exercícios anteriores, bem como, no âmbito das provisões para cobrança duvidosa, o registo de várias regularizações relativas a documentos com demarcada antiguidade de que se relevam 11,4 milhões de euros relativos a prescrições.

De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 56º da Lei nº 114/88, de 30 de dezembro, o Município de Lisboa tem obrigação de proceder ao pagamento de parte das pensões de trabalhadores e ex-trabalhadores subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA) na correspondência do serviço compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988. A provisão para responsabilidades com pensões a 31 de dezembro de 2018 inclui a responsabilidade atual a registar no balanço, com base na melhor estimativa dos benefícios pós-emprego, a informação prestada pela CGA e os valores relativos a trabalhadores que se encontram abrangidos pela situação de incapacidade por acidentes de trabalho. Neste âmbito, a atualização das provisões para pensões de antigos funcionários resultou numa minoração da ordem dos 3,5 milhões de euros da provisão associada a este risco.

Gráfico 40: Custos Extraordinários - Evolução



Os Custos e Perdas Extraordinários, com um valor da ordem dos 236,0 milhões de euros, tiveram uma variação de $\approx 114,2$ milhões de euros face a 2017.

Do total registado relevam-se:

- Nas Correções relativas a exercícios anteriores o montante de 96,0 milhões de euros refere-se essencialmente, à devolução da TMPC, $\approx 53,8$ milhões de euros, à anulação de receita, $\approx 24,4$ milhões de euros referente a regularizações efetuadas a dívida de terceiros e ao registo de 9,8 milhões de euros referente às compensações pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP) da empresa Carris, relativas ao ano de 2017, 8,0 milhões de euros pagos neste exercício e 1,8 milhões de euros apurados pela Carris e que se encontram registados em acréscimos de custos.
- Os Outros Custos e Perdas Extraordinários, com um acréscimo de $\approx 63,8$ milhões de euros em resultado do pagamento, em 2018, de 65,3 milhões de euros, relativos à sentença judicial 5491/09.1TVLSB já oportunamente referida neste relatório
- As amortizações extraordinárias com um valor próximo dos 45,0 milhões de euros, numa variação de $\approx 15,8$ milhões de euros face a 2017.
- As transferências de capital que foram concedidas, com um valor perto dos 23,3 milhões de euros, no âmbito das quais relevam as destinadas às Juntas de Freguesia, com um total de $\approx 13,2$ milhões de euros, numa variação da ordem dos -3,3 milhões de euros face ao ano anterior, associado à execução de contratos de delegação de competências. Neste segmento foram também registados cerca de 8,9 milhões de euros relativos à execução de contratos-programa celebrados com a Gebalis e com a Lisboa Ocidental, SRU ($\approx 2,6$ milhões de euros e $\approx 6,3$ milhões de euros, respetivamente).

2.2.4 RESULTADOS LÍQUIDOS

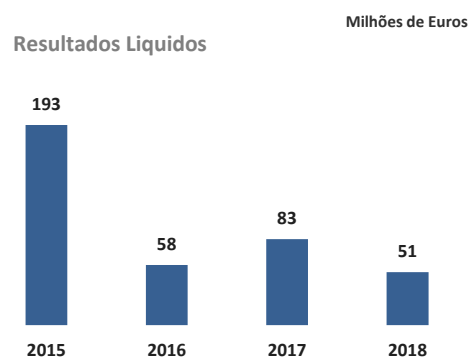
Quadro 17: Síntese da Demonstração de Resultados

Resultados	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares Euros	
					Crescimento 2017/2016	
					Valor	%
Resultados Operacionais	97.223	79.621	113.725	92.818	-20.907	-18,4%
Resultados Financeiros	-13.106	-9.627	-2.930	-30.634	-27.703	945,4%
Resultados Extraordinários	108.980	-11.936	-27.865	-10.907	16.958	-60,9%
Resultado Líquido	193.097	58.059	82.930	51.278	-31.652	-38,2%

A conjugação dos proveitos gerados com os custos, em resultado da atividade operacional, do exercício da função financeira e de factos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, originou um Resultado Líquido positivo próximo dos 51,3 milhões de euros, numa variação negativa na

ordem dos 31,7 milhões de euros alimentada pelos resultados operacionais e financeiros que mais do que compensaram o aumento dos resultados extraordinários.

Gráfico 41: Resultados Líquidos - Evolução



2.3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

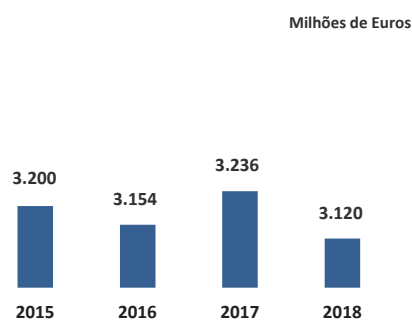
No âmbito do Balanço é de mencionar, como facto com particular impacto na situação patrimonial, o trabalho prosseguido de identificação e inventariação de bens imobilizados do Município, principalmente dos mais antigos (até 2010), quadro em que as imobilizações em curso e os adiantamentos, incluindo as de domínio público, registaram um decréscimo de ≈93,7 milhões de euros, por efeito de um conjunto de regularizações, repartidas por transferências para imobilizado corpóreo, num total de ≈113,4 milhões de euros, e de abates, num total de ≈35,9 milhões de euros, que mais do que compensaram as adições ocorridas no exercício de ≈55,6 milhões euros.

Estas regularizações têm também forte impacto nos resultados do exercício por via das amortizações anuais ou extraordinárias, dado que as contrapartidas destes registos foi a demonstração de resultados, com um impacto direto nas amortizações do exercício no caso das transferências para imobilizado corpóreo e nas amortizações extraordinárias, na conta de custos extraordinários, no caso de bens já em utilização em anos anteriores.

2.3.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

O Ativo Líquido do Município de Lisboa, a 31 de dezembro de 2018, saldou-se em cerca de 3.120,5 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos saldados em ≈181,7 milhões de euros), com um decréscimo de 3,6% / ≈116,0 milhões de euros face ao exercício de 2017.

Gráfico 42: Evolução do Ativo Líquido



Nos pontos seguintes realiza-se uma síntese da estrutura dos ativos municipais e da sua evolução face ao exercício económico de 2017.

IMOBILIZADO

As contas de Imobilizado, com um valor líquido da ordem dos 2.696,0 milhões de euros, são as mais relevantes do Ativo Líquido (86,4% do total), apresentando uma diminuição próxima dos 33,2 milhões de euros face ao fecho de 2017.

Quadro 18: Imobilizado

Imobilizado	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Bens de Domínio Público	283.641	389.818	452.786	453.063	277	0,1%
Imobilizações em Curso e Adiant.	1.078.934	795.164	623.054	529.363	-93.691	-15,0%
Imobilizações Incorpóreas	3.729	3.645	5.744	1.569	-4.174	-72,7%
Imobilizações Corpóreas	1.331.614	1.430.791	1.500.027	1.558.739	58.711	3,9%
Investimentos Financeiros	54.970	59.257	147.584	153.310	5.726	3,9%
Total	2.752.889	2.678.675	2.729.195	2.696.044	-33.151	-1,2%

Esta rubrica do Balanço agrega os Bens de Domínio Público, Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas e Investimentos Financeiros, sendo de demarcar:

- Os Bens de Domínio Público, abatidos das respetivas Imobilizações em Curso e Adiantamentos, cresceram 0,1% / ≈0,3 milhões de euros, para o que contribuiu a regularização de várias empreitadas com alguma antiguidade, que se encontravam registadas em imobilizado em curso (≈67,7 milhões de euros), com contrapartida em amortizações de 67,4 milhões de euros;
- O conjunto das Imobilizações em Curso e Adiantamentos diminuíram, em termos líquidos, cerca de 15% / ≈93,7 milhões de euros, em resultado, da redução de ≈113,4 milhões de euros por via da transferência para imobilizado definitivo, de abates/regularizações operadas, ≈35,9 milhões de euros, em conjugação com adições próximas dos 55,3 milhões de euros. No total das adições, há a destacar os Edifícios e Infraestruturas, com cerca de 14,5 milhões de euros, a Habitação Social com cerca de 11,2 milhões de euros, os Viadutos e Obras na Via Pública, com perto de 8,7 milhões de euros e a rede de saneamento com um valor da ordem dos 4,7 milhões de euros. No plano dos abates/regularizações o valor foi de 35,9 milhões de euros, com reconhecimento em resultados transitados de vários montantes dado referirem-se, essencialmente, a intervenções de manutenção e conservação ou a demolições de anos anteriores;
- As imobilizações corpóreas aumentaram, em termos líquidos, cerca de 3,9% / ≈58,7 milhões de euros, por via, no fundamental, das transferências de imobilizado corpóreo em curso; no entanto, no âmbito dos terrenos são de destacar as seguintes aquisições diretas: ≈19,4 milhões de euros referentes a terrenos transferidos pelo Estado para o Município no âmbito da dissolução da sociedade Parque Expo 98; ≈4,9 milhões de euros relativos à reversão de lotes de terreno no âmbito do contrato inominado (dação em

cumprimento – SGAL); ≈4,5 milhões de euros referentes a um terreno na Estrada da Pontinha (dação em cumprimento – EMEL);

- Os Investimentos Financeiros, em termos líquidos, cresceram ≈5,7 milhões de euros, incluindo a aquisição de ações à sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A. no valor de 3,9 milhões de euros e 2,1 milhões de euros relativamente à comparticipação para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro 19: Dívidas de Terceiros (ativo líquido)

Dívidas de Terceiros	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Outros Devedores	-	-	34.772	29.609	- 5.163	-
Dívidas de terceiros - MLP	-	-	34.772	29.609	- 5.163	-
Clientes, c/c	31.691	45.236	21.635	4.999	-16.636	-76,9%
Contribuintes, c/c	14.633	19.433	10.406	588	-9.818	-94,3%
Contribuintes e utentes de cobr. duvidosa	644	1.254	803	975	172	21,4%
Utentes, c/c	1.451	6.563	1.113	1.974	861	77,3%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	425	415	1.712	1.718	6	0,4%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	145	145	100,0%
Administração Autárquica	2.749	2.161	1.588	3.088	1.500	94,4%
Outros Devedores	114.271	115.833	34.642	36.613	1.972	5,7%
Dívidas de terceiros - CP	165.864	190.897	71.900	50.101	-21.799	-30,3%
Total	165.864	190.897	106.672	79.710	-26.962	-25,3%

No final de 2018, as Dívidas de Terceiros registadas a médio e longo prazo (MLP) e curto prazo (CP) relativas ao conjunto de direitos do Município face ao exterior, totalizavam ≈79,7 milhões de euros (2,6% do Ativo Líquido) com uma variação de ≈-27,0 milhões de euros face a 2017.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Nas contas do exercício de 2018 o valor de contrapartidas em numerário a receber pela transmissão de lotes municipais no âmbito da execução do Contrato Inominado, celebrado com a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A. foi segmentado em MLP e em CP, considerando que do montante total a haver pelo Município, da ordem de 34,0 milhões de euros, há cerca de 29,6 milhões de euros a considerar em médio prazo, dado não constituírem dívida a vencer no prazo de um ano (as respetivas datas de vencimento dependem do licenciamento da construção/entrada em comercialização), melhorando a visão do ativo por ordem de disponibilidade.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

A variação das dívidas de Terceiros de CP, com uma retração da ordem dos 21,8 milhões de euros resulta, basicamente, da diminuição combinada dos saldos das contas de Clientes c/c (≈16,6 milhões de euros), Contribuintes c/c (≈9,8 milhões de euros), Utentes c/c (≈0,9 milhões de euros) e Outros devedores (≈2,0 milhões de euros).

As contas de Clientes c/c, Contribuintes c/c e Taxas, Utentes c/c e Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, registam um saldo bruto total da ordem dos 70,0 milhões de euros, que se decompõe por natureza em: Rendas de Concessões de Terrenos e Espaços (≈16,0 milhões de euros) Taxa de Realização de Infraestruturas Urbanísticas – TRIU (≈8,8 milhões de euros); Taxa de Conservação de Esgotos (≈7,9 milhões de euros); Publicidade (≈6,5 milhões de euros); Ocupação da Via Pública (≈4,6 milhões de euros); Compensações Urbanísticas (≈2,8 milhões de euros); Mercados e Feiras (≈1,4 milhões de euros); Tarifa de Saneamento e Adicional (≈1,3 milhões de euros); Tarifa de Resíduos Urbanos (≈0,5 milhões de euros) a que acresce a rubrica residual Outros (≈20,2 milhões de euros).

Neste exercício, foram consideradas regularizações de valores em aberto, num total 24,4 milhões de euros, com diversos fundamentos, como sejam, o reconhecimento oficioso da prescrição, ≈11,4 milhões, relativo a processo de antiguidade assinalável, 86% dos quais com liquidações emitidas antes de 2004, a inconstitucionalidade do tributo em causa (TMPC), ≈4,1 milhões, o reconhecimento de isenções devidas, ≈2,5 milhões (no essencial por relação com o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Lisboa).

A conta Administração Autárquica saldou-se em cerca de 3,1 milhões de euros, relativos a transferências efetuadas para a Gebalis como adiantamentos, ao abrigo de contratos programa em execução e no âmbito das respetivas condições.

As contas de Curto Prazo acima referidas, com um valor de ativo bruto de cerca de 111,6 milhões de euros, apresentam um ativo líquido perto dos 50,1 milhões de euros devido ao registo de ≈61,5 milhões de euros em Provisões de Cobrança Duvidosa.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os Acréscimos de Proveitos e os Custos Diferidos, no total de ≈181,7 milhões de euros, registaram um acréscimo próximo dos 6,4 milhões de euros.

- Os Acréscimos de Proveitos, respeitantes aos valores reconhecidos como proveitos de 2018 e sem liquidação nesse ano, somaram cerca de 171,4 milhões de euros. Esta conta agrupa valores relativos à especialização do exercício do IMI, a receber em 2019, com base no orçamento do ano (≈120,1 milhões de euros), dos impostos a receber em janeiro

(≈31,5 milhões de euros), EMEL – Remuneração Município Lisboa (≈9,6 milhões de euros), Tarifas de Saneamento e Resíduos Urbanos relativas a dezembro (≈7,4 milhões de euros), da Taxa Municipal Turística (≈2,2 milhões de euros) e a proveitos referentes aos resultados variáveis dos equipamentos, Ala Nascente e Zona Norte, Zona Ribeirinha e Arco da Rua Augusta, cedidos pelo Município à Associação de Turismo de Lisboa (≈0,6 milhões de euros);

- Os Custos Diferidos, referem-se a custos suportados relativos a períodos seguintes, saldaram-se em cerca de 10,4 milhões de euros e agregam, no fundamental, o diferimento do pagamento relativo à cedência de imóvel, por um período de 50 anos, pela Manutenção Militar ao Município de Lisboa (6,9 milhões de euros), a faturação das obras coercivas (≈2,2 milhões de euros), os custos referentes aos resultados variáveis dos equipamentos, Ala Nascente e Zona Norte, Zona Ribeirinha e Arco da Rua Augusta, cedidos pelo Município à Associação de Turismo de Lisboa (≈0,4 milhões de euros), a Constituição de direito de superfície sobre o "Quartel do Lumiar" ou "Quinta das Camélias" (≈0,3 milhões de euros) a antecipação de rendas (≈0,3 milhões de euros) e os seguros (≈0,3 milhões de euros).

OUTRAS CONTAS DO ATIVO

As Existências saldaram-se em cerca de 2,9 milhões de euros no final do exercício, com um decréscimo próximo dos 0,5 milhões de euros.

A conta de Disponibilidades, com um saldo da ordem dos 160,1 milhões de euros, representa cerca de 5,1 % do Ativo Líquido e inclui ≈13,3 milhões de euros referentes a operações de tesouraria, a entregar a terceiros em período subsequente.

2.3.2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS

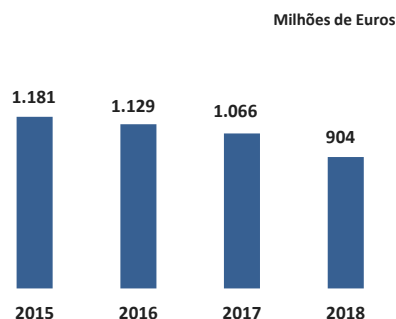
Quadro 20: Passivo municipal

Passivo	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares de Euros	
					Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	211.715	246.871	317.388	204.698	-112.689	-35,5%
Dívidas a Terceiros - MLP	514.825	469.912	364.947	318.242	-46.705	-12,8%
Dívidas a Terceiros - CP	208.501	166.243	132.300	128.383	-3.917	-3,0%
Acréscimos e Diferimentos	246.255	245.736	251.714	252.686	973	0,4%
Total	1.181.296	1.128.762	1.066.348	904.010	-162.338	-15,2%
Total Dívidas a Terceiros	723.326	636.155	497.246	446.625	-50.622	-10,2%
Dívidas a Terceiros/Passivo	61,2%	56,4%	46,6%	49,4%	2,8%	5,9%

O Passivo saldou-se em cerca de 904,0 milhões de euros, incluindo Acréscimos e Diferimentos de ≈252,7 milhões de euros e Provisões de ≈204,7 milhões de euros, com uma retração próxima dos 15,2% / 162,3 milhões de euros, face ao exercício de 2017, alimentada pela generalidade dos agregados.

A redução do passivo tem sido consistente no quadriénio em análise, como bem demonstra o gráfico patenteado, assentando, em 2018, na redução das Provisões para Riscos e Encargos no valor de 112,7 milhões de euros e na retração da dívida exigível, com o contributo fundamental da Dívida a Terceiros de MLP, no valor de 46,7 milhões de euros.

Gráfico 43: Evolução do Passivo



As Provisões para Riscos e Encargos, apresentam um saldo a 31 de dezembro de 2018 em cerca de 204,7 milhões de euros e registaram uma redução da ordem dos 112,7 milhões de euros face a 2017, com os seguintes contributos fundamentais:

- Processos judiciais em curso, que somam cerca de 180,0 milhões de euros, com um decréscimo ≈ 54,9 milhões de euros face ao final de 2017. Em 2018 dando cumprimento ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo número 5491/09.1TVLSB, em que foram autores José António Arez Romão, Ana Maria de Arez Romão e Brito Correia, Maria da Graça Arez Romão e Maria Madalena Arez Romão Pais de Vasconcelos, relativo a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela

de terreno integrada na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar, com encerramento deste contencioso e o pagamento da sentença respetiva fixada em cerca de 95,8 milhões de euros.

- Potenciais responsabilidades para com fornecedores, com um saldo aproximado de 7,3 milhões de euros que compara com os cerca de 8,1 milhões de euros provisionados em 2017, numa contração de $\approx 0,8$ milhões de euros em resultado de regularizações efetuadas ao longo do ano a diversos fornecedores;
- Responsabilidades futuras com pensões, com um valor da ordem dos 11,4 milhões de euros em contraponto com os cerca de 14,8 milhões de euros provisionados em 2017, com uma redução de $\approx 3,4$ milhões de euros, decorrente da avaliação da atual carteira;
- Responsabilidades transitadas da EPUL no âmbito da sua integração na esfera do Município de Lisboa em resultado do encerramento da liquidação, com uma variação $\approx 0,5$ milhões de euros, dado que os processos a que diziam respeito passaram a estar integrados na provisão para processos judiciais em curso do Município de Lisboa.
- Provisão constituída para a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 848/2017, de 13 de dezembro, pelo valor de 58,8 milhões de euros, com uma redução de 95% fixando-se em 2,7 milhões de euros no final de 2018, em face das devoluções efetivadas. Em complemento foi criada uma provisão com um valor de cerca de 3 milhões de euros para fazer face à devolução do valor dos juros referentes ao período entre a cobrança da TMPC e a devolução da mesma aos municípios.

Nos acréscimos e diferimentos regista-se uma alteração pouco significativa, $\approx 0,9$ milhões de euros, no que cabe referir:

- O reforço dos Acréscimos de custos de 2,8 milhões de euros decorre de uma variação positiva de 2,3 milhões de euros, respeitante à estimativa de férias e subsídio de férias, que aumentou relativamente a 2017, em virtude do efeito de descongelamento das carreiras e da entrada para o quadro de vários trabalhadores.
- O registo de $\approx 3,5$ milhões de euros relativos ao Contrato-Programa 398/2015, celebrado com a SRU (valor a transferir com a apresentação pela empresa de pedido de reembolso em conformidade com os termos do contrato), e de $\approx 1,8$ milhões de euros referentes ao diferencial entre o valor pago pelo Município no quadro das compensações pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP) do exercício de 2017, no âmbito da relação com a Carris, e o valor apurado no Relatório de execução do contrato de concessão de 2017 apresentado em março de 2019.

- Em contrapartida os proveitos diferidos diminuíram ≈1,8 milhões de euros por efeito, sobretudo, da regularização de subsídios afetos ao investimento que aguardam a especialização em proveitos.

DÍVIDA A TERCEIROS

Quadro 21: Dívidas a Terceiros

Unid: Milhares de Euros

Dívidas a Terceiros	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
Empréstimos Obtidos	297.693	267.174	232.773	213.073	-19.700	-8,5%
Administração Autárquica	16.100	16.100	16.100	16.100	-	-
Outros Credores	201.033	186.638	116.073	89.069	-27.004	-23,3%
Dívidas a terceiros - MLP	514.825	469.912	364.947	318.242	-46.705	-12,8%
Empréstimos Obtidos (vencimento $n+1$)	35.444	35.770	39.250	37.764	-1.486	-3,8%
Fornecedores c/c	53	7	46	50	4	8,8%
Fornecedores, fact. recepção e conferência	3.572	2.162	3.747	1.771	-1.975	-52,7%
Adiant. de clientes, contrib. e utentes	10.987	8.145	5.011	30.032	25.021	499,4%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	24	-	183	41	-142	-
Estado e Outros Entes Públicos	8.640	1.088	3.250	1.251	-1.999	-61,5%
Administração Autárquica	36	27	27	577	550	20,30
Outros Credores	149.744	119.044	80.786	56.897	-23.889	-29,6%
Dívidas a terceiros - CP	208.501	166.243	132.300	128.383	-3.917	-3,0%
Total	723.326	636.155	497.246	446.625	-50.622	-10,2%

As Dívidas a Terceiros englobam o conjunto das obrigações do Município face ao exterior e apresentam, a 31 de dezembro de 2018, um saldo da ordem dos 446,6 milhões de euros (14,3% do Ativo Líquido), com uma redução próxima dos 50,6 milhões de euros face a 2017.

Do total em dívida, cerca de 318,2 milhões respeitam a dívidas de médio e longo prazo (MLP) e cerca de 128,4 milhões de euros constituem dívidas de Curto Prazo (CP).

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

No exercício em análise, a dívida de MLP teve uma retração da ordem dos 46,7 milhões de euros face a 2017, para a qual contribuíram:

- A contração do saldo dos *Empréstimos Obtidos* da ordem de 19,7 milhões de euros, assente, na variação negativa do *stock* da dívida, da ordem dos 21,2 milhões de euros, dada por reembolsos de valor superior aos desembolsos (respetivamente, ≈39,2 milhões e ≈18 milhões de euros), com reclassificação de 1,5 milhões de euros para o CP;

- A redução do saldo de Outros Credores na ordem dos 27,0 milhões de euros, fundada na satisfação de obrigações relacionadas com a gestão de acordos de pagamento, com amortização de dívida de 29,5 milhões de euros, com reclassificação para o CP de dívida que atinge a maturidade em 2019 (≈2,5 milhões de euros).

DÍVIDA FINANCEIRA DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

EVOLUÇÃO DO STOCK DE MLP

Quadro 22: Evolução da Dívida financeira de MLP

Evolução	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares de Euros Crescimento 2018/2017	
					Valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	523.281	542.181	502.436	420.101	-82.335	-16,4%
Empréstimos regulares	46.686	7.320	6.746	18.000	11.254	166,8%
Bernardino Gomes	44.729	0	0	0	0	0,0%
Colombo	0	32.710	0	0	0	0,0%
(2) Utilizações	91.415	40.030	6.746	18.000	11.254	166,8%
Amortizações regulares	63.766	79.775	73.066	68.691	-4.375	-6,0%
Amortizações Extraordinárias (a)	8.750	0	16.014	0	-16.014	-100,0%
(3) Total Amortizações	72.516	79.775	89.081	68.691	-20.389	-22,9%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	542.181	502.436	420.101	369.410	-50.691	-12,1%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	18.899	-39.745	-82.335	-50.691	31.644	-38,4%

(a) Em 2015 - 3,75 M€ amortização antecipada Empréstimo EPUL, componente DEXIA, e 5,0 M€ amortização extraordinária do 1º CP PER\BCP.

Em 2017 - 1,0 M€ amortização antecipada Empréstimos IFDR; e 15,0 M€ amortização extraordinária do Acordo Bragaparcques\CGD.

A dívida financeira de MLP³ do Município retraiu 12,1%/ 50,7 milhões de euros em 2018 face ao stock do final de 2017, saldando-se em 369,4 milhões de euros, o valor mais baixo do quadriénio em análise, o qual regista uma variação 2018 *versus* 2015 da ordem dos 172,8 milhões de euros.

A variação resulta do efeito combinado das amortizações regulares da dívida, que somaram 68,7 milhões (39,2 milhões de euros respeitantes a empréstimos e 29,5 milhões de euros a cessões de créditos) e da utilização de 18 milhões de euros no quadro do financiamento do Banco Europeu de Investimentos ao Programa de investimentos designado por Lx XXI.

Em período homólogo a comparação revela um menor impacto das amortizações extraordinárias no resultado global e uma diminuição no valor anual suportado com as amortizações regulares da dívida por efeito conjugado da redução das relacionadas com as cessões de créditos, -6,9 milhões de euros, e um aumento das associadas aos empréstimos, +1,5 milhões de euros:

- As cessões de créditos da Águas do Tejo Atlântico/BPI e da VALORSUL/BPI atingiram a maturidade em 2017 (-9,5 milhões de euros);

³ dívida de MLP acrescida dos respetivos vencimentos previstos para n+1 (ano seguinte)

- O valor da amortização anual da cessão da Bragaparcques/CGD reduziu-se em 2,5 milhões de euros por efeito do capital em dívida versus prazo para a maturidade, em resultado da amortização antecipada de 15 milhões de euros/2017;
- O valor da amortização anual da cessão Águas do Tejo Atlântico/Santander, passou para 10,1 milhões de euros (+5 milhões) conforme previsão contratual;
- Na componente dos empréstimos teve início a fase de reembolso do empréstimo PIPARU/BPI (+3,8 milhões de euros) e do empréstimo para o Plano de Pavimentação/BPI (+0,4 milhões de euros), que compensaram a redução originada por créditos que atingiram a maturidade em 2017 (-2,7 milhões de euros).

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO (MLP)

No âmbito dos empréstimos de MLP, a análise foca-se na evolução do *stock*, do custo médio e da maturidade da dívida, assim como nos regimes de taxa de juro e nos objetivos dos financiamentos.

EVOLUÇÃO DO STOCK

Quadro 23: Evolução da Dívida Municipal – Empréstimos de MLP

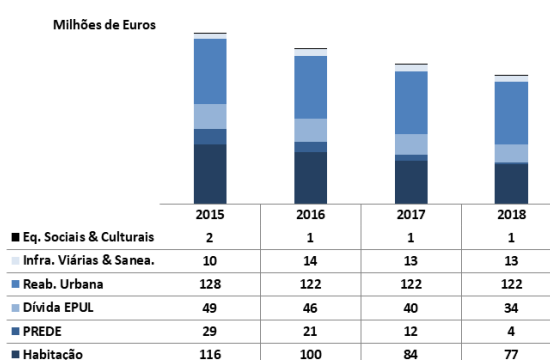
Evolução da Dívida Municipal MLP	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	332.726	333.137	302.944	272.023	-30.921	-10,2%
(2) Receita empréstimos /utilizações	46.686	7.320	6.746	18.000	11.254	166,8%
(3) Amortizações	46.275	37.513	37.667	39.187	1.520	4,0%
(4) Regularizações extraordinárias (a)	0	0	0	0	0	0,0%
(5) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3+4)	333.137	302.944	272.023	250.836	-21.187	-7,8%
(6) Endividamento Bancário (5-1)	411	-30.193	-30.921	-21.187	9.734	-31,5%
Amortizações Extraordinárias	8.750	0	1.014	0	-1.014	-100,0%

Em 2018 o *stock* da dívida dos empréstimos, com um saldo total na ordem dos 250,8 milhões de euros, continuou o ciclo descendente iniciado em 2016, com uma redução de 7,8% / -21,2 milhões de euros, num resultado combinado entre o incremento nos desembolsos do Banco Europeu de Investimentos (BEI) para o Programa Lx XXI e o normal reembolso da carteira consolidada (39,2 milhões de euros).

As amortizações com maior expressão foram as relativas a:

- Empréstimos destinados a programas habitacionais: 15,6 milhões de euros;
- Empréstimo PREDE/Estado: 8,2 milhões de euros;
- Empréstimos para reabilitação urbana: 7,7 milhões de euros, dos quais 3,8 milhões de euros respeitam ao PIPARU/BPI;
- Empréstimo da EPUL/Santander: 5,9 milhões de euros;

Gráfico 44: Evolução do Stock da Dívida de MLP



No quadrénio 2015/2018, a estrutura do *stock* da dívida (empréstimos utilizados e ainda não reembolsados) não sofreu alterações quanto ao objetivo do financiamento, sem prejuízo da importância relativa dos mesmos conforme patenteado no gráfico.

No fim do exercício de 2018, os empréstimos destinados a financiar programas de Reabilitação Urbana correspondiam a aproximadamente 48,7% / 122,0 milhões de euros, de que sobressaem os respeitantes ao PIPARU (40,1% / 100,5 milhões de euros) e ao empréstimo do BEI para o Programa Lx XXI (em ligação com o já executado, 5,6% / 14,1 milhões de euros do total da dívida MLP).

Os empréstimos contraídos para financiar Programas de Habitação são a segunda maior parcela, absorvendo 30,7% do total da dívida (77,0 milhões de euros), com relevo para o Programa Especial de Realojamento (PER) e o Plano de Intervenção de Médio Prazo (PIMP), com um total de 22,2% / 55,6 milhões de euros e para o Programa Lx XXI (em ligação com o já executado, 3,6% / 8,9 milhões de euros do total da dívida MLP).

Da restante carteira, destacam-se os financiamentos para consolidação de dívida, nomeadamente o empréstimo transitado da EPUL destinado a consolidar passivos de CP (34,0 milhões de euros), e o empréstimo contratado junto da Direção Geral do Tesouro (DGT), no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - PREDE (4,1 milhões de euros), que correspondem a 15,2% do total do *stock* da dívida.

A dívida remanescente, destinada ao financiamento de infraestruturas viárias e de saneamento, e à construção de equipamentos sociais e culturais, representa 5,4% / 13,7 milhões de euros da dívida total.

CUSTO MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS

Quadro 24: Custo Médio dos Empréstimos

Custo Médio da Dívida do Município	2015	2016	2017	2018	Unid: Milhares de Euros Crescimento 2018/2017	
					valor	%
Capital em Dívida em 01/Jan	332 726	333 137	302 944	272 023	-30 921	-10,2%
Utilizações/Regularizações	46 686	7 320	6 746	18 000	11 254	166,8%
Amortizações	46 275	37 513	37 667	39 187	1 520	4,0%
Encargos Financeiros	3 435	2 483	1 584	1 405	-179	-11,3%
Taxa de Juro Média¹	1,03%	0,78%	0,55%	0,54%	-0,01%	-2,5%
Custo Médio da Dívida²	1,03%	0,75%	0,52%	0,52%	-0,01%	-1,2%

¹ Taxa de Juro Média - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01 + 1/2 Utilizações - 1/2 Amortizações)

² Custo Médio da Dívida - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01)

No final de 2018, o custo médio da dívida de MLP voltou a reduzir, num registo que se mantém pelo terceiro ano consecutivo, com -1,2% do que no final de 2017, em resultado do efeito conjugado da:

- A evolução da maturidade da carteira (o prazo médio já decorrido da atual carteira é de 18 anos);
- Manutenção de indexantes negativos, com uma redução das EURIBOR 6m (média mensal), entre junho/2017 e junho/2018, de cerca de 20,4% e com a média mensal da EURIBOR 6m, em junho/2018, a situar-se em -0,272%.

A taxa de juro média foi a mais baixa do quadriénio 2015/2018 (0,54%), diminuindo cerca de 2,5% / -0,01% relativamente a 2017, promovendo uma queda ligeira nos encargos financeiros (-179,3 mil euros), justificada por:

- Redução de ≈169,5 mil euros, resultantes da manutenção de indexantes negativos em 2017 e 2018, de acordo com a política monetária do Banco Central Europeu (BCE), a par com o decréscimo do capital em dívida dos empréstimos em fase de reembolso;
- Redução de ≈21,7 mil euros relativos a empréstimos que atingiram a maturidade em 2017.
- Aumento de ≈11,9 mil euros na sequência do início, em 2018, do pagamento de juros do empréstimo do BEI para o Programa Lx XXI;

PERFIL**Quadro 25: Perfil da Dívida – Regime de Bonificação e de Taxa de Juro**

Unid: Milhares de Euros

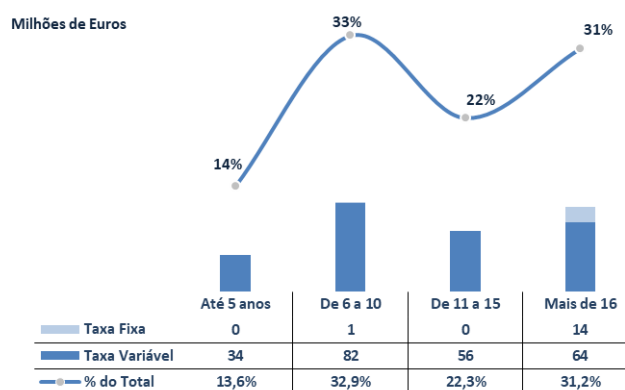
Regime Taxa de Juro	Regime de Bonificação 2018				Total	Estrut.
	Bonificado	Estrut.	Não Bonificado	Estrut.		
Taxa Variável	51 910	20,7%	184 198	73,4%	236 108	94,1%
Taxa Fixa	601	0,2%	14 128	5,6%	14 728	5,9%
Total	52 511	20,9%	198 325	79,1%	250 836	100,0%

O perfil da dívida dado pelo regime de taxa de juro manteve estável a estrutura dos últimos dois anos, com os empréstimos a taxa variável a representarem cerca de 94,1% / 236,1 milhões de euros do *stock* da dívida (para os 94,5%/2017), em resultado do comportamento e evolução dos mercados financeiros na última década que levaram o Município a optar por contratar financiamentos a taxa variável por se mostrarem menos onerosos.

O perfil da carteira de créditos do Município, atento o nível médio de amortizações anuais (39,9 milhões de euros/2018), em conjugação com a evolução esperada dos principais Indexantes de referência (EURIBOR 12m, 6m e 3m), que reflete uma estimativa de níveis negativos ou próximos de zero no curto e médio prazo, fundamentaram a opção pelo regime de taxa variável nos desembolsos efetuados em 2018 no âmbito do financiamento do BEI para o Programa Lx XXI.

Gráfico 45: Prazo para a Maturidade e Regime de Taxa

No final do exercício de 2018, o prazo médio para a maturidade dos empréstimos em carteira era de cerca de 8 anos, com aproximadamente 68,8% dos créditos a vencerem-se num prazo até 15 anos (para os mais de 77,8% de 2017)



Os empréstimos com maturidades até 5 anos, 13,6% do total, representavam no final do ano, ≈34,1 milhões de euros, referentes sobretudo aos empréstimos contraídos entre 1999 e 2002, para o financiamento dos respetivos Planos Plurianuais de Investimento, e ao PREDE/DGT (contratado em 2009); ≈26,4 milhões de euros.

Dos empréstimos com maturidades entre os 6 e os 10 anos, referentes a 32,9% da carteira de empréstimos (≈82,5 milhões de euros), destacam-se:

- Os destinados aos programas habitacionais PIMP e PER (58,5% / ≈48,2 milhões de euros);
- O empréstimo transitado da EPUL (41,2% / ≈34,0 milhões de euros);

Os restantes 53,5% (≈134,3 milhões de euros) respeitam a empréstimos com um prazo para a maturidade superior a 10 anos, dos quais:

- 74,8% / 100,5 milhões de euros correspondem aos empréstimos para o PIPARU;
- 17,9% / 24,0 milhões de euros respeitam aos Contratos do BEI para o Programa Lx XXI;
- 7,3% / 9,8 milhões de euros relativos ao financiamento do Plano de Pavimentação.

ACORDOS FINANCEIROS

A análise dos acordos financeiros centra-se na evolução do *stock* e do custo médio da dívida.

EVOLUÇÃO DO STOCK

Quadro 26: Evolução da Dívida Municipal – Acordos financeiros de MLP

Evolução	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	190 556	209 044	199 491	148 078	-51 414	-25,8%
(2) Novos Acordos/Cessões	44 729	32 710	0	0	0	0,0%
(3) Amortizações	26 241	42 262	51 414	29 504	-21 910	-42,6%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	209 044	199 491	148 078	118 573	-29 504	-19,9%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	18 488	-9 552	-51 414	-29 504	21 910	-42,6%

Unid: Milhares de Euros

Em 2018, o *stock* da dívida de MLP referente a acordos financeiros continuou a trajetória descendente dos últimos anos, com uma redução líquida da dívida na ordem dos 19,9% / -29,5 milhões de euros, alicerçada nos reembolsos da carteira pré-existente, destacando-se:

- Águas do Tejo Atlântico: ≈10,1 milhões de euros;
- Bragaparcos: ≈10,2 milhões de euros;
- COLOMBO: ≈3,0 milhões de euros;
- Bernardino Gomes: ≈4,5 milhões de euros;
- Parque Expo: ≈1,7 milhões de euros;

Neste segmento da dívida foram pagos menos 21,9 milhões de euros por comparação com 2017, no que cabe mencionar:

- A redução de 17,5 milhões de euros nos pagamentos relativos ao Acordo Bragaparkes/CGD que, como já mencionado, se relaciona com a amortização extraordinária efetuada em 2017 e com a repartição do capital em dívida reduzido pelo prazo remanescente;
- A redução global das amortizações relativas aos Acordos Águas do Tejo Atlântico e VALORSUL, de 4,4 milhões de euros, já explicitada em ponto anterior por efeitos da maturidade dos acordos Águas do Tejo Atlântico/BPI e VALORSUL/BPI (-9,5 milhões de euros) e do aumento do valor anual devido pelo acordo Águas do Tejo Atlântico/Santander (+5,1 milhões de euros)

CUSTO MÉDIO DOS ACORDOS

Quadro 27: Custo Médio dos Acordos Financeiros

Unid: Milhares de Euros

Evolução	2015	2016	2017	2018	Crescimento 2018/2017	
					valor	%
(1) Capital em dívida em 01/Jan	190 556	209 044	199 491	148 078	-51 414	-25,8%
(2) Novos Acordos/Cessões	44 729	32 710	0	0	0	0,0%
(3) Amortizações	26 241	42 262	51 414	29 504	-21 910	-42,6%
(4) Capital em dívida em 31/Dez (1+2-3)	209 044	199 491	148 078	118 573	-29 504	-19,9%
(5) Variação líquida da dívida (4-1)	18 488	-9 552	-51 414	-29 504	21 910	-42,6%
(6) Encargos Financeiros	6 293	3 955	2 776	1 332	-1 444	-52,0%
Custo Médio da Dívida¹ (6)/(1)	3,3%	1,9%	1,4%	0,9%	-0,5%	-35,3%

¹ **Custo Médio da Dívida** - (Encargos Financeiros)/(Capital em Dívida em 01/01)

O custo médio dos acordos financeiros de MLP teve uma redução na ordem dos 35,3% / -0,5% face a 2017, correspondendo a um custo médio de 0,9%.

A diminuição apurada resulta simultaneamente do comportamento dos indexantes, que se mantiveram negativos em 2018, da evolução da maturidade da carteira e das reduções de *spread* negociadas para os Acordos Bragaparkes e Águas do Tejo Atlântico, com reflexo no segundo semestre de 2018, o que permitiu uma poupança global de 186,4 mil euros:

- Acordo Bragaparkes/BCP, de 1,7% para 1,4%, poupança de 45,7 mil euros;
- Acordo Bragaparkes/CGD, de 2,0% para 1,5%, poupança de 90,5 mil euros;
- Acordo Águas do Tejo Atlântico/SANTANDER, de 1,92% para 1,00%, poupança de 50,2 mil euros.

DÍVIDAS DE CURTO PRAZO (CP)

As dívidas a terceiros de CP saldaram-se em cerca de 128,4 milhões de euros, com uma redução próxima dos 3,0% / 3,9 milhões de euros face a 2017.

Na variação do *stock* releva-se:

- A diminuição próxima dos 23,9 milhões de euros da rubrica Outros Credores assente, desde logo, no decréscimo do valor em dívida *Estamo, Participações Imobiliárias, SA*, e do Fundo de Pensões BPI que em 2017 apresentavam o valor de 18, 4 milhões de euros e 5, 1 milhões de euros, respetivamente.
- O decréscimo ocorrido na conta Estado e Outros Entes Públicos perto dos 2,0 milhões de euros foi devido a que em dezembro o valor de IVA apurado foi apenas de 0,3 milhões de euros, dado que não foi efetuada a faturação à EMEL, acrescentando o facto de que em 2018 foi efetuada a revisão da metodologia de dedução do IVA referente ao exercício de 2016, tendo o Município reportado um crédito de imposto de 0,7 milhões de euros.
- Em compensação a conta de Adiantamentos de Clientes, conheceu um acréscimo significativo de 25,0 milhões de euros que radica, sobretudo, no adiantamento efetuado pela Fidelidade *Property Europe, SA* no valor de 28,3 milhões de euros relativos à alienação, em hasta pública de dois lotes e duas parcelas de terreno para construção integrantes da operação integrada de Entrecampos.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

- Os ≈41,6 milhões de euros da conta de Acréscimos de Custos, com um aumento de ≈2,8 milhões de euros face a 2017, respeitam, fundamentalmente, à estimativa de férias e subsídio de férias (≈25,3 milhões de euros), iluminação pública - eletricidade (≈3,7 milhões de euros), aos custos referentes à SRU ao abrigo do Contrato-Programa 398/2015 que não foram enviados atempadamente ao Município (≈3,5 milhões de euros), a valores relativos aos consumos de dezembro das empresas Águas do Tejo e Atlântico (≈2,5 milhões de euros), ao valor referente à Carris, (COSP) do Contrato de concessão de 2017 (≈1,8 milhões de euros) e à estimativa de diversos custos (≈1,6 milhões de euros).
- Os Proveitos Diferidos referem-se a proveitos líquidos relativos a exercícios seguintes e saldaram-se em cerca de 211,1 milhões de euros, com uma diminuição próxima dos 1,9 milhões de euros face ao exercício de 2017. Nesta conta integram-se valores relativos a subsídios afetos a investimentos, a reconhecer em proveitos em função da vida útil dos

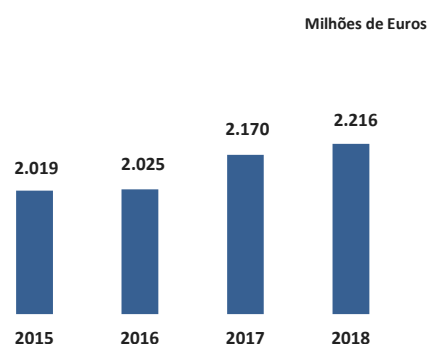
bens (≈191,0 milhões de euros), a diferimentos dos proveitos relativos a cemitérios (≈4,5 milhões de euros), a diferimentos da renda de concessão de terrenos à Fundação EDP (≈4,3 milhões de euros) assim como os direitos de superfície concedidos ao Centro Comercial Colombo (≈2,5 milhões de euros) e à Imo Health (≈1,5 milhões de euros).

2.3.3 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais, com um saldo aproximado de 2.216,5 milhões de euros, cresceram 2,1%/≈46,3 milhões de euros face a 2017, representando 71,0% do Ativo Líquido.

Gráfico 46: Evolução dos Fundos Próprios

O montante de Fundos Próprios derivou dos valores positivos dados por ≈2.077,6 milhões de Património, ≈257,0 milhões de Reservas, ≈5,6 milhões de Doações em conjugação com os saldos negativos de ≈157,4 milhões de Resultados Transitados e de ≈17,6 milhões de euros de Ajustamentos de Partes de Capital, que acrescem aos cerca de 51,3 milhões de euros de Resultado Líquido do Exercício.



A variação de Resultados Transitados entre o fim dos exercícios (negativo em cerca de 204,7 milhões de euros em 2017 e negativo em cerca de 157,4 milhões de euros em 2018) procedeu dos seguintes movimentos:

- Aplicação de resultados de 2017, da ordem dos 78,8 milhões de euros;
- Regularizações de Imobilizado e Subsídios ao Investimento, com um impacto negativo próximo dos 25,4 milhões de euros, sendo os valores mais significativos os relativos a regularizações de imobilizado (≈27,0 milhões de euros);
- Diversas regularizações relativas à liquidação de investimento financeiro relativo à Sociedade Parque Expo no valor de 3,6 milhões de euros e à regularização de valores referentes a montantes integrados da EPUL quando da sua liquidação de 2,6 milhões de euros.

2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 2018, os Resultados Líquidos do Município foram da ordem dos 51.277.292,66 euros (cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos).

Propõe-se, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, que 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, i.e., 2.563.864,63 euros (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais e que o remanescente, no montante de 48.713.428,03 euros (quarenta e oito milhões, setecentos e treze mil e quatrocentos e vinte e oito euros e três cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Quadro 28: Proposta de aplicação dos resultados

	Unid: Euro	Unid: Euro
Aplicação dos Resultados Líquidos	2017	2018
Reservas Legais	4.146.488,77	2.563.864,63
Resultados Transitados	78.783.286,61	48.713.428,03
Resultados Líquidos do Exercício	82.929.775,38	51.277.292,66

2.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2018 não ocorreram fatos relevantes.

3. ASPETOS ORÇAMENTAIS

Neste capítulo tratam-se aspetos relacionados com a contabilidade orçamental cuja especificidade radica numa ótica de caixa – pagamentos e recebimentos versus uma estimativa e/ou dotação inicial ou corrigida – partindo da visão síntese e global dada pela análise dos fluxos de caixa para se fazer, sequentemente, uma análise da receita e da despesa.

Note-se que os dados relativos às Receitas e Despesas, ou aos fluxos de recebimento e de pagamento, apresentados neste capítulo, podem não coincidir com os relativos aos Proveitos e aos Custos (especializados por exercício económico) resultantes da Contabilidade Patrimonial indicados na análise relativa aos aspetos patrimoniais. As diferenças são explicadas pela abordagem diversa que é feita em cada uma destas óticas contabilísticas.

A análise do desempenho económico bem como da posição financeira do Município é, assim, dada pela contabilidade patrimonial, que, neste contexto, se deve privilegiar para efeitos da prestação de contas, sendo a execução orçamental a expressão dos fluxos de tesouraria - entrada e saída de recursos - que acompanham a geração de custos e proveitos bem como os factos patrimoniais associados, por exemplo, à aquisição de bens de imobilizado, à geração ou à redução de dívida.

Na estruturação desta matéria, a análise aos fluxos de caixa é apresentada num único ponto, onde se determinam as disponibilidades para o ano seguinte, partindo do saldo do ano anterior e deduzindo os pagamentos e acrescentando os recebimentos ocorridos no ano.

A análise da receita e da despesa está estruturada em subpontos, que, no fundamental, resultam balizados pela natureza das operações, i.e., respeitando a classificação económica são feitas agregações para fins de análise face aos mapas de execução orçamental apresentados nas Demonstrações Financeiras; do lado da despesa, a execução modela-se também numa classificação funcional (por atividades) e uma orgânica (por unidades orgânicas responsáveis pela despesa), patenteadas nos mapas anexos.

A análise assenta na dinâmica do ano económico fazendo, a par e passo, um paralelo com o ano anterior, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

Em 2018, o orçamento inicial aprovado foi da ordem de 811,4 milhões de euros, tendo ocorrido 27 alterações e uma revisão orçamental, com ajustamento nas dotações e um valor de fecho de ano próximo de 1.032,6 milhões de euros, incluindo cerca de 208,3 milhões de euros de saldo de gerência.

A execução saldou-se perto de 1.013,9 milhões de euros do lado da receita e de 867,1 milhões de euros do lado da despesa.

3.1 MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro 29: Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018

Unid: Milhares de Euros

FLUXOS DE CAIXA			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência anterior	221.922	Despesas Orçamentais	867.142
Execução Orçamental	208.275	Correntes	607.204
Operações de Tesouraria	13.646	Capital	259.939
Receitas Orçamentais	805.585	Operações de Tesouraria	129.508
Correntes	733.966		
Capital	71.619	Saldo para a Gerência Seguinte	160.063
		Execução Orçamental	146.718
Operações de Tesouraria	129.207	Operações de Tesouraria	13.345
TOTAL	1.156.714	TOTAL	1.156.714

O mapa dos fluxos de caixa faz uma síntese da ligação entre a contabilidade orçamental, assente nos fluxos de caixa, e a contabilidade patrimonial, assente no princípio do acréscimo, refletindo os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades, sendo a ligação ao orçamento dada pelo saldo de execução orçamental.

Distingue os recebimentos e pagamentos relativos à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria (valores recebidos para entrega a terceiros), cujo saldo incorpora as respetivas contas de Balanço.

A sua autonomia face às políticas de amortizações e provisões simplifica a análise do processo de execução das despesas e das receitas e dos saldos de gerência (prévio e sequente), relativamente à sua origem: execução orçamental ou operações de tesouraria.

Do saldo inicial de Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa (saldo da gerência anterior), à volta de 221,9 milhões de euros respeitaram à execução orçamental de 2017.

No exercício de 2018, as receitas cobradas ascenderam a cerca de 805,6 milhões de euros e os pagamentos a cerca de 867,1 milhões de euros, a que acresceu o saldo da gerência anterior da execução orçamental de ≈208,3 milhões de euros, originando uma execução orçamental para a gerência seguinte da ordem de 146,7 milhões de euros (20,0% da receita orçamental corrente).

No segmento corrente as receitas orçamentais excederam em 20,9% as despesas, ao contrário do segmento de capital, em que as receitas orçamentais ficaram aquém das despesas em cerca de 188,3 milhões de euros.

Em 2017 apurou-se um saldo de operações de tesouraria próximo dos 13,6 milhões de euros, que adicionado ao saldo do ano ($\approx -0,3$ milhões de euros), originou um montante a transitar para 2019 da ordem dos 13,3 milhões de euros.

Da conjugação da execução orçamental ($\approx 146,7$ milhões de euros) com as operações de tesouraria ($\approx 13,3$ milhões de euros) resultou um Saldo de Gerência da ordem dos 160,1 milhões de euros a transitar para 2019.

3.2 RECEITA

3.2.1 RECEITA TOTAL

Quadro 30: Receita Total

Unid: milhares de Euros

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017 (1)	2018				
						Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Receita Corrente	448 681	490 477	581 745	618 756	754 328	689 900	743 738	733 966	106,4%	-2,7%
Receita Capital	96 892	132 255	128 496	40 545	62 199	130 908	71 698	71 021	54,3%	14,2%
Total	545 574	622 732	710 241	659 301	816 527	820 808	815 437	804 987	98,1%	-1,4%
Outras Receitas	26 709	28 359	11 522	124 325	97 634	211 775	208 887	208 873	98,6%	113,9%
Rep. N/Abatidas Pag.	792	410	431	339	611	3 500	612	598	17,1%	-2,1%
Saldo Gerência do ano anterior	25 917	27 949	11 091	123 987	97 023	208 275	208 275	208 275	100,0%	114,7%
SG afeto a Despesa Corrente	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	123 736	123 736	123 736	-	-
SG afeto a Despesa de Capital	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	84 539	84 539	84 539	-	-
Total Geral	572 283	651 091	721 763	783 626	914 160	1 032 583	1 024 323	1 013 861	98,2%	10,9%
Total s/ SG	546 366	623 142	710 672	659 640	817 138	824 308	816 048	805 585	97,7%	-1,4%

Nota: Na tabela, e para efeitos de análise, considera-se a receita total, dividida em receita corrente e receita de capital, com um subtotal, e as outras receitas, onde se enquadram as reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP) e o saldo de gerência, receitas que respeitam à execução do saldo transitado e a receita executada por conta de pagamentos feitos a mais em anos anteriores. Evidencia-se o total de receita sem o saldo transitado do exercício anterior para uma melhor comparação dos valores de cobrança do ano.

A receita executada em 2018 foi de 1.013,9 milhões de euros, com a inclusão de 208,9 milhões de euros de outras receitas (saldo de gerência do ano anterior e reposições não abatidas aos pagamentos), com uma taxa de execução global de 98,2% e um acréscimo de 10,9% relativamente ao ano anterior.

A receita corrente manteve uma dinâmica positiva fundada no contexto económico geral e da Cidade, em particular por referência ao investimento imobiliário e ao turismo que atingiram novos níveis recorde, numa trajetória de crescimento diretamente ligada à dinâmica do Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e à Taxa Municipal Turística (TMT). A par, a não cobrança da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) em face da decisão do Tribunal Constitucional conhecida em Dezembro de 2017, contribuiu para a retração global do agregado por relação com o período homólogo.

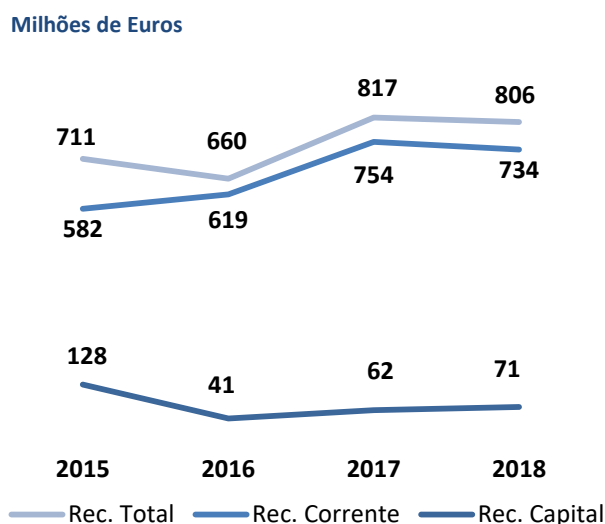
No âmbito da receita orçamental, a execução consubstancia-se em fluxos de entrada/recebimento referentes aos proveitos gerados no ano (receita liquidada e cobrada no ano) e/ou de proveitos de anos anteriores e não cobrados no exercício respetivo, o que tem como corolário que os valores de execução orçamental não coincidam com os valores da Demonstração de Resultados, por relação com os proveitos do exercício, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Saldo de Gerência (SG) transitado do ano anterior foi aplicado em Revisão Orçamental, num total de ≈208,3 milhões de euros sem componente consignada. De acordo com o artigo 104º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, o SG da execução orçamental releva, para efeitos de integração na revisão orçamental, na proporção da despesa corrente que visa financiar. Neste enquadramento, a rubrica do SG foi subdividida na parcela afeta a financiamento de despesa corrente (123,7 milhões de euros) e de capital (84,6 milhões de euros). Optou-se por não

adicionar a componente corrente e de capital do SG à receita corrente e à de capital, de forma a não enviesar a análise evolutiva consubstanciada no gráfico abaixo e melhor comparabilidade dos valores da série.

Gráfico 47: Evolução da Receita Total

A receita corrente no quadriénio 2015/2018 e comparando os anos dos extremos, cresceu $\approx 152,2$ milhões de euros, assente, no essencial, nas variações verificadas nos impostos locais ($\approx 110,2$ milhões de euros) e na receita de atividade ($\approx 46,3$ milhões de euros), mitigado, designadamente, pela não cobrança de TMPC em 2018 e pelo agregado das Outras Receitas Correntes ($\approx -6,8$ milhões de euros) que se funda na cobrança em 2015 de cerca de 12,8 milhões de euros de receita não ordinária (oportunamente tratada no respetivo relatório anual).



No mesmo quadriénio, a receita de capital registou uma quebra de aproximadamente 57,5 milhões de euros, para o que contribuíram, fundamentalmente, as quebras verificadas nas rubricas de Passivos Financeiros ($\approx 28,7$ milhões de euros) e na Venda de Bens de Investimento ($\approx 28,3$ milhões de euros), relacionados, respetivamente, com o ciclo de aplicação de empréstimos (em 2015 utilizaram-se 43,4 milhões de euros de PIPARU, ano de conclusão do Programa) e por um valor elevado de alienações em 2015 (terrenos, habitações e edifícios num total aproximado de 72,7 milhões de euros).

Neste quadriénio, a receita total, corrigida de SG e de Reposições não Abatidas aos Pagamentos (RNAPs) segue o padrão da receita corrente, suportada, em grande parte, em fatores de conjuntura com destaque para a dinâmica do sector imobiliário, destacando-se a inflexão das receitas de capital em 2016, por efeito da diminuição das rubricas anteriormente mencionadas (venda de bens de investimento e passivos financeiros).

3.2.2 RECEITA POR GRANDES AGREGADOS

Quadro 31: Receita por Grandes Agregados

Unid: milhares de Euros

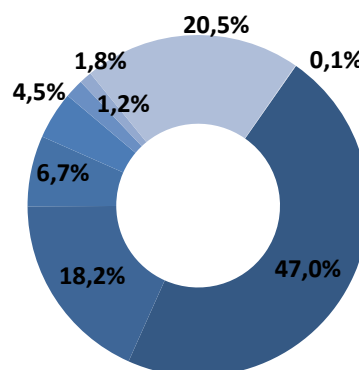
Descrição	2015	2016	2017 (1)	2018				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Receita Fiscal	365 899	378 026	460 644	415 362	496 835	476 127	114,6%	3,4%
Receita de Actividade	138 666	160 293	209 249	176 576	165 937	184 967	104,8%	-11,6%
Receita Patrimonial	94 429	51 489	73 250	83 067	73 303	67 959	81,8%	-7,2%
Transferências	44 087	47 437	44 609	58 098	48 287	45 744	78,7%	2,5%
Empréstimos	46 686	7 320	6 746	52 196	18 000	18 000	34,5%	166,8%
Outras	20 473	14 737	22 029	35 508	13 073	12 190	34,3%	-44,7%
Rep. N/Abatidas Pag.	431	339	611	3 500	612	598	17,1%	-2,1%
Saldo de Gerência	11 091	123 987	97 023	208 275	208 275	208 275	100,0%	114,7%
Total	721 763	783 626	914 160	1 032 583	1 024 323	1 013 861	98,2%	10,9%

Para efeitos de análise são usados os agregados de receita a seguir sumariados e objeto dos pontos seguintes:

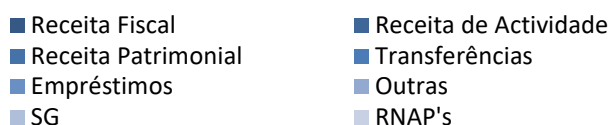
- A receita fiscal inclui os impostos locais, diretos e indiretos;
- A receita de atividade tem origem na cobrança de taxas, preços e tarifas e na venda de bens e serviços excluindo a que resulta da administração do património municipal;
- A receita patrimonial abrange as receitas respeitantes à gestão e administração do património municipal incluindo os rendimentos de propriedade, as rendas e a venda de bens de investimento;
- As transferências respeitam a valores com origem em terceiros, com natureza corrente ou de capital (receita maioritariamente consignada a fins específicos);
- O segmento 'Outras' agrupa as cobranças de outras receitas correntes e de capital;
- Os empréstimos correspondem aos passivos financeiros;
- As RNAPs são o conjunto orçamental onde se classificam restituições de valores pagos em excesso em exercícios anteriores.

Gráfico 48: Receita por Grandes Agregados

A receita municipal de 2018, agregada nos segmentos referenciados, mantém a estrutura dos últimos anos com predomínio da receita fiscal (47,0% da receita cobrada) e de atividade (18,2% do total), a que acrescem a receita patrimonial (6,7% do conjunto) e as transferências (4,5%).



O conjunto dado pelos segmentos Outras, Empréstimos e RNAPs somam 3,0% do total da receita municipal.



O SG representou 20,5% da receita executada em resultado da respetiva incorporação em orçamento por via da revisão orçamental.

Os empréstimos de Médio e Longo Prazo (MLP), com utilizações de ≈18 milhões de euros, apresentam um acréscimo de 11,3 milhões de euros face a 2017 e estão a ser executados no âmbito do *Programa de Investimento Lx XXI*. O Município de Lisboa não recorreu a empréstimos de Curto Prazo (CP) em 2018, à semelhança do último quadriénio.

3.2.3 RECEITA FISCAL

Quadro 32: Receita fiscal

Descrição	2015	2016	2017 (1)	2018			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)		
Impostos Diretos	365 899	378 026	460 644	415 362	496 835	476 127	114,6%	3,4%
IMI/Contrib. Autárquica	115 984	114 149	118 153	116 094	124 919	122 182	105,2%	3,4%
IMT/Sisa	174 516	178 205	225 212	196 740	272 971	255 048	129,6%	13,2%
Imp. Único Circulação	17 928	18 179	19 431	18 691	20 403	20 354	108,9%	4,8%
Derrama	57 471	67 484	97 830	83 833	78 542	78 542	93,7%	-19,7%
Outros	0	10	19	5	0	0	-	-100,0%
Impostos Indiretos	0	0	0	0	0	0	-	-
Imposto de Jogo		0	0	0	0	0	-	-
Total	365 899	378 026	460 644	415 362	496 835	476 127	114,6%	3,4%

Unid: milhares de Euros

O conjunto da receita fiscal, no total de 476,1 milhões de euros, manteve a trajetória de crescimento dos últimos anos, com variações positivas face aos valores de execução de 2017 e face aos valores orçados para 2018 de respetivamente, +≈15,5 milhões de euros e

+≈60,8 milhões de euros. No conjunto é de demarcar o predomínio do IMT (53,6% do agregado) e a inflexão da receita da Derrama relativamente ao ano anterior.

Esta evolução da receita fiscal firmou-se, sobretudo, em fatores de conjuntura:

- O incremento na cobrança de IMT reflete um mercado imobiliário mais estável, com maior diversidade e escala, no qual as fontes de procura são mais diversificadas, os investidores têm várias origens, e existem mais perfis de promotores a atuar num contexto económico favorável:
 - O crescimento do investimento em imobiliário em todos os segmentos (+ 54% a nível nacional, face a 2017), reflexo da vitalidade do mercado nacional, impulsionado tanto pela entrada tardia de Portugal no ciclo de investimento pós-crise económico-financeira global como pelas transações verificadas no segmento do imobiliário comercial;
 - O dinamismo do mercado imobiliário levou a que o investimento neste sector atingisse novo recorde em 2018, assente numa conjugação de fatores internos e externos, entre os quais o crescimento económico, o aumento de risco nos mercados de capitais, o baixo retorno de investimentos mais conservadores e as boas rentabilidades face a outros produtos de investimento e a outros mercados;
 - A estabilidade política e social, o clima, a boa gastronomia e a hospitalidade do país, a que se junta uma conjuntura favorável, como seja o regime fiscal para os residentes não habituais e a autorização de residência para a atividade de investimento, influenciam favoravelmente a decisão pela opção em investimento em imobiliário;
 - Os novos posicionamentos que criam mais valor, como o alojamento para estudantes e o arrendamento a turistas, este último assente sobretudo na reabilitação urbana a par com a expansão do sector hoteleiro fundada no crescimento do turismo - em Lisboa inauguraram-se 7 novos hotéis e procedeu-se à expansão de outros 3, correspondendo a cerca de 780 novos quartos.
 - O aumento das vendas no mercado residencial, que na cidade de Lisboa terão ultrapassado as do ano de 2007, reflexo simultâneo do aumento de casas vendidas e da subida de preços. Neste segmento os estrangeiros mantêm-se muito dinâmicos, pese embora os compradores nacionais estejam mais ativos, quer fruto da melhoria das condições económicas, quer do aumento na concessão de crédito à habitação.
- O crescimento do IMI assenta, no essencial, no crescimento contínuo registado no mercado imobiliário no decorrer dos últimos anos mitigado por fatores como:

- O aumento de isenção concedida às famílias que tenham dependentes a cargo, ora feito de forma automática e com reconhecimento oficioso pela Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA).
 - O crescimento do número de pedidos de revisão do valor tributário dos imóveis, com impacto negativo no Valor Patrimonial Tributário (VPT).
 - A isenção temporária do pagamento de IMI para habitações destinadas a reabilitação urbana.
- Na Derrama, e num quadro de manutenção da política fiscal do Município em matéria de isenções, designadamente para entidades com volume de negócios inferior a 150 mil euros, o valor cobrado apresenta uma quebra de 19,7% / -19,3 milhões de euros, inferindo-se, a partir dos dados disponíveis no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, ter havido uma diminuição efetiva do imposto da ordem dos 11,2 milhões de euros sendo a variação remanescente fundada num valor de anos anteriores bastante superior em 2017 face ao ocorrido em 2018.

3.2.4 RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

Quadro 33: Receita associada à Atividade

Unid: milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017 (1)	2018				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Txs, Multas e Outr. Penal.	52 064	73 110	95 492	69 334	61 323	69 519	100,3%	-27,2%
Serv. Urban./Realiz. Infra. Urban.	6 848	13 961	24 254	15 610	14 799	20 161	129,2%	-16,9%
Ocupação Via Pública	13 266	12 013	12 164	12 325	11 081	12 469	101,2%	2,5%
Publicidade	4 020	4 363	3 707	3 990	3 866	4 228	106,0%	14,1%
Conservação de Esgotos	4 420	831	455	775	0	1 642	211,9%	260,6%
Taxa Proteção Civil	14 485	21 607	22 214	0	0	95	9544979,0%	-99,6%
Taxa Turística	3 000	12 097	16 548	14 513	18 483	18 555	127,9%	12,1%
TGR + TRH	0	0	416	2 060	1 231	1 050	51,0%	152,6%
Outros	2 505	2 655	3 302	2 861	3 536	3 519	123,0%	6,6%
Multas e Outras Penalidades	3 522	5 584	12 433	17 200	8 327	7 800	45,3%	-37,3%
Venda Bens e Serv. Correntes	86 602	87 183	113 756	107 242	104 615	115 448	107,7%	1,5%
Venda de Bens	4 932	5 105	5 367	5 698	5 064	5 053	88,7%	-5,8%
Saneamento (anos ant.)	13 583	0	0	1 306	0	0	-	-
Saneamento	36 422	45 575	59 897	51 121	58 005	57 446	112,4%	-4,1%
Resíduos Urbanos	20 837	25 228	30 182	27 327	28 270	28 446	104,1%	-5,8%
Cemitérios	2 244	2 232	2 156	2 204	2 314	2 270	103,0%	5,3%
Mercados e Feiras	2 634	2 391	2 108	2 607	2 170	2 713	104,1%	28,7%
Parq. Estacionam.	0	0	7 091	9 304	38	11 610	124,8%	63,7%
Outras	5 948	6 652	6 955	7 675	8 754	7 911	103,1%	13,7%
Total	138 666	160 293	209 249	176 576	165 937	184 967	104,8%	-11,6%

A receita de atividade, com 185,0 milhões de euros cobrados, abarca a Venda de Bens e Serviços Correntes (à exceção das rendas de habitações e edifícios) e o agregado de Taxas, Multas e

Outras Penalidades, que representam respetivamente, 62,4% / 115,4 milhões de euros e 37,6% / 69,5 milhões de euros.

Na execução do conjunto Taxas, Multas e Outras Penalidades, sobressaem:

- A receita de ≈20,2 milhões de euros de Serviços Urbanísticos, dos quais ≈13,2 milhões de euros respeitam à Taxa de Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU) que incluem ≈3,0 milhões de euros relativos ao Fundo Investimento Imobiliário Fechado Amoreiras, ≈2,9 milhões euros respeitam a Licenças de Obras e Utilização, 2,0 milhões de euros a regularização de cedência gratuita e dação em cumprimento relativa ao CIUL (os remanescentes 0,6 milhões de euros foram registados na rúbrica outras receitas Correntes) e ≈0,7 milhões euros respeitam a Obras na Via Pública. Por paralelo com 2017, verifica-se uma diminuição de ≈4,3 milhões de euros na componente TRIU, mantendo-se as outras componentes de nível.
- A receita de ≈12,5 milhões de euros da Taxa de Ocupação da Via Pública que inclui condutas do subsolo (≈5,4 milhões de euros), outras ocupações de via pública (≈3,3 milhões de euros) e o recebimento de rendas de zonas Ribeirinhas no quadro do protocolo com a ATL (≈1,4 milhões de euros). Esta receita tem-se mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos (+2,5% / +0,3 milhões de euros por contraponto com 2017), após a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei nº 56/2012, de 8 de novembro).
- A receita com a conservação de esgotos, com 1,6 milhões de euros, dos quais 0,7 milhões de euros respeitam a regularizações de liquidações de receita que se encontrava classificada como extra orçamental, correspondendo o remanescente a valores recebidos em execução fiscal; esta taxa foi extinta no quadro da aprovação das Tarifas de Saneamento e Resíduos Urbanos que ocorreu no final de 2014.
- A cobrança de ≈18,6 milhões de euros de Taxa Municipal Turística / Taxa de Dormida (TMT), com início de aplicação em 2016, com o propósito de remunerar o benefício turístico referente ao conjunto de atividades e investimentos relacionados com o turismo.
 - Do valor cobrado, 15,7 milhões de euros respeitaram a 2018, dos quais ≈12,0 milhões de euros relativos a dormidas em hotéis e alojamentos locais e ≈3,7 milhões de euros a dormidas cobradas via plataforma *airbnb*. Acresce a este valor a receita relativa a 2017 no valor de ≈2,7 milhões de euros (2,0 milhões de euros respeitantes a hotéis e alojamentos locais e 0,8 milhões de euros respeitantes à plataforma *airbnb*) e um valor residual referente a 2016 (0,1 milhões de euros). Por comparação com 2017, a TMT cresceu cerca de 2,0 milhões de euros, radicada quer no incremento dos recebimentos

provenientes da *airbnb* (+≈0,9 milhões de euros com os mesmos períodos cobrados) quer nos de hotéis/alojamentos locais (+≈1,1 milhões de euros). Esta receita corresponde a cerca de 15,0 milhões de dormidas, após exclusão/isenção de cerca de 1,1 milhões de dormidas;

- O acréscimo verificado na receita da TMT tem por base um aumento da atividade turística, com Lisboa a obter um aumento nas entradas por relação a 2017, quer por via marítima (+3% de escalas e +11% de passageiros no Porto de Lisboa) quer por via aérea (+8,8% / +2,3 milhões de passageiros);
- O crescimento da quota de mercado face aos seus concorrentes, com Lisboa a ser, na Europa, a segunda cidade com o crescimento mais acentuado entre as cidades preferidas para viajar em lazer, de acordo com o estudo *Global Destination Cities Index*. A atribuição a Lisboa, em 2018 de “*Melhor Cidade Destino*”, “*Melhor Destino City Break*” e “*Melhor Cidade Destino Europeu*”, a que acresceu a de “*Melhor Porto Europeu de Cruzeiros*”, veio corroborar o aumento da percepção de qualidade e valor dos serviços oferecidos pelos operadores turísticos nacionais;
- O crescimento trouxe alterações, nomeadamente maior diversificação de mercados de origem e menor sazonalidade, reforçando para além do turismo de cidade, o de negócios, com um crescimento notável do número de eventos internacionais em áreas diversas, de que sobressaem o *Web Summit*, o *Lisbon Investment Summit*, o encontro anual de parceiros da *ElearningForce*, 4 congressos mundiais sobre o mar, a final mundial dos *World Travel Awards* e o *Rock in Rio Lisboa*;
- A receita de 7,8 milhões de euros de multas e outras penalidades diversas, de que sobressaem ≈5,3 milhões de euros de coimas e penalidades por contraordenações e ≈1,2 milhões de euros de juros de mora. Face a 2017 verificou-se uma diminuição de ≈6,4 milhões de euros, em resultado do recebimento extraordinário por parte da AT, nesse ano, de ≈5,9 milhões de euros de juros de mora de processos em execução fiscal relativos ao IMI (≈4,6 milhões de euros) e IMT (≈1,3 milhões de euros);

No cômputo da rubrica, a receita dos processos de coimas e penalidades por contraordenações, cresceu 0,8 milhões de euros, consequência do aumento generalizado da cobrança quer das contraordenações de trânsito (≈0,4 milhões de euros) quer de outras contraordenações;

- No âmbito da Venda de Bens e Serviços Correntes assumem especial relevo as tarifas de saneamento e de resíduos urbanos, com início de aplicação em 2015, com o objetivo de dar cumprimento ao quadro normativo, legislativo e institucional do sector de abastecimento de

água, recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos e simultaneamente garantir a qualidade do serviço prestado e o da sua sustentabilidade no tempo, sem esquecer a garantia de acessibilidade dos serviços prestados quer com fins sociais, quer destinados a famílias numerosas, quer para organizações de declarada utilidade pública:

- A receita da Tarifa de Saneamento no total de 57,4 milhões de euros decresceu face a 2017 (-4,1% / -2,5 milhões de euros) dado que em 2017 foi cobrado o mês de novembro do ano anterior contabilizando-se um fluxo de caixa de 13 meses face aos 12 cobrados no ano em análise;
- A Tarifa de Resíduos Urbanos apresenta um decréscimo de -5,8% / -1,7 milhões de euros que resulta do facto de no período homólogo também ter sido registado o mês de novembro do ano anterior, ou seja, a receita de 2017 tenha correspondido a 13 meses ao invés de 12 meses;

Ainda neste agregado cabe relevar a cobrança de ≈11,6 milhões de euros na rubrica Parques de Estacionamento, com +63,7% / +4,5 milhões de euros, respeitantes ao recebimento de 3,7 milhões de euros relativos ao remanescente do *fee* da EMEL de 2016 (por dação em pagamento de uma parcela no terreno da Estrada da Pontinha) e do *fee* de 2017 (7,9 milhões de euros) que se contrapõe à execução de 2017; 7,1 milhões de euros, correspondentes ao *fee* de 2015 (4,2 milhões de euros) e parte do de 2016 – 2,9 milhões de euros.

3.2.5 RECEITA PATRIMONIAL

Quadro 34: Receita Patrimonial - alienação e administração do património Municipal

Unid: milhares de Euros

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017 (1)	2018			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
						Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)		
Rendas Hab., Edifícios e Out.	25 202	9 029	8 307	8 988	8 541	10 380	10 367	9 239	89,0%	8,2%
Rend. de Propriedade	14 072	19 130	13 405	19 646	19 155	17 621	17 892	14 323	81,3%	-25,2%
Venda de Bens Invest.	14 824	46 283	72 718	22 855	45 554	55 067	45 044	44 397	80,6%	-2,5%
Total	54 098	74 442	94 429	51 489	73 250	83 067	73 303	67 959	81,8%	-7,2%

A receita patrimonial, no valor de ≈68,0 milhões de euros, diminuiu 7,2% / ≈-5,3 milhões de euros relativamente ao ano transato. Da análise deste agregado, releva-se:

- A venda de bens de investimento com uma execução da ordem dos 44,4 milhões de euros, e com -2,5% / ≈-1,2 milhões de euros cobrados que 2017. Do valor de alienações destacam-se ≈37,8 milhões de euros, referentes a Terrenos, dos quais 28,3 milhões de euros correspondem a 15% sobre o valor base de licitação da Hasta Pública dos Terrenos de

Entrecampos (188,4 milhões de euros); ≈3,3 milhões de euros referem-se a venda de Habitações e ≈3,2 milhões de euros são relativos a venda de Edifícios.

- Do cômputo da venda de bens de investimento, ≈36,7 milhões de euros referem-se a hastas públicas (dos quais, ≈28,3 milhões são adiantamentos), ≈3,6 milhões respeitam à redução de 20% do valor do contrato de compra e venda celebrado entre o Município de Lisboa e a *Estamo, Participações Imobiliárias, SA* (com registo do lado da receita no respeito do princípio da não compensação), ≈2,8 milhões de euros são equivalentes a escrituras de compra e venda (com 1,8 milhões de venda de habitações e 1,1 milhões de euros de vendas de terrenos e edifícios) e ≈0,9 milhões de euros referem-se a vendas faseadas.
- Os rendimentos de propriedade, com ≈14,3 milhões de euros cobrados, e uma quebra de 25,2% / - 4,8 milhões de euros, com justificação: na diminuição de ≈7,5 milhões de euros, face a 2017, das rendas de concessão da EDP. Esta quebra resulta de, em 2017, se terem recebido a totalidade das rendas correspondentes a esse ano (12,8 milhões de euros), e se terem regularizado rendas relativas à concessão e ao protocolo de iluminação pública de anos anteriores (4,8 milhões de euros); em 2018 a receita correspondeu apenas às rendas dos 3 primeiros trimestres (9,8 milhões de euros) a que acresceu a regularização de 0,3 milhões de euros (remanescentes de trimestres de 2015, 2016 e 2017 e protocolo de iluminação pública de 2016).

No crescimento de 1,3 milhões de euros na rubrica participação de lucros na administração pública por via da regularização de parte do Acordo Parassocial com a VALORSUL (total ≈5,3 milhões de euros, dos quais ≈ 1,5 milhões de euros foram recebidos em 2017 e ≈1,3 milhões de euros em 2018), ao qual crescem os dividendos recebidos da VALORSUL (0,5 milhões euros, ficando por regularizar 0,5 milhões de euros) e das Águas do Tejo Atlântico (1,0 milhões de euros); as rendas de terrenos aumentaram ≈1,3 milhões de euros, por relação com a sentença judicial da COOPEMI.

3.2.6 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

Quadro 35: Transferências Correntes e de Capital

Unid: milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017 (1)	2018				
				Previsão (2)	Liquidação (3)	Cobrança (4)	Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
Transf. Obrigatórias	29 775	30 140	31 007	31 473	31 473	31 473	100,0%	1,5%
Fundos Comunitários	4 437	7 334	1 415	10 558	5 893	5 893	55,8%	316,5%
Administração Central	9 609	9 962	12 187	16 067	10 922	8 379	52,1%	-31,2%
Outras	266	0	0	0	0	0	0,0%	-
Total	44 087	47 437	44 609	58 098	48 287	45 744	78,7%	2,5%

As transferências recebidas, no total $\approx 45,7$ milhões de euros, cresceram 2,5% / + 1,1 milhões de euros relativamente a 2017.

A participação variável no IRS, transferência obrigatória do Orçamento de Estado, registou um incremento de 1,5% / +0,5 milhões de euros relativamente ao ano anterior, em conformidade com as verbas inscritas no mapas XIX, anexo ao respetivo Orçamento de Estado.

As transferências com origem em Fundos Comunitários aumentaram +316,5% / +4,5 milhões de euros por comparação com período homólogo. Esta variação resultou, sobretudo, do recebimento de 1,9 milhões de euros de financiamento não reembolsável do FEDER em regime de overbooking (afeto a projectos inicialmente inscritos no PIPARU), a que acresceu o incremento dos recebimentos de projetos afetos ao programa Portugal 2020 ($\approx 0,9$ milhões de euros).

As transferências procedentes da Administração Central, com uma cobrança da ordem dos 8,4 milhões de euros, reduziram 31,2% / -3,8 milhões de euros face a 2017, por efeito, sobretudo, da diminuição da execução das transferências do Turismo de Portugal, I.P. relativas ao Casino ($\approx 2,1$ milhões de euros, - 0,3 milhões de euros de Contrapartida Anual e -1,9 milhões de euros de Imposto Especial de Jogo). A variação ocorrida no Imposto Especial de Jogo está apenas fundada no período de impacto orçamental dado que a verba em falta foi recebida em 2019; a variação na contrapartida anual prende-se com a regularização de um recebimento relativo a 2013 no quadro do projeto COM'OUT Lisboa. As variações negativas nas transferências respeitantes ao pré-escolar e ensino básico ($\approx -1,6$ milhões de euros) coadjuvaram o resultado global; neste grupo é de relevar que em 2017 foram recebidos os montantes totais do ano, enquanto em 2018 foi cobrado apenas parte do valor anual para o pagamento do pessoal não docente e prolongamento do horário, em pré-escolar numa situação também já regularizada em Janeiro de 2019 (Pessoal não docente do pré-escolar, 1,1 milhões de euros; CAF – Refeições e prolongamento de horário do pré-escolar, 1 milhão de euros).

3.2.7 RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA

Quadro 36: Receita liquidada e não cobrada

Unid: milhares de Euros

Descrição	Receitas por Cobrar no Início do Ano	Receita Liquidada	Liquidações Anuladas	Reembolsos Pagos	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução (%)	Receita Não Cobrada
Impostos	127	496 835	0	20 835	476 127	114,6%	0
Taxas, Multas Out. Penalidades	57 531	61 323	18 918	511	69 519	100,3%	29 906
Rendimentos de Propriedade	4 499	17 892	1 179	1	14 323	81,3%	6 889
Transferências Correntes	45	39 878	438	0	37 334	90,0%	2 150
Venda de Bens e Serviços Corr.	55 276	114 982	3 687	718	124 688	106,0%	41 165
Outras Receitas Correntes	9 400	12 829	43	0	11 975	42,0%	10 210
Venda de Bens de Investimento	10 272	45 044	417	0	44 397	80,6%	10 502
Transferências de Capital	159	8 410	0	0	8 410	50,6%	159
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0,0%	0
Passivos Financeiros	0	18 000	0	0	18 000	34,5%	0
Outras Receitas de Capital	1 331	244	449	34	215	3,1%	878
Rep. Não Abatidas Pagamentos	1 896	612	16	0	598	17,1%	1 894
Sld. Ger. Ant. (n/posse serviço)	0	208 275	0	0	208 275	100,0%	0
Total	140 535	1 024 323	25 147	22 098	1 013 861	98,2%	103 753
Total s/ SG	140 535	816 048	25 147	22 098	805 585	97,7%	103 753

Em 2018, o Município de Lisboa liquidou ≈816,0 milhões de euros, anulou e reembolsou ≈47,2 milhões de euros e cobrou perto de 805,6 milhões de euros (excluindo o saldo de gerência) num desempenho positivo do saldo por cobrar⁴, saldado próximo dos 103,8 milhões de euros com uma retração da ordem dos 36,8 milhões de euros face ao valor registado no final de 2017.

Para o saldo final de receita não cobrada concorreram:

- A venda de bens e serviços correntes que regista 41,2 milhões de euros por cobrar numa diminuição de ≈14,1 milhões de euros face a 2017; neste segmento cabe dar ênfase à variação do saldo relativo aos *fees* da EMEL (em 2018 foram cobrados ≈11,6 milhões de euros, 7,9 milhões de euros do *fee* de 2017 e 3,7 milhões de euros de parte do *fee* do ano de 2016).
- O conjunto das taxas, multas e outras penalidades, com 29,9 milhões de euros por cobrar e uma diminuição de liquidações por cobrar de ≈27,6 milhões de euros face ao período homólogo.

O saldo por cobrar das taxas relativas a serviços urbanísticas retraiu ≈12,0 milhões de euros, para o que concorreu uma cobrança deste tributo superior à liquidação do ano, ≈5,4 milhões de euros e anulações de receita liquidada de ≈6,6 milhões de euros (e.g., reconhecimento de

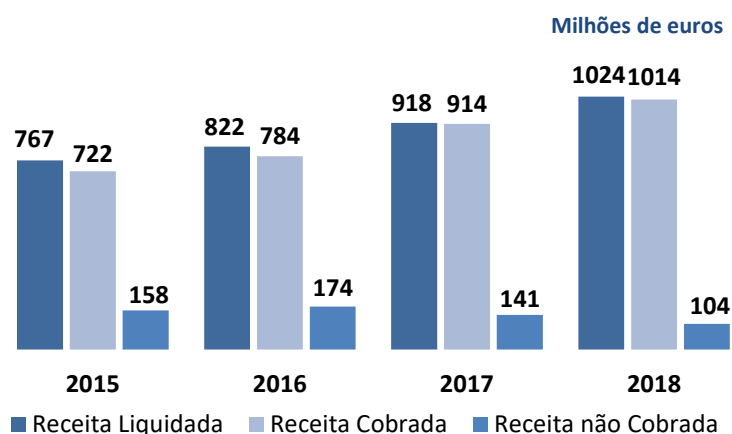
⁴ produto da receita por cobrar no início do ano + saldo transitado + receita liquidada em 2018, expurgada de liquidações anuladas, reembolsos pagos e receita cobrada líquida

isenções no âmbito do Contrato de Concessão de energia elétrica de baixa, ≈2,2 milhões de euros, e verificação da existência de liquidações indevidas, 3,5 milhões de euros).

Houve minoração da receita por cobrar também na Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC), -4,2 milhões de euros, fundadas na anulação da faturação da TMPC por força da respetiva declaração de inconstitucionalidade; houve também decréscimo dos valores em aberto de Taxa de Conservação de Esgotos (extinta), -≈4,6 milhões de euros para o que contribuiu a cobrança de valores em execução fiscal (≈0,9 milhões de euros), a regularização de receita classificada como extra orçamental (≈0,8 milhões de euros) e o reconhecimento de dívida prescrita (≈3,0 milhões de euros) no quadro do explicitado no ponto relativo às dívidas de terceiros.

- Destacam-se ainda no saldo por cobrar:
 - Venda de outros serviços - Cerca de 20,0 milhões de euros em dos quais relevam ≈16,9 milhões de euros de obras coercivas, ≈1,1 milhões de euros de estacionamento privativo e 1,5 milhões de euros relativos à galeria técnica da Parque Expo);
 - Rendas de terrenos urbanos - Perto de 9,5 milhões de euros (dos quais, ≈ 0,6 milhões de euros respeitam a rendas de 2018 e ≈6,4 milhões de euros a rendas de anos anteriores, 0,9 milhões de euros referem-se a direitos de superfície e 0,7 milhões de euros são relativos a cedências de terrenos).
 - Ocupação de via pública e publicidade - cerca de 11,1 milhões de euros de dos quais 0,2 milhões de euros relativos a valores em dívida de 2018 e 10,5 milhões de euros a anos anteriores.
 - Venda de bens de investimento – sem alteração significativa do valor, o saldo de receitas por cobrar fixa-se nos 10,5 milhões de euros, distribuídos pelas rubricas de Terrenos (≈5,6 milhões de euros), Habitações (≈2,4 milhões) e Edifícios (≈2,4 milhões de euros).
 - Outras receitas correntes – estão por cobrar ≈10,2 milhões de euros, dos quais se destacam 2,9 milhões de euros de Notas de Credito da EGEAC, 2,2 milhões de euros do contrato de concessão à Fundação EDP / exploração do Centro de Artes EDP, 2,6 milhões de euros de compensações urbanísticas e 0,5 milhões de euros referentes ao protocolo com o Metropolitano de Lisboa.

Gráfico 49: Receita Liquidada, Cobrada e Não Cobrada



O ano de 2018 é o que evidencia o saldo de receita não cobrada mais baixo do quadriénio, sumariando o esforço que o Município tem vindo a fazer na melhoria da cobrança da dívida de

terceiros e na regularização de situações pendentes com vista à melhoria dos dados patenteados nas contas.

A execução orçamental regista os valores liquidados e cobrados do ano (que inclui cobranças relativas a anos anteriores) não distinguindo as correções por via de anulações ou reembolsos.

O saldo global de receita liquidada e não cobrada de 2018 situa-se nos ≈10,5 milhões de euros (excluindo o saldo de gerência) o que, com as componentes de correção referidas, se traduz na diminuição de cerca de 36,9 milhões de euros do saldo por cobrar do final do ano face ao valor inicial.

Das liquidações ocorridas em 2018, destacam-se nos valores por cobrar 3,3 milhões de euros relativos ao último trimestre da renda de concessão da EDP, 2,1 milhões de euros de transferências relativas à educação (pessoal não docente, prolongamento de horário e refeições do pré-escolar) e 2,0 milhões de euros relativos à Valorsul (1,5 milhões do acordo parassocial e 0,5 milhões de euros de dividendos).

Atento o valor acumulado da receita por cobrar no final de 2018, observa-se:

- Nas receitas de capital transitaram ≈11,8 milhões de euros de anos anteriores. Em 2018 foram liquidados ≈71,7 milhões de euros, que, após correção de 0,9 milhões de euros relativos a anulações e reembolsos, somaram ≈70,8 milhões de euros; foram cobrados perto de 71,0 milhões de euros, pelo que o saldo de cobranças superou o das liquidações corrigidas em cerca de 0,2 milhões de euros. Se ao saldo inicial obtido retirarmos as cobranças do ano, obtemos ≈11,5 milhões de euros de receita de capital por cobrar no fim de 2018;
- Nas receitas correntes o saldo transitado de 2017 foi próximo dos 126,9 milhões de euros. Em 2018 foram liquidados ≈697,4 milhões de euros (saldo liquido resultante de

≈743,7 milhões euros de liquidações com uma correção de ≈46,3 milhões de euros respeitantes a reembolsos e anulações) e cobrados ≈734,0 milhões de euros, pelo que o valor cobrado superou o liquidado corrigido de reembolsos e anulações, em ≈36,6 milhões de euros. Se ao saldo inicial obtido retirarmos as cobranças efetuadas em 2018, obtemos um saldo por cobrar, a transitar para 2018, da ordem dos 90,3 milhões de euros.

- O saldo por cobrar das RNAPs é de 1,9 milhões de euros.

3.3 DESPESA

3.3.1 DESPESA TOTAL

O Município de Lisboa tem seguido nos últimos anos uma estratégia de crescimento, no quadro de uma política fiscal estável, competitiva e impulsionadora da competitividade da cidade.

O desempenho orçamental, a forte e sustentada redução da dívida, uma tesouraria manifestamente positiva são pilares que têm permitido o atempado cumprimento dos compromissos junto dos fornecedores, mais e melhor investimento em serviços urbanos de qualidade, na requalificação de espaço público, equipamentos e infraestruturas bem como uma aposta clara em atividades de dinamização da base cultural, social e económica da Cidade assim como de proteção dos mais desprotegidos.

O reconhecimento da solidez financeira do Município possibilitou, nomeadamente, assegurar uma linha de financiamento de médio e longo prazo, junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), com chancela do Plano *Juncker*, iniciativa conjunta do BEI e do Fundo Europeu de Investimento (FEI), para uma carteira de intervenções centrada em sectores de importância fundamental para a Cidade, com abertura de um ciclo de investimentos que visam preparar Lisboa para as alterações climáticas e continuar a investir em reabilitação urbana e habitação como áreas chave de melhoria da vida de quem habita e trabalha em Lisboa.

A situação financeira do Município possibilitou, em 2018, fazer o esforço orçamental necessário à resolução de situações excecionais ocorridas com forte impacto na despesa sem prejudicar, designadamente, o investimento nas áreas estruturantes para a Cidade, como sejam a habitação, a mobilidade, o saneamento e os equipamentos educativos e sociais.

Efetivamente, no exercício de 2018 cabe destacar, enquanto eventos excecionais com forte impacto orçamental, a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, com um valor da ordem dos 53,8 milhões de euros, na decorrência da declaração de inconstitucionalidade das normas deste tributo pelo Tribunal Constitucional, pelo Acórdão nº 848/2017, e o cumprimento do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo numero 5491/09.1TVLSB, em que foram autores José António Arez Romão, Ana Maria de Arez Romão e Brito Correia, Maria da Graça Arez Romão e Maria Madalena Arez Romão Pais de Vasconcelos, relativo a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela de terreno integrada na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar, com um impacto orçamental próximo dos 96 milhões de euros.

A execução da despesa, como mencionado na abertura do tema orçamental, funda-se numa ótica de caixa, i.e., de fluxos de saída/pagamento referidos a custos gerados e a investimentos executados, no ano ou em ano anterior, assim como à amortização de outra dívida, como seja a de financiamentos obtidos, pelo que os montantes de execução da despesa não coincidem com

os custos do exercício que alinham com o princípio da especialização e, designadamente, integram as amortizações de imobilizado (que não constituem saída de caixa) ao invés dos respetivos valores de aquisição / construção ou reposição.

Assim, os dados relativos à despesa resultantes da contabilidade orçamental apresentados neste capítulo tendem a não coincidir com os custos objeto de análise no ponto relativo aos aspetos patrimoniais, em face da diferença de conceitos presente em cada uma das óticas.

Quadro 37: Despesa total

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018				Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Despesa Corrente	454 854	474 683	481 063	653 536	640 621	638 240	607 204	92,9%	126 141	26,2%
Despesa de Capital	142 923	211 920	224 822	379 047	337 953	330 873	259 939	68,6%	35 117	15,6%
Total	597 777	686 603	705 885	1 032 583	978 574	969 114	867 142	84,0%	161 258	22,8%

Em 2018, o Município executou 89,5% dos seus compromissos e 84% do seu orçamento, o que se traduziu numa despesa global de ≈867,1 milhões de euros e uma variação de 161,3 milhões de euros face a 2017, sendo a despesa corrente responsável por 78,2% deste incremento.

A despesa corrente prevaleceu no total, à semelhança de anos transatos, no que releva, desde logo, a representatividade da despesa com pessoal na estrutura da despesa municipal; o contributo deste segmento para o total foi de cerca de 70%, num total de 607,2 milhões de euros pagos, com uma variação da ordem dos 26,2%.

No segmento da despesa de capital, o crescimento foi de 15,6%, com um agregado de pagamentos de 259,9 milhões de euros (as outras despesas incluem o valor associado à indemnização paga no âmbito do processo numero 5491/09.1TVLSB antes referido). Os compromissos gerados fixaram-se nos 330,9 milhões de euros, i.e. cerca de 87,3% das dotações corrigidas, representado um aumento de 33,4 milhões de euros face ao nível de compromissos verificados em 2017 (≈297,5 milhões de euros).

A análise realizada neste ponto será centrada em aspetos específicos da contabilidade orçamental – como por exemplo a segmentação de transferências por destinatários – deixando, quando pertinente, a análise da despesa para pontos específicos do Relatório, para evitar a duplicação de informação.

3.3.2 DESPESA CORRENTE

Na estrutura de despesa corrente do Município prevalece a despesa corrente, uma vez que neste segmento se incluem os custos com o pessoal e custos de funcionamento e manutenção de cidade como sejam o tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, o fornecimento de energia para iluminação pública, a manutenção de espaços verdes, assim como o significativo conjunto de apoios municipais, designadamente nas áreas da educação, cultura ou direitos sociais, que, à luz do classificador orçamental em vigor, são despesas de natureza corrente.

Em 2018, este segmento da despesa absorveu 607,2 milhões de euros, com uma taxa de execução de 92,9%.

Quadro 38: Despesa Corrente

Unid: Milhares de Euros

Despesa Corrente	2015	2016	2017	2018				Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Pessoal	213 265	216 260	226 896	236 332	235 211	235 101	234 438	99,2%	7 542	3,3%
Aq. Bens Serv. Corr.	125 467	130 999	129 778	159 870	153 763	152 919	131 448	82,2%	1 669	1,3%
Enc. Corr. Dívida	9 905	6 637	7 522	38 300	37 799	37 538	36 709	95,8%	29 187	388,0%
Juros de Mora	0	101	3 114	34 793	34 297	34 036	33 207	95,4%	30 093	966,5%
Outros	9 905	6 536	4 408	3 508	3 502	3 502	3 502	99,8%	-906	-20,5%
Transf. Correntes	82 212	87 575	89 795	107 801	105 668	105 559	103 111	95,6%	13 316	14,8%
Subsídios	17 621	12 480	20 884	38 087	37 898	37 898	35 197	92,4%	14 312	68,5%
Outras Desp. Corr.	6 383	20 732	6 187	73 145	70 282	69 226	66 302	90,6%	60 115	971,6%
Total	454 854	474 683	481 063	653 536	640 621	638 240	607 204	92,9%	126 141	26,2%

As despesas com pessoal, com um peso relativo de 38,6% e uma taxa de execução de 99,2%, são as mais expressivas neste conjunto.

No agregado das Outras Despesas Corrente, com uma variação de +60,1 milhões de euros e um contributo de 47,7% para a variação global da despesa corrente, incluem-se:

- O reembolso da TMPC, que somou 53,8 milhões de euros pagos de um total de 58,6 milhões de euros de reembolsos emitidos que o Município não pode satisfazer em termos de pagamentos por falta de dados para concretizar as transferências ou porque os vales postais não foram oportunamente descontados pelos respetivos credores.
- Regularização dos valores registados em Operações de Tesouraria ≈3,8 milhões de euros;
- Pagamento do IRC respeitante aos dividendos auferidos da VALORSUL, ≈1,2 milhões de euros.

Os Encargos Correntes da Dívida registaram um acréscimo de 29,2 milhões de euros, com um impacto de 23,1% na variação total da despesa corrente, resultante estritamente de duas situações pontuais com impacto mitigado pelo decréscimo destes encargos na componente estrutural:

- A condenação do Município no âmbito do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo número 5491/09.1TVLSB já referido (autores José António Arez Romão e Outros, relativa a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela de terreno integrada na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar) que envolveu uma componente de juros no montante de 30,8 milhões de euros;
- A execução integral do contrato de compra e venda celebrado com a *Estamo, Participações Imobiliárias, SA*, relativo à aquisição pelo Município dos imóveis do Complexo Desportivo da Lapa e do Convento do Desagravo, em conformidade com o contratualmente previsto no número 1 e 2 da cláusula 3ª da escritura outorgada, com redução de 20% do valor por não apresentação de operações urbanísticas para compensação de, no mínimo, 60% do preço total até 31 de dezembro de 2018.

Os juros e encargos financeiros do município, corrigido o impacto destas duas situações extraordinárias, tiveram uma retração da ordem do 1,0 milhão de euros, num total de 3,5 milhões de euros pagos em que relevam os juros relacionados com os acordos de pagamento celebrados com a Bragaparkes (Parque Mayer), Águas do Tejo Atlântico, S.A. e Sociedade Bernardino Gomes, num total de 1,8 milhões de euros.

Os segmentos relativos a Transferências Correntes e Subsídios, embora com pesos relativos diferenciados, contribuíram, no seu conjunto, com 27,6 milhões de euros para o crescimento da despesa corrente, a que corresponde 21,9% da variação total.

A variação das transferências correntes fundou-se, no essencial, no reforço do apoio municipal às atividades de cariz social, educacional e cultural, destacando-se a atribuição de manuais escolares e o Festival Eurovisão da Canção, a par com o reforço associado ao exercício descentralizado de competências pelas Juntas de Freguesia.

No que toca aos subsídios atribuídos, e por relação com as empresas locais, importa relevar a primeira transferência realizada para a recém-municipalizada Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., no valor total de 18 milhões de euros, correspondente ao pagamento por conta do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros (cláusula 23.6), sendo a importância de 8 milhões com referência ao ano de 2017 e de 10 milhões ao ano de 2018. O universo das empresas locais municipais, por relação com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa e SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, foi responsável por uma despesa na ordem de 31,1 milhões de euros relacionada com a execução de contratos programa celebrados com o Município, numa matéria tratada com maior detalhe no ponto deste relatório “*Atividade empresarial local*”.

Cabe ainda referir, por se tratarem de agregados orçamentais relevantes na despesa corrente e pese embora a sua menor variação no exercício de 2018 face ao ano anterior, o acréscimo de 7,5 milhões de euros nas despesas com pessoal, com um peso relativo de 6% na variação total, e a variação de 1,3% no segmento da Aquisição de Bens e Serviços.

3.3.3 DESPESA DE CAPITAL

As despesas de capital fixaram-se em 259,9 milhões de euros, registando um crescimento de 15,6% (+35,1 milhões de euros face a 2017).

Quadro 39: Despesa de Capital

Unid: Milhares de Euros

Despesa de Capital	2015	2016	2017	2018				Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Aq. Bens Invest.	66 663	128 188	153 002	219 764	179 165	172 086	127 562	58,0%	-25 440	-16,6%
Transf. Capital	17 547	34 798	28 812	44 203	43 740	43 740	17 329	39,2%	-11 483	-39,9%
Ativos Financ.	2 936	3 737	2 936	6 049	6 049	6 049	6 049	100,0%	3 113	106,0%
Passivos Financ.	53 832	45 047	39 324	40 844	40 844	40 844	40 844	100,0%	1 520	3,9%
Outras Desp. Capital	1 945	150	748	68 188	68 154	68 154	68 154	100,0%	67 406	9010,4%
Total	142 923	211 920	224 822	379 047	337 953	330 873	259 939	68,6%	35 117	15,6%

O segmento responsável pelo crescimento deste agregado foi o das Outras Despesas de Capital, com um aumento de +67,4 milhões de euros, pelo forte impacto do pagamento da indemnização da sentença judicial já mencionada em pontos anteriores. Os Ativos e Passivos Financeiros, com um peso relativo de 13,2% na variação total, contribuíram no seu conjunto com 4,6 milhões de euros para o acréscimo verificado neste segmento de despesa.

O acréscimo dos Ativos Financeiros fixou-se em 3,1 milhões de euros, resultando do efeito combinado da aquisição de ações da Águas do Tejo Atlântico, no montante total de 3,9 milhões de euros e da redução, face a 2017, da contribuição municipal para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), no montante de 0,7 milhões de euros.

Os Passivo Financeiros mantêm praticamente inalterada a sua estrutura relativamente a 2017, por ligação com o pagamento regular de dívida de empréstimos de médio e longo prazo e em resultado da entrada em amortização, designadamente, do empréstimo PIPARU/BPI (+4,3 milhões de euros) a par da redução dos reembolsos de outros créditos da carteira.

A despesa com a Aquisição de Bens de Investimento totalizou 127,6 milhões de euros, constituindo 49% da despesa de capital realizada.

As Transferências de Capital somaram 17,3 milhões de euros com um contributo da ordem dos 6% para o total da despesa de capital.

3.3.4 DESPESA POR GRANDES AGREGADOS

Quadro 40: Despesa por Grandes Agregados

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018				Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Cabiment.	Compr.	Execução		Valor	%
Desp. Pessoal	213 265	216 260	226 896	236 332	235 211	235 101	234 438	99,2%	7 542	3,3%
Encargos Financ.	63 738	51 684	46 846	79 145	78 643	78 382	77 553	98,0%	30 707	65,6%
Juros de Mora	0	101	3 114	34 793	34 297	34 036	33 207	95,4%	30 093	966,5%
Outros	9 905	6 536	4 408	3 508	3 502	3 502	3 502	99,8%	-906	-20,5%
Passivos Financeiros	53 832	45 047	39 324	40 844	40 844	40 844	40 844	100,0%	1 520	3,9%
Aquisição Bens Serv.	125 467	130 999	129 778	159 870	153 763	152 919	131 448	82,2%	1 669	1,3%
Transf. e Subsídios	117 380	134 853	139 491	190 091	187 306	187 197	155 636	81,9%	16 145	11,6%
Investimentos	69 599	131 925	155 938	225 813	185 214	178 135	133 611	59,2%	-22 327	-14,3%
Outras	8 328	20 882	6 935	141 333	138 436	137 381	134 456	95,1%	127 521	1838,8%
Total	597 777	686 603	705 885	1 032 583	978 574	969 114	867 142	84,0%	161 258	22,8%

Para esta análise consideram-se os agregados apresentados no quadro, referentes aos seguintes capítulos (com detalhe evidenciado nos mapas anexos ao Relatório e nas Demonstrações Financeiras):

- Despesas com pessoal (capítulo económico 01);
- Encargos financeiros (capítulos económicos 03 – de natureza corrente e 10 – de capital);
- Aquisição de bens e serviços (capítulo económico 02);
- Transferências e subsídios (capítulos 04, 08 e 05) – que abrangem os valores transferidos para terceiros, para financiar despesa de natureza corrente ou de capital e, quanto ao capítulo 05, os subsídios à exploração que, desde logo, espelham o apoio necessário à prática de preços inferiores aos que resultariam do mercado;
- Investimentos e ativos financeiros (capítulos 07 e 09), respeitantes à despesa com bens de carácter reprodutivo e/ou relacionado com os meios de produção municipais bem como à carteira de investimentos financeiros municipal;
- Outras despesas (capítulos 06 e 11, respetivamente, outras despesas correntes e outras despesas de capital).

DESPESAS COM PESSOAL

A despesa com Pessoal atingiu os 234,4 milhões de euros, com uma execução de 99,2% e um acréscimo de 3,3% / +7,5 milhões de euros, relativamente a 2017.

Quadro 41: Despesas com o Pessoal

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Pessoal do Quadro e Requisições	97 832	99 272	102 890	104 958	104 849	104 849	99,9%	1 959	1,9%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	9 011	10 647	9 008	8 878	8 378	8 220	92,6%	-788	-8,7%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	1 823	1 817	1 998	2 418	2 409	2 409	99,6%	411	20,6%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	25 629	25 720	27 782	28 653	28 612	28 612	99,9%	829	3,0%
Outras Remunerações	8 448	8 367	9 517	10 102	10 031	10 031	99,3%	515	5,4%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	142 743	145 823	151 195	155 009	154 279	154 121	99,4%	2 927	1,9%
Horas Extraordinárias	8 877	9 197	10 067	12 380	12 279	12 279	99,2%	2 212	22,0%
Sub. Trab. Not., Turno e Insalubridade	6 487	6 681	7 518	8 358	8 265	8 265	98,9%	747	9,9%
Outros Abonos	6 544	5 811	7 180	7 826	7 789	7 755	99,1%	574	8,0%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	21 908	21 689	24 765	28 564	28 333	28 299	99,1%	3 534	14,3%
Encargos com Saúde (ADSE)	4 639	4 908	5 261	5 384	5 370	5 335	99,1%	74	1,4%
Caixa Geral de Aposentações	28 294	28 746	29 724	30 316	30 244	30 244	99,8%	519	1,7%
Outras Pensões	6 330	5 668	5 184	4 825	4 750	4 750	98,4%	-434	-8,4%
Outras Despesas c\ a Segurança Social	9 351	9 426	10 767	12 234	12 126	11 689	95,5%	922	8,6%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	48 613	48 748	50 937	52 758	52 489	52 018	98,6%	1 081	2,1%
TOTAL	213 265	216 260	226 896	236 332	235 101	234 438	99,2%	7 542	3,3%

Das variações verificadas neste capítulo, importa destacar:

- Acréscimo da despesa relacionada com o aumento do mapa de pessoal, por via concursal e consolidação de mobilidades (+1,2%), compensada com o decréscimo da despesa com pessoal em regime de tarefa ou avença (-8,7% / -0,8 milhões de euros);
- Descongelamento das promoções e progressões nas carreiras da função pública (Lei do Orçamento de Estado 2018), que abrangeu 3.900 trabalhadores e do qual resultou um encargo acrescido de 1,6 milhões de euros ao nível da remuneração base, a que acrescem cerca de 0,7 milhões de euros na despesa com subsídios de férias e de natal;
- Valorização acrescida dos abonos variáveis (trabalho suplementar, noturno, turno, subsídios de insalubridade penosidade) decorrente, sobretudo, da alteração das posições remuneratórias a que os mesmos se encontram indexados;
- Aumento das obrigações contributivas sociais, resultante da variação das bases remuneratórias, por efeito dos descongelamentos e progressões nas carreiras assim como do aumento do mapa de pessoal;
- Reposição do valor hora de trabalho suplementar, decorrente da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), consubstanciando-se o mesmo num acréscimo deste suplemento em 22% face a 2017;
- Acréscimo aproximado de 0,4 milhões de euros (+20%) decorrentes do aumento verificado na utilização da mobilidade na categoria entre dois órgãos, por manifesta conveniência pública (municipal) na utilização fundamentada deste instrumento previsto na LGTFP, para satisfação das necessidades de diversos serviços municipais.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A despesa relativa à aquisição de bens e serviços correntes, com uma taxa de execução de 82,2%, atingiu 131,4 milhões de euros de pagamentos, correspondendo a um acréscimo de 1,3 % / + 1,7 milhões de euros.

Quadro 42: Aquisição de Bens e Serviços

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Encargos das Instalações	19 744	19 828	17 623	22 032	21 702	17 539	79,6%	-84	-0,5%
Conservação de Bens	1 102	1 826	1 368	1 459	1 318	1 068	73,2%	-300	-21,9%
Comunicações	1 888	1 992	1 917	2 786	2 778	2 027	72,8%	110	5,7%
Combustíveis e Lubrificantes	4 042	3 741	3 979	4 502	4 466	4 239	94,2%	260	6,5%
Material de Escritório	400	382	227	346	308	221	63,9%	-6	-2,6%
Refeições Confeccionadas	3 970	4 135	3 758	4 209	4 119	3 738	88,8%	-20	-0,5%
Outros Bens	4 644	5 504	4 791	6 284	5 645	4 765	75,8%	-27	-0,6%
Rendas e Alugueres	4 340	4 549	5 365	6 306	5 713	5 156	81,8%	-209	-3,9%
Consult. Assist. Téc. e Trab. Especial.	7 841	9 890	10 002	20 705	16 833	11 727	56,6%	1 725	17,2%
Publicidade	1 233	1 947	1 986	1 713	1 480	1 347	78,6%	-639	-32,2%
Espaços Verdes	3 838	5 520	6 022	6 329	6 299	5 017	79,3%	-1 005	-16,7%
Fornecimento de Energia - Iluminação Pública	8 126	8 057	7 393	13 509	13 474	8 559	63,4%	1 166	15,8%
Transportes, Desloc. e Estadas	1 869	2 288	2 430	2 569	2 460	1 990	77,5%	-440	-18,1%
Encargos de Cobr. Receitas	8 623	9 914	11 113	12 034	12 033	11 905	98,9%	793	7,1%
Outros Serviços	13 503	8 489	6 697	9 222	8 426	6 402	69,4%	-295	-4,4%
Recolha e trat. resíduos e águas res.	40 304	42 934	45 106	45 866	45 866	45 746	99,7%	640	1,4%
Valorsul	6 999	6 541	5 513	4 849	4 849	4 729	97,5%	-784	-14,2%
Águas do Tejo Atlântico	33 305	36 394	39 594	41 017	41 017	41 017	100,0%	1 424	3,6%
TOTAL	125 467	130 999	129 778	159 870	152 919	131 448	82,2%	1 669	1,3%

Numa análise mais detalhada desta tipologia de despesa, importa realçar o seguinte:

- Os Encargos das Instalações englobam os encargos com eletricidade, água, gás, limpeza e vigilância das instalações de serviços e equipamentos. Este agregado apresenta uma redução de 0,5% face ao ano anterior, com uma execução de 17,5 milhões de euros, sendo de maior relevância a despesa com a aquisição de serviços de vigilância (4,9 milhões de euros), eletricidade das instalações e equipamentos municipais (4,5 milhões de euros) e consumos de água (3,9 milhões de euros);
- A despesa realizada no segmento de Estudos e Consultadoria, Formação, Assistência Técnica e Trabalhos Especializados totalizou 11,7 milhões de euros, apresentando um acréscimo de +17,2% / 1,7 milhões de euros, o qual incidiu, sobretudo, na componente dos Trabalhos Especializados (+1,2 milhões de euros) nomeadamente no âmbito da prestação de serviços de inspeção a elevadores e de limpeza urbana e recolha de resíduos.

Das despesas que integram este grupo, destacam-se ainda a assistência técnica às viaturas da frota municipal (≈1,3 milhões de euros), serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção dos sistemas informáticos do município (≈0,9 milhões de euros), serviços de

intervenção anti graffiti na cidade de Lisboa ($\approx 0,7$ milhões de euros) e estudos e projetos no âmbito do Programa de Renda Acessível e Programa de Reversão de Edifícios da Segurança Social ($\approx 0,7$ milhões de euros);

- A Recolha e Tratamento de Resíduos e Águas Residuais, com uma execução de 45,7 milhões de euros, apresenta um crescimento de 1,4% / +0,6 milhões de euros face ao ano anterior. No tratamento de águas residuais foram despendidos 41 milhões de euros, dos quais 30,9 milhões de euros são relativos à prestação de serviços (relativa a 13 meses, incluindo pagamentos do ano transato), realizada pela Águas do Tejo Atlântico e 10,1 milhões de euros ao cumprimento das obrigações associadas aos acordos de pagamento celebrados. No que respeita à recolha e tratamento de resíduos, foram executados 4,7 milhões de euros, relevando um decréscimo de -14,2% / 0,8 milhões de euros face ao ano anterior decorrente do termo em 2017 das obrigações associadas ao acordo de pagamento celebrado com a Valorsul (-1,2 milhões de euros), mitigado pelo aumento da despesa associada à prestação de serviços por esta empresa (+0,4 milhões de euros);
- Os Encargos de cobrança de receita apresentam uma execução de 11,9 milhões de euros e um aumento de 0,8 milhões de euros, fundado no acréscimo verificado na receita fiscal, nomeadamente no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e no Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT);
- No que respeita ao Fornecimento de Energia - Iluminação Pública, a execução de 8,6 milhões de euros refere-se ao fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para dispositivos de iluminação pública, tráfego e publicidade do Município de Lisboa, verificando-se um acréscimo de 1,2 milhões de euros (+15,8%) face ao ano anterior, fundado na resolução de pendências relacionadas com a aceitação pelo Município de faturação de anos anteriores.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

No exercício de 2018, as transferências financeiras efetuadas pelo Município ascenderam a 120,4 milhões de euros, dos quais 103,1 milhões de euros de natureza corrente e 17,3 milhões de euros de capital. A execução orçamental deste agregado fixou-se em 79,2% do previsto.

O acréscimo das transferências foi de 1,5% / 1,8 milhões de euros, resultado do efeito combinado do aumento de 14,8% / +13,3 milhões de euros nas transferências correntes e do decréscimo de 39,9% / -11,5 milhões de euros nas de capital.

Quadro 43: Transferências Correntes e de Capital

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	1 694	2 594	2 457	5 993	5 338	5 065	84,5%	2 608	106,2%
Administração Central	1 250	768	829	5 550	5 480	5 427	97,8%	4 598	554,7%
Freguesias	64 069	66 206	68 006	71 179	71 104	70 906	99,6%	2 899	4,3%
Reforma Administrativa	61 483	62 211	63 327	65 690	65 690	65 690	100,0%	2 363	3,7%
Outros	2 586	3 995	4 679	5 489	5 414	5 215	95,0%	536	11,5%
Restante Adm. Local	112	112	112	112	112	112	100,0%	0	0,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	14 542	17 229	17 568	23 759	22 762	20 947	88,2%	3 379	19,2%
Outras Transf. Correntes	541	665	822	1 208	763	654	54,1%	-169	-20,5%
Resto do Mundo - UE - Instituições	3	0	0	0	0	0	-	0	-
Total das Transferências Correntes	82 212	87 575	89 795	107 801	105 559	103 111	95,6%	13 316	14,8%
Soc. E Quase-Soc. Não Financeiras	5 302	5 351	4 476	10 033	10 023	2 870	28,6%	-1 606	-35,9%
Empresas Municip. e Intermunicipais	5 194	5 201	4 121	10 010	10 000	2 847	28,4%	-1 274	-30,9%
Outras	108	150	355	23	23	23	1,0	333	-93,7%
Freguesias	11 462	24 127	17 061	16 923	16 492	13 230	78,2%	-3 831	-22,5%
Reforma Administrativa	8 903	8 989	9 138	8 167	8 167	8 167	100,0%	-972	-10,6%
Outros	2 559	15 138	7 923	8 756	8 325	5 063	57,8%	2 860	-36,1%
Instituições Sem Fins Lucrativos	592	5 017	7 066	17 089	17 068	1 220	7,1%	-5 845	-82,7%
Famílias	92	203	108	9	9	9	95,4%	-100	-91,9%
Outras	100	100	100	149	149	0	-	-100	-100,0%
Total Transferências de Capital	17 547	34 798	28 812	44 203	43 740	17 329	39,2%	-11 483	-39,9%
TOTAL	99 759	122 373	118 607	152 004	149 299	120 440	79,2%	1 833	1,5%

Para a análise deste agregado importa destacar:

- As transferências para as Juntas de Freguesia, que constituíram 69,9% do total anual e totalizando ≈84,1 milhões de euros em 2018, dos quais ≈70,9 milhões de euros de natureza corrente e ≈13,2 milhões de euros de capital, com a seguinte distribuição:
 - ≈73,9 milhões de euros no âmbito da reorganização administrativa de Lisboa, dos quais ≈71,3 milhões de euros decorrem do nº 1 artigo 80º da LOE para 2018 e ≈2,6 milhões de euros resultam da Proposta 78/2018 (comparticipação dos encargos com Assistentes Ensino Básico), registando um acréscimo total de 1,4 milhões de euros.
 - 10,3 milhões de euros, dos quais 6 milhões de euros decorrentes de protocolos celebrados, com destaque para os protocolos relativos ao fornecimento de refeições escolares e de apoio à família (3,8 milhões de euros), e 4,3 milhões de euros respeitantes a contratos de delegação de competências. Por contraponto com 2017 verifica-se uma diminuição destas transferências em 2,3 milhões de euros, com maior incidência na execução dos contratos de delegação de competências que decresceram 1,7 milhões de euros.
- As transferências para outras entidades públicas e privadas somaram 7,9 milhões de euros, com um acréscimo de 2,6 milhões de euros nas de natureza corrente que resulta, no essencial, do protocolo celebrado com a Radiotelevisão Portuguesa no âmbito da realização do Festival Eurovisão da Canção 2018 (2,8 milhões de euros) e com uma retração das

transferências de capital em 1,6 milhões de euros por relação com a execução do contrato programa celebrado com a SRU no âmbito da Reabilitação Urbana;

- As transferências para a administração central totalizaram 5,4 milhões de euros, apresentando uma variação, face a 2017, de +4,6 milhões de euros, diretamente relacionada com a atribuição de manuais escolares pelo Município, dado que a mesma ocorreu através de transferências para os agrupamentos de escolas, com um impacto orçamental da ordem dos 4,9 milhões de euros.
- Para as Instituições sem Fins Lucrativos foram transferidos 22,2 milhões de euros, com maior incidência nas de natureza corrente que totalizaram 20,9 milhões de euros, num aumento de 3,4 milhões de euros, em detrimento das de capital que, em 2018 somaram 1,2 milhões de euros, isto é, -5,8 milhões de euros do que o executado em 2017.

No que respeita às transferências correntes, destacam-se os apoios realizados nas seguintes áreas:

- Direitos Sociais, com 5,1 milhões de euros;
- Cultura, num total de 4,8 milhões de euros;
- Serviços Sociais da CML, no valor de 3,4 milhões de euros;
- Atividade Física e Desporto, totalizando 2,0 milhões de euros;
- Habitação, com 1,6 milhões de euros;
- Educação, num total de 1,2 milhões de euros.

Quadro 44: Subsídios Correntes

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Tx Exec.	Crescimento 2018/2017	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
EBAHL/EGEAC.ME	8 793	4 500	10 970	7 650	7 650	7 650	100,0%	-3 320	-30,3%
SRU Ocidental	650	230	300	350	350	350	100,0%	50	16,7%
GEBALIS	2 500	2 046	5 689	7 307	7 123	5 145	70,4%	-544	-9,6%
CARRIS	0	0	0	18 000	18 000	18 000	100,0%	18 000	-
Total Empresas Munic. e InterMunic.	11 943	6 776	16 959	33 307	33 123	31 145	93,5%	14 186	83,6%
Associação Turismo de Lisboa	4 553	4 116	2 800	3 655	3 650	2 926	80,1%	126	4,5%
Assoc. Música, Educação e Cultura	1 125	1 588	1 125	1 125	1 125	1 125	100,0%	0	0,0%
Total Out. Soc. e Quase Soc. N/Financ.	5 678	5 704	3 925	4 780	4 775	4 051	84,8%	126	3,2%
TOTAL	17 621	12 480	20 884	38 087	37 898	35 197	92,4%	14 312	68,5%

Em 2018 o Município atribuiu 35,2 milhões de euros de subsídios, representando um acréscimo de +68,5% / 14,3 milhões de euros face a 2017.

Os subsídios e as transferências para as empresas municipais são objeto de maior detalhe no ponto relativo à “*Atividade empresarial local*”, pelo que esta análise incide fundamentalmente sobre os restantes subsídios atribuídos em 2018, a saber:

- 2,9 milhões de euros à Associação de Turismo de Lisboa (ATL), da qual o Município é associado fundador e que tem como objetivo principal a promoção de Lisboa como destino turístico em diversas áreas, nomeadamente lazer, congressos, feiras, refletindo um acréscimo de 0,1 milhões de euros;
- 1,1 milhões de euros à Associação de Música, Educação e Cultura (AMEC), para a promoção do ensino da música e desenvolvimento do projeto artístico assente em agrupamentos musicais profissionais e amadores, com manutenção do valor do apoio dado em 2017.

No quadro das empresas e em síntese:

- A Carris obteve um subsídio no montante de 18 milhões de euros, no âmbito do contrato de concessão realizado com esta empresa;
- A EGEAC, empresa responsável pela gestão de diversos equipamentos e dinamização de eventos culturais, obteve em 2018 um subsídio de exploração no montante de 7,7 milhões de euros;
- A GEBALIS, empresa responsável pela gestão e requalificação dos bairros municipais, recebeu 5,1 milhões de euros no âmbito da execução de contratos-programa;
- A LISBOA OCIDENTAL, SRU, empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, recebeu ≈0,4 milhões de euros de subsídio de exploração anual.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

A análise dos pagamentos realizados com a aquisição de bens de investimento está detalhada no ponto «*Reporting* de atividades» no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

SERVIÇO DA DÍVIDA E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS

No fim de 2018, a despesa relativa ao serviço da dívida regular dos empréstimos e cessões de créditos de Médio e Longo Prazo (MLP), e encargos associados, com classificação nestas económicas, situou-se nos 44,3 milhões de euros, representando um acréscimo de ≈1,4% / +0,6 milhões de euros face ao ano de 2017, com a seguinte execução:

- Empréstimos de MLP: 40,6 milhões de euros, dos quais 39,2 milhões de euros em amortizações e 1,4 milhões de euros em juros, correspondendo a um acréscimo de

≈3,4% / +1,3 milhões de euros. Esta variação tem fundamento no incremento do volume de amortizações, por relação com o início da fase de reembolso dos empréstimos PIPARU\BPI e Plano de Pavimentação\BPI, já iniciado no 2º semestre de 2017 (+≈3,8 milhões de euros e +≈0,4 milhões de euros, respetivamente), que superou a redução resultante dos empréstimos, fundamentalmente ligados a programas de habitação e reabilitação, que atingiram a maturidade em 2017 (-2,7 milhões de euros). A variação dos encargos com juros foi de ≈0,2 milhões de euros, resultado da conjugação do normal reembolso dos empréstimos com a manutenção de indexantes negativos;

- Acordos de pagamento com cessão de créditos junto da banca: 3,4 milhões de euros, dos quais 1,7 milhões de euros em amortizações e 1,8 milhões de euros em juros, correspondendo a uma redução de juros de 22,3% / -1,0 milhões de euros.

Esta redução dos encargos com juros derivou, para além do decurso normal dos respetivos planos de reembolso (0,7 milhões de euros), da poupança resultante das negociações dos *spreads*, que tiveram lugar em 2018 (0,2 milhões de euros), nomeadamente cessões Bragaparkes (CGD, de 2,0 % para 1,5%, e BCP de 1,7% para 1,4%) e Águas do Tejo Atlântico, S.A. (Santander, de 1,92% para 1,0%) a que acresceu a redução relativa às cessões que atingiram a maturidade em 2017 (0,1 milhões de euros);

- Outros encargos financeiros, incluindo comissões, garantias, e outras despesas bancárias: 0,3 milhões de euros e um incremento, ≈0,3 milhões de euros, que se justificam, sobretudo, com os encargos da garantia bancária contraída no âmbito do processo judicial Arez Romão, cuja decisão foi proferida em 2018.

4. A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

No final do exercício de 2018, o Município de Lisboa detinha integralmente o capital social de cinco empresas com objetivos setoriais e áreas de atuação distintas, nomeadamente: transporte público urbano de superfície de passageiros, cultura, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, gestão do parque habitacional social e outro edificado e reabilitação urbana, a saber:

- CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E M, S.A.;
- EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A.;
- EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.;
- GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A.;
- LISBOA OCIDENTAL, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A.

4.1 ASPETOS DE CONTEXTO

LEI Nº 50/2012

A Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), introduziu reformas substanciais no quadro do funcionamento do sector empresarial local, clarificando o funcionamento deste setor, complementadas posteriormente pela aprovação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 30 de outubro que visou reforçar os instrumentos de acompanhamento económico-financeiro. Destes diplomas sobressaem:

- O alargamento do âmbito subjetivo de aplicação do regime das empresas públicas, densificando o conceito de empresa pública, assim como o de influência dominante;
- A inclusão do conceito de sector público empresarial, constituído pelo sector empresarial do estado e sector empresarial local (SEL);
- A criação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do sector público empresarial (UT), conforme disposto no Decreto Regulamentar nº 1/2014, de 10 de fevereiro.

De entre as regras a observar relevam-se:

- A função acionista no SEL – nas empresas locais e demais entidades subordinadas ao regime jurídico da atividade local e das participações locais - é realizada pelos órgãos executivos do município e associações de municípios, exercendo-se o seu controlo e monitorização de acordo com o regime jurídico da tutela administrativa conforme previsto no RJAEPL;

- A criação de entidades do SEL implica a realização de estudos de viabilidade económica e financeira, que são obrigatoriamente sujeitos à UT;
- A obrigação de prestação da informação à UT, nomeadamente Plano de Atividades e Orçamento anual e plurianual, incluindo planos de investimento e fontes de financiamento que é assegurada via Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL);
- A obrigação de monitorização do equilíbrio financeiro e do endividamento, prevendo-se, designadamente, que no caso de desequilíbrio de contas e até que se verifique o reequilíbrio financeiro, o titular da função acionista tem a obrigação de impedir a assunção de novos encargos financeiros por estas empresas.

LEI Nº 75/2013

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao estipular o regime jurídico das autarquias locais, estabeleceu que:

- São competência das Câmaras nomear o representante do respetivo Município na Assembleia Geral das empresas locais (artigo 33º);
- São competência das Assembleias Municipais acompanhar e fiscalizar a atividade das empresas locais e analisar, com base na informação disponibilizada pela Câmara, os resultados da participação do Município nas empresas locais (artigo 25º);
- São competência das Assembleias Municipais, deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, não atribuídas à Câmara Municipal (artigo 25º);
- São competência das Assembleias Municipais apreciar os resultados da participação do município nas empresas locais (artigo 25º).

LEI Nº 73/2013

A Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e entidade intermunicipais, sendo de destacar que para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do Município - conforme alínea c) do nº 1 do artigo 54º - inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. A Lei nº 73/2013 foi alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.

O Governo assinou um memorando de entendimento com o Município de Lisboa, no cumprimento do seu programa e no âmbito da sua estratégia para o sector dos transportes, com o objetivo de fazer regressar a CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M.,S.A. (Carris) à esfera municipal.

Neste quadro, a Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, estabeleceu a total autonomia jurídica da Carris e pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016 de 30 de dezembro, a 1 de fevereiro de 2017, o Município assumiu as atribuições e competências legais relativas ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, com transferência, pelo Estado, da posição contratual do Contrato de Concessão de Serviço Público e da totalidade das ações representativas do capital social da Carris. No âmbito da transferência da gestão da Carris para o Município de Lisboa, o Estado assumiu as obrigações inerentes à dívida financeira da Carris, reconhecida no balanço a 31 de dezembro de 2016, bem como as obrigações financeiras decorrentes do artigo 6º do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro, de que se relevam as responsabilidades referentes:

- *“À dívida financeira da Carris, enquanto dívida bancária acumulada reconhecida no balanço da Carris em 31 de dezembro de 2016, bem como os encargos financeiros resultantes da referida dívida que se possam vencer após aquela data;*
- *Às responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou invalidez dos trabalhadores da Carris (...);*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado (...) de atos tomados por deliberação do Conselho de Administração aqui previstos;*
- *Às compensações financeiras no âmbito da prestação da obrigação de serviço público (...);*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham ser apuradas, em termos definitivos, incluindo despesas, honorários de advogados e custas (...) com instituições financeiras;*
- *A quaisquer eventuais responsabilidades que venham a ser apuradas (...) relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2016 (...).”*

O Município, pelo seu lado, assumiu a responsabilidade das obrigações de serviço público impostas à Carris, bem como a responsabilidade pelos respetivos resultados de exploração (artigo 7º do Decreto-Lei nº86-D/2016, de 30 de dezembro).

A Carris é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo

Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É uma empresa local que tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa.

O Decreto-Lei nº86-D/2016, de 30 de dezembro estabelece ainda, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 8º que, *“No que se refere ao regime de fusão, cisão e dissolução, aplicam-se as disposições pertinentes do Código das Sociedades Comerciais e do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº75-A/2014, de 30 de Setembro, não se aplicando os artigos 23º, 62º e 63º e o nº2 do artigo 64º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, e 7-A/2016, de 30 de março.”*

No exercício de 2018 a Carris prosseguiu os processos de aquisição de veículos para a sua frota, tendo sido disponibilizados pelos fornecedores no final de 2018, 96 autocarros, entrando em operação os primeiros 8 em dezembro. Estão previstos adquirir, no período 2018-2021, 350 autocarros, permitindo oferecer aos clientes uma frota de maior dimensão, com maior conforto, mais fiável e com menos impacto ambiental para a cidade. Neste exercício ocorreu também a entrada líquida de 220 tripulantes e 10 oficiais, contribuindo para prosseguir o reequilíbrio do efetivo necessário para a prestação do serviço público, previsto no contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa.

EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., S.A.

A concretização do Plano de Atividades para 2018 assentou na celebração de um Contrato-programa quantificado em 10,0 milhões de euros que reflete também a existência de novas responsabilidades na esfera da empresa, o contrato-programa visa dar cobertura aos *deficits* de exploração para garantia do equilíbrio das contas, prevendo-se que o valor possa ser ajustado se desnecessário àquele objetivo essencial.

Em 2018, o Município de Lisboa procedeu ao pagamento de 7,7 milhões de euros do subsídio de exploração no âmbito do contrato-programa celebrado, tendo-se verificado a necessidade de um valor adicional de 0,6 milhões de euros para o equilíbrio de exploração visado pelo contrato celebrado, que foi refletido nas contas do Município e da empresa em 2018 (e entretanto pago)

Na atividade da EGEAC relativa a 2018, cabe referir que, a 1 de Janeiro, a EGEAC iniciou a gestão do Teatro do Bairro Alto, através de um contrato de arrendamento celebrado com O Centro

Amoreiras de Ballet e que, através da proposta nº 52/2018 de 16 de fevereiro, passou a estar na sua gestão o Teatro Luís de Camões.

A EGEAC consolidou e reforçou o seu posicionamento estratégico no panorama cultural da cidade de Lisboa, mantendo a sua trajetória de crescimento do número de visitantes, numa variação de 8,4% / 255.186, relevando o Museu de Lisboa e o Castelo de S. Jorge, com 328.539 e 2.021.242 visitantes e crescimentos de 73.7% e 2,6%, respetivamente, face a 2017. Desta evolução resultaram acréscimos nos rendimentos dos equipamentos na ordem dos 12,8% / 1,9 milhões de euros face ao ano anterior, com relevo para o Castelo de S. Jorge, com uma variação de +14,4 % / +1,7 milhões de euros.

O artigo 190º da Lei de Execução Orçamental de 2016 estipulou que as empresas locais que exerçam, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura se encontram excluídas da obrigatoriedade de dissolução, nos casos em que se verifique que as vendas e prestações de serviços, nos últimos 3 anos, não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios ou quando o peso dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante for superior a 50% das suas receitas, mantendo-se as demais condições aplicáveis; a EGEAC cumpriu os critérios anteriormente definidos.

A informação vinculativa da Autoridade Tributária (AT) de 2014, relativa à isenção do IVA nos subsídios à exploração à EGEAC, originou a emissão de notas de crédito por parte da EGEAC no valor de cerca de 4,5 milhões de euros (Contratos-Programa anteriores de 2011 a 2013), dos quais foram pagos cerca de 1,6 milhões de euros em 2015, estando o remanescente pendente de decisão relativamente à impugnação do indeferimento parcial dado pela AT relativamente aos anos de 2011 e 2012.

EMEL – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA E.M., S.A.

O objeto social da EMEL é o da prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, nomeadamente, a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada, das normas constantes de legislação complementar e dos regulamentos e posturas municipais relativos ao estacionamento público e serviços de apoio à mobilidade urbana, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, bem como o exercício de todas as

atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social que lhe venham a ser confiadas pelo Município de Lisboa, ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.

No quadro do exercício da sua atividade, a EMEL paga uma compensação anual ao Município de Lisboa, com base nas atividades decorrentes do estacionamento, do cumprimento de ações de fiscalização, designadamente emissão de Avisos, denunciadores de infrações ao Código da Estrada, operações subsequentes de processamento de ações que permitem a identificação do condutor, emissão do auto e notificação do arguido, da remoção de veículos em infrações ou o seu bloqueamento, bem como a quota-parte do valor das coimas aplicadas, de acordo com o estipulado na Proposta nº 177/2015, de 8 de abril.

Em 2018 foi introduzida uma nova metodologia para determinação da remuneração do Município de Lisboa relativa à gestão e exploração do estacionamento público urbano tarifado à superfície confiado à EMEL (Proposta nº 229/CM/2018) que agora, para além dos rendimentos obtidos, considera também os gastos operacionais incorridos pela empresa, suavizando o carácter mais penalizador que se manifesta no desenvolvimento de projetos em perfeito alinhamento com a política de mobilidade do Município, mas com condições de operação desequilibradas – é o caso, por exemplo, do GIRA Bicicletas de Lisboa.

No âmbito das atividades prosseguidas, mencionar que em 2018 foi inaugurado o primeiro troço de escadas rolantes do Percurso da Mouraria, um percurso mecanicamente assistido, que quando estiver completo ligará o Martim Moniz ao Castelo, foi também concluído, no âmbito do desenvolvimento da rede ciclável o troço da Avenida Guerra Junqueiro estando a decorrer os trabalhos na Rua Edison e na Avenida Paris.

No âmbito do estacionamento, destaca-se a abertura de lugares à exploração, com a abertura de 14.611 novos alvéolos, totalizando mais de 76.000 e a inauguração do Parque de Estacionamento do Campo das Cebolas, com uma capacidade de 205 lugares.

GEBALIS – GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A.

A Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A., é uma Empresa Municipal, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 1995, para assegurar a gestão dos Bairros Municipais de Lisboa que o Município lhe confiar.

Pela Deliberação nº 186/AML/2015, de 7 de julho, foi celebrado um contrato-programa com a Gebalis, com execução prevista até 2020, orçado em 25 milhões de euros (CP 398/2015), com

vista a dotar a GEBALIS dos meios financeiros necessários para fazer face a um conjunto de obras em bairros e edifícios municipais ou frações municipais, que se reputam de intervenção prioritária, a carecer de trabalhos de beneficiação, conservação e manutenção para reposição e melhoria das condições de segurança, salubridade, higiene e conforto do edificado. Ao abrigo deste contrato-programa o Município transferiu um valor acumulado de 14,1 milhões de euros, dos quais 3,9 milhões de euros foram pagos em 2018. No âmbito deste contrato-programa, e após apresentação de candidaturas ao “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano” (PEDU), a GEBALIS beneficiou de apoios financeiros no valor de 1,2 milhões de euros.

Em 2018 o Município de Lisboa celebrou um novo Contrato-Programa (349/CM/2018), com a empresa que abrangerá o período 2018/2021, no montante de 27,5 milhões de euros, com vista a intervenções de requalificação no património municipal, estando prevista a “reabilitação de frações habitacionais” diversas, com 17,5 milhões de euros orçamentados (64% do valor total do CP) e a ação “Casal dos Machados”, com 3,0 milhões de euros orçamentados (11% do valor do CP), representando juntas cerca de 75% (20,5 milhões de euros) dos investimentos a realizar ao abrigo deste Contrato-Programa. Neste exercício foi transferido um adiantamento relativo a este Contrato Programa de 1,5 milhões de euros.

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A.

A Lisboa Ocidental, SRU é uma empresa de natureza não comercial, de promoção do desenvolvimento local e regional com atuação na renovação das infraestruturas, reabilitação do espaço público e de edifícios municipais ou para arrendamento, criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio. No quadro da estratégia de reabilitação urbana do Município, nomeadamente quanto à requalificação e reabilitação do espaço e equipamentos serem âncoras de regeneração e alavancas potenciadoras de reabilitação urbana da cidade, o Município procedeu, pela Deliberação nº 558/2014, de 8 de outubro, ao alargamento geográfico da área de atuação original da SRU, para que esta proceda à *“reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal”*

A Lisboa Ocidental, SRU rege-se pelo regime jurídico estipulado no Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto. O Decreto-Lei nº 88/2017, de 27 de julho, veio clarificar que o regime aplicável à extinção das sociedades de reabilitação urbana, constituídas ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio, é o que decorre do próprio diploma, pelo que não estão sujeitas às condições de dissolução previstas no nº 1 do artigo nº 62 do RJAELPL.

Dada a natureza não comercial da missão e atividade da Lisboa Ocidental, SRU, o Banco Europeu de Investimento (BEI) concedeu, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), uma linha de crédito para financiamento da sua atividade, até ao montante de 16,1 milhões de euros (maturidade de 30 anos e carência de amortização de 10 anos); este financiamento, destinado exclusivamente a reabilitar património municipal – o espaço público e os edifícios que serão entregues ao Município de Lisboa após conclusão da operação de reabilitação -, foi acompanhada da celebração do contrato-programa pelo qual o Município se comprometeu a dotar a Lisboa Ocidental, SRU, dos recursos financeiros necessários ao respetivo serviço da dívida. O empréstimo foi executado, assim como os respetivos projetos, com conclusão dos trabalhos em janeiro de 2018.

O Município de Lisboa celebrou com a Lisboa Ocidental, SRU um novo Contrato-Programa, com execução prevista até 2020, no valor 33,9 milhões de euros para a concretização de 17 intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, ao abrigo do qual foram pagos 6,0 milhões de euros em 2018.

Pela Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa de 20 de julho de 2018 (Proposta nº 352/2018), foi aprovada a estratégia para a realização das empreitadas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade 2018/2021, no âmbito do qual a Lisboa Ocidental SRU foi identificada como a entidade municipal em melhores condições para executar os seguintes programas:

- Habitação a renda acessível de iniciativa pública;
- Programa “Escola Nova” e “Creches B.a.Bá”;
- Programa “Lisboa, SNS Mais Próximo” e outros equipamentos sociais;
- Programa “Uma Praça em Cada Bairro” e Vias Estruturantes.

Estas intervenções de reabilitação de espaço público e de edifícios municipais determinarão um crescimento assinalável da atividade da empresa.

Na mesma Deliberação foi igualmente aprovada e submetida à Assembleia Municipal de Lisboa (AML) a alteração dos Estatutos da SRU no sentido da revogação das competências delegadas no que respeita ao controlo prévio de operações urbanísticas, a qual veio a ser aprovada pela AML em 25 de setembro de 2018.

4.2 ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

RESUMO DA ATIVIDADE DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

Para análise sintética da situação económico-financeira das empresas municipais tratadas no ponto anterior, fica patenteado o quadro infra com alguns indicadores e resultados, num retrato a 31/12/2018, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho de 2009.

Quadro 45: Resumo da Atividade das Empresas Municipais

Unid: milhares de euros

Rubricas	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	382.941	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	94.409	4.615	41.425	2.993	17.056
Activo Não Corrente	110.061	7.483	59.403	609	32.288
Activo Corrente	63.761	7.878	13.725	23.378	5.476
Passivo Total	79.413	10.745	31.703	20.995	20.708
Passivo Não Corrente	17.792	1.713	5.220	10.355	16.287
Passivo Corrente	61.622	9.032	26.484	10.640	4.421
Rendimentos Totais	118.169	28.046	39.491	21.850	7.678
Subsídios de Exploração	15.046	8.693	-	3.006	6.706
Gastos Totais	109.744	27.963	38.800	21.789	7.675
Gastos com Pessoal	60.370	11.419	12.953	5.281	760
RAI	8.425	83	691	61	3
EBITDA	14.647	1.190	4.557	530	88
RL	8.664	35	393	33	1
N.º Empregados	2.321	376	608	201	26

Cumpre relevar relativamente a cada uma das empresas municipais:

- **CARRIS** – Passagem para a esfera do Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro. A empresa apresenta Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos, respetivamente de ≈8,7 milhões de euros (face aos ≈5,0 milhões de 2017) e de ≈94,4 milhões de euros (face aos ≈83,7 milhões de 2017). A Carris tem impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais que impactam positivamente no resultado líquido do exercício.

Em termos gerais em 31 de dezembro de 2018, o balanço da empresa apresenta um decréscimo de ativos e passivos, decorrente essencialmente, da conclusão do acordo de

pagamento da dívida associada a derivados financeiros e um acréscimo líquido dos ativos fixos tangíveis pela introdução do valor do investimento que ronda os 29,0 milhões de euros. Em termos de rendimentos apurou-se uma variação positiva de 3,1 milhões de euros nas prestações de serviços face ao ano anterior a par com um acréscimo significativo na rubrica subsídios à exploração que se saldou em 15,0 milhões de euros em 2018 face aos 3,9 milhões de euros de 2017. O montante registado em subsídios à exploração refere-se a ≈2,3 milhões de euros de compensação financeira atribuída ao passe escolar, ao passe social de ≈1,6 milhões, s à compensação dos títulos de transporte intermodais, ≈1,6 milhões e à compensação financeira atribuída pelo Município pelo cumprimento das obrigações de serviço público relativamente ao exercício de 2017, ≈9,5 milhões de euros. Quanto à compensação relativa ao ano de 2018, o valor não foi ainda apurado pela empresa encontrando-se o valor de 10,0 milhões de euros, transferidos pelo Município a título de pagamento por conta, registado num passivo da empresa.

- **EGEAC** – O valor do subsídio de exploração anual concedido pelo Município foi de montante igual ao de 2017 (10 milhões de euros), tendo sido reduzido para o valor de 8,2 milhões de euros no quadro dos mecanismos contratualmente previsto e associados à garantia do equilíbrio das contas da empresa. Para este resultado contribuiu a trajetória de crescimento de visitantes (8,4% / 255.186), o que, já no universo dos novos equipamentos sob gestão, levou ao crescimento do valor de vendas e das prestações de serviços em ≈12,8% / ≈1,9 milhões de euros por comparação com 2017; o aumento dos rendimentos próprios teve uma execução de 2 milhões acima do previsto.

Os resultados finais do exercício de 2018 traduzem a manutenção de uma situação económico-financeira sólida da empresa, associada ao cumprimento da atividade programada e elencada nos Instrumentos de Gestão Previsional, bem como ao reforço da capacidade instalada para melhor corresponder ao crescimento da atuação da EGEAC.

- **EMEL** – Em 2018, no quadro da expansão da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, conforme Deliberação nº 236/AML/2016 de 19 de julho, obteve um aumento das vendas e prestações de serviços próximo dos 9,4% / 3,3 milhões de euros face ao ano anterior.
- **GEBALIS** – A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, com um capital de cerca de 13,7 milhões de euros, para liquidar valores em dívida das contas correntes caucionadas permitiu a redução dos juros e gastos similares da empresa. Em 2018, por via da taxa de juro mais favorável contratada naquele empréstimo, bem como das amortizações

entretanto efetuadas, o valor dos encargos financeiros reduziu-se para 0,4 milhões de euros, tendo este rubrica, nos anos anteriores, assumido os seguintes valores:

- **2015** – 0,7 milhões de euros
- **2016** – 0,5 milhões de euros
- **2017** – 0,4 milhões de euros

A passagem para a GEBALIS das frações atribuídas ao abrigo do Programa Renda Convencionada e das frações locadas, resultou na empresa estar a gerir 232 contratos no final de 2018.

Em 2018 o Município celebrou um novo Contrato-Programa com a GEBALIS (349/CM/2018), no valor total de 27,5 milhões de euros, com vista à execução de intervenções de requalificação do património municipal. A reabilitação de frações habitacionais diversas (previstas na ação XI, do anexo ao CP), com 17,5 milhões de euros previstos (64%) e a ação “Casal dos Machados” (ação IV, do CP), com 3,0 milhões de euros (11%) representam juntas cerca de 75% dos investimentos a realizar ao abrigo deste Contrato-Programa.

- **Lisboa Ocidental, SRU** – A empresa não tem uma natureza comercial, tendo tido um resultado de exploração equilibrado e prosseguido a execução do contrato-programa firmado em 2015 bem como a finalização dos investimentos objeto do Contrato de Financiamento celebrado com o IHRU / BEI, do qual foram executados anualmente os seguintes valores:

- **2015** – -
- **2016** – 0,8 milhões de euros
- **2017** – 4,0 milhões de euros
- **2018** – 6,0 milhões de euros

Deve referir-se que os investimentos ao abrigo do financiamento IHRU/BEI, no total de 16,1 milhões de euros, e que teve o prazo de utilização até 2015, viu concluída a última empreitada em janeiro de 2018 (reabilitação do antigo Teatro Luís de Camões), encerrando-se naquela data definitivamente este projeto.

Quadro 46: Cumprimento dos requisitos legais

Unid: milhares euros

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais		Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾	
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) ⁽¹⁾	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAELPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) ⁽³⁾
CARRIS	25%	Não Cumpre	8.425	Cumpre	Não	Não
EGEAC	1028%	Cumpre	83	Cumpre	Não	Não
EMEL	130%	Cumpre	691	Cumpre	Não	Não
GEBALIS	230%	Cumpre	61	Cumpre	Não	Não
SRU Ocidental	853%	Cumpre	3	Cumpre	Não	Não

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por $RAI \geq 0$, cf art 40º RJAELPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o $RAI \geq 0$, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

Todas as empresas cumprem os critérios de equilíbrio definidos no artigo nº 35 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) à exceção da Carris em que o capital próprio é inferior a 50% do capital social, sendo necessária a tomada das medidas que se entenderem adequadas no quadro das disposições do citado artigo.

Todas as empresas municipais cumprem os critérios de equilíbrio estipulados no artigo nº 40 da Lei nº 50/2012, pelo que não existe necessidade de transferência para cobertura de prejuízos ou impacto sobre o endividamento do Município conforme previsto no artigo nº 52 da Lei nº 73/2013.

4.3 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS MUNICIPAIS

Em 2018 as transferências e subsídios efetuadas pelo Município de Lisboa para as empresas municipais ascenderam a cerca de 34,1 milhões de euros, com destaque para a CARRIS que absorve 52,8% dos recursos destinados às empresas municipais.

Quadro 47: Transferências e subsídios 2016 – Empresas municipais

Unid: Euro

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Total	
CARRIS	-	-	-	18.000.000	-	18.000.000	52,8%
EGEAC	-	-	-	7.650.000	-	7.650.000	22,4%
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
GEBALIS	-	-	-	5.145.176	-	5.145.176	15,1%
SRU Ocidental	-	-	-	3.197.360	110.997	3.308.357	9,7%
Total	-	-	-	33.992.536	110.997	34.103.533	100%

Nota: Em 2018 além dos valores apresentados no quadro acima, que correspondem aos pagamentos efetuados durante o exercício, foram registados 550 mil euros relativos a um complemento ao valor transferido para a EGEAC, 3,5 milhões de euros de valores não pagos no exercício à Lisboa Ocidental, SRU e 1,8 milhões de euros relativos ao apuramento do valor da COSP relativa a 2017, da Carris. Os dois últimos valores encontram-se registados em custos por contrapartida de acréscimos de custos.

Unid: Euro					
Empresa	Propostas	Valor da transferência			
CARRIS	PROPOSTA Nº 287/2017 e 423/22018	Segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte colectivo a superfície de passageiros (Pagamentos por conta)	18.000.000		
			18.000.000	52,8%	
EGEAC (*)	Proposta 668/2017	CP exploração 2018	7.650.000		
			7.650.000	22,4%	
EMEL	-	-	-	-	
GEBALIS (**)	Proposta 398/2015	Realização de trabalhos de beneficiação, conservação e manutenção para reposição e melhoria das condições de segurança, salubridade, higiene e conforto de edificado.	3.399.076		
GEBALIS	Proposta 745/2016	Obras de intervenção prioritárias no conjunto de imóveis que constituem o Bairro Municipal da Cruz Vermelha, designadamente nas ruas Maria Margaridas, lotes 1, 2, 6 e 7 e Rua Maria Albertina, lotes 3, 4, 5 e 6, na freguesia do Lumiar.	246.100		
	Proposta 349/2018	Obras de reabilitação de frações habitacionais diversas e obras de reabilitação do Bairro "Casal dos Machados" (Adiantamento).	1.500.000	5.145.176	15,1%
SRU Ocidental	Proposta 669/2017	Contrato-programa 2018	350.000		
		Juros Empréstimo IHRU Empréstimo IHRU/BEI	110.997		
	Proposta 397/2015	Contrato-programa CML/SRU	2.847.360	3.308.357	9,7%
TOTAL			34.103.533	100%	

(*) A EGEAC emitiu notas de crédito no valor de 4.512.798,05€ relativas a CP, dos quais já reembolsou a CML no montante de 1.619.903,13 euros

(**) A GEBALIS procedeu à devoluções de 1.167.363,90 euros, relativas ao CP398/2015 referentes a apoios que obteve do Programa PEDU

Em 2018, foi feita uma transferência para a Carris no valor de 18 milhões de euros, decorrente da segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte coletivo à superfície de passageiros, de acordo com as Proposta Nº 287/2017 e 423/22018, referente aos pagamentos por conta relativos às compensações para os anos de 2017 e 2018.

Em março de 2019 a empresa apresentou o cálculo final das compensações para 2017, tendo sido apurado um valor em falta para 2017 de 1,8 milhões de euros, valor registado em acréscimos de custos nas contas do Município de 2018. Ainda não foi apurado o valor final da compensação para 2018.

Foi feita uma transferência para a EGEAC no valor de ≈7,7 milhões de euros, decorrente do Contrato-programa aprovado pela Proposta 668/2017, com um valor global de 8,2 milhões de euros, com 0,6 milhões de euros refletidos nas contas municipais de 2018 como um valor em dívida.

Não ocorreram transferências ou subsídios municipais para a EMEL, durante o exercício de 2018.

As empresas municipais GEBALIS e Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que estão envolvidas, com destaque para os aprovados em 2015 já antes referidos, com o compaginado reforço das associadas transferências municipais.

No caso da Gebalis verificou-se a transferência de um adiantamento de 1,5 milhões de euros relativamente ao Contrato Programa 349/2018.

As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU abarcam também a cobertura dos encargos financeiros do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI (16,1 milhões de euros) que captou cerca de 0,1 milhões de euros.

IV. REPORTING ATIVIDADES

1. FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

1.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

1.1.1 EXECUÇÃO

O Plano Plurianual de Investimentos registou em 2018 uma execução global de 133,6 milhões de euros, sendo os edifícios, designadamente os equipamentos de educação e as instalações de serviços, o segmento mais relevante do conjunto.

A variação face a 2017 funda-se no menor valor pago a título de execução de transações judiciais (-21,8 milhões de euros), nomeadamente no quadro do acordo para reversão dos terrenos da antiga Feira Popular (-17,5 milhões de euros) que, no ano transato, foi objeto de uma amortização extraordinária.

Quadro 48: Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Tx Exec.	Crescimento	
				Dotação	Compr.	Execução		Valor	%
Terrenos	3.292	21.650	37.045	23.156	22.209	20.795	89,8%	-16.251	-43,9%
Habitacões	5.622	7.227	6.995	21.626	19.410	14.046	64,9%	7.051	100,8%
Total Edifícios	22.369	32.361	23.893	77.958	66.854	49.058	62,9%	25.165	105,3%
Infraestruturas Culturais	5.895	3.775	1.319	5.250	4.900	1.099	20,9%	-219	-16,6%
Equipamentos de Educação	10.518	7.037	5.657	31.790	24.355	20.013	63,0%	14.356	253,8%
Equipamentos Sociais	621	362	295	2.993	2.526	904	30,2%	608	206,2%
Outros Edifícios	5.335	21.187	16.622	37.925	35.073	27.042	71,3%	10.420	62,7%
Total Construções Diversas	24.708	53.382	57.667	72.669	43.649	26.667	36,7%	-31.000	-53,8%
Viadutos, Arruam. e Obras Compl.	11.114	24.862	12.039	23.862	16.647	8.417	35,3%	-3.622	-30,1%
Esgotos	2.161	6.495	3.188	5.049	4.671	3.481	68,9%	293	9,2%
Parques e Jardins	1.406	2.434	3.883	10.861	7.848	4.670	43,0%	787	20,3%
Outras Construções	10.026	19.590	38.558	32.897	14.483	10.099	30,7%	-28.459	-73,8%
Equipamento Básico	3.436	6.352	12.510	8.917	6.255	5.463	61,3%	-7.046	-56,3%
Outros Investimentos	7.235	7.217	14.893	15.437	13.708	11.534	74,7%	-3.359	-22,6%
Total Aquisição Bens Investimento	66.663	128.188	153.002	219.764	172.086	127.562	58,0%	-25.440	-16,6%
Ativos Financeiros	2.936	3.737	2.936	6.049	6.049	6.049	100,0%	2.312	61,9%
TOTAL INVESTIMENTO	69.599	131.925	155.938	225.813	178.135	133.611	59,2%	-22.327	-14,3%

A carteira de investimentos 2018 integra 6,0 milhões de euros aplicados em ativos financeiros, em que se incluem a aquisição de ações da Águas do Tejo Atlântico (Proposta 106/2018, de 7 de março), num total de ≈3,9 milhões de euros e a subscrição de capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do quadro legal vigente, com um valor aproximado de 2,1 milhões de euros.

Na aquisição de bens de investimento foram aplicados cerca de 127,6 milhões de euros, num universo de compromissos firmados da ordem dos 172,1 milhões de euros, dos quais cerca de 44,5 milhões de euros estão em curso, importando ter presente na análise da execução que no ciclo dos investimentos há um desfazamento relevante entre o lançamento dos procedimentos, que carece de inscrição orçamental, e a execução integral dos empreendimentos. Por relação com a execução dada por pagamentos, importa referenciar:

- A despesa em **Edifícios** totalizou ≈49,1 milhões de euros, com destaque para a rubrica de **Outros Edifícios** com uma execução de ≈27,0 milhões de euros e um acréscimo, face ao ano anterior, de ≈10 milhões de euros.
- Neste âmbito, evidencia-se o pagamento integral da aquisição do Complexo Desportivo da Lapa à Estamo, *Participações Imobiliárias, SA*, (≈9,9 milhões de euros), o cumprimento do plano de edifícios na Praça do Município / Rua S. Julião (≈5,7 milhões de euros), a requalificação e conservação de instalações de serviços sitas na Praça do Município, **Campo Grande e Olivais (≈1,7 milhões de euros)**, a



Praça do Município

dação em pagamento, por parte da Coopemi, de diversas frações habitacionais e não habitacionais em cumprimento de sentença judicial (≈1,3 milhões de euros), a expropriação de espaços comerciais na Rua da Palma (0,5 milhões de euros) e a recuperação da Igreja de Santo António (≈0,2 milhões de euros).

- Os investimentos nos **Equipamentos de Educação** totalizaram 20,0 milhões de euros, mais 14,3 milhões de euros do que o realizado no ano anterior, sendo de relevar o pagamento integral da aquisição do Convento do Desagravo à *Estamo, Participações Imobiliárias, SA*, (≈7,9 milhões de euros), a realização de obras em diversos equipamentos no âmbito do Programa Lx XXI (≈6,3 milhões de euros) e no âmbito do PACTO (≈4,6 milhões de euros), as quais serão objeto de análise mais detalhada no ponto subsequente, e ainda a realização de obras de manutenção ao abrigo do Programa Escola Nova (≈1 milhão de euros).



Convento do Desagravo

- No capítulo das **Construções Diversas** a despesa somou 26,7 milhões de euros, com primazia para o agregado das **Outras Construções** com uma execução de 10,1 milhões de euros e em que se destacam as obras que decorrem do Programa Integrado de Requalificação do Espaço Público (3,5 milhões de euros), os trabalhos ao nível da “Semaforização” e da “Sinalização” (≈1,1 milhão de euros), a conservação e beneficiação em “Infraestruturas Cemiteriais” (≈0,9 milhões de euros), as requalificações realizadas através do programa *Uma Praça em cada Bairro* (≈0,9 milhões de euros), a estabilização do muro de suporte do edifício da Costa do Castelo



Pq. Estacionamento RTP/ISEL

(0,8 milhões de euros), as intervenções para melhoria da acessibilidade pedonal (0,4 milhões de euros) e, no âmbito do Orçamento Participativo, o projeto “Trilhos de Monsanto” (0,3 milhões de euros).

As obras em **Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares** totalizaram ≈8,4 milhões de euros com predominância dos investimentos que integram a carteira do Programa Lx XXI (≈4,6 milhões de euros), sendo ainda de relevar a execução no quadro do Plano da Pavimentação da Cidade (≈1,4 milhões de euros) e a construção de ligações cicláveis (≈0,7 milhões de euros).



Rua Cidade de Gabela, Largo Américo Rosa Guimarães,
Rua Lino Helder, Av. de Brasília

Ao nível dos **Parques e Jardins** foram investidos ≈4,7 milhões de euros, englobando diversas intervenções em espaços verdes e parques urbanos, no âmbito do Programa Lx XXI (≈2,5 milhões de euros) e a criação de Ligações Cicláveis em zonas verdes (≈1,5 milhões de euros), designadamente Quinta da Bela Flor e Bairro da Liberdade.

No segmento dos **Esgotos** foram pagos ≈3,5 milhões de euros, agregando intervenções de conservação e manutenção da rede pública de saneamento e de drenagem, de reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento, bem como trabalhos preparatórios e estudos no âmbito do *Plano Geral de Drenagem*.

- A despesa realizada com a aquisição de **Terrenos** totalizou ≈20,8 milhões de euros, relevando nesta rubrica o montante associado ao cumprimento de transações judiciais (≈14,7 milhões de euros), onde se inclui o acordo para reversão dos terrenos da antiga Feira Popular, e a transmissão ao município de parcela do terreno sito na Estrada da Pontinha, por dação em pagamento (≈4,6 milhões de euros) de parte do Fee anual a que a EMEL se



Terrenos da futura Feira Popular

encontra obrigada junto do Município, para desenvolvimento do projeto da futura feira popular. Foram também adquiridas diversas parcelas de terrenos, nomeadamente na Rua João Pinto Ribeiro (≈0,6 milhões de euros), na Quinta do Valenteiro, às Olaias, no âmbito da Expansão do Corredor Verde Oriental - Parque Urbano Quinta da Montanha (348 mil euros) e na Azinhaga da Fonte de Louro no âmbito do projeto de expansão e requalificação da envolvente do Parque Urbano da Quinta da Montanha (0,3 milhões de euros).

- O **Equipamento Básico** e os **Outros Investimentos** representaram 17,0 milhões de euros da despesa realizada no quadro do PPI, sendo de relevar as aquisições de viaturas e equipamento para limpeza urbana e recolha de resíduos (≈4,6 milhões de euros), de equipamento e licenciamento no âmbito da gestão e modernização do parque informático do município (≈3,7 milhões de euros) e de equipamento, fardamento e veículos para combate aos incêndios (≈1,5 milhões de euros).



- As obras em **Habitções** somaram ≈14,0 milhões de euros e decorreram, sobretudo, no âmbito do Programa Lx XXI (≈11,8 milhões de euros), sendo ainda de realçar a aquisição de prédios, por exercício de direito de preferência, na Rua das Barracas e Beco do Petinguim para implementação do PRA - Programa de Renda Acessível (≈1,1 milhão de euros).

1.1.2 FINANCIAMENTO

Quadro 49: Financiamento do PPI por Objetivo/Programa

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dotação		Execução	
	Autofinanc	Financ. Alheio	Autofinanc	Financ. Alheio
EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE	116.354	46.739	83.656	17.828
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEF. DIREITOS	15.675	11.168	7.605	5.522
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	496	2.773	325	136
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL	6.418	4.037	2.044	611
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTIC. E DESCENTRALIZADA	21.714	440	15.443	440
TOTAL	160.657	65.156	109.073	24.538

Por relação com os valores executados, os capitais próprios garantiram ≈109 milhões de euros (81,6%) dos investimentos realizados, resultando os restantes ≈24,5 milhões de euros (18,4%) de financiamento obtidos através do empréstimo contratado junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) para o Programa de Investimentos designado por Lx XXI (18 milhões de euros) e de subsídios e participações, com destaque para o financiamento proveniente do Turismo de Portugal, IP (ITP) que somou ≈5 milhões de euros.

O Programa Lx XXI em execução resultou da estruturação de um conjunto de investimentos, de carácter plurianual com enquadramento geral no Plano Diretor Municipal, e, *inter alia*, na Estratégia de Reabilitação Urbana 2011/2024, no Plano Geral de Drenagem 2016/2030 e na Estratégia Municipal de Habitação Social, que se reputam de estratégicos para Lisboa, em linha

com o Programa de Governo da Cidade, em que, desde logo, se assumiu o compromisso da promoção das áreas da construção de infraestruturas eficientes, da proteção do ambiente, da inovação e da coesão social; com o conjunto de investimentos perfilados pretende-se, no fundamental, estruturar uma atuação municipal focada em áreas chave para a modernização da Cidade, a melhoria das condições de vida de quem nela vive, trabalha ou a visita, e a preparação da Capital para o futuro, num leque de intervenções que potenciam o desenvolvimento económico local, a mobilidade urbana, a qualidade do espaço público, a proteção de pessoas e bens desde logo por via da preparação da cidade para as alterações climáticas, centrado em três áreas de intervenção – regeneração urbana, alterações climáticas e habitação social.

Os investimentos perfilados incluem, assim, vários sectores de intervenção abrangendo a prevenção de alterações climáticas com ligação à rede de saneamento da Cidade, a manutenção e construção de habitação social, infraestruturas urbanísticas e de regeneração urbana, pavimentação, espaço público e áreas verdes, mobilidade suave e outras acessibilidades pedonais, reforço da rede de escolas e de equipamentos de proteção civil e culturais.

A carteira de investimentos assim constituída foi estimada em 523,0 milhões de euros e constituiu uma candidatura de Lisboa ao BEI, que foi aprovada e teve chancela do Plano *Junker*; deste modo o Programa Lx XXI está ancorado num financiamento de médio e longo prazo de até 250 milhões de euros pelo BEI.

No âmbito deste programa foram efetivados compromissos no âmbito do PPI da ordem dos 60 milhões de euros e concretizados cerca de 35,7 milhões de euros de pagamentos, com um primeiro desembolso de 6 milhões de euros junto do BEI. Das obras realizadas através deste programa, importa destacar:

- A **Re/Construção de Bairros Municipais** com um investimento de ≈6,5 milhões de euros respeitantes à edificação de habitação coletiva no âmbito da reabilitação das zonas de alvenarias do Bairro da Boavista e do Bairro Padre Cruz e aos realojamentos do Bairro da Cruz Vermelha;



Bairro Padre Cruz

- A beneficiação de escolas no âmbito do projeto **Equipamentos Educativos Lx XXI**, num total de ≈6,3 milhões de euros e onde relevam as escolas Sta. Maria dos Olivais (≈1,4 milhões de euros), Prof. Agostinho Silva (≈1,4 milhões de euros), Frei Luís de Sousa (1 milhão de euros), Duarte Pacheco (≈1 milhão de euros) e Arco Iris (≈0,8 milhões de euros).



Escola Arco Iris



Escola Duarte Pacheco

Integrando este programa, na sua componente de capitais próprios, a requalificação de escolas no âmbito do PACTO registou pagamentos no valor de ≈4,6 milhões de euros, sendo cerca de 1 milhão de euros decorrentes de financiamento FEDER. Dos equipamentos intervencionados, destacam-se pela despesa realizada a Escola Básica Bº S. Miguel (≈1,2 milhões de euros), a Escola Básica dos Coruchéus (≈1,1 milhão de euros), Escola Básica D. Luis da Cunha (≈1,0 milhão de euros) e a Escola Básica Olivais (0,9 milhões euros).



Escola Básica de S. Miguel



Escola Básica D. Luis da Cunha

- A **Reabilitação de Habitação Municipal** com a realização de intervenções no valor de ≈5,2 milhões de euros, nomeadamente através da reabilitação de frações e fogos nos Bairros Municipais do Vale da Ameixoeira, Vale de Alcântara, Furnas e Casalinho da Ajuda, Bº Nascimento Costa, Quinta do Lavrado, Quinta dos Salgados e Alfinetes, Bº Marquês de Abrantes, Bº do Armador e Quinta do Chalé, Bº Quinta das Salgadas, Bº Quinta dos Ourives, Olivais Norte, Olivais Sul, Telheiras Sul, Telheiras Norte, Alta do Lumiar, Charneca e em património disperso da cidade;
- As intervenções em **Pavimentos** totalizaram ≈3,6 milhões de euros e caracterizaram-se por obras de reconstrução e repavimentação de diversos arruamentos e estruturas de saneamento na cidade.
- **Espaços Verdes e Parques Urbanos**, com uma aplicação de ≈3,0 milhões de euros em diversas requalificações designadamente na edificação do “Restelo ECCO Lab” (≈0,6 milhões de euros), na construção do Parque Ribeirinho do Oriente (≈0,5 milhões de euros) na requalificação paisagística do Campo Grande – Zona Sul (≈0,5 milhões de euros), na construção/reabilitação de parques de skate no Parque Urbano do Vale da Ameixoeira (≈0,2 mil euros) e no Parque Florestal de Monsanto (0,5 milhões de euros);
- A **Rede ciclável** representou um investimento de ≈2,5 milhões de euros, dos quais 335 mil euros foram realizados através do projeto *Rede Ciclável Lx XXI* e ≈2,1 milhões de euros da ação *Ligações Cicláveis*. Sobre esta ação importa referir que a mesma



Skate do Parque Urbano do Vale da Ameixoeira



Aqueduto Calçada da Quintinha / Calçada do Baltazar

integra a componente de capitais próprios do Programa de Investimentos Lx XXI, dado estar associada a financiamento alheio do PEDU/PAMUS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano / Plano (de Ação) Mobilidade Urbana Sustentável, tendo sido obtido em 2018 um reembolso por despesa já realizada no valor de ≈0,2 milhões de euros, e que teve como intervenções mais relevantes a Unidade de Projeto da Quinta da Bela Flor (≈0,9 milhões de euros) e a construção do viaduto ciclopedonal de ligação do Aqueduto à Calçada da Quintinha / Calçada do Baltazar (650 mil euros), no âmbito do Corredor Estruturante do Vale de Alcântara;

- O projeto **Uma Praça em cada Bairro**, com ≈1,1 milhão de euros investidos na requalificação de espaços públicos, nomeadamente na Alameda Manuel Ricardo Espírito, na Alameda Linhas Torres, nos Largos de Alcântara, Fontainhas e Calvário, nos Largos da Graça, Santos e Rua de Campolide e Largo da Igreja de Sta. Isabel;



Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo

- O **Plano Geral de Drenagem de Lisboa** com uma execução de ≈1,1 milhões de euros referentes à construção de bacias de retenção no Alto da Ajuda e no Vale da Ameixoeira, ao levantamento geográfico e cadastral da rede de saneamento da cidade, bem como a diversos estudos, assessorias técnicas e elaboração de projetos no âmbito do concurso para construção dos túneis de drenagem de Lisboa.



Bacia da Ameixoeira

- Há ainda a mencionar outras intervenções, com menor relevo na despesa paga pelo facto de estarem em fases preliminares de desenvolvimento, que totalizaram ≈2,2 milhões de euros, compreendendo nomeadamente centros de saúde (0,5 milhões de euros), acessibilidade pedonal (0,4 milhões de euros), equipamentos culturais (0,4 milhões de euros), e quartéis de bombeiros (0,4 milhões de euros).



Rede Ciclável

- As verbas provenientes do Turismo de Portugal, IP (ITP), relativas à Contrapartida Anual e ao Imposto Especial de Jogo do Casino de Lisboa, financiaram projetos de investimento no valor de 5 milhões de euros, sendo de relevar as obras realizadas no âmbito do Programa de Requalificação do Espaço Público, a beneficiação dos museus MUDE e Palácio Pimenta, a construção dos trilhos de Monsanto e a requalificação do Jardim do Caracol.



Trilhos de Monsanto

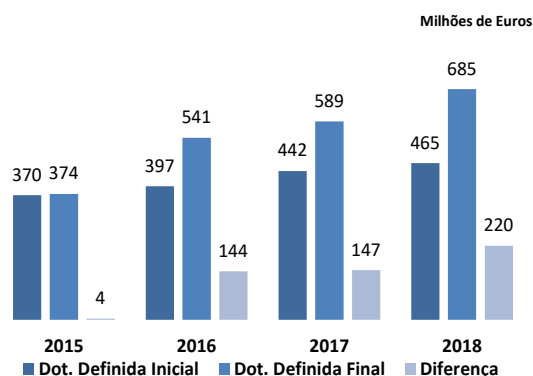
Ainda no âmbito da execução do PPI, é de registar a concretização de outros projetos associados a fundos alheios como seja o de *Cartografia Térmica de Vulnerabilidade* e o de *Veículos Operacionais de Proteção e Socorro*, num total de 0,2 milhões de euros.

1.2 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES (PAA)

1.2.1 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO

O Plano Anual de Atividades (PAA) de 2018 foi aprovado com uma dotação total da ordem dos 730,4 milhões de euros, dos quais cerca de 465,1 milhões respeitavam a dotação definida (distribuída em ≈227,7 milhões de natureza corrente e ≈237,4 milhões de euros de despesa de capital) e ≈265,4 milhões de euros respeitavam a dotação não definida, diferenciada em ≈220,3 milhões de euros de saldo de gerência e ≈45 milhões de euros de financiamentos em negociação.

Gráfico 50: Ev. das Dotações do PAA – Dot. Inicial vs Dot. Final



No decurso do ano de 2018, visando um melhor ajustamento das dotações às necessidades efetivas de execução foram realizadas 27 alterações e uma revisão orçamental, de que resultou um acréscimo de ≈219,6 milhões de euros à dotação inicialmente prevista.

Para este aumento contribuiu, essencialmente, a integração do saldo de gerência, que alocou ao plano de atividades o montante de ≈202,3 milhões de euros através da 1ª revisão orçamental, e a inscrição de diversas receitas, designadamente:

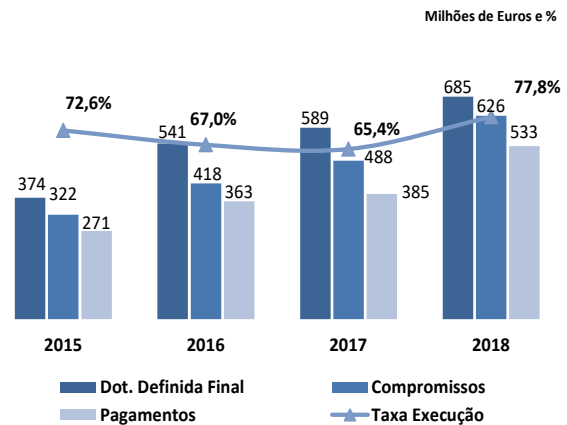
- ≈8,3 milhões de euros decorrente da aprovação do 2.º contrato do empréstimo BEI para o Programa de Investimentos Lx XXI
- ≈2,1 milhões de euros relativos à componente de financiamento alheio das “Ligações Cicláveis”, no âmbito do PORLisboa - PEDU;
- ≈1,9 milhões de euros decorrente da aprovação em overbooking de financiamento do FEDER no âmbito do PORLisboa

1.2.2 EXECUÇÃO

No âmbito do PAA foram executados cerca de 532,7 milhões de euros, num aumento próximo de 147,5 milhões de euros face a 2017, a que corresponde uma taxa de execução de 77,8%.

Os compromissos assumidos somaram ≈625,8 milhões de euros, com uma variação de +≈138,1 milhões de euros em contraponto ao firmado em 2017, representando 91,4% da dotação definida.

Gráfico 51: Dotação / Execução

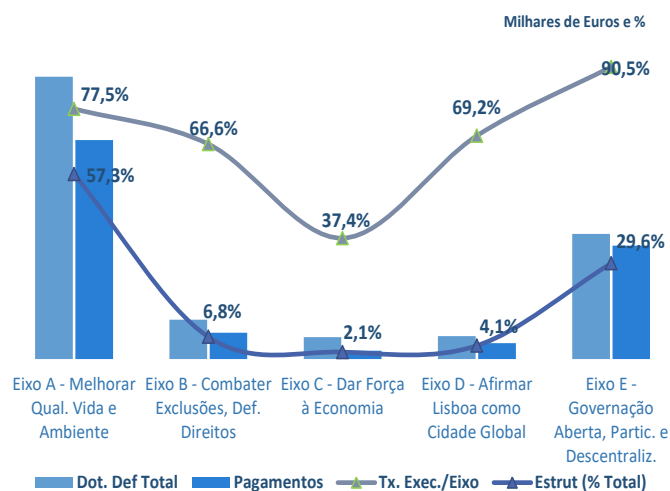


A evolução das dotações afetas ao Plano não tem tido um espelho proporcional na execução anual, o que faz com que, mesmo com valores anuais pagos sempre crescentes no quadriénio retratado, as taxas de execução não desenham uma linha de exato igual sentido; aqui, importa reter a ressalva feita no âmbito da análise do PPI quanto ao desfasamento entre o lançamento dos procedimentos, desde logo com inscrição orçamental, e a execução integral dos empreendimentos que caracteriza os ciclos de investimento.

A evolução dos compromissos, com exceção do ano de 2016, tem acompanhado o aumento da dotação, apresentando nestes mesmos quatro anos uma taxa média de 84,4%, com um máximo em 2018, 91,4%.

Em termos de estrutura da despesa realizada nos cinco eixos que o Plano integra, verifica-se que o Eixo A - Melhorar Qual. Vida e Ambiente foi o que agregou o nível mais elevado de pagamentos absorvendo (57,3%) dos recursos, seguido dos Eixos: E - Governação Aberta, Partic. e Descentraliz. (29,6%), B - Combater Exclusões, Def. Direitos (6,8%), D - Afirmar Lisboa como Cidade Global (4,1%), e C - Dar Força à Economia (2,1%).

Gráfico 52: Execução do PAA por Eixo



A análise da taxa de execução por eixo apresenta variações, sendo o Eixo E - Governação Aberta, Participada e Descentralizada e o Eixo A - Melhorar a Qualidade Vida e Ambiente aqueles que

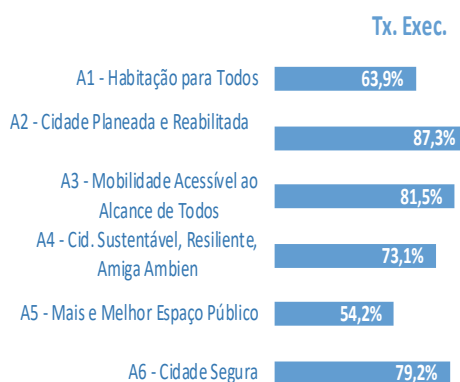
obtiveram maiores taxas de execução face à dotação, respetivamente de (90,5%) e (77,5%) por contraponto ao Eixo C – Dar Força à Economia, que regista a menor taxa de execução (37,4%).

Numa avaliação mais detalhada, apresentamos a taxa de execução dos programas que integram cada Eixo/Objetivo e os projetos/ações com maior relevância para essa execução:

Eixo A - Melhorar Qual. Vida e Ambiente

Neste eixo sobressaem os programas *Cidade Planeada e Reabilitada* (87,3%), *Mobilidade Acessível ao Alcance de Todos* (81,5%) e *Cidade Segura* (79,2%). Também apresenta grande relevância a execução dos programas *Cid. Sustentável, Resiliente, Amiga Ambiente* (73,1%) e *Habituação para Todos* (63,9%).

Os projetos/ações que mais contribuíram para a execução deste eixo, foram os seguintes em valores aproximados ao milhão:

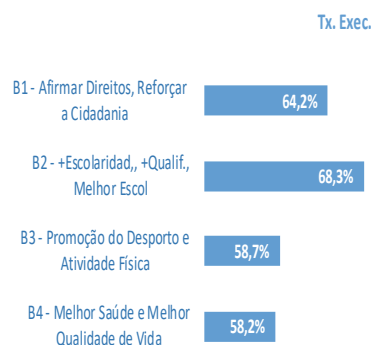


- Processos Judiciais: 103,6 milhões de euros
- Aquisição de Terrenos e Edifícios: 49,9 milhões de euros;
- Tratamento de Águas Residuais: 42,3 milhões de euros;
- Fundo Mobilidade Urbana: 18,0 milhões de euros;
- Fornecimento de Energia: 8,6 milhões de euros;
- Re/Construção Bairros Municipais Lx XXI: 6,5 milhões de euros;
- Manutenção dos Espaços Verdes: 6,1 milhões de euros;
- Reabilitação Habitação Municipal Lx XXI: 5,2 milhões de euros;
- Reab. Bairros Municipais Lx XXI (Gebalis): 5,1 milhões de euros;
- Limpeza Urbana e Recolha Seletiva: 4,9 milhões de euros;
- Conservação e Manutenção Rede Esgotos: 4,1 milhões de euros;
- Programa Integrado de Requalificação do Espaço Público: 3,8 milhões de euros;
- Pavimentos Lx XXI: 3,6 milhões de euros;
- Espaços Verdes e Parques Urbanos Lx XXI: 3,0 milhões de euros;
- Ligações Cicláveis: 2,1 milhões de euros;
- Programa Renda Acessível: 1,6 milhões de euros;

Eixo B – Combater Exclusões, Def. Direitos

Este eixo apresenta uma maior homogeneidade nas taxas de execução dos seus programas, sendo +Escolaridade, +Qualif. Melhor Escola (68,3%) e a *Afirmar Direitos, Reforçar a Cidadania* (64,2%) aqueles que registaram maior taxa de execução, com realce para os seguintes projetos/ações:

- Manuais Escolares: ≈ 5,0 milhões de euros;
- Equipamentos Educativos Lx XXI: ≈6,3 milhões de euros;
- Refeições Escolares: ≈5,8 milhões de euros;
- Apoio à Família – JI e 1º CEB: ≈2,6 milhões de euros;
- Escola Básica Bº S. Miguel (24): ≈1,2 milhões de euros;
- Escola Básica Bº Coruchéus (151): ≈1,1 milhões de euros;
- Resposta de Alojamento PSA: ≈1,4 milhões de euros;
- Programa “Escola Nova”: 1,0 milhão de euros;
- Escola Básica D. Luis Cunha (121): ≈1,0 milhão de euros.



De salientar o forte contributo da despesa executada no programa *Promoção do Desporto e Atividade Física* (58,7%) nomeadamente no *Apoio a Entidades Desportivas – RAAML e Eventos Desportivos*, num total de ≈2,7 milhões de euros.

Eixo C – Dar Força à Economia

Neste Eixo, os programas + *Serviços Qualificados, + Empregos* (82,3%) e *Apostar no Comércio de Proximidade* (54,3%) são os que registaram maior taxa de execução, com destaque para o projeto/ação:

- Parcerias Dinamiz. Eixos Com. Tradicional: 0,3 milhões de euros



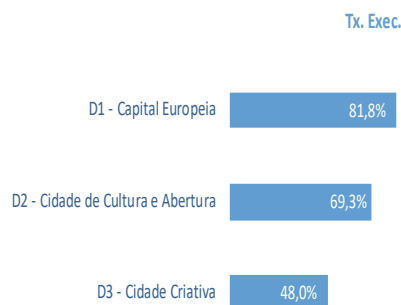
Importa relevar o programa *Turismo Sustentável* (38,5%) com o forte contributo da execução dos seguintes projetos/ações:

- Apoio à ATL: ≈2,9 milhões de euros;
- Moda Lisboa: ≈0,7 milhões de euros;
- Outros Eventos: ≈5,3 milhões de euros;
- Iluminações de Natal: ≈0,8 milhões de euros.

Eixo D – Afirmar Lisboa como Cidade Global

Neste eixo destacam-se os programas *Capital Europeia* (81,8%) e o *Cidade de Cultura e Abertura* (69,3%), em que tiveram particular peso as despesas associadas à execução dos projetos/ações:

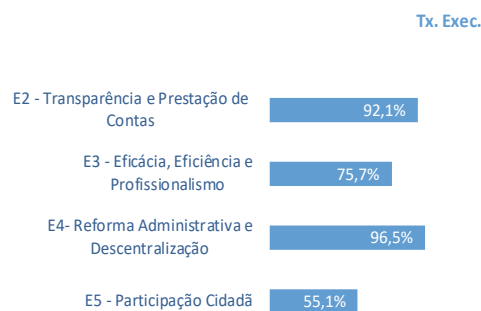
- Produção Cinematográfica e Audiovisual: ≈1,4 milhões de euros;
- Projetos de Instituições Culturais: ≈3,9 milhões de euros;
- Associações e Coletividades: ≈0,8 milhões de euros;
- Orquestra Metropolitana Lisboa: ≈1,1 milhões de euros.



Eixo E – Governação Aberta. Partic. e Descentralizada

As atividades relacionadas com os programas, *Reforma Administrativa e Descentralização* (96,5%), *Transparência e Prestação de Contas* (92,1%) e *Eficácia, Eficiência e Profissionalismo* (75,7%), foram as mais relevantes na execução da despesa deste eixo, com destaque para a execução dos projetos/ações, em valores aproximados ao milhão:

- Reforma Administrativa: 71,3 milhões de euros;
- Reserva de Contingência: 53,8 milhões de euros;
- Instalações de Serviços: 7,7 milhões de euros;
- Contratos de Delegação de Competências: 4,3 milhões de euros;
- Apoio a Serviços Sociais: 3,4 milhões de euros;
- Gestão Global do Parque Informático CML: 3,4 milhões de euros;
- Modernização SI Corporativos da CML: 2,3 milhões de euros;
- Fundo de Apoio Municipal: 2,1 milhões de euros.



Na despesa realizada no âmbito Programa *Participação Cidadã* (55,1%) é de realçar o Programa BIP/ZIP com uma execução de ≈1,7 milhões de euros.

1.2.3 FINANCIAMENTO

Quadro 50: Financiamento do Plano Anual de Atividades (PAA)

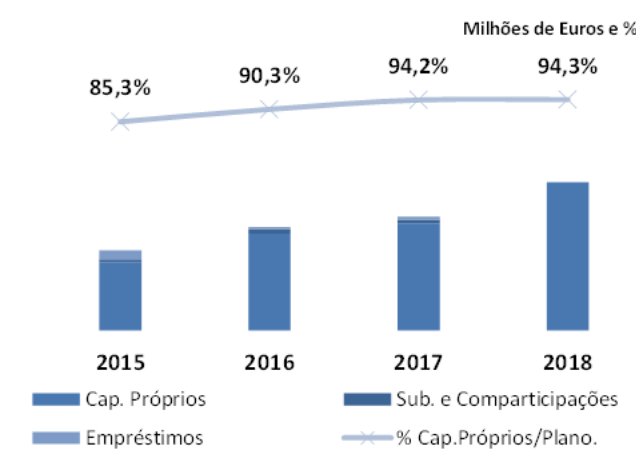
Unid: Milhares de Euros

Descrição	2015	2016	2017	2018			Crescimento		Estrut
				Dot. Def.	Execução	%	Valor	%	
Capitais Próprios	231.222	327.499	362.760	610.130	502.414	82,3%	139.653	38,5%	94,3%
Financiamento Alheio	39.960	35.037	22.496	74.599	30.310	40,6%	7.814	34,7%	5,7%
Empréstimos	30.226	7.291	6.806	52.196	18.000	34,5%	11.194	164,5%	3,4%
Saldo Gerência Consig.		11.455	2.354				-2.354	-100,0%	0,0%
Subsídios e Compartic	9.734	16.290	13.336	22.403	12.310	54,9%	-1.026	-7,7%	2,3%
Despesa Total do Plano	271.182	362.536	385.257	684.729	532.724	77,8%	147.467	38,3%	100,0%

Os recursos próprios são a principal fonte de financiamento do PAA no quadriênio em análise, representando 94,3% em 2018. À semelhança da estrutura patenteada para o PPI; os restantes 5,7% respeitam a financiamentos decorrentes de empréstimos (3,4%) e de subsídios e participações (2,3%).

A despesa do PAA apresentou um crescimento de ≈147,5 milhões de euros face a 2017, suportado sobretudo, por recursos próprios com uma variação de +≈139,7 milhões de euros; o financiamento alheio também aumentou o respetivo contributo em ≈7,8 milhões de euros face ao ano transato, decorrente da maior utilização do empréstimo do BEI no âmbito do “Programa de Investimento Lisboa XXI”.

Gráfico 53: Financiamento do PAA e % de autofinanciamento



Em 2018, os subsídios e participações contribuíram com ≈12,3 milhões de euros para o financiamento do PAA, sendo ≈6,5 milhões de euros respeitantes a despesas de investimento, anteriormente analisadas, e ≈5,8 milhões de euros decorrentes de despesas de natureza corrente, das quais ≈3,4 milhões de euros resultam de apoios governamentais e ≈2,4 milhões de euros de apoios comunitários.

Os apoios governamentais incidem sobretudo em despesas afetas à educação (≈3,2 milhões de euros), nomeadamente refeições escolares e componente de apoio à família.

Ao nível dos apoios comunitários evidenciam-se os financiamentos nas áreas da inclusão social (≈0,9 milhões de euros), da dinamização da mobilidade (≈0,8 milhões de euros) 2 da promoção da sustentabilidade (≈0,4 milhões de euros).

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.	
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE				
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	Plataforma de Acesso aos Programas de Apoio à Habitação do Município	Desenvolvimento (1ª Fase) plataforma "Habitar Lisboa" para melhor servir o cidadão que quer aceder a habitação em Lisboa e garantir o cumprimento do RGPD	DMHDL	
	Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)	Apoio a agregados com carência económica, por um período de 12 meses, renovável e sujeito a avaliação semestral: 146 subsídios atribuídos	DMHDL	
	Programa Renda Acessível	Adjudicação de construção relativa às operações S.Lázaro (103 fogos) e Rua Gomes Freire (70 fogos)	Operação Integrada Belém-Lumiar-Parque das Nações (218 fogos) e Vila Macieira (71 fogos)	DMHDL
		Avaliações imobiliárias correspondentes a aquisições de imóveis na Rua das Barracas, 22, 82 e no Beco do Petinguim e Beco do Félix		DMGP
		Projeto de modelação 3D para as áreas de intervenção do PRA: Paço da Rainha, Qtª Marquês de Abrantes, Vila Macieira, Lumiar, Restelo, Bº das Laranjeiras, Benfica e Bº do Condado	Projeto de modelação 3D para loteamentos: R. Padre Abel Varzim, Laranjeiras, Parque das Nações, Av. Marechal Teixeira Rebelo	DMU
		Projeto de loteamento para a operação Ajuda/Campus Universitário de Lisboa, Bº do Condado -Marvila		
	Reparações/Beneficiações. Património Municipal	Obras de manutenção e conservação em edifícios municipais: Rua da Rosa 277 e Rua Carlos José Barreiros 7	DMGP	
	Programa de Reversão de Edifícios da Segurança Social (PRESS)	Assinatura de Memorando entre Município e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) para reverter 11 edifícios (250 apartamentos + 226 quartos estudantes)	Elaboração de projetos para lançamento das empreitadas de 4 dos 11 edifícios	DMHDL
		Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal		
	Programa Renda Convencionada	Concurso de fogos municipais por sorteio (total de 20 Edições); Em 2018: 4 edições com 75 fogos atribuídos	DMHDL	
	Fogos Municipais Atribuídos	Renda Convencionada: 75; Operações de realojamento: 57; Transferências definitivas e provisórias: 64; Concurso Centro Histórico: 54; Outros: 5	DMHDL	
	Transferência de Agregados Residentes em Fogos Municipais	Intervenções nas ruínas municipais, visando a transferência dos agregados residentes (96% resolvidas e 4% em análise)	DMHDL	
	Verificação da Ocupação e da Condição de Recursos (VOCR)	Preparação da 2ª edição da VOCR dos agregados residentes em fogos municipais de património disperso, programada para 2019	DMHDL	
	Libertação de Fogos de Realojamento Arrendados pelo Município no Mercado Privado	Rescisão de 11 contratos de arrendamento; 2 em fase de rescisão	DMHDL	
	Fiscalizações Técnicas em Frações Habitacionais e Não Habitacionais	Efetuada 1.690 fiscalizações/vistorias em frações habitacionais e não habitacionais	DMHDL	
	Operações de Realojamento	Qta de Santo António (21 famílias); Qta da Montanha (2 famílias); Azinhaga da Salgada (2 famílias); Dispersos (10 famílias)	DMHDL	
	Programa de Requalificação dos Pátios e Vilas de Lisboa	Requalificação de habitações e espaço público: Vila Romão Silva, Tv. Paulo Jorge, Vila Bela Vista e Vila Elvira; Transferência provisória de 8 famílias	DMHDL	
	Agregados Familiares Desalojados Provisoriamente de Fogos Particulares	Propostas de realojamento definitivo: 17; Atendimento presencial com vista ao realojamento definitivo: 25; Proposta de arquivo: 3	DMHDL	
Concurso Centro Histórico	Concurso 100 frações, nas freguesias do Centro Histórico para resolução da situação habitacional de famílias em situação de despejo, por motivos diversos	DMHDL		

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	GABIP - Bairro da Boavista	Realojadas 55 famílias; Em processo de realojamento 135 2 Empreitadas de construção em curso: 46 e 50 fogos: Em preparação 3 empreitadas	DMHDL
	GABIP - Bairro Padre Cruz	Processo requalificação de casas de alvenaria a demolir: Realojadas 175 famílias; Fogos demolidos: 210 Em construção 48 frações; Concluídos em 2018: 20; Em preparação 2 empreitadas (90 fogos)	DMHDL
	GABIP - Torres do Alto da Eira	Concluída empreitada de reestruturação das instalações do Arquivo Municipal e criação de espaço para 2 equipamentos	DMHDL
	Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	Beneficiação geral de 2 edifícios municipais sitos na Rua de S. Bento, nº 228 e Rua do Almada 18/20 Reabilitação de 6 frações municipais sitas na Rua Frei Manuel do Cenáculo - Torre 1 Reabilitação de 7 frações municipais sitos na Av. João Paulo II, Rua Eng.ª Cunha Leal e Praça Eduardo Mondlane Reabilitação de 7 frações municipais sitas no Bairro Nascimento Costa Reabilitação do edifício municipal e fogos devolutos na Calçada de Santo André, n.º63-65 Beneficiação de 3 fogos municipais devolutos sitos no Largo Marquês de Angeja n.º 10 e Caracol da Graça n.º 3 Recuperação de 5 frações municipais devolutas: Rua Adiça, 42, Rua Lagares, 57, Bº Jasmim, Rua Mouraria, 90 e Rua S. Miguel, 78 Reabilitação de 5 frações municipais sitas na Freguesia do Beato Reabilitação de 6 frações municipais devolutas, sitas na freguesia de Marvila Reabilitação do edifício municipal e fogos devolutos na Rua João do Outeiro, n.º 36 e n.º 58 Reabilitação de 7 frações municipais sitas no Bº Vale de Alcântara Reabilitação de 7 frações municipais devolutas, sitas no Bº da Ameixoeira Beneficiação no edifício municipal sito na Tv. Moinho de Vento, nº 21, bem como nas 3 frações devolutas do mesmo Reabilitação do edifício municipal sito na Rua do Grémio Lusitano 19, incluindo 2 frações Reabilitação de 5 frações municipais sitas na Tv. do Poço da Cidade 54 (2 fogos), Rua Diário de Notícias 26, Rua do Século 214 e Rua Eduardo Coelho, 43 Reabilitação de edifícios com recuperação de 6 frações municipais devolutas, na Rua Norberto Araújo, nº3-A, 3-B, 5-D e 16 Reabilitação de 4 frações municipais sitas na Rua S. Pedro Mártir 17 e 66, e Rua das Farinhas 3 Reabilitação de 6 frações municipais sitas nos Bairros da Qta das Salgadas e Alfinetes Reabilitação das coberturas e fachadas dos edifícios municipais sitos Tv. Conde Soure, 40/44 e Rua Poço dos Negros,14 Reabilitação de 7 frações municipais devolutas sitas na Qta do Cabrinha Conservação de Zonas Comuns e 3 fogos municipais vagos, sitos na Rua Augusto Rosa nº 66 Recuperação de 8 fogos municipais devolutos nos Bairros de Telheiras Sul e Vale de Santo António Freguesias de Alvalade, São Vicente de Fora e Penha de França Reabilitação de 5 fogos municipais devolutos nos Bairros do Armador e Qta do Chalé Conservação de 5 fogos desocupados nos Olivais e 2 no Bº das Pedralvas Reabilitação de 9 frações municipais sitas nos Bairros Marquês de Abrantes, Armador e Flamengo Reabilitação de 6 frações municipais sitas no Bº Vale de Alcântara	DMPO

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	Obras em 7 fogos municipais desocupados em Olivais Norte	DMPO
		Reabilitação 5 fogos municipais Rua Capitão Henrique Galvão 29, Rua Cidade da Beira 502, Rua 7 Bº Pedral, 2 Rua A. Pereira 32, Rua Campoloide 162 e partes comuns	
		Recuperação de 8 fogos municipais devolutos nos Bairros do Alto da Faia, Telheiras Norte e Sul, Freguesias do Lumiar e Alvalade	
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	Instrumentos de Gestão Territorial	Produção de cadastro predial digital	DMGP
		Elaboração do Plano Pormenor (PP) Casal do Pinto no âmbito do "Europan 5"	DMU
		Levantamento urbanístico na área de intervenção do PP do Bº Alto e Bica	
		Levantamento de dados e produção de modelo tridimensional da ocupação do subsolo	
		Alteração e atualização dos projetos das redes de infraestruturas do PP das Amoreiras	
		Carta dos equipamentos coletivos, de saúde, e revisão da Carta Educativa - Rede pública de Creches	
		Proteção e avaliação das condições existentes de segurança contra riscos de incêndio em edifícios no projeto urbano da Unidade de Execução de Entrecampos	
		Estudo de viabilidade técnica para instalar meio de transporte coletivo em canal próprio na 2ª Circular	
		PP em elaboração: Quinta da Bela-Flor; Reabilitação Urbana (RU) da Colina do Castelo e Alfama; RU do Bairro Alto e Bica; RU das Janelas Verdes; PU da Área Envolvente à Gare do Oriente	
		Processos de legalização das Áreas Urbanas de Génese Illegal (AUGI): Alto dos Chapeleiros, Sete Céus	
		Zona de Emissões Reduzidas de Lisboa (ZER Lisboa): monitorização e avaliação da qualidade do ar nas fases pré e pós obra da Praça de Sete Rios	
		Implementação de corredores BUS de alto desempenho	
		Estudo e implementação de projetos de sinalização luminosa automática de tráfego; Levantamento da infraestrutura de sinalização luminosa de tráfego	
		Integração de sistemas de mobilidade com o Centro Operacional Integrado-COI	
		Elaboração do projeto da nova rede de comunicações do sistema de mobilidade de Lisboa	
		Elaboração do projeto de videovigilância na cidade de Lisboa	
		Consultadoria técnica para reestruturação da sala de controlo e do estado do sistema semafórico	
		Promoção da expansão da rede ciclável de Lisboa até aos 200 Km; Análise de projetos da rede ciclável com promotores privados	
		Instalação de estacionamento para bicicletas	
		Implementação da permissão da circulação de motociclos e ciclomotores em corredores reservados a transportes públicos	
Revisão de projeto ciclável em diversos locais da cidade; Manutenção e conservação da rede ciclável: categorização do nível de intervenção para todos os percursos cicláveis	DMMT		
Conferência Plano Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS): "Encontro Nacional da Mobilidade", em colaboração com Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)			
Projeto "Mãos ao ar Lisboa!": inquérito sobre mobilidade escolar realizado nas escolas do 1º ciclo do ensino básico ao ensino secundário, públicas e privadas, aderentes ao projeto			
Organização de conferência sobre mobilidade escolar, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade 2018			
Transportes partilhados	Levantamento e atualização da rede de estacionamento para velocípedes	Definição e implantação de hotspots para estacionamento de velocípedes (trotinetes e bicicletas)	DMMT

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	Aquisição de Terrenos e Edifícios	Aquisição de prédios para expansão e requalificação da envolvente do parque Urbano da Qta da Montanha Aquisição de terreno da Qta do Valenteiro no âmbito da expansão do Corredor Verde Oriental - Parque Urbano da Qta da Montanha Aquisição de terreno na Rua João Pinto Ribeiro e afetação ao domínio público municipal Aquisição de terreno na Alameda do Beato no âmbito do programa "Uma praça em cada bairro" Aquisição do prédio Horta das Canas sito no Beco da Amorosa/ Beco dos Toucinheiros e Rua Gualdim Pais para concretização dos planos para o Vale de Chelas Aquisição de 3 Lojas da malha 1 à SGAL, Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A. no âmbito do contrato inominado Aquisição do prédio na Calçada do Baltazar, 27 Aquisição de edifício no âmbito do Projeto de Remodelação da Praça da Mouraria Aquisição dos edifícios na Praça do Município, Calçada de S. Francisco e Largo de s. Julião, para serviços municipais Aquisição da fração autónoma da Rua de São Julião e Rua da Prata para garantir acesso às Galerias Romanas subterrâneas Aquisição do edifício da Calçada da Tapada nº 64 Aquisição do Complexo Desportivo da Lapa e do Convento do Desagravo	DMGP
	Cartografia de Vulnerabilidade Térmica	Desenvolvimento de cartografia numérica vetorial à escala de 1:1000 para o concelho de Lisboa, para conhecimento, gestão e divulgação do território (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - POSEUR) Estudos de regime das Ondas de Calor na Área Metropolitana de Lisboa - clima atual e cenários climáticos futuros para Lisboa	DMGP
	Pq Hab. Privado - Obras Coercivas	Av. Gomes Freire, nº 195 e Tv. Santa Marta, nº 7	UCT
	Reabilitar o Edifício	Demolição de edifício particular na Rua de São Ciro nº 57 pátio edifício, intervenção ao abrigo estado de necessidade	DMPO
	Incentivos à reabilitação	1.001 Processos de atribuição de benefícios fiscais decididos	UCT
	Sensibilizar para a Reabilitação	Realização de ações de sensibilização com os proprietários, com vista à concretização de obras Contrato Programa com a Docomomo Internacional com o objetivo de desenvolver atividades na área da promoção, valorização e difusão do património	UCT
	Plano de Intervenção em Edifício Disperso (PIED)	Elaboração de proposta de estratégia de intervenção no património edificado disperso - elaboração do relatório PIED - 1.036 prédios (terrenos e edifícios)	DMHDL
	Resiliência Sísmica do Edifício	Avaliação e apresentação final do modelo de cálculo do Índice de Resiliência Sísmica do Edifício Carta de Solos de Lisboa para Classificação da Vulnerabilidade Sísmica: relatório final para integrar cálculo do Índice Resiliência Sísmica Edifício Desenvolvimento de plataforma interativa para divulgação boas práticas e a participação sociedade civil, na área do reforço sísmico do edificado	DMHDL
	Alienação Direta aos Moradores	RAIM - Regulamento de alienação de imóveis municipais: enviados 196 processos à Direção Municipal de Gestão Patrimonial para alienação, realizadas 206 escrituras; Enviadas 995 cadernetas prediais	DMHDL
	Planos de Salvaguarda das Áreas Históricas	PPRU da Colina do Castelo e Alfama; PPRU do Bairro Alto e Bica; PPRU das Janelas Verdes, PPRU Calçada da Ajuda Início e preparação de trabalhos conducentes à Requalificação da Praça da Figueira	DMU
	Reabilitação Urbana Lx.XXI (SRU)	Transferência para a SRU para promoção e reabilitação urbana na área de intervenção (âmbito do Contrato Programa com a Sociedade de Reabilitação Urbana)	DMU

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.	
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE				
A3	MOBILIDADE ACESSÍVEL AO ALCANCE DE TODOS	Sinalização	Aquisição de diversa sinalização vertical (balizadores flexíveis, postes, limitadores de vias) e acessórios para aplicação pelas brigadas Empreitadas de reabilitação e execução de sinalização horizontal na cidade	UCT
		Cadastro de sinalização rodoviária	66.789 registos sinalização vertical; 40.302 registos sinalização horizontal; 1.448 registos de ocorrências; 12 respostas a pedidos/certidões	DMMT
		Gestão da Circulação, Estacionamento e Condicionamentos	Análise, parecer e acompanhamento em 134 parques privados, 262 parques para deficientes; 200 Estacionamentos, 99 Boleamentos e entradas especiais; 449 ocupações de via pública; 61 obras e desvios de trânsito, 164 cargas e descargas; 683 diversos	DMMT
		Semaforização	Contrato de assistência técnica e manutenção do sistema centralizado de tráfego da cidade (GERTRUDE) Manutenção e assistência técnica do Sistema Semafórico da Cidade Equipamento semafórico para as interseções do Terminal Rodoviário Carnide- Pontinha, para as interseções da Rua D. João V, para a Estrada da Correia	DMMT
		Sistemas de Radares Controlo de Velocidade	Manutenção e reparação do sistema de controlo de velocidade trânsito	DMMT
		Vigilância de Tráfego	Assistência técnica, manutenção preventiva e manutenção corretiva dos equipamentos do Túnel do Marquês	DMMT
		Ligações Cicláveis	Projetos: Ciclovia Alvito, Pista Parque Campismo/Radial de Benfica, Passagem Ciclopedonal sobre a Calçada Carriche; Construção troço Olivais/Qta Conde d'Arcos Projetos concluídos - Ligação Pq. Hortícola Vale de Chelas/Olivais; Ligação Olivais/Qta Conde d'Arcos - troço 24B	DMEVAE
		Projeto PROPERITY	Semana de Training Nacional e 3º coaching, em conjunto com Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT)	DMMT
		Estudos de Tráfego	Contagens de tráfego; Estudo de mobilidade para o plano de pormenor das Amoreiras; Estudo de viabilidade de transportes fluviais no rio Tejo	DMMT
		Rede Ciclável Lx.XXI	Projeto da rede viária com rede ciclável para a zona oriental/norte e ocidental/centro da cidade Reabilitação de arruamentos para implementação de infraestruturas de mobilidade ativa nas várias zonas da cidade de Lisboa Instalação de suportes de estacionamento para bicicletas e balizadores em PVC	DMU DMPO
A4	CIDADE SUSTENTÁVEL, RESILIENTE E AMIGA DO AMBIENTE	Manutenção de Espaços Verdes	Manutenção/reabilitação estrutura verde municipal; adaptação sistemas rega p/ poupança de água; requalificação espaços verdes c/ espécies resistentes à seca	DMEVAE
		Parques infantis e juvenis	Projeto Parque Infantil (PI) Vale da Ameixoeira; Manutenção de PI's na cidade	DMEVAE
		Lagos e chafarizes	Projeto de Requalificação dos Elementos de Água da Alameda Roentgen e da Av. Liberdade; Manutenção elementos de água na cidade	DMEVAE
		Lisboa Capital Europeia 2020	Plantação de 20.000 árvores e arbustos; Requalificação eixo estruturante - Vale de Chelas	DMEVAE
		Parque Florestal do Monsanto	Reabilitação do Antigo Aquaparque e de Casas de Função. Projetos para Acalmias de Tráfego Aquisição de medicamentos, serviços de veterinária, alimentos e outros materiais de apoio para tratamento de animais no CRAS (Centro de Recuperação dos Animais Silvestres) Manutenção dos circuitos, do sistema de rega e aquisição de sinalética de orientação para Parques Recreativos do PFM Projetos concluídos: PI Monte Perdizes e pista Pq Campismo/Radial Benfica; revisão projeto "Descontaminação Campo Tiro"	DMEVAE
		Parques Urbanos	Ampliação Vale Fundão - Fase II; Projetos: Miradouro Sta. Catarina e Qta Conchas	DMEVAE

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A4 CIDADE SUSTENTÁVEL, RESILIENTE E AMIGA DO AMBIENTE	Hortas Urbanas	Projeto dos Parques Hortícolas de Carnide (2ª fase) e do Bairro da Horta Nova	DMEVAE
	Quinta Pedagógica	161.352 visitantes; 26.221 participantes em atividades; 7.500 h de trabalho comunitário	DMEVAE
	Espaços Verdes e Espaços Urbanos Lx.XXI	Corredor Verde Vale Alcântara entre o Bº Liberdade e a Qta Bela Flor. Projetos Av. Ceuta. Levantamento topográfico e projeto Parque Urbano Vale Forno	DMEVAE
	Túneis Lx.XXI	Lançamento do Concurso Público Internacional construção de 2 túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL)	DMPO
	Coletores Lx.XXI	Projetos e inspeções Bacia Q - Rede de saneamento	DMPO
	Outros Lx.XXI	Construção da Bacia de Retenção do Alto da Ajuda e Vale da Ameixoeira Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da cidade de Lisboa	DMPO
	Limpeza Urbana e Recolha Seletiva	Aquisição de 10 viaturas pesadas multifuncionais e 3 viaturas de 8m ³ , para recolha de resíduos urbanos (RU) Aquisição de 2 lavadoras de alta pressão, 1 máquina de soldar, 2 sopradores elétricos e 2 compressores Aquisição de ecopontos de interior, contentores completos e subterrâneos, tampas e sacos para resíduos urbanos (RU) Aquisição de serviços de lavagem e desinfecção de contentores Disponibilização de equipamento de deposição, recolha e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) Aquisição de equipamentos para armazenar produtos químicos com bacias de retenção	DMHU
	Campanhas de Sensibilização	Campanha de sensibilização para 250 locais de instalação de contentores subterrâneos	DMHU
	Controlo de Pragas e Pombos	Análises a pombos e aquisição de milho e rodenticida	DMHU
	Intervenção Antigraffiti	Remoção de graffitis, cartazes e proteção das superfícies tratadas Intervenções de arte urbana em espaço público, workshops, visitas guiadas, publicação da GAU (Galeria de Arte Urbana)	DMHU DMC
	Projeto FORCE	Campanha de comunicação e sensibilização para implementação de compostagem doméstica em 4.000 fogos do município de Lisboa	DMHU
	Higiene Urbana	Locação de 10 veículos automóveis pesados de carga elétricos	DMHU
	Aquisição de serviços Valorsul	Entrega e tratamento de resíduos sólidos urbanos nas instalações da Valorsul	DMHU
	Tratamento e Destino Final de Resíduos Perigosos	Transporte e tratamento de resíduos perigosos Recolha de resíduos hospitalares dos grupos III e IV	DMHU
	Gestão Urbana - Parque das Nações	Prestação de serviços de exploração e manutenção do sistema pneumático de resíduos sólidos urbanos Projeto de Reabilitação da Fonte do Braço de Mar e dos Passadiços do Tejo. Requalificação do Skate Parque Terreiro Radicais. Projeto Base Ponte Rio Trancão Reabilitação do Passadiço Doca Olivais	DMHU DMEVAE DMPO
	Conservação e Manutenção Rede de Esgotos	Serviços de limpeza, desobstrução e inspeção de coletores Reestruturação do modelo de dados do cadastro da rede pública de saneamento da cidade Conservação e manutenção da rede de saneamento nas várias zonas da cidade Manutenção de dispositivos de fecho de câmaras de visita da rede de saneamento Reabilitação de coletores da rede de saneamento do município de Lisboa Projeto de execução e requalificação da Estação Elevatória de Águas Residuais Doméstica EE3 Aquisição de 2 viaturas para desobstrução e limpeza de coletores	DMPO
	Tratamento Águas Residuais	Recolha de efluentes provenientes do sistema próprio do município	DMPO

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A4 CIDADE SUSTENTÁVEL, RESILIENTE E AMIGA DO AMBIENTE	Infraestruturas cemiteriais	Recuperação dos muros nos cemitérios Lumiar e Prazeres; Construção compartimentos de decomposição aeróbia em Carnide; Recuperação da cripta do RSB no cemitério dos Prazeres	DMEVAE
	Monitorização/Controlo e Fiscalização do Ruído	269 reclamações de atividades permanentes e 46 processos de avaliação do critério de incomodidade /120 medições de monitorização do Plano Ação Ruído	DMEVAE
	Monitorização/Controlo e Fiscalização de Águas	Controlo da qualidade de águas; monitorização das ETAR de Lisboa; Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Análises Químicas e Microbiológicas ISO 9001	DMEVAE
	Casa dos Animais de Lisboa	Projeto ampliação da CAL; 6.691 Horas de Voluntariado; Adoção de 442 animais; 14.614 atos clínicos; 821 vacinações	DMEVAE
	Parques caninos	Construção do Parque Canino de Belém. Projetos de 17 Parques Caninos na Cidade	DMEVAE
	Educação, Sensibilização e Divulgação Ambiental	1 curso aprendizagem bicicleta - 36 participantes; 131 atividades p/ alunos pré-escolar/ 1º,2º e 3º ciclo; 478 participantes em percursos na Falua Esperança; 8 iniciativas p/ plantação árvores 2 Workshops realizados com participação de 42 atores chave para desenvolver cidadania sobre as temáticas do ambiente e das alterações climáticas	DMEVAE
	Lisboa E-Nova/Eficiência Energética - Semaforização/Eficiência Energética Infr.Transp-Tuneis/Medidas Tangíveis- Túnel João XXI	Aprovadas 4 candidaturas ao Aviso 23 do FEE em 2018 (túneis Alfredo Bensaúde, Marquês Pombal, Batista Russo e Campo Pequeno)	DMEVAE
	Eficiência hídrica	Projeto rede de águas no PFM. Monitorização de consumos no PFM e EV (execução de novos ramais, renovação de redes, alteração de titularidade de contratos)	DMEVAE
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	Uma Praça em Cada Bairro Lx.XXI	Estudos geológicos e geotécnicos a realizar na Praça da Alegria e na Praça de Espanha	DMU
		Levantamentos topográficos na Tv. Nova de S. Domingos, na Praça Central, Parada do Alto de S. João e Largo da Boa Hora à Ajuda	
		Projeto de espaços exteriores de requalificação da Estrada da Luz, da Parada do Alto de S. João, da Praça de Espanha, Largo da Boa Hora à Ajuda	
		Coordenação de redes no subsolo e infraestrutura na Alameda do Beato	
		Elaboração da revisão do projeto de espaços exteriores da Praça General Humberto Delgado	
		Reformulação de projeto de execução de requalificação do espaço público de Sete Rios	
	Pavimentos	Requalificação de espaço público nos Largos das Fontainhas, Calvário, Alcântara, Graça, Santos, Rua de Campolide e na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo	DMPO
		Manutenção e conservação de arruamentos e passeios nos Olivais e Parque das Nações	UCT
		Melhoramento de acessibilidades e mobilidade na Rua Luiz Pacheco	
		Repavimentação de arruamentos na Zona Oriental da cidade de Lisboa	DMPO
		Desvios de infraestruturas e arranjos exteriores em Carnide	
		Intervenções para melhoria da segurança e circulação rodoviária em diversas zonas da cidade	
Manutenção do Espaço Público - Obras de Arte	Projeto de execução - Nó 2ª circular com a IC19	UCT	
	Sinalização horizontal e vertical em arruamentos para implementação de infraestruturas de mobilidade ativa		
Obras de Arte	Reabilitação da instalação de bombagem de águas pluviais e de drenagem no túnel da Av. João XXI	DMPO	
	Inspeções a 92 obras de arte		
	Reabilitação da passagem pedonal na Av. Infante D. Henrique / Rua da Centeeira		
	Reparação de betão de cornijas em diversos viadutos e passagens inferiores		
	Intervenções de conservação e manutenção de peças de estatuária. Colocação de novas peças	DMC	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.	
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE				
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	Arte Pública	Conservação e restauro de peças. Novas peças escultóricas. Digitalização 3D de estátuas	DMC	
		Protocolo entre o Município e a PORPAV - Associação da Calçada Portuguesa	DMU	
	Iluminação de Monumentos	Projeto de Reabilitação das Torres Monumentais do Alto do Parque Eduardo VII	DMEVAE	
	Programa Integrado Requalificação Espaço Público		Levantamento topográfico para projeto de passagem superior Av. Gago Coutinho - Rotunda do Relógio	DMEVAE
			Projeto concluído - Caminho da Escola em Telheiras (Junto. Ponte GALP)	
			Construção de 40 passagens de peões acessíveis, 6 sobrelevações de passagens de peões como medida de acalmia do tráfego na área Norte da Cidade	UCT
			Requalificação e manutenção espaço público em várias vias, passeios, pracetas, escadarias, logradouros e parques de estacionamento	
			Manutenção e beneficiação da Praça Luís de Camões, requalificação da Rua das Madres	
			Pavimentação em betuminoso em diversos arruamentos, total de 6.124 m ² e em cubos, total 1.820 m ² na UIT Centro Histórico e 8.900 m ² na UIT Norte	
			Obras de construção de cobertura de sombreamento na Rua Marquês de Olhão, Terminal 742 e colocação de mobiliário urbano	
			Requalificação do espaço público nas freguesias da UIT Oriental	
			Construção de parque de estacionamento junto à RTP/ISEL, na Rua Eng ^o Ferreira Dias, Marvila	
			Implementação de sistema coletivo de deposição de resíduos na freguesia de Santa Maria Maior e extensão na freguesia da Misericórdia e manutenção de lajetas de lioz no espaço público no Centro Histórico	
			3 novas passadeiras para peões na envolvente do CHLC - Hospital dos Capuchos	
			Criação de passadeiras acessíveis para peões na zona centro da Cidade	
		Substituição de calçada de vidro por calçada miúda alternada de vidro e granito		
	Chafariz da Esperança, Chafariz do Largo do Correio Mor, Chafariz do Largo Dr. Bernardino António Gomes (pai), Fonte das Almas			
	Consolidação Muros de Suporte e Tapumes	Reparação Talude Ribeirinho: troço Torre de Belém-Doca de Santo Amaro Consolidação e beneficiação do muro sito na Calçada da Quintinha Prospeção geológica e geotécnica na Rua das Taipas e Largo Oliveirinha Consolidação e beneficiação do muro sito na Rua Maria Pia - Estrada do Loureiro Reparação de betão de cornijas em diversos viadutos e passagens inferiores Estudo de viabilidade de alteração do perfil transversal da rotunda do Relógio Requalificação dos muros de ala túnel da Praça José Queirós Estabilização do muro de suporte correspondente ao edifício da Costa do Castelo, 74 Prospeções geotécnicas e geológicas em diversas zonas da cidade	DMPO	
	Conservação e Manutenção de Infraestrutura - Iluminação Pública	Conservação e manutenção de infraestruturas de iluminação pública em diversos locais na cidade	UCT	
	Pavimentos Lx.XXI	Projeto de execução de espaços exteriores e alteração da geometria do troço Rua de Campolide - entre Av. Miguel Torga e Qt ^a Zé Pinto Elaboração de projeto de espaços exteriores de requalificação da Estrada de Caselas, R. Bartolomeu Dias, Azinhaga dos Lameiros, eixo da Cerca Moura Projeto de execução de espaços exteriores - reperfilamento da Av. das Descobertas e novos acessos ao Hospital de S. Francisco Xavier	DMU	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	Pavimentos Lx.XXI	Projeto de reabilitação da rede de saneamento em arruamentos adjacentes ao Campo Mártires da Pátria	DMU
		Projeto de especialidades - obra de requalificação dos espaços exteriores da Av. Infante D. Henriques (entre Campo das Cebolas e Santa Apolónia)	
		Revisão de projeto de execução de especialidades - obra de requalificação dos espaços exteriores da Av. Infante D. Henriques (entre Campo das Cebolas e Stª Apolónia)	
		Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na zona oriental e ocidental	
DMPO		Requalificação do eixo Estrada do Paço do Lumiar, Rua Direita e Estrada do Lumiar	
		Projeto de infraestruturas de ligação de coletor entre Stª Apolónia e a Av. Infante D. Henrique	
		Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento em diversas zonas da cidade	
		Requalificação da 2ª Circular - Ligação à Av. Padre Cruz	
Reconstrução e repavimentação de diversos arruamentos na cidade de Lisboa			
Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	Intervenções para promoção da acessibilidade e segurança na rede pedonal	DMPO	
Requalificação do Espaço Público - Diversos Locais	Projeto de espaços exteriores do Largo da Graça, Campolide, Largo do Calvário e Av. Fontes Pereira de Melo	DMU	
	Fotomontagens para a Vila de Chelas, Largo da Graça e Cerca Moura		
A6 CIDADE SEGURA	Veículos e Respetivas Cargas	Reequipamento de veículo urbano de combate a incêndios	RSB
		Aquisição de veículo plataforma com capacidade e elevação a 40 metros	
		Aquisição de veículo para o Corpo de Mergulho e Resgate e equipamento para embarcação	SMPC
		Aquisição de veículos de passageiros (tipo SUV e de furgão)	
	Veículos Operacionais de Proteção e Socorro	Aquisição de um veículo tanque florestal	RSB
	Equipamento e Fardamento	Aquisição de equipamento de proteção individual e de fardamento dos operacionais do RSB	RSB
		Aquisição de 300 smartphones com o sistema de processamento de contraordenações indiretas de trânsito integrado	PM
		Aquisição de 400 blusões de alta visibilidade; barreiras de proteção antiterrorismo; rádios, lanternas, sinais de trânsito; sistema de controlo de velocidade	
	Ações de Fiscalização e Trânsito	Fiscalização rodoviária: 68.448 autos de contraordenação por excesso de velocidade, 15.825 autos de contraordenação diretos e 35.982 autos de contraordenação indiretos	PM
		Viaturas abandonadas removidas para depósito municipal: 710	
Viaturas estacionadas em situação irregular: 4.045 viaturas bloqueadas e 14.139 viaturas removidas			
Campanha "2ª Fila não é opção": 20.608 viaturas em infração (2ª fila, cargas e descargas, faixa BUS, impedir 1 fila e Tuk Tuk)			
Mobilidade noturna: 2.260 (viaturas bloqueadas, removidas e apreendidas); 3.118 autos contraordenação; 3.968 estabelecimentos fiscalizados			
Apoio à CARRIS: 3.111 autos contraordenação; 175 viaturas bloqueadas e 36 viaturas removidas			
Fiscalização Bairros Municipais: 692 pedidos de fiscalização pela DMHDL, DMGP e Gebalis; 64 desocupações e despejos			
Fiscalização de obras: 3.139 obras fiscalizadas; 228 propostas de embargo; 221 embargos efetuadas; 12 autos de contraordenação por desobediência			
Fiscalização venda ambulante: 1.813 ações de fiscalização			
Fiscalização de estabelecimentos comerciais: 7.982 ações de fiscalização; 1.902 autos de contraordenação			
Fiscalização de feiras e mercados: 260 ações de fiscalização; 119 autos de contraordenação			

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE			
A6 CIDADE SEGURA	Ações de Fiscalização e Trânsito	Licenciamento Zero: 2.049 averiguações Fiscalização na área do ambiente urbano: Ruído (998 fiscalizações; 21 autos; 355 autos por falta de limitadores); 1.059 fiscalização de licenças ocupações de via pública Fiscalização de canídeos: 188 fiscalizações a reclamações sobre animais	PM
	Contrato Local de Segurança	Policiamento nas Zonas do Bairro Alto e Intendente	PM
	Ações de socorro	Incêndios: 1.286; Acidentes: 2.832; Infraestruturas e Vias de Comunicação: 2.912; Pré-Hospitalar: 1.163 Conflitos Legais: 98; Tecnológicos Industriais: 1.101; Serviços: 9.158; Atividades: 2577	RSB
	Exercícios e simulacros	Participação em exercícios de diversa natureza: observação e participação, simulacros complexos e treinos diversos	RSB
	Serviços de Proteção	1.106 Prevenções a casas de espetáculo e 113 prevenções em eventos de elevada densidade populacional	RSB
	Serviço Técnico de Segurança Contra Incêndios	3.022 Ações (1.280 de análise de projetos de segurança e medidas de autoproteção)	RSB
	Patrulhamento e vigilância	282 Ações, incluindo o patrulhamento ao Parque Florestal de Monsanto	RSB
	Ações de Sensibilização e Segurança	Programas "Crescer na Segurança": 164 ações e "Planeamento Local de Emergência para Agentes Locais de Proteção Civil das Juntas de Freguesia": 15 ações 2.481 Ocorrências de emergência; 31.020 ocorrências do dispositivo integrado e permanente de emergência pré-hospitalar; 498 pessoas com apoio psicossocial pós emergência 424 Vistorias no âmbito das condições de segurança e habitabilidade 49 Exercícios e simulacros para treino das equipas internas de segurança e teste de planos de emergência internos	SMPC
Planos Locais de Emergência	Desenvolvimento do Plano Especial de Emergência para o Risco de Inundação (tsunami); Planeamento e operacionalização de segurança em eventos Atualização do Plano de Contingência para os Sem Abrigo e ativação do Dispositivo Integrado de Apoio a População em Situação de Sem Abrigo	SMPC	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS			
B1 COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	Contrato de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Belém, Carnide, Marvila e Santo António, para apoio às CPCJ	DDS
	Intervenção na Deficiência - RAAML	9 Projetos apoiados: Associação Atividade Motora Adaptada, APSA, Associação Paralisia Cerebral Lisboa, Colégio "As Descobertas", ASBH, APPACDM Inclusão e acessibilidade de pessoas surdas: protocolo com Federação Portuguesa de Associações de Surdos (FPAS) Balcão da Inclusão: 168 atendimentos Operação "Emprego para Pessoas com Deficiência": 2.296 atendimentos, 85 inscrições, 110 entrevistas emprego, 70 ofertas de trabalho, 51 integrações em postos de trabalho Celebração de Protocolo de Colaboração com Associação Centro de Vida Independente (ACVI) - Prolongamento Vida Independente.	DDS
	Cidadania - RAAML	Fórum da Cidadania 2018 - "Descobrir as Práticas Comunitárias e Auto organizativas da Cidade de Lisboa", contou com 70 participantes	DDS
	Plano de Desenvolvimento Social (PDS)	Codinamização Eixos: 1-Reforço Territorialização RSL; 2-Crianças, Jovens, Pessoas Idosas; 3-Deficiência, Saúde Mental, Comportamentos Aditivos; 4-Empregabilidade	DDS
	Programa Municipal de Voluntariado (PMV)	24 Novos voluntários enquadrados em serviços municipais; 926 participações de voluntários Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa (BVL): 1.123 voluntários inscritos, 198 novos voluntários, 1 nova entidade, 31 voluntários enquadrados Programa "+Voluntariado": 13 candidaturas 3.ª Edição do Prémio Municipal de Voluntariado: 5 candidaturas	DDS
	Transporte Adaptado	Programa de Apoio à Mobilidade: 38 utentes transportados diariamente	DDS
	Programa Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	II Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa (II PMPCVDG): 6 workshops I Plano Municipal para a Igualdade de Género do Município de Lisboa (I PMIG): protocolo com o CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social "Construindo um Plano Municipal LGBTI+": sessões públicas LGBTI+, "Construindo um Plano Municipal": Saúde (26/9); Desporto (23/10); Violência (21/11)	DDS
	Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género	Protocolo com APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), AMCV (Associação de Mulheres Contra a Violência) e UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta): cedência de 18 habitações, apoiadas 20 vítimas; atribuídos 2 fogos	DMHDL
	Emprego Primeiro Porta Aberta	Adaptação do edifício municipal sito na Rua Gualdim Pais	DMPO
	Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas	Aprovação de 4 projetos de desenvolvimento local no território USER (freguesias do Beato e Penha de França)	DMHDL
	Direitos Humanos	Prémio Municipal "Direitos Humanos na Criança e no Jovem" na Escola Básica Francisco Arruda Realização da IV Escola SOMOS, que contou com a presença de 60 participantes "O desafio de construir Cidades para os Direitos Humanos" e "Lisboa Cidade para os Direitos Humanos" – 2 workshops em parceria com a embaixada da Áustria	DDS
	Reclusos	Protocolo com a associação "O Companheiro" de reinserção de reclusos	DMHU
	Prevenção das Dependências	Projeto "Perto Lx": acompanhamento de equipas de rua, estruturas móveis/fixas: 6.035 pessoas abrangidas; 18.167 atendimentos; 568 encaminhamentos; 27.366 kit's distribuídos Projeto SOLIDIFY, parceria com European Fórum for Urban Security, que prevê a criação de salas de consumo supervisionado de droga Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Programas Piloto de Consumo Vigiado, protocolo com SICAD e SNS/ARS-LVT	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS			
B1 COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS	Prevenção das Dependências	Protocolo com o GAT e a Associação Médicos do Mundo para a criação e manutenção de programa de consumo vigiado em unidade móvel	DDS
	Programa PSOBLE (Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência)	Mensalmente foram acompanhados 130 utentes; encaminhados para apoio psicossocial 1.000 utentes e apoio de saúde 450	DDS
	Programa Municipal de Combate às Vulnerabilidades	Apoio ao Projeto "O Desperdício Alimentar" Apoio à Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor; Comunidade Vida e Paz e GAT Espaço Intendente	DDS
	Fundo de Emergência Social (FES) - IPSS e outras entidades sem fins lucrativos	Rececionados 13 pedidos de apoio e aprovados 5 pedidos de apoio	DDS
	Fundo de Emergência Social (FES) - Agregados familiares	Outorgados novos contratos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia	DDS
	Apoio à Intervenção c/Sem-Abrigo - RAAML	Programa Municipal para as Pessoas Sem-Abrigo (PMPSA 2016/2018): 4 equipas técnicas de rua, 1 equipa técnica de saúde, dois Centros Ocupacionais de Inserção Diurna Apoio ao projeto "Equipa de Gestão dos Cacifos Solidários" Protocolo de colaboração com a Crescer na Maior, para o projeto "É um Restaurante", estando em fase de obras	DDS
	Serviço de Teleassistência (STA)	122 Equipamentos instalados; 1.183 pedidos de adesão analisados desde o início do STA (206 em 2017); colaboração de 24 voluntários	DDS
	Juventude - RAAML	2 Projetos: Associação Mais Cidadania com o "Geração Global" e Nuclisol Jean Piaget com o projeto "SER+"	DDS
	Apoio à Família / Infância - RAAML	Apoio a 24 famílias com crianças em risco e desenvolvimento de competências (empregabilidade e parentalidade) para 45 Formandos	DDS
	Envelhecimento Ativo e Saudável	Projeto RADAR: coorganização de 5 sessões territoriais; Realização de testes e acesso à Plataforma Digital	DDS
	Envelhecimento Ativo - RAAML	Apoio a projetos: "Avó Veio Trabalhar"; "Envelhecer Vivendo"; "Cais da Esperança"; "Mais Proximidade"	DDS
	Envelhecimento Ativo - Outros	Oficina da Cidadania: 25 visitas a casa de beneficiários com 70 intervenções em habitações e 130 equipamentos de Serviço de Teleassistência	DDS
	Resposta de Alojamento PSSA (Pessoa em Situação de Sem-Abrigo)	Centro de Alojamento da Graça, Xabregas, Beato, e Unidade Integrativa: 394 utentes; Protocolo com associação Albergues Noturnos Lisboa: 15 vagas/emergência Contrato programa no âmbito do modelo Housing-First com a AEIPS, e a Crescer Na Maior, disponibilizando 80 vagas no total	DDS
	Universo D - Os Direitos na Criança e no Jovem - Ateliês	Programa SOMOS na área dos direitos da criança e do jovem com a participação de 211 crianças	DDS
	Outros Equipamentos Sociais - Intervenções Diversas	Estudo prévio de arquitetura para: Centro LGBTI e Centro de Atendimento de Mulheres; Salas de Consumo Vigiado Execução de escadas de emergência para equipamento social do Bº do Armador	DDS DMPO
	Programa Casa Aberta	17 Reparações/manutenções, 3 remoções de equipamentos mecânicos e 1 obra nova de instalação de um elevador vertical	DDS
	Ações Dias Temáticos	"Novembro Mês da Diabetes"; Conferência "A Diabetes e a Família" Comemorações da Convenção sobre os Direitos da Criança e celebração do dia Internacional dos Direitos Humanos Celebrações 25 de Abril: "Há Festa no Parque" com a participação de cerca de 1.000 pessoas (crianças e adultos) "19ª Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa", 16 de junho e "Arraial Lisboa Pride 2018", 23 de junho Marcha Pela Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres - Basta de Violência Basta de Justiça Machista	DDS
	Desenvolvimento Comunitário	"PIC- Produzir Intervenção Comunitária": 5.600 participantes; "Fun Camp 2017": 160 participantes; "Viver Mais" - 2.000 participantes	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS			
B1 COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS	Desenvolvimento Comunitário	Projeto "AREIRO POR TI": Acordo de colaboração com Junta de Freguesia do Areeiro; Criação de Centro de Desenvolvimento Comunitário	DDS
	Igualdade - RAAML	Apoio à Casa Qui - Associação de Solidariedade Social: Projeto "Gabinete de Apoio à Víctima - Juventude LGBTI"	DDS
	Observatório de Luta Contra a Pobreza (OLCP)	Protocolo com a Rede Europeia Anti-Pobreza: 10 Encontros Imediatos Muitos Degraus "Pobreza na Cidade de Lisboa"; 1 Seminário Apresentação de "Roteiro para uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza" em Lisboa e Infografias, previstas no protocolo de colaboração	DDS
	Projeto ComNetNeet	Projeto Community Networking for Integration Young People in Neet Situation-jovens NEET: encontros transnacionais - Espanha e Itália	DDS
	Programa Empreendedorismo e Empregabilidade	Conferência internacional Tech Careers in Portugal no âmbito estratégia municipal para o emprego e empregabilidade tech & digital Workshops: "Desafios para o emprego e empregabilidade em Lisboa"	DMEI
	Rede Emprega - Lisboa	Protocolo RedEmprega Lisboa; II Fórum Boas Práticas; Criação do Gabinete de Emprego Apoiado com a participação de 25 entidades	DDS
	Empreendedorismo Inclusivo	Programa Lisboa Consigo: capacitação na criação do autoemprego, sessão com 56 presenças; Formação para 19 formandos (4ª edição) e para 17 formandos (5ª edição)	DDS
B2 MAIS ESCOLARIDADE, MAIS QUALIFICAÇÃO, MELHOR ESCOLA	Mobiliário e Equipamento para as Escolas	Equipamento didático e desportivo para escolas básicas Vítor Palla, Caselas, Arco Iris, Duarte Pacheco, Teixeira de Pascoaes e Frei Luís de Sousa Mobiliário escolar para escolas em obras, Bº São Miguel, Arco Iris, Duarte Pacheco, Frei Luís de Sousa, Sampaio Garrido, Vítor Palla e Caselas Equipamento de cozinha para jardins de infância e escolas básicas. Levantamento exaustivo do estado conservação escolar com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil	DE
	Programa "Escola Nova"	Beneficiações gerais em 3 escolas básicas; qualificações dos espaços exteriores; 3 beneficiações parciais; 15 obras em curso Empreitadas em diversas escolas, entre elas, a reparação do piso do ginásio e cobertura na escola básica do Alto da Faia	DE
	Alargar Programa Transporte "Alfacinhas"	Transporte Casa-Escola-Casa: 26 veículos transportando diariamente 587 alunos Natação curricular: transporte cerca de 587 turmas entre escolas e piscinas, cerca de 12.000 alunos Transporte de 587 turmas para participação em atividades pedagógicas, culturais e desportivas, no âmbito do "Passaporte Escolar e Pré-escolar"	DE
	Subido Transporte Escolar- CARRIS	Atribuição de passes sociais a 200 alunos por mês (em média)	DE
	Transporte Escolar Adaptado	Assegurado transporte casa-escola-casa a 48 alunos com multideficiência, através de 3 viaturas e apoio de vigilantes	DE
	Apoio à Família - Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico	Componente de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Animação Apoio à Família (AAAF): 20 Juntas Freguesias, 8 Associações Pais	DE
	Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco de Natação	Ensino Regular - 11.660 alunos; 554 Turmas; 79 EB do 1º ciclo; 28 Agrupamentos; Ensino Especial (Unidade de Apoio Especializado): 17; Nº de alunos: 88; Inclusão (Necessidades Educativas Especiais): 98 crianças integradas na própria turma Festivais de encerramento: 3.455 participantes; Festa de finalistas: 2.507 participantes e 138 turmas; Festas finais: 17 unidades e 81 participantes	DAFD
	Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco dos Jogos	Ensino Regular: 11.097 alunos; 526 turmas; 77 EB do 1º ciclo; 27 agrupamentos	DAFD
	Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco das Atividades Rítmicas e Expressivas	Ensino Regular: 4.067 alunos; 183 turmas; 26 EB do 1º ciclo; 8 agrupamentos; Unidades de Apoio Especializado: 18; Nº de alunos: 105	DAFD

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS			
B2 MAIS ESCOLARIDADE, MAIS QUALIFICAÇÃO, MELHOR ESCOLA	Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular - Bloco das Atividades Rítmicas e Expressivas	Festas Finais (Unidade de Apoio Especializado): 18 unidades; Nº de alunos: 100 participantes	DAFD
	Dinamizar Programa de Apoio à Educação Física Curricular	"Prevenção de abusos e maus tratos a crianças": 40 participantes; "Trabalho em Equipa e Colaborativo": 34 participantes; "Primeiros Socorros": 19 participantes; "Hidrokids": 34 participantes	DAFD
	Promoção da Música - Orquestra Geração	Integração e desenvolvimento social de 186 crianças de diversos contextos sociais, através da música repartido por escolas básicas: Alexandre Herculano - 54; Ribeiro Telles - 22; Bº Armador - 26; Gil Vicente - 47; Stª Clara - 17; Alta Lisboa - 20 e Orquestra dos Afetos - 60	DE
	Refeições Escolares	Média por dia, escolas básicas e jardins de infância: pequenos almoços 1.303; almoços 10.635; lanches 7.718 Número de refeitórios escolares (87): Serviço contratado 57; Direção geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) 6; Juntas de Freguesia 24 Transferência de verbas para 8 Juntas de Freguesia com delegação de competências na área das refeições escolares; Média diária: 988 pequenos almoços, 4.288 almoços, 988 lanches	DE
	Programa Alimentação Escolar - Crescer Saudável	Equipa de Projeto Qualidade Alimentação Escolar: adaptação 23 escolas, com implementação de refeições transportadas a quente e eliminação do catering poupando 50 ton/ano de plástico	DE
	Apoio à Gestão Escolar	7.480 alunos do escalão A/B, 9.974 alunos do escalão C e 1.223 alunos com necessidades educativas especiais	DE
	Incursões pela Arte	Projeto parceria com Departamento Património Cultural, em 4 turmas na escola básica Patrício Prazeres e 4 na escola básica Nuno Gonçalves	DE
	Promoção da Educação - Atribuição de apoios (RAAML)	Escola Judo Nuno Delgado, Elo Social, O Companheiro e Foco Musical Projetos: Fundação Tito Morais, Teatro D. Maria II, Associação Pró-Educação Artística, Instituto Apoio Criança, Associação Yehudi Menuhin, Movimento Português Intervenção Artística Educação Arte	DE
	Escolas de Trânsito	325 Ações de formação a 7.249 alunos, no âmbito da formação rodoviária	DE
	Festivais e Festas Tradicionais	Futurália-"Lisboa: Uma cidade boa para estudar"; Marchas Infantis Lisboa: 16 juntas freguesias, 21 grupos e 750 crianças; Encerramento Ano Letivo, 3.000 alunos	DE
	Manuais Escolares Gratuitos	Manuais escolares do 7º ao 12º ano Livros de atividades dos manuais do 1º ao 6º ano	DE
	Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa	VI Encontro Rede de Bibliotecas Escolares Lisboa	DE
	Promoção da Leitura	Projeto "Histórias contadas em poesias inventadas": comemoração do dia mundial da poesia Projeto "Ler em todo o lado": comemoração do dia mundial do livro e dia internacional do livro infantil Projeto "Rota de contadores": sessões dinamizadas por contadores de histórias Projeto "Escrita em dia": conversas com escritores	DMC
	Infraestruturas de Educação e Formação	Beneficiação geral das escolas básicas: Coruchéus(151); D. Luís da Cunha (121); Olivais (36); Teixeira de Pascoaes (101); S. Miguel (24); Qta de Frades	DE
	Manutenção e Conservação do Parque Escolar	Recuperação do Jardim de Infância do Beato, nas antigas instalações da Manutenção Militar, Rua do Grilo	DMPO
	Equipamentos Educativos Lx.XXI	Escolas básicas em obras: Arco Iris, Prof. Agostinho da Silva e Frei Luís de Sousa	DE
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	Apoio ao Associativismo Desportivo	Apoio para atividade desportiva regular a 113 entidades e para aquisição de equipamento a 33 entidades; Nº de praticantes: 21.113 (federados) e 19.080 (não federados)	DAFD
	Requalificação de Infraestruturas Desportivas Clubes	Apoio financeiro: Associação Jorge Pina; Associação Amigos Rugby do Belém, Grupo Desportivo Direito; CDOM, Casa Pia Atlético Clube e ADCEO	DAFD
	Grandes Eventos Desportivos	Apoio a 42 eventos internacionais, destacando-se a 28ª Meia Maratona Internacional Lisboa, a 19ª Meia Maratona de Portugal e a 11ª São Silvestre de Lisboa	DAFD

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS			
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	Capital Europeia do Desporto 2021	Reunião com cerca de 40 Federações Desportivas para promover atividades de prática generalizada no âmbito da Programação da Capital Europeia do Desporto Projeto Green Active Sport em colaboração com a Faculdade Motricidade Humana para implementação do Projeto Piloto na Freguesia de Alvalade	DAFD
	Olisípiadas - Giro, Giro é Participar - 4ª Edição	Participação de 16.898 atletas; 448 treinadores; 133 delegados; 54 árbitros; 11 voluntários; participação de 104 Escolas e de 116 clubes e associações	DAFD
	Programa "Desporto Mexe Comigo"	Atividade desportiva regular em 18 freguesias: 44 entidades apoiadas; 24 territórios BIP/ZIP abrangidos; 2.213 inscritos; 8.345 sessões; 7.471 horas de prática	DAFD
	Programa "Lisboa +55"	Programa desenvolvido com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, abrangendo 10 freguesias, 20 locais de atividade, 7 entidades parceiras; 32 grupos; 421 alunos	DAFD
	Clube Alfacinha	Implementação do programa em: 11 Freguesias; 23 Escolas; 11 Modalidades para um total de 882 praticantes regulares	DAFD
	Programa MOV'in	Programa organizado em parceria com clubes da área da atividade física, dirigido a pessoas com deficiência: 6 locais de funcionamento	DAFD
	Programa "Lisboa Vai ao Parque"	4ª Edição em 6 parques da cidade: 32 ações com 96 horas de atividade e 2.167 participantes	DAFD
	Programa Clubes de Mar	Ensino Regular de Vela e Remo: 934 alunos (625 na vela e 309 no remo), de 23 escolas públicas do 2º e 3º ciclos Vela Adaptada: 40 alunos com necessidades educativas especiais do 2º e 3º ciclos Festival Náutico: 102 alunos de 20 escolas representativas de 14 freguesias 27 Ações de sensibilização, com registo de 2.253 participantes (alunos e professores) de 17 escolas públicas do 2º e 3º ciclos	DAFD
	Circuito dos Parques de Lisboa	3ª edição: 4 provas em 4 parques da cidade (Vale do Silêncio, Oeste, Bela Vista e Calhau); 1.687 participantes (1.329 adultos e 358 jovens/crianças)	DAFD
	Programa "Lisboa Sabe Nadar"	Piscina Municipal do Casal Vistoso: participação de 275 alunos	DAFD
	Programa "Lisboa Running Center"	Pista de Atletismo Municipal Prof. Moniz Pereira: participação de 170 atletas	DAFD
	Férias Desportivas Escolares	Participação de 182 crianças e jovens, dos 6 aos 16 anos	DAFD
	Carta Desportiva do Município de Lisboa	Relatório preliminar do recenseamento das instalações desportivas e da 2ª fase da plataforma informática; Diagnóstico das condições de conservação aplicado a 60 instalações desportivas municipais	DAFD
	B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	Plano Municipal de Saúde	Atualização do Plano de Desenvolvimento de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar de Lisboa (PDSQVBEL)
Promoção da Saúde e Qualidade de Vida - RAAML		Iniciativa "Fast Track Cities-Lisboa Cidade Sem Sida": Lançamento da estratégia municipal "Lisboa Sem SIDA", assinado protocolo de colaboração Projeto "Selo Saudável": 2ª edição com 14 candidaturas, 4 ações de sensibilização, 1 showcooking (30 pessoas); 12 Selos Saudáveis (ONG's) Projeto "Saúde Porta a Porta": abrangidos 28 idosos, com o apoio de 50 voluntários/estudantes Programa "Saúde Mais Próxima" da SCML para realização de rastreios em todas as freguesias de Lisboa, abrangendo 5.755 pessoas 1º Fórum da Saúde Mental: participação de 656 pessoas	DDS
Centros de Saúde Lx.XXI		Programação da execução física e financeira dos novos centros de saúde, primeiras 6 localizações: Alta de Lisboa, Alcântara, Beato, Restelo, Ajuda e Marvila	DDS

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA			
C1 MAIS SERVIÇOS QUALIFICADOS, MAIS EMPREGOS	Setores Estratégicos da Economia da Cidade	Estudo de indicadores e mapeamento dos atores dos setores do mar, da saúde e bem estar, do digital e das criativas	DMEI
	Economia de Lisboa em números - Versão em Português e Inglês	Publicação que se destina a todos os que pretendem conhecer os principais indicadores económicos de Lisboa	DMEI
	Invest Lisboa	Promoção da instalação de novas empresas e investimentos: mais de 3.000 projetos apoiados; 65 missões internacionais	DMEI
	Websummit 2018	Evento de networking com investidores da diáspora portuguesa e empreendedores participantes no WebSummit 2018; reuniões bilaterais com empreendedores e empresas de todo o mundo	DMEI
	Lift - Lisbon Initiative for the Future	Edição do livro "Uma Metrópole para o Atlântico", em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian	DMEI
	SPEED UP - Supporting Practices for Entrepreneurship in Ecosystems Development of Urban Policies	Implementação nos programas regionais dos fundos estruturais europeus, de instrumentos financiamento direcionados às incubadoras empresas	DMEI
C2 MAIS EMPREENDEDORES, MAIS ATITUDE EMPREENDEDORA	Made of Lisboa	Plataforma agregadora de ecossistema empreendedor: mais de 1.000 utilizadores (incubadoras, coworks, startups, empreendedores)	DMEI
	Programa Empreendedorismo Jovem de Lisboa	Parceria com Júnior Achievement Portugal para promoção de educação para o empreendedorismo nas escolas: desde 2011 foram abrangidos 30.000 alunos de 170 escolas	DMEI
	7ª Semana do Empreendedorismo de Lisboa	40 Iniciativas de promoção e apoio ao empreendedorismo	DMEI
	Startup Lisboa	Mais de 300 startups apoiadas; 1.600 postos trabalho criados; mais 120 mentores; 40 % empreendedores estrangeiros	DMEI
	Lisboa Empreende	Este programa já totalizou mais de 2.000 inscrições, acompanhou 1.203 projetos, ajudou à instalação de 122 novos negócios dos quais 77 obtiveram financiamento, ajudando a criar 312 postos de trabalho	DMEI
	Lisbon Investment Summit	Evento internacional de captação investimento para startups em parceria com a Beta-i	DMEI
	Rock in Rio Innovation Week	Programa aceleração no âmbito da promoção do empreendedorismo ligado à música e ao meio artístico (parceria com RiR)	DMEI
	Lisbon Challenge	Edição do programa internacional de aceleração "Lisbon Challenge" em parceria com a Beta-i	DMEI
	Hub Criativo do Beato	Desenvolvimento do Hub empreendedor e criativo de Lisboa; áreas de tecnologia, inovação e indústrias criativas	DMPO
		Projetos execução estabilidade, energia, telecomunicações, redes águas, esgotos e gás das infraestruturas gerais e centrais técnicas	
	Projetos de execução de arquitetura, arquitetura paisagista, rede viária, resíduos sólidos urbanos e segurança contra incêndios, dos espaços exteriores		
	Prospeção geológica e geotécnica e ensaios de permeabilidade no terreno da antiga Manutenção Militar do Beato, Ala Sul		
C3 FOMENTAR O TALENTO	Study in Lisbon	Gestão da Plataforma "Study in Lisbon" (http://www.studyinlisbon.pt) - promoção e divulgação	DMEI
	Study in Lisbon Lounge	Espaço de atendimento público dedicado aos estudantes internacionais e que conta com a presença do Município, do SEF e das Associações Erasmus	DMEI
	Projeto Lisboa Robotics /Lisboa Robotics Talk	Dinamização dos Hotspots (espaços de testes); Conversas informais com especialistas sobre robótica sob os temas "Crescer com robots" e "Drones"	DMEI
	Mapa do Conhecimento e Inovação de Lisboa integrado na PlataformaLXI	Plataforma online que permite conhecer e explorar melhor o ecossistema universitário, de investigação e desenvolvimento e de inovação da cidade	DMEI

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA			
C4 CIDADE INTELIGENTE	Smart Open Lisboa	3ª Edição do Programa aceleração que transforma a cidade num espaço de inovação (www.smartopenlisboa.pt), sob o tema "housing"	DMEI
	Projeto Sharing Cities	Remodelação da iluminação Interior dos Paços do Concelho - tecnologia LED	UCT
		Instalação de central de produção de energia fotovoltaica no edifício dos Paços de Concelho	DMHU
		Aquisição de 11 equipamentos para carregamento de viaturas elétricas	SG
	Substituição de caixilhos e vidros no edifício dos Paços do Concelho		
C5 APOSTAR NO COMÉRCIO DE PROXIMIDADE	Programa Bairro (com)Vida	Iniciativa piloto Bairro da Horta Nova - Loja para Todos, com base no Programa Bairro (com)Vida	DMHDL
	Lojas com História	Distinção de 120 lojas; 3 lojas apoiadas pelo Fundo Municipal, realização de atividades e eventos de promoção	DMEI
	Lisbon Shopping Destination	Restyling do site; impressão e distribuição dos guias LSD 2018 em português/inglês	DMEI
	Academia do Comércio de Lisboa	Programa de aceleração dirigido ao setor comércio - 2 eixos: novos projetos e reconversão de antigos negócios	DMEI
	Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa	Arbitragem e mediação de conflitos até 5.000 euros; centro de informação autárquica.	DMEI
	Segurança Alimentar e Metrologia	Reparação de equipamento de climatização no edifício da metrologia no Complexo dos Olivais	UCT
		Verificação de instrumentos pesagem (8.461); contadores de tempo (27); taxímetros (896); parcómetros (2.570) e massas (521)	DMEVAE
	Análise de 358 amostras para controlo de qualidade alimentar e higinosanitária nos refeitórios municipais e estabelecimentos		
C6 TURISMO SUSTENTÁVEL	Iluminações de Natal	Comparticipação nas iluminações de Natal nas ruas e praças mais emblemáticas da cidade para apoio ao comércio local	SG
	Lisboa à Prova	Realização do concurso gastronómico "Lisboa à Prova" que premeia os restaurantes pela sua cozinha, serviço, ambiente e relação qualidade/preço	SG
	Outros Eventos	13ª Edição da Volvo Ocean Race 2017-2018; World Bike Tour 2018; Festival Eurovisão da Canção Lisboa 2018-Eurovision Village	SG

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL			
D1 CAPITAL EUROPEIA	Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	Participação no VII Fórum da Rede de Municípios Saudáveis "Governação para a Saúde"	DDS
	Atividades de Cooperação - Apoio à UCCLA	Desenvolvimento das atividades constantes no plano de atividades da UCCLA e protocolo de apoio institucional	SG
	Milestone Event	Aniversário Programa Cidades Interculturais Conselho da Europa	SG
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	Bibliotecas Municipais	Consolidação da Rede de Bibliotecas de Lisboa - Promoção das literacias - atividades: 2.842; participantes: 57.447 Aplicação de questionário para aferir a satisfação dos utilizadores com os serviços prestados na Rede de Bibliotecas de Lisboa: Respostas válidas: 617 Projeto "Vidas e Memórias de Bairro"; formação dos técnico para implementação em novas bibliotecas em 2019 Exemplares: 338.932; Documentos consultados: 270.029; Documentos emprestados: 239.337; Atendimentos: 260.928; Pesquisas: 96.158; Visitantes: 1.007.343; Utilizadores c/ cartão: 83.103; Utilizadores Serviço Empréstimo: 35.582; Utilizadores de computadores públicos: 108.900	DMC
	Nova Feira Popular	Execução da modelação do terreno e hidro sementeira. Projeto do Parque Verde da Feira Popular e do Jardim dos Professores Projeto de execução dos abrigos do Terminal Rodoviário da Pontinha	DMEVAE DMPO
	Orquestra Metropolitana de Lisboa	Apoio financeiro à atividade (formação e programação). Programa Sons pela Cidade e concertos em Freguesias.	DMC
	Agenda Cultural de Lisboa/AgendaLX.pt	11 Edições; 40 mil exs. cada; 360 locais de distribuição; Site: 800.000 sessões; 641.656 utilizadores; Facebook: 59.000 gostos; Instagram: 18.600 seguidores	DMC
	Itinerários de Lisboa e Visitas Comentadas	Itinerários: 10 novas visitas; 294 visitas; 3.596 participantes; Visitas comentadas: 310 visitas; 5.160 participantes	DMC
	Comemorações de Efemérides	Exposição "Entre a Cruz e o Crescente: o resgate de Cativos". Estudos e investigação	DMC
	Apoios Financeiros e Não Financeiros	109 Apoios financeiros concedidos a entidades diversas; 822 apoios não financeiros concedidos a 187 entidades; 225 iniciativas apoiadas	DMC
	Feira do Livro	Apoio financeiro e não financeiro à atividade (cedência de equipamentos, meios técnicos e logísticos, licenciamentos e colaboração no programa cultural).	DMC
	Prémios Municipais	Trabalhos de preparação no âmbito do Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 2017 Livro sobre História Crítica do Prémio Valmor	DMU
	Ateliês Municipais	Ateliês Portas Abertas - Abertura dos Ateliês dos Coruchéus com a disponibilidade dos artistas para acolher o público - 2ª edição	DMC
	Horizon2020 - OpenHeritage	Apresentação do laboratório de Lisboa "Palácio Marquês de Abrantes" (Budapeste, 26 e 28 de junho)	DMHDL
	MUDE	Requalificação integral edifício do MUDE; 3 exposições; 2 publicações; Integração de coleções no acervo; Aquisição de Pórtico Querubim Lapa	DMC
	Videoteca Municipal	Ciclo "O que é o Arquivo?" e "Topografias Imaginárias". 10 produções audiovisuais, por exemplo: Festival Todos 2018	DMC
	PISAL - Banco Azulejo	Execução de azulejos e de painéis; Restauro de painéis; Tratamento de dados para carta de azulejaria e de salvaguarda	DMC
	CRLx - Galerias Romanas	Estudos e tratamento de espólio arqueológico. Lisboa romana: projeto de divulgação sobre a Lisboa e a área metropolitana em época romana	DMC
	Gabinete Estudos Olisiponenses	Centro de documentação: sala de leitura e integração de acervo. Publicações. Visitas. Eventos	DMC
	Arquivos Municipais	Gestão Arquivos Municipais. Documentação on-line. Publicações. Exposições. Atividades educativas	DMC
	Arquivo Fotográfico	Gestão do arquivo fotográfico. Exposições. Publicações. Atividades educativas	DMC
	Centro de Arqueologia de Lisboa	Investigação, conservação e restauro. Atividades educativas e eventos: Fragmentos da Arqueologia, Arqueologia no Bairro, Recriações Históricas	DMC

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL			
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	Escola das Gaivotas	Escola das Gaivotas e Residências da Boavista - Criação: 372 projetos, 1.348 artistas acolhidos (1.134 portugueses e 214 estrangeiros); Programa Lusco-Fusco: 19 iniciativas e Gaivotas em Marvila: 4 iniciativas Loja Lisboa Cultura - Capacitação do setor criativo: 1.093 atendimentos, 19 sessões de formação com 570 participantes	DMC
	Outros Equipamentos Culturais	Publicações: "Restauro do monumento a D.José I"; textos para a Monografia Ventura Terra. Intervenções em equipamentos culturais	DMC
	Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa	Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2018-2020: 3 Sessões Participativas, 200 participantes	DDS
	Rede Portuguesa de Cidades Interculturais (RPCI)	Policy Lab: Encontro da Rede Portuguesa de Cidades Interculturais	DDS
	Fundo de Apoio aos Refugiados	Protocolo de Colaboração com o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), no âmbito do projeto de recolocação de refugiados na Cidade de Lisboa	DDS
	Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR Lx)	23 Novas chegadas; 19 acolhimentos por retoma a cargo; 27 utentes em habitação autónoma; 39 utentes que terminaram o programa em 2018	DDS
	Projeto STEPS	Promoção e interação entre os diferentes representantes das comunidades migrantes	DDS
	Projeto Rede Municipal de CLAIM's	CLAIM (Centros Locais de Apoio à integração de Migrantes): realizados 21.519 atendimentos a imigrantes	DDS
	Diálogo Intercultural/Inter-religioso	Festival Ratha Yatra: festival hindu	DDS
D3 CIDADE CRIATIVA	Centro de Inovação da Mouraria	Gestão da Incubadora de Lisboa para apoiar projetos e ideias negócio das indústrias criativas; Organização de eventos	DMEI
	Fab Lab Lisboa	Laboratório de Prototipagem aberto público 2 dias por semana, os restantes dias para desenvolver projetos comunitários e de apoio ao empreendedorismo Formação em tecnologias emergentes e desenvolvimento atividades para 100 jovens em 4 áreas: robótica, impressão 3D, textile hacking e bio hacking	DMEI
	Rede Ind. Criativas - Mercado do Bairro Alto	Inauguração do Mercado dos Ofícios do Bairro Alto	DMEI
	Rede Ind. Criativas - Mercado de Santa Clara	Desenvolvimento do projeto Showroom das Criativas: diversos eventos ligados à indústria criativa no Mercado	DMEI
	Clube dos Criativos de Portugal	Semana Criativa de Lisboa 2018; Mentoria de branding e marketing para a comunidade FabLab e CIM	DMEI
	Urban Manufacturing	Participação de Lisboa no projeto Stimulating Innovation Through Collaborative Maker Spaces: preparação do plano de ação	DMEI

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.	
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA				
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Prestação de Contas	Upgrade da solução SAP - "Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados", bem como, de outros serviços conexos/adicionais que assegurem a implementação do SNC-AP - "Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas"	DMF	
	Reserva de Contingência	Em dezembro de 2017, a Taxa Municipal de Proteção Civil foi considerada inconstitucional, tendo o Município decidido pela devolução de todos os valores pagos Em 2018 foram pagos 53,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de 91,9% do valor total a devolver e abrangendo 198.468 municípios	DMF	
E3 EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E PROFISSIONALISMO	Gestão Global do Parque Informático	Gestão, manutenção e renovação dos contratos de software e de manutenção de hardware do município Upgrade da plataforma de recursos humanos	DSI	
	Modernização SI Corporativos da CML	Renovação do parque informático, renovação da rede estrutural do edifício do Campo Grande, aquisição de servidores e ativos de rede, equipamentos telefónicos e plataformas para diversos serviços	DSI	
	Rede de Telecomunicações	Manutenção da rede de telecomunicações do município	DSI	
	Atualização do Portal de Serviços	Reformulação do atual portal de serviços do município, dotando-o de novos serviços e nova infraestrutura	DSI	
	Gestão de Informação - D.M.U.	Reengenharia de processos do urbanismo e início do projeto de desmaterialização do urbanismo	DSI	
	Infraestruturas Estratégicas de Informação - COI	Aquisição de plataforma inteligente para a cidade de Lisboa	DSI	
	Ações de Divulgação	Salão Imobiliário de Lisboa 2018		DMU
		Semana da Reabilitação Urbana 2018 - exposição EXPO 98 - Comemoração dos 20 anos; Candidatura do Prémio Europeu de Espaço Público		
		Maquete da cidade e maquete relativa a Operação Integrada de Entrecampos		
		Manual do Espaço Público		
	Ações de Divulgação	Semana Europeia da Mobilidade (SEM) 2018: reunião com parceiros, definição agenda, elaboração do plano de comunicação, imagem gráfica e respetivos suportes de comunicação e logística; candidatura ao Prémio da SEM 2018		DMMT
		Dia Mundial da Bicicleta: coordenação geral, reunião com parceiros para articulação das atividades, produção de material de divulgação		
		Campanha "2ª Fila não é opção": divulgação da campanha e desenvolvimento de ação de sensibilização		
Apresentação da plataforma de condicionamentos de trânsito				
Curso de iniciação bicicleta: organização, comunicação e gestão das inscrições				
Ações de Divulgação	Realização de 62 ações de informação e sensibilização para públicos diversificados sobre riscos e comportamentos de autoproteção		SMPC	
	Participação em congressos, seminários e outros eventos de índole pedagógica		RSB	
Manutenção e Conservação das Instalações e Equipamentos Municipais	Visitas técnicas a infraestruturas culturais e outros equipamentos		RSB	
	Manutenção preventiva da central de incêndios do sistema de combate a incêndios do edifício do Campo Grande, n.º 25.		UCT	
	Reparações das UP's e da consola da GSI (Gestão do Sistema de Iluminação) do edifício do Campo Grande, n.º 25			
	Substituição de Unidades de Climatização do Tipo Split em Edifícios Municipais			
	Manutenção e reparações de equipamentos de AVAC em edifícios municipais			
Instalações dos Serviços	Espaço Lx Jovem: valências de apoio aos jovens; Casa dos Direitos Sociais: espaço associativo acolhimento e apoio a associações		DDS	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA			
E3 EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E PROFISSIONALISMO	Instalações dos Serviços	Intervenções de beneficiação e instalação de equipamentos em oficinas e refeitórios: Pq. de Contentores da Charneca do Lumiar, Vale do Forno, Posto de Limpeza de Filipe da Mata, NOR, Marvila e Polo dos Olivais	DMHU
		Aquisição de 10 elevadores de viaturas, bancadas móveis, escadas, escadotes, carros modulares, armários, bomba, macaco hidráulico, boosters, carregador/arrancador e equipamento para ensaio de bombas hidráulicas para a oficina do DRMM	DMHU
		Palácio da Mitra, reparação e restauro vãos exteriores, fachadas e cobertura. Ed. Central Campo Grande - conclusão intervenção fachadas Bloco B.	SG
		Alteração e adaptação do piso do Mercado 31 de janeiro para instalação da Loja do Cidadão	DMPO
		Trabalhos de adaptação e instalação de câmaras frigoríficas no mercado 31 de janeiro	
		Adequação dos pisos 2, 4 e 5 das instalações provisórias de serviços no edifício da Praça do Município, 31	
		Substituição do sistema de climatização dos pisos 2, 4 e 5 no edifício da Praça do Município, 31	
		Sondagens arqueológicas de diagnóstico e avaliação no edifício municipal no Largo de S.Paulo	
		Reabilitação de edifício para balneários e instalações sanitárias da polícia municipal	
		Execução das instalações de termoventilação para balneário/vestiário dos Olivais II	
		Preparação e instalação de vãos de janela nas instalações municipais dos Olivais II, área administrativa 1	
		Reformulação da rede de distribuição de baixa tensão do Complexo dos Olivais II	
Instalações municipais na freguesia de Santa Maria de Belém: esgoto, bombagem de esgoto, bombagem águas limpas, instalação UPS e bastidor			
Escolas de Jardinagem e de Calceteiros: recuperação de infraestruturas das casas de função e instalações			
Pinturas interiores e reparação instalações elétricas nas futuras instalações da PSP de S.Domingos de Benfica			
Modernização de ascensores no edifício municipal do Campo Grande, 25			
Mobiliário e Equipamento dos Serviços Municipais	Mobiliário e equipamento, multifunções, digitalizadores grandes dimensão, impressoras e máquina de encapar para Imprensa Municipal; Mobiliário para as Lojas Lisboa e equipamento audiovisual	SG	
Material de Representação e Ornamentação	Aquisição de materiais de representação institucional e de ornamentação	SG	
Formação (Interna e Externa)	68 Ações de formação abrangendo 1.003 formandos internos e 48 ações de formação abrangendo 593 formandos externos	RSB	
Aluguer Operacional de Viaturas Ligeiras	Contratos de aluguer operacional de 251 viaturas ligeiras de passageiros e de carga	DMHU	
Gestão e Manut.Frota Ligeiros (Utiliz.Geral)	Aquisição de veículo ligeiro de passageiros do tipo SUV para o Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) e 6 motocicletas para a Polícia Municipal (PM) Aquisição de 2 veículos ligeiros do tipo furgão com isolamento da zona de carga especial para controlo de pragas Aquisição de veículo ligeiro do tipo furgão, transformado para recolha de canídeos Aquisição de 2 empilhadores para a Divisão Limpeza Urbana	DMHU	
Gestão e Manut.Frota Pesados (Utiliz.Geral)	Aquisição de viatura pesada do tipo pronto-socorro para reboque de viaturas pesadas	DMHU	

EIXO / PROG	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	DESCRIÇÃO QUANTITATIVA / QUALITATIVA	DM / Dep.
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA			
E4 REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO	Contratos de delegação de competências	Assegurado o acompanhamento e monitorização dos Contratos de Delegação de Competências, protocolos e acordos estabelecidos entre a Câmara Municipal e as freguesias da cidade	UCT
		Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesias da Ajuda e Belém na área de estruturas de proximidade	
		Protocolo com a Junta de Freguesia do Beato para construção novo Posto de Limpeza	DMHU
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Processo de Orçamento Participativo (OP)	Realização da 11ª edição do OP de Lisboa: 539 propostas (293 estruturantes e 246 locais); Manutenção da plataforma Lisboa Participa, iniciativas de incentivo à participação	SG
	OP 2012 - Parque Urbano do Vale da Ameixoeira	Projeto concluído - Percursos Pedonais Pq. Urbano Vale Ameixoeira	DMEVAE
	OP 2014 - Jardim Botânico-Proteg.Valoriz.Prom.	Requalificação do Jardim Botânico	DMEVAE
	OP 2014 - Banco de Manuais da Cidade	Parceria com a Universidade de Lisboa, dinamizando a vida cultural, artística, científica e social da comunidade académica	DE
	OP 2015 - Requalificação da Azinhaga das Carmelitas	Espaços exteriores para a Azinhaga das Carmelitas, Rua da Mestra, Rua das Parreiras, Tv. Pregoeiro e Rua General Henrique de Carvalho	DMU
	OP 2015 - Mobilidade Ciclável	Projeto de execução de rede ciclável para a Praça de Londres	DMMT
	OP 2015 - Trilhos de Monsanto	Construção dos trilhos de Monsanto Projeto de sinalética dos trilhos para acalmia de tráfego, passadiço elevado sobre a estrada de Monsanto	DMEVAE
	OP 2016 - Parque Calisténico	Parque Calisténico Marvila - em obra	DMEVAE
	OP 2016 - Espaços Verdes do Bº da Liberdade	Revisão de Projeto -Espaços Verdes do Bº da Liberdade	DMEVAE
	OP 2017 - Jardim do Caracol	Alteração de projeto na encosta da Penha de França	DMU
	OP 2017 - Criação Espaço Verde-Estrada de Telheiras	Projeto concluído - Criação Esp.Verde-Estr.Telheiras	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Infantil do Bº do Condado	Projeto concluído - Pq. Infantil Bairro Condado	DMEVAE
	OP 2017 - Parque Canino-Caracol da Graça	Projeto de Construção do Parque Canino do Jardim da Cerca da Graça	DMEVAE
	OP 2018 - Portugal em Lisboa	Produção de peça de arte pública	DMC
	GABIP EX-SAAL	Bº Prodac Norte: processo de alienação e consequente regularização cadastral e urbanística em curso Bº Prodac Sul: processo de alienação e consequente regularização cadastral e urbanística iniciada Bº FONSECAS e CALÇADA - cooperativas de habitação económica Unidade do Povo e 25 de Abril: concluído o processo de regularização Bº Horizonte – Penha de França e Cooperativas do Beato - Beato (Zona USER): procedimentos prévios aos processos de loteamento articulados com o IHRU Bº Portugal Novo - Areeiro: procedimentos prévios aos processos de loteamento incluindo a articulação com o IHRU	DMHDL
	Programa BIP-ZIP - Edição 2018	Foram submetidas 106 candidaturas, aprovados 40 projetos	DMHDL
	GABIP Av. Almirante Reis	Apoio na execução do Plano de Desenvolvimento Local e acompanhamento do GABIP Almirante Reis	DMHDL
	Projeto URBACT	Trabalho desenvolvido por cidades em redes de planeamento, ação e implementação, e com o selo Boas Práticas (Good Practice Transfer Network)	DMHDL
	Conselhos Municipais	Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD): reunião plenária; proposta de alteração do Regulamento Conselho Municipal da Juventude (CMJ): propostas de metodologias de abordagem e condução deste órgão Conselho Municipal para a Igualdade (CMI): reunião do Conselho; reuniões do grupo trabalho para Plano Municipal para a Igualdade de Género e Plano Municipal LGBTI+ Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC): 2 reuniões plenárias	DDS

V. ANEXOS

1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 BALANÇO SINTÉTICO

	Unid: Milhares de Euros		Δ 2018/2017	
ATIVO	2017	2018	Varição	Tx Cresc.
IMOBILIZADO				
Bens de Domínio Público	452.786	453.063	277	0,1%
Imobilizações em Curso	623.054	529.363	-93.691	-15,0%
Imobilizações Incorpóreas	5.744	1.570	-4.174	-72,7%
Imobilizações Corpóreas	1.500.027	1.558.739	58.711	3,9%
Investimentos Financeiros	147.584	153.310	5.726	3,9%
	2.729.195	2.696.044	-33.151	-1,2%
CIRCULANTE				
Existências				
Mat. Primas, Subsidiárias e Consumo	3.405	2.917	-488	-14,3%
Dív. de Terceiros-M.L. Prazo				
Outros devedores	34.772	29.609	-5.163	-14,8%
Dív. de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes, Cont. e Utentes c/c	33.958	8.536	-25.422	-74,9%
Outros	37.943	38.477	534	1,4%
	71.900	47.013	-24.887	-34,6%
Disponibilidades				
Depósitos Instit. Financeiras	221.474	159.659	-61.815	-27,9%
Caixa	448	404	-43	-9,7%
	221.922	160.064	-61.858	-27,9%
Acréscimos e Diferimentos				
	175.302	181.736	6.434	3,7%
TOTAL ACTIVO	3.236.498	3.120.472	-116.025	-3,6%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	2.077.572	2.077.572	0	0,0%
Reservas Legais	79.681	83.828	4.146	5,2%
Doações	4.109	5.629	1.520	37,0%
Reservas decorr. Transf. do activo	151.675	173.170	21.495	14,2%
Ajust. partes capital empresas	-21.140	-17.587	3.553	-16,8%
Resultados Transitados	-204.677	-157.426	47.250	-23,1%
Resultado Líquido do Exercício	82.930	51.277	-31.652	-38,2%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	2.170.150	2.216.463	46.313	2,1%
PASSIVO				
Provisões p/ Riscos e Encargos	317.388	204.698	-112.689	-35,5%
Dív. a Terceiros-M. L. Prazo				
Empréstimos de M. L. Prazo	232.773	213.073	-19.700	-8,5%
Administração Autárquica	16.100	16.100	0	0,0%
Outros Credores	116.073	89.069	-27.004	-23,3%
	364.947	318.242	-46.705	-12,8%
Dívidas a Terceiros-Curto Prazo				
Emprést. M.L.Prazo (Venc n+1)	39.250	37.764	-1.486	-3,8%
Fornecedores	3.976	1.862	-2.114	-53,2%
Estado e Outros Entes Públicos	3.250	1.251	-1.999	-61,5%
Outros Credores	85.824	87.507	1.683	2,0%
	132.300	128.383	-3.917	-3,0%
Acréscimos e Diferimentos				
	251.714	252.686	973	0,4%
TOTAL PASSIVO	1.066.348	904.010	-162.338	-15,2%
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO	3.236.498	3.120.472	-116.025	-3,6%

1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	Unid: Milhares de Euros		Δ 2018/2017	
	2017	2018	Variação	Tx Cresc.
CUSTOS E PERDAS				
Custo Merc. Vendidas e das Matérias Consumidas	5.669	6.001	332	5,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	130.514	124.305	-6.209	-4,8%
Custos com o Pessoal				
Remunerações	168.359	176.774	8.415	5,0%
Encargos Sociais	50.425	51.843	1.419	2,8%
Transf. e Subs. Corr. Concedidos e Prest. Sociais	104.008	125.211	21.203	20,4%
Amortizações do Exercício	60.827	67.074	6.246	10,3%
Provisões do Exercício	81.631	49.437	-32.194	-39,4%
Outros Custos e Perdas Operacionais	2.897	4.280	1.382	47,7%
(A)	604.331	604.924	594	0,1%
Custos e Perdas Financeiros	7.767	34.570	26.803	345,1%
(C)	612.098	639.495	27.397	4,5%
Custos e Perdas Extraordinários	121.726	235.956	114.231	93,8%
(E)	733.824	875.451	141.627	19,3%
Resultado Líquido do Exercício	82.930	51.277	-31.652	-38,2%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e Prestações de Serviços				
Venda de Produtos	5.311	4.908	-403	-7,6%
Prestação de Serviços	111.590	118.962	7.372	6,6%
Impostos e Taxas	543.122	513.651	-29.471	-5,4%
Proveitos Suplementares	13.608	13.032	-577	-4,2%
Transferências e Subsídios Obtidos	37.690	39.472	1.782	4,7%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	6.733	7.718	985	14,6%
(B)	718.055	697.742	-20.313	-2,8%
Proveitos e Ganhos Financeiros	4.837	3.937	-900	-18,6%
(D)	722.892	701.679	-21.213	-2,9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	93.861	225.049	131.188	139,8%
(F)	816.754	926.728	109.975	13,5%
Resultados Operacionais: (B) - (A)	113.725	92.818	-20.907	-18,4%
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-2.931	-30.634	-27.703	945,3%
Resultados Correntes: (D) - (C)	110.794	62.184	-48.610	-43,9%
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	82.930	51.277	-31.652	-38,2%
Resultados Extraordinários	-27.864	-10.907	16.957	-60,9%

1.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Unid: Milhares de Euros

FLUXOS DE CAIXA			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência anterior	221.922	Despesas Orçamentais	867.142
Execução Orçamental	208.275	Correntes	607.204
Operações de Tesouraria	13.646	Capital	259.939
Receitas Orçamentais	805.585	Operações de Tesouraria	129.508
Correntes	733.966		
Capital	71.619	Saldo para a Gerência Seguinte	160.063
Operações de Tesouraria	129.207	Execução Orçamental	146.718
		Operações de Tesouraria	13.345
TOTAL	1.156.714	TOTAL	1.156.714

CONTAS DE ORDEM			
Saldo da Gerência Anterior	215.957	Garantias e Cauções Accionadas	331
Garantias e Cauções	215.957		
Recibos para Cobrança		Garantias e Cauções Devolvidas	77.892
Garantias e Cauções Prestadas	32.097	Receita Virtual Cobrada	
Receita Virtual Liquidada		Receita Virtual Anulada	
		Saldo para a Gerência Seguinte	169.831
		Garantias e Cauções	169.831
		Recibos para Cobrança	
TOTAL	248.054	TOTAL	248.054

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA

Unid: Milhares de Euros

Designação das Receitas	2015	2016	2017	2018				Desvio Exec./Prev.	Crescimento	
				Previsão	Liquidação	Cobrança	%		Valor	%
RECEITA CORRENTE	581.745	618.756	754.328	689.900	743.738	733.966	106,4%	44.066	-20.362	-2,7%
Impostos Directos	365.899	378.026	460.644	415.362	496.835	476.127	114,6%	60.765	15.483	3,4%
IMI + Contribuição Autárquica	115.984	114.149	118.153	116.094	124.919	122.182	105,2%	6.088	4.029	3,4%
Imposto Único de Circulação	17.928	18.179	19.431	18.691	20.403	20.354	108,9%	1.664	924	4,8%
IMT + Imposto Municipal de Sisa	174.516	178.205	225.212	196.740	272.971	255.048	129,6%	58.308	29.837	13,2%
Derrama	57.471	67.484	97.830	83.833	78.542	78.542	93,7%	-5.290	-19.287	-19,7%
Outros	0	10	19	5	0	0	0,0%	-5	-19	-100,0%
Impostos Indirectos	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	52.064	73.110	95.492	69.334	61.323	69.519	100,3%	185	-25.973	-27,2%
Serv.Urban.e Realiz.Infr.Urban.	6.848	13.961	24.254	15.610	14.799	20.161	129,2%	4.551	-4.094	-16,9%
Ocupação da Via Pública	13.266	12.013	12.164	12.325	11.081	12.469	101,2%	144	305	2,5%
Publicidade	4.020	4.363	3.707	3.990	3.866	4.228	106,0%	238	521	14,1%
Conservação de Esgotos	4.420	831	455	775	0	1.642	211,9%	867	1.187	260,6%
Taxa Proteção Civil	14.485	21.607	22.214	0	0	95	9544979,0%	95	-22.118	-99,6%
Taxa Turística	3.000	12.097	16.548	14.513	18.483	18.555	127,9%	4.042	2.007	12,1%
TGR + TRH	0	0	416	2.060	1.231	1.050	51,0%	-1.010	634	152,6%
Multas e Outras Penalidades	3.522	5.584	12.433	17.200	8.327	7.800	45,3%	-9.400	-4.633	-37,3%
Outros	2.505	2.655	3.302	2.861	3.536	3.519	123,0%	658	217	6,6%
Rendimentos de Propriedade	13.405	19.646	19.155	17.621	17.892	14.323	81,3%	-3.298	-4.832	-25,2%
Juros	105	86	33	201	27	27	13,6%	-173	-6	-17,0%
Particip. Lucros Administ.Pública	1.207	747	1.490	1.750	3.444	2.796	159,8%	1.046	1.306	87,7%
Rendas	60	3.899	67	175	1.389	1.395	798,3%	1.220	1.328	1995,9%
Activos Incorpóreos	12.033	14.913	17.566	15.495	13.032	10.105	65,2%	-5.391	-7.462	-42,5%
Transferências Correntes	36.696	38.434	37.684	41.467	39.878	37.334	90,0%	-4.133	-350	-0,9%
Participação variável no IRS	29.775	30.140	31.007	31.473	31.473	31.473	100,0%	0	465	1,5%
Administração Central	4.617	5.484	4.757	5.463	5.741	3.198	58,5%	-2.266	-1.559	-32,8%
Estado - Projectos Co-financiados	2.030	1.633	1.223	3.004	1.050	1.050	34,9%	-1.954	-173	-14,1%
União Europeia	274	1.176	697	1.527	1.614	1.614	105,7%	87	917	131,6%
Outras	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	94.909	96.170	122.297	117.621	114.982	124.688	106,0%	7.067	2.391	2,0%
Venda Bens	4.932	5.105	5.367	5.698	5.064	5.053	88,7%	-645	-314	-5,8%
Cemitérios	2.244	2.232	2.156	2.204	2.314	2.270	103,0%	66	114	5,3%
Mercados e Feiras	2.634	2.391	2.108	2.607	2.170	2.713	104,1%	106	605	28,7%
Parq. Estacionam.	0	0	7.091	9.304	38	11.610	124,8%	2.306	4.519	63,7%
Rendas	8.307	8.988	8.541	10.380	10.367	9.239	89,0%	-1.140	699	8,2%
Taxa de Resíduos Urbanos	20.837	25.228	30.182	27.327	28.270	28.446	104,1%	1.119	-1.736	-5,8%
Saneamento (anos anteriores)	13.583	0	0	1.306	0	0	0,0%	-1.306	0	0,0%
Tarifa de Saneamento e Adicional	36.422	45.575	59.897	51.121	58.005	57.446	112,4%	6.325	-2.451	-4,1%
Outras	5.948	6.652	6.955	7.675	8.754	7.911	103,1%	236	956	13,7%
Outras Receitas Correntes	18.772	13.369	19.055	28.495	12.829	11.975	42,0%	-16.520	-7.079	-37,2%
RECEITA DE CAPITAL	128.496	40.545	62.199	130.908	71.698	71.021	54,3%	-59.886	8.822	14,2%
Venda de Bens de Investimento	72.718	22.855	45.554	55.067	45.044	44.397	80,6%	-10.670	-1.157	-2,5%
Terrenos	26.924	9.853	34.207	26.332	38.075	37.837	143,7%	11.505	3.631	10,6%
Habitacões	19.306	5.794	6.032	14.640	3.976	3.362	23,0%	-11.277	-2.670	-44,3%
Edifícios	26.488	7.208	5.314	14.095	2.982	3.186	22,6%	-10.909	-2.128	-40,0%
Outros	0	0	1	0	12	11	10700,0%	11	10	1683,3%
Transferências de Capital	7.391	9.003	6.925	16.631	8.410	8.410	50,6%	-8.221	1.485	21,4%
Transferências Casino de Lisboa	3.215	2.906	5.471	7.274	4.343	4.343	59,7%	-2.931	-1.128	-20,6%
Estado - Part. Comunit. em Proj. Co-fin	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Fundos e Serviços Autónomos (FSA)	11	0	742	935	683	683	73,0%	-252	-59	-7,9%
FSA - Part. Comunit. em Proj. Co-fin.	3.899	6.097	712	8.309	3.307	3.307	39,8%	-5.001	2.595	364,5%
União Europeia	0	0	0	112	76	76	67,7%	-36	76	100,0%
Outras	266	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	46.686	7.320	6.746	52.196	18.000	18.000	34,5%	-34.196	11.254	166,8%
Empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	46.686	7.320	6.746	52.196	18.000	18.000	34,5%	-34.196	11.254	166,8%
PIPARU	43.403	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
PREDE	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Plano Pavimentação - BPI	3.000	7.300	746	0	0	0	0,0%	0	-746	-100,0%
Prog. Investimento Lisboa XXI	0	0	6.000	52.196	18.000	18.000	34,5%	-34.196	12.000	200,0%
QREN\BEI	283	20	0	0	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	1.701	1.367	2.974	7.013	244	215	3,1%	-6.798	-2.760	-92,8%
TOTAL DA RECEITA (excluindo outras rec.)	710.241	659.301	816.527	820.808	815.437	804.987	98,1%	-15.821	-11.539	-1,4%
OUTRAS RECEITAS	11.522	124.325	97.634	211.775	208.887	208.873	98,6%	-2.902	111.240	113,9%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	431	339	611	3.500	612	598	17,1%	-2.902	-13	-2,1%
Saldo da Gerência Ant. (na posse do serviço)	11.091	123.987	97.023	208.275	208.275	208.275	100,0%	0	111.253	114,7%
TOTAL DA RECEITA	721.763	783.626	914.160	1.032.583	1.024.323	1.013.861	98,2%	-18.723	99.700	10,9%

Após a declaração de inconstitucionalidade da TPMC decretada pelo Tribunal Constitucional, o Município iniciou, em Fevereiro de 2018, o processamento de devolução de todos os valores cobrados desde a sua introdução, tendo emitido reembolsos no valor de 58,6 milhões de euros. Deste total, foram pagos 53,8 milhões de euros, permanecendo por pagar 4,7 milhões de euros (reembolsos já emitidos aos contribuintes), dos quais ≈1,8 milhões de euros respeitam a vales postais não pagos, ou porque o município não teve intenção de o levantar ou porque deixou passar o prazo para levantamento e 2,9 milhões de euros a transferências bancárias para as quais se aguarda informação bancária por parte dos municípios.

O valor de 95,4 mil euros registado na TPMC, refere-se a regularização interna na sequência de erro aquando da integração de ficheiros de pagamentos via SIBS/CTT, no quadro da devolução desta taxa.

2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA

Unid: Milhares de Euros

Designação das Despesas	2015	2016	2017	2018				Desvio Exec./Dot.	Crescimento 2018/2017	
				Dot. Definida	Comprom.	Execução	%		Valor	%
DESPEZA CORRENTE	454 854	474 683	481 063	653 536	638 240	607 204	92,9%	-46 332	126 141	26,2%
Pessoal	213 265	216 260	226 896	236 332	235 101	234 438	99,2%	-1 894	7 542	3,3%
Remunerações	133 732	135 176	142 187	146 132	145 901	145 901	99,8%	-231	3 714	2,6%
Contratos Regime de Tarefa ou Avenc	9 011	10 647	9 008	8 878	8 378	8 220	92,6%	-657	-788	-8,7%
Trabalho extraordinário	8 877	9 197	10 067	12 380	12 279	12 279	99,2%	-101	2 212	22,0%
Outros Abonos Variáveis	13 031	12 492	14 699	16 184	16 054	16 020	99,0%	-164	1 321	9,0%
Encargos com a Saúde	1 174	1 397	1 488	1 552	1 504	1 467	94,5%	-85	-22	-1,5%
Contribuições para Segurança Social	38 410	39 149	41 517	42 991	42 866	42 866	99,7%	-125	1 349	3,3%
Pensões	6 330	5 668	5 184	4 825	4 750	4 750	98,4%	-75	-434	-8,4%
Outros Encargos	2 700	2 533	2 748	3 391	3 369	2 935	86,6%	-455	187	6,8%
Aquisição de Bens e Serviços	125 467	130 999	129 778	159 870	152 919	131 448	82,2%	-28 423	1 669	1,3%
Bens Duradouros e Não Duradouros	13 057	13 764	12 755	15 340	14 537	12 963	84,5%	-2 378	207	1,6%
Aquisição de Serviços	112 411	117 235	117 023	144 530	138 382	118 485	82,0%	-26 045	1 462	1,2%
Encargos das Instalações	19 744	19 828	17 623	22 032	21 702	17 539	79,6%	-4 492	-84	-0,5%
Conservação de Bens	1 102	1 826	1 368	1 459	1 318	1 068	73,2%	-391	-300	-21,9%
Locação de Bens e Outros	4 340	4 549	5 365	6 306	5 713	5 156	81,8%	-1 149	-209	-3,9%
Transportes e Comunicações	3 431	3 832	3 739	4 707	4 675	3 629	77,1%	-1 078	-111	-3,0%
Representação Autárquica	120	187	357	381	331	309	81,3%	-71	-47	-13,3%
Seguros	379	512	565	720	705	690	95,9%	-30	126	22,2%
Estudos e Consultadoria	1 152	1 737	2 013	5 519	4 155	2 648	48,0%	-2 871	635	31,6%
Encargos de Cobrança de Receita	8 623	9 914	11 113	12 034	12 033	11 905	98,9%	-128	793	7,1%
Outros	73 519	74 849	74 880	91 374	87 750	75 539	82,7%	-15 834	659	0,9%
Juros e Outros Encargos	9 905	6 637	7 522	38 300	37 538	36 709	95,8%	-1 591	29 187	388,0%
Juros da Dívida Pública	3 436	2 528	1 584	1 409	1 405	1 405	99,7%	-5	-179	-11,3%
Outros	6 470	4 109	5 938	36 891	36 133	35 305	95,7%	-1 587	29 367	484,6%
Transferências Correntes	82 212	87 575	89 795	107 801	105 559	103 111	95,6%	-4 690	13 316	14,8%
Soc. Quase-Sociedades não Financ.	1 694	2 594	2 457	5 993	5 338	5 065	84,5%	-929	2 608	106,2%
Administração Central	1 250	768	829	5 550	5 480	5 427	97,8%	-123	4 598	554,7%
Administração Local	64 181	66 318	68 119	71 291	71 216	71 018	99,6%	-273	2 899	4,3%
Reforma Administrativa	61 483	62 211	63 327	65 690	65 690	65 690	100,0%	0	2 363	3,7%
Protocolos Transf. Competências	751	1 311	1 231	1 528	1 460	1 389	90,9%	-140	158	12,8%
Outras	1 947	2 796	3 561	4 073	4 066	3 939	96,7%	-134	378	10,6%
Instituições sem Fins Lucrativos	14 542	17 229	17 568	23 759	22 762	20 947	88,2%	-2 811	3 379	19,2%
Outras	544	665	822	1 208	763	654	54,1%	-554	-169	-20,5%
Subsídios	17 621	12 480	20 884	38 087	37 898	35 197	92,4%	-2 890	14 312	68,5%
Emp. Municipais e Intermunic.	11 943	6 776	16 959	33 307	33 123	31 145	93,5%	-2 162	14 186	83,6%
Soc. Quase-Soc. Não Financ. Públicas	5 678	5 704	3 925	4 780	4 775	4 051	84,8%	-729	126	3,2%
Outras Despesas Correntes	6 383	20 732	6 187	73 145	69 226	66 302	90,6%	-6 844	60 115	971,6%
DESPEZA DE CAPITAL	142 923	211 920	224 822	379 047	330 873	259 939	68,6%	-119 109	35 117	15,6%
Aquisição de Bens de Capital	66 663	128 188	153 002	219 764	172 086	127 562	58,0%	-92 201	-25 440	-16,6%
Terrenos	3 292	21 650	37 045	23 156	22 209	20 795	89,8%	-2 362	-16 251	-43,9%
Habituação	5 622	7 227	6 995	21 626	19 410	14 046	64,9%	-7 580	7 051	100,8%
Edifícios	22 369	32 361	23 893	77 958	66 854	49 058	62,9%	-28 900	25 165	105,3%
Construções Diversas	24 708	53 382	57 667	72 669	43 649	26 667	36,7%	-46 002	-31 000	-53,8%
Material de Transporte	576	2 456	7 128	5 273	5 096	4 556	86,4%	-716	-2 572	-36,1%
Maquinaria e Equipamento	6 206	9 768	19 014	16 939	13 340	11 211	66,2%	-5 728	-7 803	-41,0%
Outros	3 890	1 345	1 260	2 143	1 528	1 230	57,4%	-913	-30	-2,4%
Transferências de Capital	17 547	34 798	28 812	44 203	43 740	17 329	39,2%	-26 874	-11 483	-39,9%
Soc. Quase-Sociedades não Financ.	5 302	5 351	4 476	10 033	10 023	2 870	28,6%	-7 163	-1 606	-35,9%
Administração Central	100	100	100	149	149	0	0,0%	-149	-100	-100,0%
Administração Local	11 462	24 127	17 061	16 923	16 492	13 230	78,2%	-3 693	-3 831	-22,5%
Reforma Administrativa	8 903	8 989	9 138	8 167	8 167	8 167	100,0%	0	-972	-10,6%
Protocolos Transf. Competências	2 559	15 138	7 923	8 756	8 325	5 063	57,8%	-3 693	-2 860	-36,1%
Instituições sem Fins Lucrativos	592	5 017	7 066	17 089	17 068	1 220	7,1%	-15 869	-5 845	-82,7%
Outras	92	203	108	9	9	9	95,4%	0	-100	-91,9%
Activos Financeiros	2 936	3 737	2 936	6 049	6 049	6 049	100,0%	0	3 113	106,0%
Ações e Outras Participações	0	801	0	3 937	3 937	3 937	100,0%	0	3 937	0,0%
Unidades de Participação	2 936	2 936	2 936	2 112	2 112	2 112	100,0%	0	-824	-28,1%
Passivos Financeiros	53 832	45 047	39 324	40 844	40 844	40 844	100,0%	0	1 520	3,9%
Empréstimos a médio e longo prazo	46 298	37 513	37 667	39 187	39 187	39 187	100,0%	0	1 520	4,0%
Outros passivos financeiros	7 534	7 534	1 657	1 657	1 657	1 657	100,0%	0	0	0,0%
Outras Despesas de Capital	1 945	150	748	68 188	68 154	68 154	100,0%	-34	67 406	9010,4%
TOTAL DA DESPESA	597 777	686 603	705 885	1 032 583	969 114	867 142	84,0%	-165 441	161 258	22,8%

2.3 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unid: Euros

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2018			Taxa Exec
			Extra Plano	Plano	Total	
	DESPESAS CORRENTES	653 536 044	293 572 377	313 631 353	607 203 730	92,9%
01	Despesas com o Pessoal	236 332 032	234 424 496	13 535	234 438 031	99,2%
01.01	Remunerações certas e permanentes	155 009 446	154 121 176	0	154 121 176	99,4%
01.01.01	Membros de Órgãos Autárquicos	320 000	313 650	0	313 650	98,0%
01.01.03	Pessoal Quadros - Regime Função Pública	9 094 072	9 075 221	0	9 075 221	99,8%
01.01.03.01	Pessoal em funções	9 093 872	9 075 221	0	9 075 221	99,8%
01.01.03.03	Alterações facultat. posicionamento remu	100	0	0	0	0,0%
01.01.03.04	Recrutamento de Pessoal para novos posto	100	0	0	0	0,0%
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime Contr. Ind.	95 864 292	95 773 649	0	95 773 649	99,9%
01.01.04.01	Pessoal em funções	94 905 944	94 827 767	0	94 827 767	99,9%
01.01.04.03	Alterações facultat. posicionamento remu	100	0	0	0	0,0%
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos posto	958 248	945 882	0	945 882	98,7%
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	8 877 531	8 220 389	0	8 220 389	92,6%
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	173 700	154 032	0	154 032	88,7%
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	2 418 070	2 409 048	0	2 409 048	99,6%
01.01.10	Gratificações	3 678 043	3 651 754	0	3 651 754	99,3%
01.01.11	Representação	661 500	653 646	0	653 646	98,8%
01.01.13	Subsídio de Refeição	9 183 218	9 142 065	0	9 142 065	99,6%
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	19 470 120	19 469 455	0	19 469 455	100,0%
01.01.15	Remunerações p/Doença e Maternidade/Pat.	5 268 900	5 258 267	0	5 258 267	99,8%
01.02	Abonos variáveis ou eventuais	28 564 189	28 285 283	13 535	28 298 818	99,1%
01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais	3 927 281	3 927 189	0	3 927 189	100,0%
01.02.02	Horas Extraordinárias	12 380 050	12 279 088	0	12 279 088	99,2%
01.02.04	Ajudas de Custo	137 639	94 494	13 535	108 028	78,5%
01.02.05	Abono para Falhas	114 000	109 531	0	109 531	96,1%
01.02.06	Formação	150 000	122 733	0	122 733	81,8%
01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	2 325 200	2 234 344	0	2 234 344	96,1%
01.02.11	Subsídio de Turno	6 032 560	6 030 795	0	6 030 795	100,0%
01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções	100	0	0	0	0,0%
01.02.13	Outros Suplementos e Prémios	3 143 981	3 134 633	0	3 134 633	99,7%
01.02.13.02	Outros	2 471 530	2 464 162	0	2 464 162	99,7%
01.02.13.03	Senhas de Presença	672 451	670 471	0	670 471	99,7%
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	353 378	352 477	0	352 477	99,7%
01.03	Segurança social	52 758 397	52 018 037	0	52 018 037	98,6%
01.03.01	Encargos com a Saúde	585 547	538 219	0	538 219	91,9%
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	966 152	928 653	0	928 653	96,1%
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	285 500	280 039	0	280 039	98,1%
01.03.04	Outras Prestações Familiares	317 000	310 468	0	310 468	97,9%
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social	42 791 720	42 685 988	0	42 685 988	99,8%
01.03.05.01	ADSE	4 798 000	4 797 177	0	4 797 177	100,0%
01.03.05.02	Segurança Social dos Funcionários Público	37 792 813	37 688 635	0	37 688 635	99,7%
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	30 316 063	30 243 844	0	30 243 844	99,8%
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	7 476 750	7 444 791	0	7 444 791	99,6%
01.03.05.03	Outras	200 907	200 175	0	200 175	99,6%
01.03.06	Acidentes Serv.e Doenças Profissionais	2 715 300	2 276 896	0	2 276 896	83,9%
01.03.08	Outras Pensões	4 825 049	4 749 831	0	4 749 831	98,4%
01.03.09	Seguros	72 865	67 955	0	67 955	93,3%
01.03.09.01	Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças	7 000	2 811	0	2 811	40,2%
01.03.09.02	Outros	65 865	65 144	0	65 144	98,9%
01.03.10	Outras Despesas Segurança Social	199 264	179 989	0	179 989	90,3%
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e	199 264	179 989	0	179 989	90,3%
02	Aquisição de Bens E Serviços	159 870 357	47 639 303	83 808 296	131 447 599	82,2%
02.01	Aquisição de bens	15 340 241	7 644 239	5 318 292	12 962 531	84,5%
02.01.01	Matérias Primas e Subsidiárias	463 792	198 322	177 021	375 343	80,9%
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	4 501 722	4 161 517	77 439	4 238 956	94,2%
02.01.02.01	Gasolina	188 031	154 364	0	154 364	82,1%
02.01.02.02	Gasóleo	3 096 342	3 072 705	2 863	3 075 568	99,3%
02.01.02.03	Outros	1 217 349	934 447	74 576	1 009 023	82,9%
02.01.03	Munições, Explosivos e Artíficos	738	738	0	738	100,0%
02.01.04	Limpeza e Higiene	200 207	163 237	1 465	164 702	82,3%
02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas	4 208 504	40 071	3 698 075	3 738 146	88,8%
02.01.06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	90 263	21 052	19 316	40 368	44,7%
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	744 763	255 100	230 971	486 071	65,3%
02.01.08	Material de Escritório	345 814	216 651	4 182	220 833	63,9%
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	116 979	17 014	78 572	95 587	81,7%
02.01.10	Produtos Vendidos nas Farmácias	9 500	4 435	0	4 435	46,7%
02.01.11	Material de Consumo Clínico	57 045	25 662	18 513	44 175	77,4%
02.01.12	Material de Transporte - Peças	2 088 563	1 694 405	7 396	1 701 801	81,5%
02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro	35 448	3 834	27 154	30 988	87,4%
02.01.14	Outro Material - Peças	114 842	28 127	19 888	48 016	41,8%

(Cont.)

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2018			Taxa Exec	Unid: Euros
			Extra Plano	Plano	Total		
(Cont.)							
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	371 556	288 496	46 237	334 733	90,1%	
02.01.16	Mercadorias p/ Venda	11 950	0	7 153	7 153	59,9%	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	95 566	56 704	23 983	80 687	84,4%	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	34 275	7 940	6 438	14 378	41,9%	
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	8 878	8 316	162	8 478	95,5%	
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	229 748	44 664	100 284	144 948	63,1%	
02.01.21	Outros Bens	1 610 088	407 953	774 041	1 181 994	73,4%	
02.02	Aquisição de serviços	144 530 116	39 995 064	78 490 004	118 485 068	82,0%	
02.02.01	Encargos das Instalações	11 445 681	8 803 102	52 001	8 855 103	77,4%	
02.02.02	Limpeza e Higiene	4 477 143	3 774 850	0	3 774 850	84,3%	
02.02.03	Conservação de Bens	1 459 498	758 202	309 979	1 068 180	73,2%	
02.02.04	Locação de Edifícios	3 268 945	2 530 538	239 784	2 770 322	84,7%	
02.02.05	Locação de Material de Informática	1 715 178	0	1 424 890	1 424 890	83,1%	
02.02.06	Locação de Material de Transporte	1 145 039	0	836 710	836 710	73,1%	
02.02.08	Locação de Outros Bens	176 603	34 845	89 692	124 537	70,5%	
02.02.09	Comunicações	2 785 543	1 821 578	205 208	2 026 786	72,8%	
02.02.10	Transportes	1 921 113	702 207	899 965	1 602 172	83,4%	
02.02.11	Representação dos Serviços	380 514	178 783	130 550	309 333	81,3%	
02.02.12	Seguros	719 822	660 866	29 189	690 054	95,9%	
02.02.13	Deslocações e Estadas	647 619	29 800	358 046	387 846	59,9%	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Proje Consultadoria	5 519 007	452 730	2 195 667	2 648 397	48,0%	
02.02.15	Formação	333 365	4 900	169 309	174 209	52,3%	
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	722 687	1 017	478 621	479 638	66,4%	
02.02.17	Publicidade	990 522	415 724	451 937	867 661	87,6%	
02.02.18	Vigilância e Segurança	6 108 854	4 668 303	240 996	4 909 299	80,4%	
02.02.19	Assistência Técnica	5 105 801	1 807 229	1 372 370	3 179 599	62,3%	
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	55 613 342	667 642	50 803 131	51 470 773	92,6%	
02.02.22	Serviços de Saúde	4 780	0	0	0	0,0%	
02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas	12 033 535	11 905 230	0	11 905 230	98,9%	
02.02.25	Outros Serviços	27 955 525	777 520	18 201 958	18 979 478	67,9%	
03	Juros e Outros Encargos	38 300 457	3 514 292	33 194 997	36 709 288	95,8%	
03.01	Juros da dívida pública	1 409 282	1 404 775	0	1 404 775	99,7%	
03.01.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	1 062 946	1 059 101	0	1 059 101	99,6%	
03.01.03.01	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	1 062 946	1 059 101	0	1 059 101	99,6%	
03.01.06	Adminst.Púb.Central - Serv.e Fundos Aut.	346 336	345 674	0	345 674	99,8%	
03.02	Outros Encargos Correntes da Dívida	6 216	5 613	0	5 613	90,3%	
03.02.01	Despesas Diversas	6 216	5 613	0	5 613	90,3%	
03.05	Outros juros	36 580 970	1 799 915	33 194 997	34 994 911	95,7%	
03.05.02	Outros	36 580 970	1 799 915	33 194 997	34 994 911	95,7%	
03.05.02.02	Juros de Mora	34 792 625	11 870	33 194 997	33 206 867	95,4%	
03.05.02.99	Outros	1 788 345	1 788 044	0	1 788 044	100,0%	
03.06	Outros encargos financeiros	303 989	303 989	0	303 989	100,0%	
03.06.01	Outros Encargos Financeiros	303 989	303 989	0	303 989	100,0%	
04	Transferências Correntes	107 801 052	795 135	102 315 488	103 110 622	95,6%	
04.01	Soc.e quase-sociedades não financeiras	5 993 410	329 951	4 734 746	5 064 697	84,5%	
04.01.01	Públicas	2 942 560	110 997	2 800 000	2 910 997	98,9%	
04.01.02	Privadas	3 050 850	218 954	1 934 746	2 153 700	70,6%	
04.03	Administração central	5 550 215	0	5 427 174	5 427 174	97,8%	
04.03.01	Estado	5 545 675	0	5 427 174	5 427 174	97,9%	
04.03.04	Estado-Particip. Comunitária Proj. Co-Fin	4 540	0	0	0	0,0%	
04.05	Administração local	71 291 315	112 105	70 905 907	71 018 012	99,6%	
04.05.01	Continente	71 291 315	112 105	70 905 907	71 018 012	99,6%	
04.05.01.01	Freguesias	71 179 210	0	70 905 907	70 905 907	99,6%	
04.05.01.01.02	Protocolos de Transf. de Competências	4 084 272	0	3 944 512	3 944 512	96,6%	
04.05.01.01.03	Outros	67 094 938	0	66 961 395	66 961 395	99,8%	
04.05.01.02	Junta Metropolitana de Lisboa	112 105	112 105	0	112 105	100,0%	
04.07	Instituições sem fins lucrativos	23 758 502	316 400	20 630 661	20 947 061	88,2%	
04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	23 758 502	316 400	20 630 661	20 947 061	88,2%	
04.08	Famílias	1 207 510	36 679	616 999	653 678	54,1%	
04.08.01	Empresário em Nome Individual	382 783	0	0	0	0,0%	
04.08.02	Outras	824 727	36 679	616 999	653 678	79,3%	
04.08.02.02	Outras	824 727	36 679	616 999	653 678	79,3%	
04.09	Resto do mundo	100	0	0	0	0,0%	
04.09.03	Resto Mundo - Países Terc. e Org.Intern.	100	0	0	0	0,0%	
05	Subsídios	38 087 023	0	35 196 581	35 196 581	92,4%	
05.01	Sociedades e quase-soc. não financeiras	38 087 023	0	35 196 581	35 196 581	92,4%	
05.01.01	Públicas	38 087 023	0	35 196 581	35 196 581	92,4%	
05.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	33 306 923	0	31 145 176	31 145 176	93,5%	
05.01.01.01.01	EBAHL/EGEAC.ME	7 650 000	0	7 650 000	7 650 000	100,0%	
05.01.01.01.02	Sociedade Reabilitação Urbana	350 000	0	350 000	350 000	100,0%	
05.01.01.01.03	GEBALIS	7 306 923	0	5 145 176	5 145 176	70,4%	
05.01.01.01.04	CARRIS	18 000 000	0	18 000 000	18 000 000	100,0%	
05.01.01.02	Outras	4 780 100	0	4 051 405	4 051 405	84,8%	
05.01.01.02.02	Associação Turismo de Lisboa	3 655 100	0	2 926 405	2 926 405	80,1%	
05.01.01.02.03	Assoc.de Música, Educação e Cultura	1 125 000	0	1 125 000	1 125 000	100,0%	
(Cont.)							

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2018			Taxa Exec
			Extra Plano	Plano	Total	
Unid: Euros						
(Cont.)						
06	Outras Despesas Correntes	73 145 123	7 199 152	59 102 457	66 301 609	90,6%
06.02	Diversas	73 145 123	7 199 152	59 102 457	66 301 609	90,6%
06.02.01	Impostos e Taxas	62 276 390	558 984	56 412 951	56 971 935	91,5%
06.02.01.01	Impostos e taxas pagas pela Autarquia	3 592 271	0	2 579 805	2 579 805	71,8%
06.02.01.01.01	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	1 289 223	0	1 261 930	1 261 930	97,9%
06.02.01.01.99	Outras	2 303 048	0	1 317 875	1 317 875	57,2%
06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobrad	58 684 119	558 984	53 833 145	54 392 130	92,7%
06.02.02	Ativos Incorpóreos	50	0	0	0	0,0%
06.02.03	Outras	10 868 683	6 640 168	2 689 506	9 329 674	85,8%
06.02.03.02	Restituições	952 759	28 456	0	28 456	3,0%
06.02.03.03	Outras	9 915 924	6 611 712	2 689 506	9 301 218	93,8%
	DESPESAS DE CAPITAL	379 047 391	40 846 060	219 092 694	259 938 754	68,6%
07	Aquisição de Bens De Capital	219 763 507	0	127 562 316	127 562 316	58,0%
07.01	Investimentos	219 763 507	0	127 562 316	127 562 316	58,0%
07.01.01	Terrenos	23 156 489	0	20 794 650	20 794 650	89,8%
07.01.01.01	Terrenos - Adm.Local - Continente	23 156 489	0	20 794 650	20 794 650	89,8%
07.01.02	Habitacões	21 625 942	0	14 046 034	14 046 034	64,9%
07.01.02.01	Habitacões - Adm.Local - Continente	21 625 942	0	14 046 034	14 046 034	64,9%
07.01.02.01.01	Construção e Aquisição	10 235 016	0	8 181 941	8 181 941	79,9%
07.01.02.01.02	Reparação e Beneficiação	11 390 926	0	5 864 093	5 864 093	51,5%
07.01.03	Edifícios	77 958 085	0	49 057 983	49 057 983	62,9%
07.01.03.01	Edifícios - Adm.Local - Continente	77 958 085	0	49 057 983	49 057 983	62,9%
07.01.03.01.01	Infraestruturas Culturais	5 249 866	0	1 099 128	1 099 128	20,9%
07.01.03.01.02	Equipamentos de Educação	31 790 201	0	20 013 195	20 013 195	63,0%
07.01.03.01.03	Equipamentos Sociais	2 993 124	0	903 560	903 560	30,2%
07.01.03.01.04	Instalações Desportivas e Recreativas	10 116 020	0	9 980 512	9 980 512	98,7%
07.01.03.01.05	Infraest. Abastecim.e Controlo Sanitário	1 173 565	0	102 037	102 037	8,7%
07.01.03.01.06	Outros	26 635 309	0	16 959 552	16 959 552	63,7%
07.01.04	Construções Diversas	72 668 514	0	26 666 634	26 666 634	36,7%
07.01.04.01	Construções Diversas - Adm.Local - Cont.	72 668 514	0	26 666 634	26 666 634	36,7%
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	23 862 031	0	8 416 760	8 416 760	35,3%
07.01.04.01.02	Esgotos	5 049 187	0	3 481 194	3 481 194	68,9%
07.01.04.01.03	Iluminação Pública	686 442	0	27 924	27 924	4,1%
07.01.04.01.04	Parques e Jardins	10 860 753	0	4 669 701	4 669 701	43,0%
07.01.04.01.05	Instalações Desportivas e Recreativas	30 050	0	0	0	0,0%
07.01.04.01.06	Sinalização e Trânsito	1 676 948	0	1 108 318	1 108 318	66,1%
07.01.04.01.08	Cemitérios	1 341 873	0	926 770	926 770	69,1%
07.01.04.01.09	Outros	29 161 230	0	8 035 967	8 035 967	27,6%
07.01.06	Material de Transporte	5 272 566	0	4 556 179	4 556 179	86,4%
07.01.06.01	Material Transporte - Adm.Local - Cont.	5 272 566	0	4 556 179	4 556 179	86,4%
07.01.07	Equipamento de Informática	3 690 149	0	3 172 765	3 172 765	86,0%
07.01.07.01	Equip. Informática - Adm.Local - Cont.	3 690 149	0	3 172 765	3 172 765	86,0%
07.01.08	Software Informático	2 845 375	0	1 598 117	1 598 117	56,2%
07.01.08.01	Software Informático - Adm.Local - Cont.	2 845 375	0	1 598 117	1 598 117	56,2%
07.01.09	Equipamento Administrativo	866 619	0	480 015	480 015	55,4%
07.01.09.01	Equip. Administrativo - Adm.Local - Cont	866 619	0	480 015	480 015	55,4%
07.01.10	Equipamento Básico	8 917 257	0	5 463 212	5 463 212	61,3%
07.01.10.01	Equipamento Básico - Adm.Local - Cont.	8 917 257	0	5 463 212	5 463 212	61,3%
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	124 846	0	81 318	81 318	65,1%
07.01.11.01	Ferramentas e Utensílios - Adm.Local - C	124 846	0	81 318	81 318	65,1%
07.01.12	Artigos e Objetos de Valor	494 928	0	415 499	415 499	84,0%
07.01.12.01	Art.e Objetos Valor - Adm.Local - Cont.	494 928	0	415 499	415 499	84,0%
07.01.15	Outros Investimentos	2 142 737	0	1 229 911	1 229 911	57,4%
07.01.15.01	Outros Investimentos - Adm.Local - Cont.	2 142 737	0	1 229 911	1 229 911	57,4%
08	Transferências de Capital	44 202 564	0	17 329 002	17 329 002	39,2%
08.01	Soc. e quase-sociedades não financeiras	10 032 505	0	2 869 860	2 869 860	28,6%
08.01.01	Públicas	10 010 005	0	2 847 360	2 847 360	28,4%
08.01.01.01	Empresas Municipais e Intermunicipais	10 010 005	0	2 847 360	2 847 360	28,4%
08.01.02	Privadas	22 500	0	22 500	22 500	100,0%
08.03	Administração central	149 000	0	0	0	0,0%
08.03.06	Serviços e Fundos Autonomos	149 000	0	0	0	0,0%
08.05	Administração local	16 922 627	0	13 229 958	13 229 958	78,2%
08.05.01	Continente	16 922 627	0	13 229 958	13 229 958	78,2%
08.05.01.01	Freguesias	16 922 627	0	13 229 958	13 229 958	78,2%
08.05.01.01.01	Protocolos de Transf. de Competências	16 922 627	0	13 229 958	13 229 958	78,2%
08.07	Instituições sem fins lucrativos	17 089 189	0	1 220 371	1 220 371	7,1%
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	17 089 189	0	1 220 371	1 220 371	7,1%
08.08	Famílias	9 243	0	8 814	8 814	95,4%
08.08.01	Empresário em Nome Individual	429	0	0	0	0,0%
08.08.02	Outras	8 814	0	8 814	8 814	100,0%
09	Ativos Financeiros	6 049 057	0	6 049 057	6 049 057	100,0%
09.07	Ações e Outras Participações	3 936 998	0	3 936 998	3 936 998	100,0%
09.07.02	Ações e Out.Participaç. Soc. e q. S.Nãof	3 936 998	0	3 936 998	3 936 998	100,0%
09.08	Unidades de participação	2 112 059	0	2 112 059	2 112 059	100,0%
09.08.02	Soc.e Quase-Soc. Não Financ.- Públicas	2 112 059	0	2 112 059	2 112 059	100,0%
09.08.02.09	Outras	2 112 059	0	2 112 059	2 112 059	100,0%
(Cont.)						

Económica	Descritivo	Dot. Definida	Execução 2018			Unid: Euros
			Extra Plano	Plano	Total	Taxa Exec
(Cont.)						
10	Passivos Financeiros	40 844 266	40 844 087	0	40 844 087	100,0%
10.06	Empréstimos a médio e longo prazo	39 187 062	39 186 883	0	39 186 883	100,0%
10.06.03	Soc.Financeiras - Bancos e Outras Instit	30 038 337	30 038 170	0	30 038 170	100,0%
10.06.06	Admin.Púb.Central - Serv.e Fundos Autón.	9 148 725	9 148 714	0	9 148 714	100,0%
10.07	Outros Passivos Financeiros	1 657 204	1 657 204	0	1 657 204	100,0%
10.07.03	Soc. Financeiras - Bancos e outras Insti	1 657 204	1 657 204	0	1 657 204	100,0%
11	Outras Despesas de Capital	68 187 997	1 973	68 152 319	68 154 292	100,0%
11.02	Diversas	68 187 997	1 973	68 152 319	68 154 292	100,0%
11.02.02	Outras	68 187 997	1 973	68 152 319	68 154 292	100,0%
	TOTAL DA DESPESA	1 032 583 435	334 418 438	532 724 047	867 142 484	83,98%

2.4 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

Unid: Milhares de Euros

Designação	Extra Plano	%	Plano	%	Total	%
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	45 142	13,5%	6 067	1,1%	51 209	5,9%
Assembleia Municipal	684	0,2%	18	0,0%	703	0,1%
Operações Financeiras	44 458	13,3%	6 049	1,1%	50 507	5,8%
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL	394	0,1%	18 955	3,6%	19 349	2,2%
Unidade de Coordenação Territorial	126	0,0%	7 522	1,4%	7 649	0,9%
D. de Operações	207	0,1%	11 200	2,1%	11 407	1,3%
D. Estruturas Proximidade e Espaço Público	60	0,0%	233	0,0%	293	0,0%
SECRETARIA-GERAL	2 703	0,8%	108 147	20,3%	110 850	12,8%
Secretaria-Geral	378	0,1%	858	0,2%	1 236	0,1%
Departamento de Marca e Comunicação	1 296	0,4%	6 208	1,2%	7 504	0,9%
Departamento Jurídico	604	0,2%	100 545	18,9%	101 149	11,7%
Departamento de Apoio Aos Órgãos e Serviços Do Município	425	0,1%	536	0,1%	961	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS	41 318	12,4%	153 600	28,8%	194 918	22,5%
Direção	198	0,1%	153 189	28,8%	153 387	17,7%
Departamento de Aprovisionamentos	23 435	7,0%	54	0,0%	23 489	2,7%
Departamento de Contabilidade	17 685	5,3%	358	0,1%	18 042	2,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO PATRIMONIAL	3 756	1,1%	36 374	6,8%	40 129	4,6%
Direção Municipal de Gestão Patrimonial	3 756	1,1%	36 374	6,8%	40 129	4,6%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	233 611	69,9%	3 613	0,7%	237 224	27,4%
Departamento de Gestão de Recursos Humanos	230 725	69,0%	0	0,0%	230 725	26,6%
Departamento de Desenvolvimento e Formação	128	0,0%	249	0,0%	377	0,0%
Departamento de Saude, Higiene e Segurança	2 759	0,8%	3 364	0,6%	6 123	0,7%
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	0,0%	7 064	1,3%	7 070	0,8%
Departamento de Sistemas de Informação	6	0,0%	7 064	1,3%	7 070	0,8%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO	1	0,0%	7 940	1,5%	7 941	0,9%
Direção	1	0,0%	6 622	1,2%	6 623	0,8%
Departamento de Planeamento	0	0,0%	224	0,0%	224	0,0%
Departamento de Projetos Estruturantes	0	0,0%	125	0,0%	125	0,0%
Departamento de Espaço Público	0	0,0%	969	0,2%	970	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PROJECTOS E OBRAS	663	0,2%	56 535	10,6%	57 197	6,6%
Direção	0	0,0%	64	0,0%	64	0,0%
Departamento de Infraestruturas, Via Pública e Saneamento	0	0,0%	45 013	8,4%	45 013	5,2%
Departamento de Habitação e Manutenção Edifícios Municipais	28	0,0%	9 398	1,8%	9 426	1,1%
Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos	630	0,2%	2 050	0,4%	2 680	0,3%
Departamento de Gestão Empreendimentos e Segurança	5	0,0%	9	0,0%	14	0,0%
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	290	0,1%	239	0,0%	529	0,1%
Serviço Municipal de Proteção Civil	290	0,1%	239	0,0%	529	0,1%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	523	0,2%	1 906	0,4%	2 429	0,3%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	523	0,2%	1 906	0,4%	2 429	0,3%
POLICIA MUNICIPAL	394	0,1%	1 081	0,2%	1 475	0,2%
POLICIA MUNICIPAL	394	0,1%	1 081	0,2%	1 475	0,2%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOL. LOCAL	1	0,0%	14 406	2,7%	14 408	1,7%
Direção	1	0,0%	6 935	1,3%	6 936	0,8%
Departamento de Políticas e Gestão de Habitação	0	0,0%	5 752	1,1%	5 752	0,7%
Departamento de Desenvolvimento Local	0	0,0%	1 719	0,3%	1 719	0,2%
DEPARTAMENTO PARA OS DIREITOS SOCIAIS	8	0,0%	7 103	1,3%	7 111	0,8%
Departamento para os Direitos Sociais	8	0,0%	7 103	1,3%	7 111	0,8%
DIREÇÃO MUNICIPAL DA ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA	241	0,1%	17 723	3,3%	17 964	2,1%
Direção	30	0,0%	3 618	0,7%	3 647	0,4%
Departamento da Estrutura Verde	212	0,1%	14 105	2,6%	14 317	1,7%

(Cont.)

Unid: Milhares de Euros

Designação	Extra Plano	%	Plano	%	Total	%
(Cont.)						
DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA	5 311	1,6%	15 643	2,9%	20 954	2,4%
Direção	3	0,0%	0	0,0%	3	0,0%
Departamento de Higiene Urbana	266	0,1%	13 846	2,6%	14 111	1,6%
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica	5 042	1,5%	1 798	0,3%	6 839	0,8%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES	5	0,0%	19 884	3,7%	19 890	2,3%
Direção	1	0,0%	18 335	3,4%	18 336	2,1%
D. de Planeamento e Gestão de Mobilidade Tráfego	4	0,0%	1 549	0,3%	1 554	0,2%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	1	0,0%	19 622	3,7%	19 623	2,3%
Direção	1	0,0%	18 546	3,5%	18 547	2,1%
Departamento de Património Cultural	0	0,0%	1 076	0,2%	1 076	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ECONOMIA E INOVAÇÃO	2	0,0%	4 348	0,8%	4 350	0,5%
Direção	2	0,0%	452	0,1%	454	0,1%
Departamento de Inovação e Sectores Estratégicos	0	0,0%	3 129	0,6%	3 129	0,4%
Departamento de Emprego, Empreendedorismo e Empresas	0	0,0%	767	0,1%	767	0,1%
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	49	0,0%	32 473	6,1%	32 522	3,8%
Departamento de Educação	0	0,0%	29 563	5,5%	29 563	3,4%
Departamento de Atividade Física e do Desporto	49	0,0%	2 910	0,5%	2 959	0,3%
TOTAL	334 418	100,0%	532 724	100,0%	867 142	100,0%

2.5 EXECUÇÃO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Unid Milhares de Euros

DESCRİÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 FUNÇÕES GERAIS	310 536	51,9%	265 105	38,6%	267 904	38,0%	421 512	48,6%
1.1 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	307 658	51,5%	262 647	38,3%	261 265	37,0%	417 547	48,2%
1.1.1 Administração Geral	307 658	51,5%	262 647	38,3%	261 265	37,0%	417 547	48,2%
1.2 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	2 878	0,5%	2 459	0,4%	6 639	0,9%	3 965	0,5%
1.2.1 Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	2 257	0,4%	1 275	0,2%	4 241	0,6%	2 619	0,3%
1.2.2 Polícia Municipal	621	0,1%	1 184	0,2%	2 398	0,3%	1 345	0,2%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	198 432	33,2%	275 424	40,1%	304 357	43,1%	284 969	32,9%
2.1 EDUCAÇÃO	20 339	3,4%	18 051	2,6%	16 394	2,3%	27 316	3,2%
2.1.1 Ensino não Superior	17 509	2,9%	15 455	2,3%	13 663	1,9%	24 657	2,8%
2.1.2 Serviços Auxiliares de Ensino	2 830	0,5%	2 596	0,4%	2 731	0,4%	2 659	0,3%
2.2 SAÚDE	1 266	0,2%	367	0,1%	1 652	0,2%	1 523	0,2%
2.2.1 Serviços Individuais de Saúde	1 266	0,2%	367	0,1%	1 652	0,2%	1 523	0,2%
2.3 SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	37 814	6,3%	41 194	6,0%	42 654	6,0%	46 827	5,4%
2.3.1 Segurança Social	33 805	5,7%	34 337	5,0%	36 346	5,1%	37 689	4,3%
2.3.2 Acção Social	4 009	0,7%	6 857	1,0%	6 308	0,9%	9 138	1,1%
2.4 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	111 509	18,7%	189 229	27,6%	205 981	29,2%	184 617	21,3%
2.4.1 Habitação	16 499	2,8%	16 912	2,5%	20 271	2,9%	26 497	3,1%
2.4.2 Ordenamento do Território	23 937	4,0%	93 275	13,6%	105 570	15,0%	76 587	8,8%
2.4.3 Saneamento	35 776	6,0%	43 607	6,4%	43 406	6,1%	50 883	5,9%
2.4.5 Resíduos Sólidos	9 206	1,5%	10 604	1,5%	16 543	2,3%	11 588	1,3%
2.4.6 Protecção do Meio Ambiente e Conservação	26 091	4,4%	24 831	3,6%	20 190	2,9%	19 062	2,2%
2.5 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGI	27 504	4,6%	26 583	3,9%	37 676	5,3%	24 687	2,8%
2.5.1 Cultura	21 893	3,7%	19 208	2,8%	31 963	4,5%	19 615	2,3%
2.5.2 Desporto, Recreio e Lazer	5 134	0,9%	6 744	1,0%	4 959	0,7%	4 352	0,5%
2.5.3 Outras Actividades Cívicas e Religiosas	478	0,1%	631	0,1%	754	0,1%	720	0,1%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	17 868	3,0%	23 290	3,4%	17 428	2,5%	40 235	4,6%
3.2 INDÚSTRIA E ENERGIA	8 126	1,4%	8 057	1,2%	7 393	1,0%	8 559	1,0%
3.3 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1 398	0,2%	3 189	0,5%	1 813	0,3%	19 802	2,3%
3.3.1 Transportes Rodoviários	1 398	0,2%	3 189	0,5%	1 813	0,3%	19 802	2,3%
3.4 COMÉRCIO E TURISMO	6 508	1,1%	10 247	1,5%	5 870	0,8%	10 347	1,2%
3.4.1 Mercados e Feiras	78	0,0%	783	0,1%	1 140	0,2%	622	0,1%
3.4.2 Turismo	6 430	1,1%	9 463	1,4%	4 730	0,7%	9 725	1,1%
3.5 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 836	0,3%	1 798	0,3%	2 352	0,3%	1 527	0,2%
4 OUTRAS FUNÇÕES	70 940	11,9%	122 783	17,9%	116 197	16,5%	120 427	13,9%
4.1 OPERAÇÕES DE DÍVIDA AUTÁRQUICA	0	0,0%	51 583	7,5%	43 732	6,2%	44 458	5,1%
4.2 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	70 940	11,9%	71 200	10,4%	72 464	10,3%	75 969	8,8%
TOTAL	597 777	100,0%	686 603	100,0%	705 885	100,0%	867 142	100,0%

3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

3.1 EXECUÇÃO DO PPI POR OBJETIVO/PROGRAMA

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dot. Definida Final	Execução 2018			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENT	163 093	101 484	62,2%	76,0%	-61 609	-37,8%
A1 - HABITAÇÃO PARA TODOS	20 021	13 346	66,7%	10,0%	-6 675	-33,3%
A2 - CIDADE PLANEADA E REABILITADA	63 549	50 509	79,5%	37,8%	-13 040	-20,5%
A3 - MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	7 867	3 593	45,7%	2,7%	-4 274	-54,3%
A4 - CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	42 695	18 798	44,0%	14,1%	-23 897	-56,0%
A5 - MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	26 025	12 823	49,3%	9,6%	-13 202	-50,7%
A6 - CIDADE SEGURA	2 936	2 415	82,3%	1,8%	-521	-17,7%
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS	26 842	13 128	48,9%	9,8%	-13 714	-51,1%
B1 - AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	2 055	446	21,7%	0,3%	-1 609	-78,3%
B2 - +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC.,MELHOR ESCOLA	23 554	12 149	51,6%	9,1%	-11 405	-48,4%
B3 - PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	289	64	22,1%	0,0%	-225	-77,9%
B4 - MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	945	469	49,7%	0,4%	-476	-50,3%
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	3 268	461	14,1%	0,3%	-2 807	-85,9%
C2 - + EMPREENDEDORES,+ATITUDE EMPREENDEDORA	1 127	103	9,2%	0,1%	-1 024	-90,8%
C3 - FOMENTAR O TALENTO	15	1	5,8%	0,0%	-14	-94,2%
C4 - CIDADE INTELIGENTE	1 703	246	14,5%	0,2%	-1 457	-85,5%
C5 - APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	424	111	26,1%	0,1%	-313	-73,9%
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL	10 455	2 655	25,4%	2,0%	-7 800	-74,6%
D2 - CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	10 303	2 645	25,7%	2,0%	-7 658	-74,3%
D3 - CIDADE CRIATIVA	117	10	8,9%	0,0%	-106	-91,1%
D4 - CAPITAL ATLÂNTICA	35	0	0,0%	0,0%	-35	-100,0%
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENT	22 154	15 883	71,7%	11,9%	-6 271	-28,3%
E2 - TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	2 186	2 112	96,6%	1,6%	-74	-3,4%
E3 - EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	17 867	13 154	73,6%	9,8%	-4 713	-26,4%
E5 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	2 101	617	29,4%	0,5%	-1 484	-70,6%
TOTAL	225 813	133 611	59,2%	100,0%	-92 201	-40,8%

3.2 EXECUÇÃO DO PPI POR GRUPO ECONÓMICO

Unid: Milhares de Euros

ECONÓMICA	Dot. Definida Final	Execução 2018			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	219 764	127 562	58,0%	95,5%	-92 201	-42,0%
Investimentos	219 764	127 562	58,0%	95,5%	-92 201	-42,0%
Terrenos	23 156	20 795	89,8%	15,6%	-2 362	-10,2%
Habitações	21 626	14 046	64,9%	10,5%	-7 580	-35,1%
Construção e Aquisição	10 235	8 182	79,9%	6,1%	-2 053	-20,1%
Reparação e Beneficiação	11 391	5 864	51,5%	4,4%	-5 527	-48,5%
Edifícios	77 958	49 058	62,9%	36,7%	-28 900	-37,1%
Infraestruturas Culturais	5 250	1 099	20,9%	0,8%	-4 151	-79,1%
Equipamentos de Educação	31 790	20 013	63,0%	15,0%	-11 777	-37,0%
Equipamentos Sociais	2 993	904	30,2%	0,7%	-2 090	-69,8%
Instalações Desportivas e Recreativas	10 116	9 981	98,7%	7,5%	-136	-1,3%
Infraest. Abastecim. e Controlo Sanitário	1 174	102	8,7%	0,1%	-1 072	-91,3%
Outros	26 635	16 960	63,7%	12,7%	-9 676	-36,3%
Construções diversas	72 669	26 667	36,7%	20,0%	-46 002	-63,3%
Viadutos, Arruamentos e Obras Compl.	23 862	8 417	35,3%	6,3%	-15 445	-64,7%
Esgotos	5 049	3 481	68,9%	2,6%	-1 568	-31,1%
Iluminação Pública	686	28	4,1%	0,0%	-659	-95,9%
Parques e Jardins	10 861	4 670	43,0%	3,5%	-6 191	-57,0%
Instalações Desportivas e Recreativas	30	0	0,0%	0,0%	-30	-100,0%
Sinalização e Trânsito	1 677	1 108	66,1%	0,8%	-569	-33,9%
Cemitérios	1 342	927	69,1%	0,7%	-415	-30,9%
Outros	29 161	8 036	27,6%	6,0%	-21 125	-72,4%
Material de Transporte	5 273	4 556	86,4%	3,4%	-716	-13,6%
Equipamento de Informática	3 690	3 173	86,0%	2,4%	-517	-14,0%
Software Informático	2 845	1 598	56,2%	1,2%	-1 247	-43,8%
Equipamento Administrativo	867	480	55,4%	0,4%	-387	-44,6%
Equipamento Básico	8 917	5 463	61,3%	4,1%	-3 454	-38,7%
Ferramentas e Utensílios	125	81	65,1%	0,1%	-44	-34,9%
Artigos e Objectos de Valor	495	415	84,0%	0,3%	-79	-16,0%
Outros Investimentos	2 143	1 230	57,4%	0,9%	-913	-42,6%
ACTIVOS FINANCEIROS	6 049	6 049	100,0%	4,5%	0	0,0%
Ações e Outras Participações	3 937	3 937	100,0%	2,9%	0	0,0%
Ações e Out.Participaç. Soc. e q. S.NãoF	3 937	3 937	100,0%	2,9%	0	0,0%
Unidades de Participação	2 112	2 112	100,0%	1,6%	0	0,0%
Soc. e Quase-Soc. Não Financ. - Públicas	2 112	2 112	100,0%	1,6%	0	0,0%
TOTAL	225 813	133 611	59,2%	100%	-92 201	-40,8%

3.3 EXECUÇÃO DO PPI POR DIREÇÃO MUNICIPAL

Unid: Milhares de Euros

ORGÂNICA	Dot. Definida Final	Execução 2018			Desvio	
		Valor	Tx Exec.	Estrutura	Valor	%
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	6 049	6 049	100,0%	4,5%	0	0,0%
UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL	7 642	5 220	68,3%	3,9%	-2 422	-31,7%
SECRETARIA-GERAL	2 566	1 467	57,2%	1,1%	-1 099	-42,8%
DM FINANÇAS	16 524	16 249	98,3%	12,2%	-275	-1,7%
DM DE GESTÃO PATRIMONIAL	44 907	33 715	75,1%	25,2%	-11 192	-24,9%
DM RECURSOS HUMANOS	33	28	86,1%	0,0%	-5	-13,9%
DEP SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6 350	4 763	75,0%	3,6%	-1 587	-25,0%
DM URBANISMO	5 922	4 043	68,3%	3,0%	-1 878	-31,7%
DM PROJECTOS E OBRAS	60 976	22 598	37,1%	16,9%	-38 378	-62,9%
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	398	159	40,0%	0,1%	-239	-60,0%
REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS	1 964	1 806	92,0%	1,4%	-158	-8,0%
POLICIA MUNICIPAL	656	583	88,8%	0,4%	-73	-11,2%
DM DE HABITAÇÃO E DESENV. LOCAL	10 134	6 724	66,3%	5,0%	-3 411	-33,7%
DEP PARA OS DIREITOS SOCIAIS	1 651	556	33,7%	0,4%	-1 095	-66,3%
DM ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA	21 341	8 740	41,0%	6,5%	-12 602	-59,0%
DM HIGIENE URBANA	9 248	5 947	64,3%	4,5%	-3 301	-35,7%
DM MOBILIDADE E TRANSPORTES	2 041	930	45,5%	0,7%	-1 111	-54,5%
DM CULTURA	3 971	1 959	49,3%	1,5%	-2 012	-50,7%
DM ECONOMIA E INOVAÇÃO	167	11	6,7%	0,0%	-155	-93,3%
DM EDUCAÇÃO E DESPORTO	23 273	12 064	51,8%	9,0%	-11 208	-48,2%
TOTAL	225 813	133 611	59,2%	100,0%	-92 201	-40,8%

4. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

4.1 FONTES DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES

Unid: Milhares de Euros

Eixo/Objetivo/programa	Capitais Próprios	Financ. Alheio	Execução
EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE	286 263	18 831	305 095
A1 - HABITAÇÃO PARA TODOS	10 705	9 059	19 764
A2 - CIDADE PLANEADA E REABILITADA ²	158 160	123	158 283
A3 - MOBILIDADE ACSSÍVEL AO ALCANCE DE TODOS	21 641	618	22 259
A4 - CID. SUSTENTÁVEL, RESILIENTE, AMIGA AMBIENT	76 066	2 623	78 689
A5 - MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	17 050	5 946	22 996
A6 - CIDADE SEGURA	2 641	463	3 104
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEF. DIREITOS	28 349	8 084	36 433
B1 - AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA ²	5 382	182	5 565
B2 - CIDADE DA INOVAÇÃO	19 385	7 902	27 287
B3 - CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS	2 787		2 787
B4 - CIDADE DO COMÉRCIO	794		794
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	10 957	406	11 363
C1 - + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS	138	52	190
C2 - + EMPREENDEDORES, + ATITUDE EMPREENDEDORA	457	114	571
C3 - FOMENTAR O TALENTO	13		13
C4 - CIDADE INTELEGENTE ²	45	207	253
C5 - APOSTAR NO COMÉRCIO DE PROXIMIDADE ^{E2}	591	33	624
C6 - TURISMO SUSTENTÁVEL	9 712		9 712
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL	20 240	1 736	21 976
D1 - CAPITAL EUROPEIA	703	18	722
D2 - CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	19 259	1 718	20 977
D3 - CIDADE CRIATIVA	278		278
D4 - CAPITAL ATLÂNTICA	0		
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTIC. E DESCENTRALIZ.	156 604	1 254	157 858
E2 - TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS ²	56 314		56 314
E3 - EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E PROFISSIONALISMO	20 593		20 593
E4- REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO	77 355	807	78 162
E5 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	2 343	446	2 789
TOTAL	502 414	30 310	532 724

4.2 FINANCIAMENTO ALHEIO

EMPRÉSTIMOS

Empréstimo - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução PA	
		Valor	%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS LISBOA XXI	52 196	18 000	34,5%
Habituação Social	16 829	9 170	54,5%
A1.P006.02 - Re/Construção Bairros Municipais Lx.XXI	6 089	4 436	72,9%
A1.P006.03 - Reabilitação Habitação Municipal Lx.XXI	8 894	4 623	52,0%
A5.P008.02 - Intervenções Div. Reab Urbana Lx.XXI	725	8	1,1%
C2.P004.02 - Hub Beato - Reab Urbana Lx.XXI	1 121	103	9,2%
Infraestruturas Urbanas	22 119	8 338	37,7%
A3.P004 - REDE CICLÁVEL Lx.XXI	1 805	255	14,1%
A4.P004 - ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	6 000	1 582	26,4%
A5.P005 - PAVIMENTOS Lx.XXI	5 076	1 787	35,2%
A5.P008.02 - Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI ⁽¹⁾		5	100,0%
A6.P006 - QUARTÉIS DE BOMBEIROS Lx.XXI	158	127	80,4%
B2.P010 - EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS Lx.XXI	8 842	4 549	51,4%
C5.P004 - VALORIZAR/PROMOVER MERCADOS MUNIC.Lx.XXI	237	33	13,9%
Plano de Drenagem	13 249	492	3,7%
A4.P005.02 Túneis Lx.XXI	12 268	28	0,2%
A4.P005.03 Coletores Lx.XXI	196	57	29,1%
A4.P005.99 Outros Lx.XXI	785	407	51,8%
Total do Financiamento Alheio	52 196	18 000	34,5%

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		valor	%
Apoios Comunitários	8 112	3 932	48,5%
PORTUGAL 2020 - Património Natural e Cultural	10	0	0,0%
D2.P013.03 Rota Memorial do Convento	10	0	0,0%
PORTUGAL 2020 - Infraestruturas de Educação e Formação	2 159	963	44,6%
B2.P009.01 Escola Básica Coruchéus (151)	335	190	56,7%
B2.P009.03 Escola Básica D. L. Cunha (121)	456	293	64,2%
B2.P009.04 Escola Básica Olivais (36)	420	216	51,5%
B2.P009.05 Escola Básica Teixeira de Pascoais (101)	314	49	15,5%
B2.P009.06 Escola Básica B.º S. Miguel (24)	633	215	34,0%
PORTUGAL 2020 - Promoção da Mobilidade e Inclusão Social	2 267	198	8,7%
A3.P001.05 Ligações Cicláveis	2 100	187	8,9%
B1.P001.17 Emprego Primeiro Porta Aberta	76	11	13,8%
B1.P001.18 Casa Cidadania/Esp. Lx Jovem-Bº P.Cruz	25	0	0,0%
B1.P001.20 Pq. Urbano-Encosta Nascimento Costa	66	0	0,0%
PORTUGAL 2020 - Prevenção e Gestão de Riscos	460	242	52,6%
A2.P001.04 Cartografia de Vulnerabilidade Térmica	338	123	36,3%
A6.P001.05 Veículos Operacionais Proteção e Socorro	123	119	97,4%
PORTUGAL 2020 - Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	132	33	25,0%
D2.P003.15 Projeto ROSSIO	132	33	25,0%
HORIZONTE 2020 - Dinamização de Mobil. e Prom. Sustentável	2 141	780	36,4%
A3.P001.06 Projeto Prosperity	11	0	0,0%
A3.P001.08 Projeto CityChangerCargoBike	3	38	1463,7%
A4.P006.05 Projeto FORCE	87	0	0,0%
A4.P012.02 Projeto URBAN WASTE	15	31	214,3%
A4.P007.04 Projeto FLOW	23	30	130,5%
A5.P007.05 Projeto MORE	8	311	4075,3%
C2.P002.04 Projeto SCICITY	8	8	105,5%
C4.P002 PROJETO SHARING CITIES	1 686	207	12,3%
D2.P003.14 Projeto ROCK	301	154	51,1%
HORIZONTE 2020 - Gestão e Prevenção de Riscos	201	206	102,3%
A6.P003.01 Projeto CCI-Cutting Crime Impact	4	97	2713,6%
A6.P005.02 Projeto RESILIENS	50	0	0,0%
A6.P005.03 Projeto RESCCUE	148	109	73,8%
HORIZONTE 2020 - Desenvolvimento Local e Inclusão Social	18	9	46,9%
B1.P001.14 Projeto HOME_EU	5	9	164,7%
D2.P015.07 Projeto APProach	13	0	0,0%
HORIZONTE 2020 - Património Natural e Cultural	36	116	325,6%
D2.P003.16 Projeto OpenHeritage	36	116	325,6%

(cont.)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.)

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		Valor	%
(cont.)			
INTERREG IV	84	53	63,3%
A3.P001.07 LOCATIONS	33	1	3,9%
C1.P001.05 Projeto Urban MANUFACTURING	27	14	54,0%
C1.P001.06 Projeto SPEED UP	24	37	154,3%
Outros Programas Comunitários - Promoção da Sustentabilidade	213	399	187,5%
A3.P001.09 Projeto C-Roads Portugal	188	136	72,3%
A4.P001.04 Lisboa Capital Europeia 2020	1	245	24500,0%
A4.P006.06 Projeto LIFE PAYT	14	0	0,0%
D1.P004.03 Milestone Event	10	18	179,4%
Outros Programas Comunitários - Prevenção e Gestão dos Riscos	2	10	512,1%
A6.P003.03 Projeto SWaPOL	2	10	512,1%
Outros Programas Comunitários - Desenv. Local e Inclusão Social	389	923	237,2%
B1.P010.03 Projeto ComNetNeet	11	14	133,2%
C2.P003.02 YEP-Programa Jovem Empreendedor	4	2	66,7%
D2.P015.04 Projeto STEPS	10	25	241,4%
D2.P015.05 Projeto Rede Municipal de CLAIM's	185	481	259,5%
D2.P015.06 Projeto Cities Grow	13	3	23,9%
D2.P015.09 C. Acolhim.Temp. Refugiados - FAMI 36	139	398	285,5%
E3.P005.07 Projeto Silvia	3	0	0,0%
E5.P020.04 Projeto Urbact - Com.Unity.Lab	25	0	0,0%
Apoios Governamentais	14 290	8 379	58,6%
Habituação	25	6	25,2%
E5.P020.02 BIP - ACRRU - Bº da Liberdade	25	6	25,2%
Educação	5 463	3 198	58,5%
B2.P003.01 Apoio à Família - JI e 1º CEB	1 309	972	74,3%
B2.P006.01 Refeições Escolares	1 599	1 418	88,7%
E4.P001 REFORMA ADMINISTRATIVA	2 556	807	31,6%
Casino Lx - Contrapartida Inicial	181	0	0,0%
D2.P008.01 Plano Pormenor e Recup. Capitólio	155		0,0%
D2.P008.02 Teatro Variedades	25		0,0%

(cont.)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES (CONT.)

Descrição	Previsão	Unid: Milhares de Euros Execução do PA	
		Valor	%
(cont.)			
Casino Lx - Imposto Especial de Jogo	7 539	4 343	57,6%
A4.P006.04 Intervenção Antigraffiti	1 520		0,0%
A4.P004 ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	1 500		0,0%
D2.P002 NOVA FEIRA POPULAR	2 000		0,0%
E1.P001.16 Grande Exposição Internacional	158		0,0%
D2.P004.03 MUDE	617	184	29,7%
D2.P004.04 Museu Lisboa - Palácio Pimenta	1 004	271	27,0%
D2.P004.05 Museu Lisboa - Teatro Romano	130	8	6,5%
D2.P006.01 Pólos Culturais	213	31	14,4%
D2.P009.01 PISAL - Banco Azulejo	149	6	3,8%
D2.P010.03 CRLx - Galerias Romanas	147	9	6,0%
A5.P006.01 Cais Sodré, Cp Cebolas e Env. Terminal	100		0,0%
A5.P003.06 Programa Integrado Requal. Espaço Públ. ⁽¹⁾		2 730	
A5.P006.01 Limpeza Urbana e Recolha Seletiva ⁽¹⁾		18	
A5.P001 UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO Lx.XXI ⁽¹⁾		964	
A5.P003.07 Consolidação de Muros Suporte e Tapumes ⁽¹⁾		122	
Casino Lx - Contrapartida Anual	650	650	100,0%
A4.P004 ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	210	210	100,0%
E5.P006.08 OP 2015 - Trilhos de Monsanto	272	272	100,0%
E5.P008.01 OP 2017 - Jardim do Caracol	168	168	100,0%
OUTROS	433	182	42,0%
B1.P001.01 Comissão Proteção de Crianças e Jovens	149	149	100,0%
A4.P001.03 Lagos e Chafarizes	1	33	3301,4%
A4.P015.07 Eficiência Energética Arquivo Mun Lisboa	15	0	0,0%
A4.P015.05 Medidas Tangíveis - Túnel João XXI	268	0	0,0%
Total dos Subsídios e Participações	22 403	12 310	54,9%
Total do Financiamento Alheio	74 599	30 310	40,6%

⁽¹⁾ Inclui novos projetos na sequência de reprogramação do plano de obras de 2018

4.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES POR OBJETIVO\PROGRAMA

Unid: Milhares de Euros

EIXO / OBJECTIVO / PROGRAMA	Dotação Final	Execução 2018			Investimento		Outras	
		Valor	Tx Exec.	Estrut.	Valor	%	Valor	%
EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE	393 533	305 095	77,5%	57,3%	97 547	32%	207 547	68%
A1 - HABITAÇÃO PARA TODOS	30 942	19 764	63,9%	3,7%	13 346	68%	6 418	32%
A2 - CIDADE PLANEADA E REABILITADA	181 219	158 283	87,3%	29,7%	50 509	32%	107 774	68%
A3 - MOBILIDADE ACESSÍVEL AO ALCANCE DE TODOS	27 327	22 259	81,5%	4,2%	3 593	16%	18 666	84%
A4 - CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	107 716	78 689	73,1%	14,8%	14 861	19%	63 828	81%
A5 - MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	42 411	22 996	54,2%	4,3%	12 823	56%	10 173	44%
A6 - CIDADE SEGURA	3 918	3 104	79,2%	0,6%	2 415	78%	689	22%
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS	54 709	36 433	66,6%	6,8%	13 128	36%	23 305	64%
B1 - AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	8 665	5 565	64,2%	1,0%	446	8%	5 119	92%
B2 - +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC.,MELHOR ESCOLA	39 933	27 287	68,3%	5,1%	12 149	45%	15 139	55%
B3 - PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	4 747	2 787	58,7%	0,5%	64	2%	2 723	98%
B4 - MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	1 364	794	58,2%	0,1%	469	59%	325	41%
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	30 345	11 363	37,4%	2,1%	461	4%	10 902	96%
C1 - + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS	231	190	82,3%	0,0%	0	0%	190	100%
C2 - + EMPREENDEDORES,+ATITUDE EMPREENDEDORA	1 609	571	35,5%	0,1%	103	18%	468	82%
C3 - FOMENTAR O TALENTO	28	13	46,9%	0,0%	1	7%	12	93%
C4 - CIDADE INTELIGENTE	2 127	253	11,9%	0,0%	246	97%	7	3%
C5 - APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	1 150	624	54,3%	0,1%	111	18%	514	82%
C6 - TURISMO SUSTENTÁVEL	25 200	9 712	38,5%	1,8%	0	0%	9 712	100%
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL	31 761	21 976	69,2%	4,1%	2 655	12%	19 321	88%
D1 - CAPITAL EUROPEIA	883	722	81,8%	0,1%	0	0%	722	100%
D2 - CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	30 264	20 977	69,3%	3,9%	2 645	13%	18 332	87%
D3 - CIDADE CRIATIVA	578	278	48,0%	0,1%	10	4%	267	96%
D4 - CAPITAL ATLÂNTICA	35	0	0,0%	0,0%	0	0%	0	0%
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTR.	174 383	157 858	90,5%	29,6%	13 771	9%	144 087	91%
E2 - TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	61 127	56 314	92,1%	10,6%	0	0%	56 314	100%
E3 - EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	27 206	20 593	75,7%	3,9%	13 154	64%	7 439	36%
E4 - REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO	80 987	78 162	96,5%	14,7%	0	0%	78 162	100%
E5 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	5 062	2 789	55,1%	0,5%	617	22%	2 172	78%
TOTAL	684 729	532 724	77,8%	100,0%	127 562	24%	405 162	76%

4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

Unid: Euros

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio
				Valor	Tx. Exec.	
A EIXO A - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE						
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS						
A1.P001.01	14.01	02.02.25	2 768		0	-2 768
		04.08.02.02	560 288	527 349	94	-32 939
A1.P001.03	04.02	02.02.14	57 195	53 573	94	-3 622
	05.00	02.02.25	12 000	3 776	31	-8 224
		04.01.02	670 000		0	-670 000
		04.08.01	330 000		0	-330 000
		07.01.01.01	32 480	15 796	49	-16 684
		07.01.02.01.01	1 140 000	1 140 000	100	0
	07.00	07.01.07.01	3 500	3 438	98	-62
		07.01.08.01	15 170		0	-15 170
	08.01	02.02.14	301 350		0	-301 350
		07.01.04.01.04	55 350		0	-55 350
	08.02	02.01.21	3 000	1 435	48	-1 565
		02.02.14	544 847	123 273	23	-421 574
		02.02.25	48 048		0	-48 048
	14.00	02.02.14	200 615	80 005	40	-120 610
		02.02.20	219 288	130 820	60	-88 468
		07.01.02.01.01	50 000		0	-50 000
A1.P001.05	09.02	02.02.14	562 038	283 213	50	-278 825
A1.P002.01	14.01	02.02.10	17 815	10 065	56	-7 751
A1.P002.02	14.00	02.02.20	18 081		0	-18 081
	14.01	02.02.20	39 496	39 495	100	-1
A1.P003.01	09.02	07.01.02.01.02	73 626		0	-73 626
		07.01.03.01.06	361 186	179 584	50	-181 602
A1.P003.02	09.02	07.01.02.01.01	7 000		0	-7 000
	09.03	07.01.03.01.03	14 019		0	-14 019
	14.01	04.07.01	15 000	15 000	100	0
		07.01.02.01.02	72 063		0	-72 063
A1.P003.03	05.00	07.01.02.01.02	37 274	22 550	60	-14 724
	09.02	02.02.03	6 150		0	-6 150
		02.02.14	894		0	-894
		07.01.02.01.02	245 155	189 708	77	-55 447
	09.03	07.01.03.01.06	4 339		0	-4 339
	14.01	07.01.02.01.02	6 330		0	-6 330
A1.P003.04	14.00	07.01.03.01.06	2 048	2 048	100	0
		07.01.04.01.09	1 273	1 272	100	-1
	14.02	02.02.03	4 675	4 674	100	-1
A1.P005	14.02	04.07.01	50		0	-50
A1.P006.01	14.01	05.01.01.01.03	7 306 923	5 145 176	70	-2 161 747
A1.P006.02	09.02	07.01.02.01.01	24 445		0	-24 445
	14.00	07.01.02.01.01	8 492 571	6 521 941	77	-1 970 630
A1.P006.03	09.02	07.01.02.01.02	8 958 005	5 249 351	59	-3 708 654
	14.01	07.01.02.01.02	22 109		0	-22 109

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A1.P007	REABILITAR PATRIMÓNIO HABITACIONAL-PIPAR	09.02	07.01.02.01.02	403 232	20 268	5	-382 964
TOTAL DO PROGRAMA A1				30 941 696	19 763 810	64	-11 177 886
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA							
A2.P001.01	Inst.Gestão Territorial- Cartograf.Digit	05.00	02.01.21	517		0	-517
			02.02.20	34 100	8 800	26	-25 300
			07.01.15.01	95 821		0	-95 821
		07.00	02.02.20	61 500		0	-61 500
			07.01.08.01	79 950		0	-79 950
A2.P001.02	Instrumentos Gestão Territorial- Estudo	07.00	07.01.08.01	24 600		0	-24 600
		08.01	02.02.14	350 775	223 737	64	-127 038
		09.01	02.02.14	5 560		0	-5 560
		09.03	02.02.20	17 250	16 024	93	-1 226
		18.00	02.02.14	557 698	211 328	38	-346 370
		18.01	02.02.14	23 985	23 985	100	0
A2.P001.03	Aquisição de Terrenos e Edifícios	04.00	07.01.01.01	14 682 094	14 682 094	100	0
		05.00	02.02.14	100 000	63 038	63	-36 963
			03.05.02.02	3 400 863	2 416 835	71	-984 028
			07.01.01.01	8 185 589	6 096 760	74	-2 088 829
			07.01.03.01.02	7 864 690	7 864 689	100	-1
			07.01.03.01.03	305 250		0	-305 250
			07.01.03.01.04	9 906 153	9 906 153	100	0
			07.01.03.01.06	12 852 687	8 389 618	65	-4 463 069
			07.01.04.01.01	3 746 848		0	-3 746 848
			07.01.04.01.02	135 900		0	-135 900
			07.01.04.01.03	90 300		0	-90 300
			07.01.04.01.04	40 681		0	-40 681
		08.00	07.01.02.01.01	520 000	520 000	100	0
			07.01.03.01.02	569 000		0	-569 000
A2.P001.04	Cartografia de Vulnerabilidade Térmica	05.00	07.01.15.01	412 127	241 678	59	-170 449
		08.01	02.02.14	7 656		0	-7 656
			07.01.11.01	30 750		0	-30 750
A2.P001.05	Processos Judiciais	03.02	02.02.25	100 000	63 922	64	-36 078
			03.05.02.02	31 013 114	30 766 575	99	-246 539
			06.02.03.03	760 000	734 820	97	-25 180
			07.01.01.01	209 859		0	-209 859
			07.01.02.01.02	150 000	105 958	71	-44 042
			07.01.03.01.02	300 000	102 239	34	-197 761
			07.01.04.01.01	622 199	502 819	81	-119 380
			07.01.04.01.09	286 450	116 565	41	-169 885
			11.02.02	68 186 023	68 152 319	100	-33 704
		04.00	06.02.03.03	1 451 220	1 451 220	100	0
			07.01.04.01.01	1 566 939	1 566 938	100	-1
		04.04	06.02.01.01.99	600 000		0	-600 000
A2.P001.06	BIP - ACRRU - Casal Ventoso	05.00	07.01.01.01	22 842		0	-22 842
A2.P002.01	Pq.Hab.Privado - Obras Coercivas	09.02	02.02.25	437 185	294 840	67	-142 345
			07.01.02.01.02	161 909	112 030	69	-49 879
A2.P002.02	Pq.Hab.Privado - Demolições	09.02	02.02.25	17 442	1 183	7	-16 259
		09.03	07.01.01.01	23 625		0	-23 625

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A2.P002.03	Pq.Hab.Privado - Outras Obras	09.02 02.02.03	24 200	23 976	99	-224	
		02.02.25	1 146		0	-1 146	
		07.01.02.01.02	113 259	108 674	96	-4 585	
		14.01 04.08.02.02	1 220	220	18	-1 000	
A2.P002.04	Habit.Cooperativa- Realização Escrituras	14.01 07.01.02.01.01	1 000		0	-1 000	
A2.P002.06	Reabilitação Urbana - SRU	08.00 05.01.01.01.02	350 000	350 000	100	0	
A2.P002.07	Sensibilizar para a Reabilitação	02.00 04.07.01	40 000	20 000	50	-20 000	
		08.08.02	8 814	8 814	100	0	
		08.00 04.07.01	80 000	80 000	100	0	
A2.P002.08	Inspeção Técnica de Edifícios (ITE)	14.01 02.02.14	12 300	12 300	100	0	
		02.02.20	2 495	2 495	100	0	
A2.P003.01	Baixa-Chiado	08.00 02.01.21	14 145		0	-14 145	
		09.03 07.01.03.01.06	548 822	193 147	35	-355 675	
A2.P004	REABILITAÇÃO URBANA Lx.XXI (SRU)	08.00 08.01.01.01	10 010 005	2 847 360	28	-7 162 645	
TOTAL DO PROGRAMA A2			181 218 557	158 283 152	87	-22 935 405	
A3	MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODO						
A3.P001.01	Sinalização	02.00 07.01.04.01.01	9 103		0	-9 103	
		07.01.04.01.06	18 592	10 524	57	-8 068	
		02.06 07.01.04.01.06	238 200	168 137	71	-70 063	
		18.01 02.02.20	66 061	52 848	80	-13 213	
		07.01.04.01.06	83 518	83 518	100	0	
A3.P001.02	Semaforização	18.01 02.02.14	14 191	0	0	-14 191	
		02.02.19	142 251	68 062	48	-74 189	
		07.01.04.01.06	1 204 303	846 139	70	-358 164	
A3.P001.03	Sistema Radares e Controlo Velocidade	18.01 02.02.19	295 200	123 000	42	-172 200	
A3.P001.04	Vigilância de Tráfego	18.01 02.02.19	411 136	298 798	73	-112 338	
		02.02.20	33 417	33 417	100	0	
A3.P001.05	Ligações Cicláveis	16.01 07.01.04.01.01	1 936 193	683 617	35	-1 252 576	
		07.01.04.01.04	2 272 815	1 466 052	65	-806 764	
A3.P001.06	Projeto Prosperity	03.00 01.02.04	1 252	1 126	90	-126	
		02.02.13	4 000	3 945	99	-55	
		18.00 02.02.20	6 150	6 138	100	-12	
A3.P001.07	Projeto LOCATIONS	03.00 01.02.04	1 252		0	-1 252	
		02.02.13	4 000		0	-4 000	
		18.00 02.02.14	3 155	1 230	39	-1 925	
		02.02.20	30 000	8 067	27	-21 933	
A3.P001.08	Projeto CityChangerCargoBike	03.00 01.02.04	626	626	100	0	
		02.02.13	2 000		0	-2 000	
A3.P001.09	Projeto C-Roads Portugal	18.01 02.02.20	284 080	19 582	7	-264 498	
		07.01.04.01.06	91 710		0	-91 710	
A3.P001.10	Mobilidade Elétrica	18.00 04.01.01	16 000		0	-16 000	
A3.P002.01	Estudos de Tráfego	18.00 02.02.20	27 068	24 268	90	-2 800	
		18.01 02.02.25	12 177		0	-12 177	
A3.P002.02	Cartão Escola Navegante	18.00 02.02.10	106 000	24 815	23	-81 185	
A3.P003	FUNDO MOBILIDADE URBANA	18.00 05.01.01.01.04	18 000 000	18 000 000	100	0	
A3.P004	REDE CICLÁVEL Lx.XXI	08.04 07.01.04.01.01	45 664	15 221	33	-30 443	
		09.01 07.01.04.01.01	1 142 002	124 619	11	-1 017 384	
		16.01 07.01.04.01.09	466 537	189 146	41	-277 391	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A3.P004 REDE CICLÁVEL Lx.XXI	16.01	07.01.10.01	6 135	6 135	100	0	
	18.01	07.01.04.01.01	352 219		0	-352 219	
TOTAL DO PROGRAMA A3			27 327 007	22 259 028	81	-5 067 979	
A4 CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN							
A4.P001.01 Manutenção de Espaços Verdes	07.00	07.01.08.01	25 830	25 830	100	0	
	16.01	02.01.01	28 507	24 075	84	-4 432	
		02.01.02.02	4 000	2 863	72	-1 137	
		02.01.02.03	30 000	14 725	49	-15 275	
		02.01.07	122 248	81 395	67	-40 853	
		02.01.14	1 820	14	1	-1 806	
		02.01.17	3 622	3 621	100	-1	
		02.01.21	89 802	80 462	90	-9 340	
		02.02.03	14 985	6 511	43	-8 474	
		02.02.08	8 124	4 953	61	-3 171	
		02.02.14	22 811	13 432	59	-9 379	
		02.02.19	13 244	12 259	93	-985	
		02.02.20	26 925	14 625	54	-12 300	
		02.02.25	6 329 326	5 017 428	79	-1 311 898	
		04.07.01	402 121	367 187	91	-34 934	
		07.01.04.01.04	25 037	7 219	29	-17 818	
		07.01.04.01.09	206 578	14 582	7	-191 996	
		07.01.09.01	5 741	5 741	100	0	
		07.01.10.01	33 358	13 408	40	-19 950	
		07.01.11.01	4 691	4 691	100	0	
		07.01.15.01	336 646	336 635	100	-11	
A4.P001.02 Parques Infantis e Juvenis	16.01	02.02.12	3 000	2 680	89	-320	
		02.02.25	88 143	72 660	82	-15 483	
		07.01.04.01.04	79 129	11 395	14	-67 734	
		07.01.10.01	386 751	156 081	40	-230 670	
A4.P001.03 Lagos e Chafarizes	16.01	02.01.09	3 990	3 989	100	-1	
		02.01.17	374	373	100	-1	
		02.02.14	17 220		0	-17 220	
		02.02.25	1 587 308	863 079	54	-724 229	
		07.01.04.01.09	76 095	49 736	65	-26 359	
		07.01.10.01	59 852	56 118	94	-3 734	
A4.P001.04 Lisboa Capital Europeia 2020	16.01	02.02.20	1 000		0	-1 000	
A4.P002.01 Parque Florestal de Monsanto	16.01	02.01.02.03	1 319	351	27	-968	
		02.01.07	1 596	1 516	95	-80	
		02.01.09	5 728	3 927	69	-1 801	
		02.01.11	3 088	2 921	95	-167	
		02.01.19	163	162	100	-1	
		02.01.20	1		0	-1	
		02.01.21	65 000	62 428	96	-2 572	
		02.02.03	3 950	3 752	95	-199	
		02.02.12	1 400		0	-1 400	
		02.02.20	55 849	54 890	98	-959	
		02.02.25	14 263	10 893	76	-3 370	
		06.02.03.03	2 952		0	-2 952	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A4.P002.01	Parque Florestal de Monsanto	16.01	07.01.03.01.06	21 020	131	1	-20 889
			07.01.04.01.03	53 088		0	-53 088
			07.01.04.01.04	9 779	4 982	51	-4 798
			07.01.04.01.09	6 027		0	-6 027
			07.01.09.01	4 110	538	13	-3 572
			07.01.10.01	13 870	13 291	96	-579
			07.01.15.01	106	105	99	-1
A4.P003.01	Parques Urbanos	16.01	07.01.04.01.04	107 067	39 361	37	-67 706
			07.01.04.01.09	68 831	39 016	57	-29 815
			07.01.10.01	3 075		0	-3 075
			07.01.15.01	85 354	82 331	96	-3 023
A4.P003.02	Agricultura Urbana (Hortas Urbanas)	16.01	02.02.25	10 770	10 482	97	-288
			07.01.04.01.04	2 583	2 583	100	0
			07.01.15.01	21 525		0	-21 525
A4.P003.03	Quinta Pedagógica	16.00	02.01.01	1 405	1 404	100	-1
			02.01.02.03	521	520	100	-1
			02.01.06	4 200	4 199	100	-1
			02.01.07	1 200	1 197	100	-3
			02.01.09	478	478	100	0
			02.01.11	142	132	93	-10
			02.01.17	1 298	1 284	99	-14
			02.01.18	5	4	81	-1
			02.01.21	14 664	14 661	100	-3
			02.02.03	81	81	100	0
			02.02.20	4 415	4 403	100	-12
			06.02.03.03	30	30	100	0
			07.01.09.01	250	250	100	0
			07.01.10.01	7 500	7 097	95	-403
A4.P004	ESPAÇOS VERDES E PARQUES URBANOS Lx.XXI	16.01	07.01.03.01.06	586 359	304 911	52	-281 449
			07.01.04.01.01	183 471		0	-183 471
			07.01.04.01.02	31 800		0	-31 800
			07.01.04.01.03	66 749		0	-66 749
			07.01.04.01.04	5 516 097	2 515 636	46	-3 000 461
			07.01.04.01.09	2 052 446	121 422	6	-1 931 024
			07.01.15.01	142 523	107 919	76	-34 604
A4.P005.01	Operações Patrimoniais	09.01	02.02.14	364 000	245 233	67	-118 767
			02.02.25	1 000	510	51	-490
A4.P005.02	Túneis Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.02	201 438	81 386	40	-120 052
			07.01.04.01.09	12 317 435	95 040	1	-12 222 395
A4.P005.03	Coletores Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	594 770	74 895	13	-519 875
A4.P005.99	Outros Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.02	1 788 711	571 750	32	-1 216 961
			07.01.04.01.09	456 826	237 401	52	-219 425
A4.P006.01	Limpeza Urbana e Recolha Seletiva	17.01	02.01.21	95 682	95 682	100	0
			02.02.20	554 846	299 084	54	-255 762
			07.01.06.01	3 400 570	3 008 445	88	-392 125
			07.01.10.01	2 755 830	1 459 244	53	-1 296 586
			07.01.11.01	5 497	5 497	100	0
			07.01.12.01	18 450	18 450	100	0

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A4.P006.02	Campanhas de Sensibilização	17.01	02.02.20	189 693	189 447	100	-246
A4.P006.03	Controle de Pragas e Pombos	17.01	02.01.21	8 444	4 507	53	-3 937
			02.02.25	30 220	24 785	82	-5 435
			07.01.03.01.06	92 189		0	-92 189
A4.P006.04	Intervenção Antigrffiti	03.01	02.01.15	2 000		0	-2 000
		17.01	02.01.21	22 140		0	-22 140
			02.02.20	1 298 447	574 600	44	-723 847
		19.01	02.01.21	6 000	3 775	63	-2 225
			02.02.08	3 000	584	19	-2 416
			02.02.16	44 718	23 720	53	-20 998
			02.02.20	114 232	80 507	70	-33 725
			04.07.01	30 000		0	-30 000
A4.P006.05	Projeto FORCE	03.00	01.02.04	3 000	563	19	-2 437
			02.02.13	9 750	3 081	32	-6 669
		17.01	01.01.07	37 990		0	-37 990
			02.02.20	73 750	37 163	50	-36 587
A4.P006.06	Projeto LIFE PAYT	03.00	01.02.04	300	81	27	-219
			02.02.11	800		0	-800
			02.02.13	1 690		0	-1 690
		17.01	02.02.20	28 341		0	-28 341
A4.P006.07	Postos de Limpeza	09.03	07.01.03.01.06	927		0	-927
		17.01	02.02.08	12 561	12 560	100	-1
			07.01.03.01.06	59 665	59 664	100	-1
			07.01.09.01	434	433	100	-1
A4.P006.08	Higiene Urbana	17.01	02.02.06	181 715	83 069	46	-98 646
A4.P006.09	Rec.Sel. porta a porta LX+proximidade+inovação	17.01	07.01.10.01	338 127	86 100	25	-252 027
A4.P007.01	Aquisição de Serviços Valorsul	17.01	02.02.20	4 848 840	4 728 969	98	-119 871
			06.02.01.01.01	1 289 223	1 261 930	98	-27 293
A4.P007.02	Tratamento/Destino Final Resíduos Perig	17.01	02.02.20	20 890	10 782	52	-10 108
A4.P007.03	Gestão Urbana - Parque das Nações	02.06	02.02.03	6 138	4 084	67	-2 054
			07.01.04.01.01	3 235		0	-3 235
		09.01	07.01.04.01.01	64 053	20 292	32	-43 761
		16.01	02.02.25	61 589	61 589	100	0
			07.01.04.01.09	135 031	116 142	86	-18 889
		17.01	02.02.20	1 323 957	1 233 791	93	-90 166
A4.P008.01	Conservação e Manutenção Rede Esgotos	09.01	02.01.07	21 172	21 171	100	-1
			02.01.14	2 000		0	-2 000
			02.01.17	2 000		0	-2 000
			02.01.21	9 840	0	0	-9 840
			02.02.03	15 000	12 207	81	-2 793
			02.02.14	116		0	-116
			02.02.19	2 460	2 168	88	-292
			02.02.25	718 607	303 874	42	-414 733
			07.01.04.01.02	2 883 388	2 821 008	98	-62 380
			07.01.06.01	903 927	903 927	100	0
			07.01.10.01	7 583	1 048	14	-6 535
			07.01.11.01	8 000	4 846	61	-3 154
			07.01.15.01	3 000		0	-3 000

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros	
				Valor	Tx. Exec.			
(Cont.)								
A4.P008.02	04.00	02.02.20	10 146 811	10 146 810	100	-1		
	09.01	02.02.20	30 870 481	30 870 480	100	-1		
		06.02.01.01.99	1 683 048	1 317 875	78	-365 173		
A4.P008.03	Ações	Águas do Tejo Atlântico, S.A	01.02	09.07.02	3 936 998	3 936 998	100	0
A4.P009.01	16.00	02.01.01	30 850	28 090	91	-2 760		
		02.01.02.03	10 711	8 190	76	-2 521		
		02.01.07	43 056	37 893	88	-5 163		
		02.01.09	800	800	100	-1		
		02.01.12	7 570	7 396	98	-175		
		02.01.14	31 795	12 895	41	-18 900		
		02.01.17	5 000	4 493	90	-507		
		02.01.21	25 951	17 619	68	-8 332		
		02.02.03	30 507	26 594	87	-3 913		
		02.02.06	37 019	37 018	100	-1		
		02.02.12	3 090	2 065	67	-1 025		
		02.02.19	206 960	120 554	58	-86 406		
		02.02.25	124 100	117 880	95	-6 220		
		06.02.03.03	950		0	-950		
		07.01.09.01	1 581	1 581	100	0		
		07.01.10.01	168 610	167 488	99	-1 122		
		07.01.11.01	10 000	5 308	53	-4 692		
A4.P009.02	16.00	07.01.04.01.08	1 341 873	926 770	69	-415 103		
A4.P010.01	16.00	02.01.09	4 262	3 905	92	-357		
		02.01.21	10 225	8 290	81	-1 935		
		02.02.20	68 565	63 293	92	-5 272		
		06.02.03.03	659	659	100	0		
		07.01.08.01	13 757	13 756	100	-1		
A4.P010.02	16.00	02.01.09	27 631	17 780	64	-9 851		
		02.01.21	27 346	22 880	84	-4 466		
		02.02.03	4 185	1 550	37	-2 635		
		02.02.20	62 617	48 003	77	-14 614		
A4.P011.01	16.00	02.01.02.03	58 000	50 789	88	-7 211		
		02.01.09	43 030	38 472	89	-4 558		
		02.01.11	21 964	15 377	70	-6 587		
		02.01.21	108 911	78 131	72	-30 780		
		02.02.03	2 704	2 335	86	-369		
		02.02.19	18 450	14 071	76	-4 379		
		02.02.20	12 665	2 405	19	-10 260		
		04.07.01	6 606		0	-6 606		
		07.01.03.01.06	58 600	8 303	14	-50 298		
		07.01.10.01	2 900	2 895	100	-5		
		08.07.01	40 995	40 995	100	0		
A4.P011.02	16.01	07.01.04.01.09	41 210	21 812	53	-19 398		
A4.P012.01	16.00	02.01.05	207	201	97	-6		
		02.01.07	1 000	939	94	-61		
		02.01.17	1 850	1 831	99	-19		
		02.01.18	1 023	589	58	-434		
		02.01.21	13 300	13 070	98	-230		

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros	
				Valor	Tx. Exec.			
(Cont.)								
A4.P012.01	Educação, Sensibiliz. e Divulg. Ambient	16.00	02.02.03	8 150	8 146	100	-4	
			02.02.08	185	185	100	-1	
			02.02.12	500	466	93	-34	
			02.02.16	312	311	100	-1	
			02.02.20	182 378	178 132	98	-4 246	
			02.02.25	2 000	838	42	-1 162	
			04.07.01	85 000	64 000	75	-21 000	
A4.P012.02	Projeto URBAN WASTE	03.00	01.02.04	1 500	1 445	96	-55	
			02.02.11	500		0	-500	
			02.02.13	6 000	4 975	83	-1 025	
			17.01	02.02.20	6 500	706	11	-5 794
A4.P013.01	Eficiência Energética	18.00	08.07.01	60 000		0	-60 000	
A4.P013.02	Lisboa E-Nova - Agência Mun.Energia	16.00	06.02.03.03	300 000	300 000	100	0	
A4.P013.03	Eficiência Energética - Semaforização	16.00	02.02.25	13 852	986	7	-12 866	
A4.P014	EFICIÊNCIA HIDRICA	16.00	02.02.20	214	214	100	0	
			02.02.25	100 000	35 190	35	-64 810	
			07.01.04.01.04	195 001	165 739	85	-29 262	
A4.P015.01	Eficiência Energética Edifíc.Púb.Municip	16.00	02.02.14	30 000	27 958	93	-2 042	
			07.01.03.01.06	152 801	60 934	40	-91 867	
A4.P015.03	Recup.Fach.T.Paço_Ilum Púb_LED	16.00	07.01.03.01.06	41 401		0	-41 401	
A4.P015.04	Eficiência Energética Infr.Transp-Túneis	16.00	07.01.04.01.09	46 701		0	-46 701	
A4.P015.05	Medidas Tangíveis-Túnel João XXI	16.00	07.01.04.01.09	334 738		0	-334 738	
A4.P015.06	Masterlighting System-Ed.Cp. Gd(13/25)	16.00	07.01.03.01.06	55 664		0	-55 664	
A4.P015.07	Eficiência Energética Arquivo Mun Lisboa	16.00	07.01.04.01.09	25 808		0	-25 808	
			07.01.10.01	4 879		0	-4 879	
TOTAL DO PROGRAMA A4				107 716 170	78 689 489	73	-29 026 681	
A5	MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO							
A5.P001	UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO Lx.XXI	08.04	07.01.04.01.01	462 705	202 660	44	-260 045	
			07.01.04.01.09	315 472	125 178	40	-190 294	
			09.01	07.01.04.01.01	598 441	0	-598 441	
			07.01.04.01.09	1 527 655	739 177	48	-788 478	
A5.P002	REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	09.00	07.01.04.01.09	40 959	7 749	19	-33 210	
			09.01	02.02.25	29 700	12 915	43	-16 785
			07.01.04.01.09	254 096	114 745	45	-139 351	
			09.03	07.01.04.01.09	37 705	1 476	4	-36 229
A5.P003.01	Pavimentos	02.00	02.01.01	57 515	32 022	56	-25 493	
			02.01.21	9 800	9 043	92	-757	
			02.02.03	10 000	6 061	61	-3 939	
			02.02.14	34 818	27 234	78	-7 584	
			02.02.25	21 000	11 965	57	-9 035	
			07.01.10.01	16 974	4 637	27	-12 337	
			07.01.11.01	15 000	11 541	77	-3 459	
			07.01.15.01	111 000	102 430	92	-8 570	
			02.06	02.01.01	77 245	72 160	93	-5 085
			02.01.21	22 734	19 166	84	-3 568	
			07.01.04.01.01	1 072 023	593 765	55	-478 258	
			09.01	02.01.01	1 000	0	-1 000	
			02.01.21	1 000	248	25	-752	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A5.P003.01	Pavimentos	09.01	02.02.25	2 040		0	-2 040
			07.01.04.01.01	969 761	807 442	83	-162 319
			07.01.04.01.02	900	899	100	-1
			08.05.01.01.01	220 000	220 000	100	0
A5.P003.02	Obras de Arte	02.06	02.02.25	49 431	49 431	100	0
		09.01	02.02.14	27 060	27 017	100	-43
			02.02.25	80 552	36 715	46	-43 837
			07.01.04.01.01	730 038	237 246	32	-492 792
A5.P003.03	Conservação Estatuária	19.01	07.01.15.01	28 691	22 067	77	-6 624
A5.P003.04	Arte Pública	08.00	04.07.01	110 000	104 500	95	-5 500
		19.01	02.02.20	19 311	19 311	100	0
			07.01.12.01	118 810	110 500	93	-8 310
			07.01.15.01	25 945	25 944	100	-1
A5.P003.06	Programa Integrad Requalif. Espaço Públ	02.00	02.01.21	4 908	4 908	100	0
			02.02.25	7 231	6 108	84	-1 123
			07.01.04.01.09	3 955 955	3 302 983	83	-652 972
			08.05.01.01.01	564 068	153 916	27	-410 152
		02.06	07.01.04.01.09	27 449		0	-27 449
			07.01.15.01	79 300	54 678	69	-24 622
		09.03	02.02.03	2 570		0	-2 570
			02.02.19	1 179		0	-1 179
			07.01.04.01.09	11 800	437	4	-11 363
		16.00	04.05.01.01.02	16 732	15 000	90	-1 732
		16.01	02.01.01	14 707	14 699	100	-8
			02.02.01	709		0	-709
			02.02.03	15 744	15 695	100	-49
			04.05.01.01.02	25 000	25 000	100	0
			07.01.04.01.01	5 355		0	-5 355
			07.01.04.01.04	5 000	161	3	-4 839
			07.01.04.01.09	329 688	234 387	71	-95 301
			07.01.10.01	16 193	16 192	100	-1
A5.P003.07	Consolidação de Muros Suporte e Tapumes	09.01	02.02.14	23 700	4 867	21	-18 833
			07.01.04.01.09	705 358	491 208	70	-214 150
		09.02	07.01.04.01.09	292 778	30 484	10	-262 294
A5.P003.08	Consolidação Muro Suporte Tapume-Obra Coerciva	09.01	07.01.04.01.09	887 864	840 814	95	-47 050
A5.P004.01	Conservação e Manutenção Infraestrutura	02.06	02.01.21	307 589	210 884	69	-96 705
			02.02.14	9 000	6 743	75	-2 257
			02.02.25	791 074	414 169	52	-376 905
			07.01.04.01.03	476 305	27 924	6	-448 381
			07.01.08.01	17 005		0	-17 005
			07.01.09.01	23 370		0	-23 370
			07.01.10.01	563 119	478 484	85	-84 635
A5.P004.02	Fornecimento de Energia	02.06	02.02.25	13 508 423	8 559 454	63	-4 948 969
		09.03	02.02.25	800		0	-800
A5.P005	PAVIMENTOS Lx.XXI	08.04	07.01.04.01.01	953 560	362 951	38	-590 609
		09.01	07.01.04.01.01	8 724 054	3 252 503	37	-5 471 551
			07.01.04.01.02	7 050	6 150	87	-900
		16.01	07.01.04.01.01	2 327		0	-2 327

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A5.P005	PAVIMENTOS Lx.XXI	18.01	07.01.04.01.01	263 234		0	-263 234
A5.P006.01	Cais Sodré, Cp. Cebolas e Env. Terminal	09.01	07.01.04.01.09	6 297	5 166	82	-1 131
		09.03	07.01.04.01.09	93 703		0	-93 703
A5.P006.02	Esp. Púb. Zona Poente da F. Ribeirinha	09.00	07.01.04.01.09	1 089		0	-1 089
A5.P006.03	Ribeira das Naus	09.00	07.01.04.01.09	2 192		0	-2 192
A5.P007.01	Plano de Acessibilidade Pedonal	09.01	07.01.04.01.09	138 145		0	-138 145
		15.00	02.02.20	110 493	17 932	16	-92 561
			07.01.09.01	2 635	2 454	93	-181
A5.P007.02	Ligação Pedonal Pátio B / Terraços Carm	09.03	02.02.14	92 189		0	-92 189
			02.02.25	1 845		0	-1 845
		19.01	02.02.20	17 814		0	-17 814
A5.P007.04	Projeto FLOW	03.00	01.02.04	840		0	-840
			02.02.13	2 550		0	-2 550
A5.P007.05	Projeto MORE	15.00	02.02.14	28 288	28 288	100	0
		03.00	01.02.04	626	375	60	-251
			02.02.13	2 000	1 804	90	-196
A5.P007.06	Projeto Lisbon for All	18.00	02.02.16	5 000		0	-5 000
		03.00	01.02.04	21		0	-21
			02.02.13	70		0	-70
		15.00	02.02.14	2 000		0	-2 000
A5.P008.01	Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	630 153	402 269	64	-227 884
		15.00	07.01.04.01.01	294 878	5 359	2	-289 519
		09.00	07.01.04.01.09	40 959	0	0	-40 959
A5.P008.02	Intervenções Div. Reab Urbana Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	27 306		0	-27 306
		17.01	07.01.03.01.05	772 981	7 970	1	-765 011
		21.02	07.01.03.01.04	46 782	46 781	100	-1
		09.01	07.01.04.01.04	40 146		0	-40 146
A5.P009	REABILITAR ESPAÇO PÚBLICO - PIPARU		07.01.04.01.09	27 897	726	3	-27 171
		09.03	07.01.04.01.09	10 463	10 462	100	-1
A5.P010	REQUAL. ESPAÇO PÚBLICO-DIVERSOS LOCAIS	08.04	02.02.14	24 600	24 600	100	0
			02.02.20	31 607	20 541	65	-11 066
			07.01.04.01.09	208 307	134 765	65	-73 542
TOTAL DO PROGRAMA A5				42 411 455	22 995 535	54	-19 415 920
A6	CIDADE SEGURA						
A6.P001.01	Rede de Comunicações	11.00	07.01.10.01	15 072	15 071	100	-1
A6.P001.02	Equipamento e Fardamento	11.00	02.01.07	69 313	69 313	100	0
			07.01.10.01	265 485	238 389	90	-27 096
A6.P001.03	Veículos e Respetivas Cargas	10.00	07.01.10.01	157 002	157 002	100	0
		11.00	07.01.10.01	1 084 183	1 064 454	98	-19 729
A6.P001.04	Rede, Marcos Água, Bocas Incêndio e Outra	11.00	07.01.04.01.09	26 458		0	-26 458
A6.P001.05	Veículos Operacionais Proteção e Socorro	11.00	07.01.10.01	184 949	184 949	100	0
A6.P001.99	Outros	11.00	07.01.09.01	18 273	17 505	96	-768
			07.01.11.01	9 113	8 512	93	-601
			08.07.01	30 000	30 000	100	0
A6.P002.01	Equipamento e Fardamento	12.00	07.01.10.01	272 120	247 974	91	-24 146
A6.P002.02	Ações de Fiscalização de Trânsito	12.00	02.02.09	228 457	205 208	90	-23 249

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
A6.P002.02	Ações de Fiscalização de Trânsito	12.00	02.02.25	145 790	126 882	87	-18 908
A6.P002.03	Modernização da Frota	12.00	07.01.10.01	144 724	141 021	97	-3 703
A6.P002.04	Plano de Vídeo-Vigilância	12.00	02.02.03	27 302		0	-27 302
			02.02.19	5 535	5 535	100	0
A6.P002.06	Sistema Proc. Contraordenações Ind. Trânsito	12.00	07.01.10.01	100 000	60 619	61	-39 381
A6.P003.01	Projeto CCI-Cutting Crime Impact	03.00	01.02.04	564	563	100	-1
			02.02.13	3 000	2 592	86	-408
A6.P003.03	Projeto SWaPOL	03.00	01.02.04	502	500	100	-2
			02.02.13	1 500		0	-1 500
A6.P004	CONTRATO LOCAL SEGURANÇA	12.00	02.02.20	176 200	160 196	91	-16 004
A6.P005.01	Ações de Proteção Civil	07.00	07.01.08.01	57 380		0	-57 380
		10.00	02.01.07	69 800	14 160	20	-55 640
			02.01.20	87		0	-87
			02.01.21	390	355	91	-35
			02.02.03	5 374		0	-5 374
			02.02.20	67 436	1 845	3	-65 591
			02.02.25	650	640	98	-10
			07.01.03.01.06	191 000		0	-191 000
			07.01.10.01	2 072	2 071	100	-1
A6.P005.02	Projeto RESILIENS	03.00	01.02.04	126	125	99	-1
			02.02.11	8 535	3 446	40	-5 089
			02.02.13	639		0	-639
		06.01	01.03.09.02	300		0	-300
		10.00	02.01.20	9 000	8 967	100	-33
			02.01.21	1 000	941	94	-59
			02.02.25	30 000	29 889	100	-111
A6.P005.03	Projeto RESCCUE	03.00	01.02.04	1 600	1 001	63	-599
			02.01.15	1 000		0	-1 000
			02.02.11	3 010	1 636	54	-1 374
			02.02.13	5 990	1 548	26	-4 442
		06.01	01.03.09.02	300		0	-300
		10.00	02.01.20	35 000		0	-35 000
			02.02.14	7 800		0	-7 800
			02.02.16	4 000		0	-4 000
			02.02.20	17 000		0	-17 000
			02.02.25	25 000	23 250	93	-1 750
			07.01.07.01	2 000		0	-2 000
			07.01.08.01	2 000		0	-2 000
			07.01.10.01	43 600		0	-43 600
A6.P006	QUARTÉIS DE BOMBEIROS Lx.XXI	11.00	07.01.03.01.06	360 338	277 404	77	-82 934
TOTAL DO PROGRAMA A6				3 917 969	3 103 562	79	-814 407
TOTAL DO OBJECTIVO A				393 532 854	305 094 574	78	-88 438 280
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS							
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA							
B1.P001.01	Comissão Proteção de Crianças e Jovens	15.00	04.05.01.01.02	326 250	285 000	87	-41 250
B1.P001.03	Intervenção na Deficiência - RAAML	15.00	02.02.20	1 000		0	-1 000
			04.07.01	309 298	270 350	87	-38 948
			08.07.01	25 810	21 067	82	-4 743

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
B1.P001.04	Cidadania - RAAML	15.00 02.02.20	3 500		0	-3 500	
		04.07.01	7 206		0	-7 206	
B1.P001.06	Programa Municipal Voluntariado	15.00 02.01.05	600	170	28	-431	
		02.02.12	5 000	3 182	64	-1 818	
		02.02.14	3 000		0	-3 000	
		02.02.20	10 000		0	-10 000	
		02.02.25	13 500	11 046	82	-2 454	
		04.07.01	5 000		0	-5 000	
B1.P001.07	Transporte Adaptado	15.00 04.07.01	78 052	78 052	100	0	
B1.P001.09	Prémio Madalena Barbosa	15.00 04.07.01	4 500	490	11	-4 010	
		04.08.02.02	4 500		0	-4 500	
B1.P001.10	P M Prev com Violência Género	15.00 04.03.01	14 000	14 000	100	0	
		04.07.01	50 364	39 358	78	-11 006	
B1.P001.11	Direitos Humanos	15.00 02.02.20	5 000	1 400	28	-3 600	
		02.02.25	7 000	122	2	-6 878	
		04.07.01	19 253	7 253	38	-12 000	
B1.P001.13	Casa dos Direitos Sociais	15.00 02.01.21	2 500	2 465	99	-35	
		02.02.03	5 200	2 526	49	-2 674	
		02.02.25	7 278	7 003	96	-275	
		07.01.09.01	9 259		0	-9 259	
		07.01.10.01	2 700	800	30	-1 901	
B1.P001.14	Projeto HOME_EU	03.00 01.02.04	1 132	876	77	-256	
		02.02.13	4 120	2 452	60	-1 668	
B1.P001.16	Req. Casa Comunit da Nascimento Costa	14.00 07.01.03.01.03	12 116	8 481	70	-3 635	
		14.02 07.01.03.01.03	5 000		0	-5 000	
B1.P001.17	Emprego Primeiro Porta Aberta	09.02 07.01.03.01.03	152 426	77 290	51	-75 136	
		15.00 04.07.01	150 000		0	-150 000	
B1.P001.18	Casa Cidadania/Esp. LX Jovem-Bº P.Cruz	15.00 07.01.03.01.03	74 188	41 810	56	-32 378	
B1.P001.19	Melhoria Acessibilidades-Bº Horizonte	14.02 07.01.04.01.09	5 000		0	-5 000	
B1.P001.20	Pq. Urbano-Encosta Nascimento Costa	14.02 07.01.04.01.09	134 712		0	-134 712	
B1.P001.21	Req. Esp. Público-Encosta do Lavrado	14.02 07.01.04.01.09	5 000		0	-5 000	
B1.P002.01	Reclusos	17.01 04.07.01	108 495	108 495	100	-1	
B1.P002.02	Prevenção das Dependências	15.00 04.07.01	71 325	68 020	95	-3 305	
B1.P002.03	Programa PSOBLE	15.00 04.07.01	231 240	200 355	87	-30 885	
B1.P002.06	Programa Municipal Combate às Vulnerabil	15.00 04.07.01	243 515	229 320	94	-14 195	
B1.P002.07	Fundo de Emergência Social - IPPSS	15.00 04.05.01.01.02	626 187	610 000	97	-16 187	
		04.07.01	244 712	108 084	44	-136 628	
B1.P003.01	Apoio à Intervenção c/Sem-Abrigo-RAAML	15.00 04.07.01	545 643	456 517	84	-89 126	
B1.P004.01	Serviço de Teleassistência	15.00 07.01.10.01	8 229	6 150	75	-2 079	
B1.P005.01	Creches	15.00 02.02.20	6 329		0	-6 329	
		04.07.01	125 671	99 421	79	-26 250	
		08.07.01	8 000	8 000	100	0	
B1.P006.01	Juventude - RAAML	03.00 04.07.01	40 000	40 000	100	0	
		15.00 02.02.20	4 782	4 782	100	0	
		02.02.25	23 000	18 143	79	-4 858	
		04.07.01	70 922	64 825	91	-6 097	
B1.P007.01	Apoio à Família / Infância - RAAML	15.00 02.02.25	1 200	140	12	-1 060	
		04.07.01	201 520	146 546	73	-54 975	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
B1.P007.01	15.00	08.07.01	25 779	1 178	5	-24 601	
B1.P008.01	15.00	02.02.25	2 882	2 435	85	-447	
		04.03.01	1 510		0	-1 510	
		07.01.09.01	5 000		0	-5 000	
		07.01.15.01	4 635	4 635	100	0	
B1.P008.02	15.00	04.07.01	352 436	240 774	68	-111 662	
		08.07.01	54 000	54 000	100	0	
B1.P009.01	15.00	02.01.05	4 000		0	-4 000	
		02.02.20	8 000		0	-8 000	
		02.02.25	10 000		0	-10 000	
B1.P009.02	15.00	04.07.01	1 468 853	1 365 406	93	-103 447	
		08.07.01	40 000		0	-40 000	
B1.P009.03	15.00	02.01.15	11 134	10 750	97	-384	
		02.01.20	395	231	59	-164	
		02.01.21	2 000	1 989	99	-11	
		02.02.20	15 366	1 845	12	-13 521	
		02.02.25	6 500		0	-6 500	
		04.03.01	12 000		0	-12 000	
		07.01.09.01	12 105		0	-12 105	
B1.P009.04	09.02	07.01.03.01.03	96 583	93 372	97	-3 211	
	09.03	07.01.03.01.03	1 315 486	193 138	15	-1 122 348	
	15.00	07.01.03.01.03	34 071	11 070	32	-23 001	
B1.P009.05	15.00	02.02.20	6 027	6 027	100	0	
		04.07.01	35 200	20 000	57	-15 200	
		08.05.01.01.01	80 000	40 000	50	-40 000	
B1.P009.06	15.00	02.01.05	21 501	10 821	50	-10 680	
		02.01.20	1 907		0	-1 907	
		02.01.21	24 233	4 097	17	-20 136	
		02.02.08	17 000		0	-17 000	
		02.02.10	5 000	3 567	71	-1 433	
		02.02.12	5 000	1 727	35	-3 273	
		02.02.20	69 805	28 062	40	-41 743	
		02.02.25	66 465	31 065	47	-35 400	
B1.P009.07	15.00	04.05.01.01.02	60 000		0	-60 000	
		04.07.01	200 544	124 654	62	-75 890	
B1.P009.08	15.00	04.07.01	36 673	12 283	33	-24 390	
B1.P009.10	15.00	04.07.01	25 000	10 000	40	-15 000	
B1.P010.01	15.00	02.02.25	19		0	-19	
B1.P010.03	03.00	01.02.04	6 371	188	3	-6 183	
		02.02.13	3 990		0	-3 990	
	15.00	02.02.16	3 000		0	-3 000	
B1.P010.04	03.00	01.02.04	126		0	-126	
		02.02.13	500		0	-500	
	15.00	02.02.20	3 686		0	-3 686	
B1.P012.01	15.00	07.01.03.01.02	153 850		0	-153 850	
B1.P012.02	09.03	07.01.03.01.03	7 358		0	-7 358	
B1.P013	09.03	07.01.03.01.03	7 358		0	-7 358	
	15.00	07.01.03.01.03	9 508	9 274	98	-234	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
B1.P014.01	Prog. Empreendedorismo, Empregabilidade	20.02	02.02.25	30 500	30 258	99	-242
B1.P015.01	Incubadora Social	15.00	02.02.20	5 000	4 700	94	-300
			02.02.25	4 980	4 980	100	0
			04.07.01	197 374	154 250	78	-43 124
B1.P015.03	Rede Emprega-Lisboa	15.00	02.02.20	33 456	25 092	75	-8 364
B1.P015.05	Empreendedorismo Inclusivo	15.00	02.02.20	6 200	3 675	59	-2 525
B1.P015.07	Economia Social Promoção da Empregabilid	15.00	02.02.20	30 074	15 037	50	-15 037
TOTAL DO PROGRAMA B1				8 664 674	5 564 564	64	-3 100 110
B2	+ESCOLARIDADE, +QUALIFIC, MELHOR ESCOLA						
B2.P001.01	Mobiliário e Equipamento para as Escola	07.00	07.01.07.01	324 124	18 116	6	-306 008
		21.01	02.01.20	11 562	11 562	100	0
			02.01.21	200		0	-200
			02.02.03	6 482	6 094	94	-388
			02.02.08	5 860	1 378	24	-4 482
			02.02.20	195	194	100	-1
			02.02.25	3 207	3 207	100	0
			07.01.09.01	133 048		0	-133 048
B2.P001.02	Programa "Escola Nova"	09.03	07.01.03.01.02	127 941	30 681	24	-97 260
		21.01	02.01.07	500	460	92	-40
			02.02.14	18 450	18 450	100	0
			07.01.03.01.02	1 119 706	972 487	87	-147 219
		07.01.10.01	5 618		0	-5 618	
B2.P002.01	Transportes Escolares Alfacinhas	21.01	02.02.10	800 620	739 187	92	-61 433
B2.P002.02	Subsídios Transporte Escolar	21.01	02.02.10	87 320	69 599	80	-17 721
B2.P002.03	Transporte Escolar Adaptado	21.01	04.07.01	63 144	63 143	100	-1
B2.P003.01	Apoio à Família - JI e 1º CEB	21.01	04.05.01.01.03	1 835 000	1 829 148	100	-5 852
			04.07.01	1 041 805	795 264	76	-246 541
B2.P004	EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR	21.02	02.01.07	317	316	100	-1
			02.01.15	4 773	4 772	100	-1
			02.01.20	30 034	30 034	100	0
			02.01.21	326		0	-326
			04.07.01	182 515	87 611	48	-94 904
B2.P005.01	Promoção da Música - Orquestra Geração	21.01	04.07.01	100 000	100 000	100	0
			06.02.03.03	450		0	-450
B2.P006.01	Refeições Escolares	21.01	02.01.05	4 031 238	3 647 973	90	-383 265
			02.01.06	44 607	14 588	33	-30 019
			02.01.07	3 700	1 697	46	-2 003
			02.01.13	27 155	27 154	100	-1
			04.03.01	201 163	189 613	94	-11 550
		04.05.01.01.03	2 093 362	1 968 610	94	-124 752	
B2.P006.02	Apoio à Gestão Escolar	07.00	02.02.05	18 450		0	-18 450
		21.01	02.01.04	282	282	100	0
			02.02.12	500		0	-500
			04.03.01	268 735	268 734	100	-1
			04.05.01.01.03	4 600	3 200	70	-1 400
		04.07.01	23 719	23 718	100	-1	
B2.P006.04	Promoção da Educação	21.01	02.01.18	622	622	100	0

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros	
				Valor	Tx. Exec.			
(Cont.)								
B2.P006.04	Promoção da Educação	21.01	02.01.21	4 200	4 198	100	-2	
			02.02.08	1 495	1 494	100	-1	
			02.02.12	1 313	0	0	-1 313	
			02.02.14	65 129	65 129	100	-1	
			02.02.25	21 578	18 376	85	-3 202	
			04.07.01	151 925	144 463	95	-7 462	
B2.P006.05	Manuais escolares	21.01	04.03.01	4 998 447	4 946 827	99	-51 620	
			04.05.01.01.03	22 502	22 501	100	-1	
B2.P006.06	Promoção da Leitura	19.00	02.01.20	4 000	3 528	88	-472	
			02.02.20	8 727	5 086	58	-3 641	
			02.02.25	10 421	7 342	70	-3 079	
B2.P007	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAR	21.01	02.02.25	39 394		0	-39 394	
			07.01.03.01.02	5 102		0	-5 102	
			07.01.10.01	6 148	6 148	100	0	
B2.P008.01	Programa Lisboa Escola Inclusiva	15.00	02.02.25	95 000		0	-95 000	
B2.P009.01	Escola Básica Coruchéus (151)	09.03	07.01.03.01.02	7 888		0	-7 888	
			21.01	07.01.03.01.02	1 328 433	1 080 953	81	-247 480
B2.P009.02	Escola Básica Quinta Frades (31)	21.01	07.01.03.01.02	16 180	16 179	100	-1	
B2.P009.03	Escola Básica D. L. Cunha (121)	09.03	07.01.03.01.02	18 328	0	0	-18 328	
			21.01	07.01.03.01.02	1 511 603	974 513	64	-537 090
B2.P009.04	Escola Básica Olivais (36)	09.03	07.01.03.01.02	29 736		0	-29 736	
			21.01	07.01.03.01.02	1 980 731	906 023	46	-1 074 708
B2.P009.05	Escola Básica Teixeira de Pascoais (101)	09.03	07.01.03.01.02	9 102		0	-9 102	
			21.01	07.01.03.01.02	1 065 687	137 544	13	-928 143
B2.P009.06	Escola Básica B.º S. Miguel (24)	09.03	07.01.03.01.02	18 413		0	-18 413	
			21.01	07.01.03.01.02	2 015 968	1 235 738	61	-780 230
B2.P009.07	Escola Básica Luísa Neto Jorge (117)	21.01	07.01.03.01.02	1 398 756	284 886	20	-1 113 870	
B2.P009.08	Manutenção e Conservação Parque Escolar	09.02	07.01.03.01.02	107 942	105 502	98	-2 440	
			09.03	02.02.19	2 378	0	-2 378	
				02.02.25	496	0	-496	
				07.01.03.01.02	1 502	0	-1 502	
				07.01.04.01.09	972	0	-972	
			09.04	02.02.14	18 459	9 194	50	-9 265
			21.01	02.01.21	4 030	4 024	100	-6
				02.02.20	126	125	99	-1
				07.01.03.01.02	6 139	6 139	100	0
				08.05.01.01.01	18 850	0	-18 850	
B2.P010	EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS Lx.XXI	09.03	07.01.03.01.02	5 868	0	0	-5 868	
			21.01	07.01.03.01.02	12 000 306	6 282 324	52	-5 717 982
B2.P011	PROGRAMA "ESCOLA NOVA" - PIPARU	09.03	07.01.03.01.02	42 330	13 297	31	-29 033	
TOTAL DO PROGRAMA B2				39 932 940	27 287 463	68	-12 645 477	
B3	PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA							
B3.P001.01	Apoio a entidades - RAAML e outros	21.02	04.07.01	2 252 935	1 580 853	70	-672 083	
			08.07.01	983 437	344 727	35	-638 710	
B3.P003.01	Olisípiadas	21.02	02.01.05	90 802	38 446	42	-52 356	
			02.01.20	14 962	7 788	52	-7 174	
			02.01.21	5 935	5 935	100	0	
			02.02.03	1 140	1 140	100	0	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
B3.P003.01	21.02	02.02.04	13 620	13 620	100	0	
		02.02.25	2 897	2 897	100	0	
		04.07.01	28 000	9 600	34	-18 400	
		07.01.10.01	20 891	8 990	43	-11 901	
		08.05.01.01.01	100 000	67 000	67	-33 000	
B3.P003.02	21.02	02.01.20	5 000	1 500	30	-3 500	
		02.02.10	3 130	3 129	100	-1	
		02.02.25	977	977	100	0	
		04.07.01	111 739	95 996	86	-15 743	
B3.P003.03	21.02	02.01.15	11 821	11 735	99	-86	
		02.02.04	22 753	19 896	87	-2 857	
		02.02.08	5 351	1 734	32	-3 617	
		02.02.14	15 999	15 999	100	0	
		02.02.17	25 054	20 819	83	-4 235	
		02.02.20	29 868	8 220	28	-21 648	
		02.02.25	83 271	67 130	81	-16 141	
		04.05.01.01.02	34 919	14 329	41	-20 590	
		08.05.01.01.01	90 000	80 000	89	-10 000	
B3.P003.04	21.02	04.07.01	42 603	37 328	88	-5 275	
B3.P003.05	21.02	02.02.10	1 620	1 620	100	0	
		04.07.01	242 760	222 667	92	-20 093	
B3.P004.01	21.02	02.01.21	5 948	1 288	22	-4 660	
		02.02.03	17 929	9 228	51	-8 701	
		02.02.20	16 250	6 574	40	-9 676	
		07.01.09.01	978	977	100	-1	
		07.01.10.01	49 373	15 124	31	-34 249	
B3.P004.02	21.02	02.01.07	673	673	100	0	
		02.01.21	2 113	338	16	-1 775	
		02.02.03	5 113	5 112	100	-1	
		07.01.15.01	165	165	100	0	
B3.P004.03	09.02	07.01.03.01.04	99 372	27 506	28	-71 866	
	09.03	02.02.03	400		0	-400	
B3.P004.04	02.06	02.02.19	18 820	18 779	100	-41	
	09.03	02.02.19	7 627		0	-7 627	
	21.02	07.01.03.01.04	73	72	99	-1	
B3.P004.05	21.02	08.05.01.01.01	161 700	5 000	3	-156 700	
B3.P004.06	21.02	02.01.21	940	939	100	-1	
		07.01.03.01.04	14 207	0	0	-14 207	
		07.01.10.01	9 577	9 109	95	-468	
		07.01.15.01	2 102	2 101	100	-1	
B3.P004.99	21.02	07.01.03.01.04	44 433		0	-44 433	
		07.01.04.01.05	24 477	0	0	-24 477	
		07.01.15.01	23 493		0	-23 493	
TOTAL DO PROGRAMA B3			4 747 247	2 787 058	59	-1 960 189	
B4	MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA						
B4.P001.01	15.00	02.02.20	4 651	4 650	100	-1	
		04.03.01	8 000	8 000	100	0	
		04.07.01	30 007	30 006	100	-1	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
B4.P001.01	Plano Municipal de Saúde	15.00	08.07.01	3 000		0	-3 000
B4.P001.02	Promoção da Saúde e Qual. Vida - RAAML	15.00	02.02.20	8 761	8 515	97	-246
			04.07.01	364 583	273 583	75	-91 000
B4.P002	CENTROS DE SAÚDE Lx.XXI	15.00	07.01.03.01.03	944 761	469 125	50	-475 636
TOTAL DO PROGRAMA B4				1 363 763	793 880	58	-569 883
TOTAL DO OBJECTIVO B				54 708 624	36 432 965	67	-18 275 659
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA							
C1 + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS							
C1.P001.01	Captar Investimento para Lisboa	20.00	02.02.25	10 000	9 616	96	-384
		20.02	02.02.17	1 981	1 980	100	-1
C1.P001.02	Apoiar o Investimento em Lisboa	20.02	04.01.02	156 000	156 000	100	0
C1.P001.04	Lift-Lisbon Initiative for the Future	20.00	02.02.25	3 000		0	-3 000
C1.P001.05	Projeto Urban MANUFACTURING	03.00	01.02.04	1 500	751	50	-749
			02.02.11	4 425	2 634	60	-1 791
			02.02.13	7 500	4 862	65	-2 638
		20.01	02.02.14	10 548	8 678	82	-1 870
			02.02.20	5 619		0	-5 619
			02.02.25	1 994		0	-1 994
C1.P001.06	Projeto SPEED UP	03.00	01.02.04	2 000	1 063	53	-937
			02.02.11	2 000		0	-2 000
			02.02.13	10 200	2 968	29	-7 232
		20.02	02.02.14	10 400	1 351	13	-9 049
			02.02.16	500		0	-500
			02.02.17	2 200		0	-2 200
			02.02.20	1 000		0	-1 000
TOTAL DO PROGRAMA C1				230 867	189 902	82	-40 965
C2 + EMPREENDEDORES,+ATITUDE EMPREENDEDORA							
C2.P001.01	Educação e Cultura p/ o Empreendedorism	20.02	02.02.25	1 000	499	50	-501
C2.P001.02	Empreendedorismo Jovem nas Escolas Públ	20.02	04.07.01	20 000	20 000	100	0
C2.P001.03	Semana do Empreendedorismo de Lisboa	20.02	02.02.25	12 000	11 794	98	-206
C2.P001.04	Modelo de Dados da Economia da Cidade	20.00	02.02.25	19 728	18 702	95	-1 026
C2.P002.01	Posicionar Lx Start-up City à Esc.Inter	20.00	02.02.25	70 000	67 035	96	-2 965
			04.07.01	285 000	285 000	100	0
C2.P002.03	Expandir o "Lisboa Empreende"	20.02	02.02.25	42 925	37 515	87	-5 410
C2.P002.04	Projeto SCICITY	20.01	02.02.08	5 000	4 828	97	-172
			02.02.17	2 100	1 968	94	-132
			02.02.20	900	677	75	-224
C2.P003.01	Plataforma de Crowdfunding	20.02	02.02.25	20 000	19 650	98	-350
C2.P003.02	YEP-Programa Jovem Empreendedor	03.00	02.02.13	2 000		0	-2 000
		15.00	04.08.02.02	1 600		0	-1 600
C2.P004.02	Hub Beato - Reab. Urbana Lx.XXI	09.01	07.01.04.01.09	1 052 036	103 477	10	-948 559
		17.01	07.01.03.01.06	75 000		0	-75 000
TOTAL DO PROGRAMA C2				1 609 289	571 145	35	-1 038 144
C3 FOMENTAR O TALENTO							
C3.P001	LISBOA CIDADE ERASMUS	20.01	02.02.04	8 300	8 290	100	-10
			02.02.25	1 000	959	96	-41
			06.02.03.03	4 000	3 000	75	-1 000
			07.01.09.01	4 630		0	-4 630

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C3.P001	LISBOA CIDADE ERASMUS	20.01	07.01.10.01	10 000	852	9	-9 148
TOTAL DO PROGRAMA C3				27 930	13 100	47	-14 830
C4	CIDADE INTELIGENTE						
C4.P002	PROJETO SHARING CITIES	02.06	07.01.03.01.06	104 942	75 225	72	-29 717
		03.00	01.02.04	2 500	1 126	45	-1 374
			02.02.13	8 500	5 385	63	-3 115
		03.01	02.02.17	10 000		0	-10 000
		03.03	07.01.03.01.06	245 072	24 476	10	-220 596
		04.00	02.02.14	5 000		0	-5 000
			02.02.16	50 000		0	-50 000
			02.02.20	348 106		0	-348 106
			07.01.02.01.02	87 719		0	-87 719
			07.01.06.01	113 802		0	-113 802
		14.00	07.01.02.01.02	1 060 245	55 554	5	-1 004 691
		17.02	07.01.10.01	91 000	90 836	100	-165
TOTAL DO PROGRAMA C4				2 126 886	252 601	12	-1 874 285
C5	APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE						
C5.P001.01	ENH-Bairro com Vida/Loja no Bairro	14.02	08.08.01	429		0	-429
C5.P002.01	Equipas Operacionais DHMEM	09.02	02.01.01	3 000	2 551	85	-449
C5.P003.01	Fundo Lojas com História	20.00	02.02.25	38 573	25 911	67	-12 662
			04.08.02.02	75 000	45 717	61	-29 283
C5.P003.02	Parcerias Dinamiz. Eixos Com.Tradicional	20.02	02.02.20	500		0	-500
			02.02.25	169 000	128 695	76	-40 305
			04.01.02	14 500		0	-14 500
			04.07.01	185 000	185 000	100	0
C5.P003.03	Valorizar e Promover Mercados Municipai	02.07	02.02.14	34 150	34 016	100	-134
			02.02.20	92 712	897	1	-91 815
			04.08.02.02	30 245	29 693	98	-552
			07.01.03.01.05	53 865	53 797	100	-68
			07.01.10.01	35 665	16 544	46	-19 122
		09.03	02.02.03	300		0	-300
			02.02.19	2 000		0	-2 000
C5.P003.04	Segurança Alimentar e Metrologia	02.06	02.02.03	2 629	2 629	100	0
		16.00	02.01.09	9 390	9 222	98	-168
			02.01.14	11 541	6 979	60	-4 562
			02.01.21	23 886	18 410	77	-5 476
			02.02.08	1 849	1 731	94	-118
			02.02.20	31 261	22 305	71	-8 956
C5.P004	VALORIZAR/PROMOVER MERC. MUNIC.Lx.XXI	02.07	07.01.03.01.05	334 406	40 269	12	-294 137
TOTAL DO PROGRAMA C5				1 149 901	624 364	54	-525 537
C6	TURISMO SUSTENTÁVEL						
C6.P001.01	Apoio à ATL	20.01	05.01.01.02.02	3 655 100	2 926 405	80	-728 695
C6.P002.01	Melhoria da Oferta Turística	20.01	08.07.01	14 752 500		0	-14 752 500
C6.P002.02	Iluminações de Natal	03.01	04.07.01	800 000	800 000	100	0
C6.P002.03	Moda Lisboa	19.00	04.07.01	667 500	667 500	100	0
C6.P002.04	Lisboa em Paris	19.00	04.07.01	15 000	15 000	100	0
C6.P002.05	LisbonWeek	19.00	04.07.01	40 000	40 000	100	0
C6.P002.06	Iniciativas Institucionais	01.01	02.01.15	662	662	100	0

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
C6.P002.07	Lisboa à Prova	03.01	02.02.25	61 316	61 316	100	-1
C6.P002.99	Outros Eventos	03.01	02.01.15	11 406	11 406	100	0
			02.02.08	44 263	37 343	84	-6 920
			02.02.11	70 891	70 891	100	0
			02.02.17	397 271	397 271	100	0
			02.02.18	240 997	240 996	100	-1
			02.02.25	1 061 606	1 061 605	100	-1
			04.01.01	2 800 000	2 800 000	100	0
			04.01.02	333 333	333 333	100	0
			04.07.01	248 000	248 000	100	0
			06.02.02	50		0	-50
TOTAL DO PROGRAMA C6				25 199 895	9 711 726	39	-15 488 169
TOTAL DO OBJECTIVO C				30 344 768	11 362 838	37	-18 981 930
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL							
D1 CAPITAL EUROPEIA							
D1.P001	ATIVID. INSTITUCIONAIS E INTERMUNICIPAIS	03.00	02.02.13	35 000	20 572	59	-14 428
			06.02.03.03	38 750	36 249	94	-2 501
D1.P002.01	Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	15.00	04.05.01.01.03	5 000	3 462	69	-1 538
D1.P003.01	Atividades de Cooperação - Apoio à UCCL	03.00	04.07.01	150 000	150 000	100	0
D1.P004.01	Atividades Internacionais	03.00	02.01.15	1 000		0	-1 000
			02.02.11	30 000	21 125	70	-8 875
			02.02.13	357 888	242 937	68	-114 951
			02.02.20	36 000	31 680	88	-4 320
			04.08.02.02	1 500	1 500	100	0
			06.02.03.03	106 882	106 882	100	0
D1.P004.02	Lisboa Cidade Internacional	03.00	02.01.15	10 000	6 913	69	-3 087
			02.02.08	1 784	1 784	100	-1
			02.02.11	9 584	6 584	69	-3 000
			02.02.13	34 202	26 874	79	-7 328
			02.02.20	4 841	4 840	100	-1
			04.07.01	50 000	50 000	100	0
D1.P004.03	Milestone Event	03.01	02.02.11	8 584	8 584	100	0
			02.02.17	1 587	1 587	100	0
TOTAL DO PROGRAMA D1				882 602	721 572	82	-161 030
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA							
D2.P001.01	Bibliotecas Municipais	02.06	02.02.19	10 269	1 353	13	-8 916
		07.00	02.02.19	31 086	2 030	7	-29 057
			07.01.07.01	20 581	20 580	100	-1
			07.01.08.01	4 416	4 416	100	0
		09.03	02.02.19	1 528		0	-1 528
		19.00	02.01.08	4 578	4 182	91	-396
			02.01.16	3 821	3 816	100	-5
			02.01.20	62 334	29 565	47	-32 769
			02.01.21	10 036	4 860	48	-5 176
			02.02.03	13 487	6 794	50	-6 693
			02.02.10	714	713	100	-1
			02.02.12	5 322	186	3	-5 136
			02.02.20	23 983	15 571	65	-8 412
(Cont.)							

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P001.01	Bibliotecas Municipais	19.00	02.02.25	15 252	13 445	88	-1 807
			06.02.03.03	540		0	-540
			07.01.03.01.01	46 233	46 229	100	-4
			07.01.10.01	62 462	58 107	93	-4 355
			07.01.15.01	52 777	23 124	44	-29 653
D2.P002	NOVA FEIRA POPULAR	09.00	02.02.14	78 500		0	-78 500
			07.01.04.01.01	105 729	41 328	39	-64 401
		16.00	07.01.04.01.04	2 000 000	221 406	11	-1 778 594
			07.01.15.01	37 766	37 765	100	-1
D2.P003.01	Transferências para a EGEAC	19.00	05.01.01.01.01	7 650 000	7 650 000	100	0
D2.P003.02	Orquestra Metropolitana de Lisboa	19.00	05.01.01.02.03	1 125 000	1 125 000	100	0
D2.P003.03	Agenda Cultural	03.01	02.02.17	6 151	6 089	99	-63
		07.00	07.01.08.01	1 000		0	-1 000
		19.00	02.02.17	3 075	3 075	100	0
			02.02.20	163 482	154 255	94	-9 227
			02.02.25	26 778	24 626	92	-2 152
			07.01.15.01	3 960	3 960	100	0
D2.P003.04	Comemorações de Efemérides	01.01	02.02.25	806		0	-806
		19.00	02.02.25	18 356		0	-18 356
		19.01	02.02.16	13 046	12 741	98	-305
D2.P003.05	Feira do Livro de Lisboa	19.00	04.07.01	120 000	120 000	100	0
D2.P003.06	Projetos de Instituições Culturais	19.00	04.01.02	744 848	667 348	90	-77 500
			04.05.01.01.02	377 181	377 181	100	0
			04.07.01	2 611 753	2 594 608	99	-17 145
			06.02.03.03	71 961	52 250	73	-19 711
			08.01.02	12 500	12 500	100	0
			08.05.01.01.01	141 155	75 730	54	-65 425
			08.07.01	240 403	141 139	59	-99 264
D2.P003.07	Associações e Coletividades	19.00	04.07.01	812 297	807 979	99	-4 318
D2.P003.08	Produção Cinematográfica e Audiovisual	19.00	04.01.02	539 100	496 940	92	-42 160
D2.P003.09	Lisbon and Estoril Film Festival	19.00	04.01.02	250 000	250 000	100	0
D2.P003.10	Prémios Municipais	08.00	02.01.18	5 250		0	-5 250
			02.02.20	16 026	11 879	74	-4 147
			04.01.02	25 040		0	-25 040
			04.08.02.02	12 520	12 520	100	0
D2.P003.11	Grande Exposição Internacional	19.00	02.02.16	139 818	61 478	44	-78 340
			02.02.25	18 500	16 755	91	-1 745
D2.P003.12	Plano Estratégico Cultural	03.00	02.02.11	500		0	-500
			02.02.13	7 000		0	-7 000
		19.00	02.01.05	100		0	-100
			02.02.14	34 305	28 398	83	-5 907
			02.02.20	45 160	40 340	89	-4 820
			02.02.25	978		0	-978
D2.P003.13	Ateliês Municipais	19.00	02.01.21	1 583	1 522	96	-61
			02.02.03	2 952	2 952	100	0
			02.02.12	455	196	43	-259
			02.02.25	2 641	2 640	100	-1
			07.01.03.01.01	2 036	2 036	100	0

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P003.13	Ateliês Municipais	19.00	07.01.10.01	5 000		0	-5 000
			07.01.15.01	7 156		0	-7 156
D2.P003.14	Projeto ROCK	03.00	01.02.04	1 502	1 313	87	-189
			02.02.11	20 633	13 313	65	-7 320
			02.02.13	8 750	4 305	49	-4 445
		03.01	02.01.05	323	322	100	-1
			02.02.11	1 002	1 002	100	0
		07.00	07.01.08.01	67 060		0	-67 060
		19.00	02.02.14	3 500	1 230	35	-2 270
			02.02.20	198 136	65 641	33	-132 495
D2.P003.15	Projeto ROSSIO	07.00	07.01.07.01	20 150	2 790	14	-17 360
			07.01.08.01	4 046		0	-4 046
		19.00	02.02.20	79 746		0	-79 746
			07.01.07.01	28 065		0	-28 065
D2.P003.16	Projeto OpenHeritage	03.00	01.02.04	626	625	100	-1
			02.02.13	4 000	1 993	50	-2 007
		07.00	07.01.07.01	2 000		0	-2 000
			07.01.08.01	2 000		0	-2 000
		14.02	02.02.16	2 000		0	-2 000
			02.02.20	4 000		0	-4 000
			02.02.25	6 000		0	-6 000
			07.01.03.01.03	15 000		0	-15 000
D2.P004.03	MUDE	03.00	02.02.11	500		0	-500
			02.02.13	34 000	3 559	10	-30 441
		07.00	07.01.08.01	4 576	4 576	100	0
		19.00	02.01.07	150		0	-150
			02.01.16	3 338	3 337	100	-1
			02.01.18	3 670	2 496	68	-1 174
			02.01.21	2 234	2 233	100	-1
			02.02.01	80 697	52 001	64	-28 696
			02.02.08	1 500		0	-1 500
			02.02.10	47 280	43 524	92	-3 756
			02.02.12	17 498	17 498	100	0
			02.02.14	6 400		0	-6 400
			02.02.16	328 912	307 870	94	-21 042
			02.02.17	15 527	13 005	84	-2 522
			02.02.19	1 058	1 058	100	-1
			02.02.20	13 738	12 815	93	-923
			02.02.25	113 522	101 572	89	-11 950
			06.02.03.03	2 447	2 447	100	0
			07.01.03.01.01	95 569	39 935	42	-55 634
			07.01.11.01	1 000	753	75	-247
			07.01.12.01	63 580	59 545	94	-4 035
			07.01.15.01	127 057	124 760	98	-2 297
D2.P004.04	Museu Lisboa - Palácio Pimenta	19.00	07.01.03.01.01	284 596	161 206	57	-123 390
			07.01.10.01	107 869	101 327	94	-6 542
			07.01.12.01	279 888	220 860	79	-59 028
			07.01.15.01	332 100		0	-332 100

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P004.05	Museu Lisboa - Teatro Romano	19.00	07.01.03.01.01	130 047	71 526	55	-58 521
D2.P005	REABILITAR EQUIPAMENTO CULTURAL - PIPARU	09.03	07.01.03.01.01	37 768	37 767	100	-1
D2.P006.01	Pólos Culturais	03.00	02.02.11	2 000		0	-2 000
			02.02.13	500	351	70	-149
		07.00	07.01.08.01	33 063	3 063	9	-30 000
		19.00	02.01.04	1 184	1 183	100	-1
			02.01.21	18 676	16 664	89	-2 012
			02.02.03	5 798	5 535	95	-263
			02.02.08	11 587	11 587	100	0
			02.02.10	1 526	1 525	100	-1
			02.02.12	646	238	37	-408
			02.02.16	36 153	33 570	93	-2 583
			02.02.20	30 569	30 281	99	-288
			02.02.25	43 297	37 654	87	-5 643
			06.02.03.03	889	889	100	0
			07.01.03.01.01	201 970	188 422	93	-13 548
			07.01.10.01	47 000	44 542	95	-2 458
			07.01.15.01	13 000	8 074	62	-4 926
D2.P006.99	Outros Equipamentos Culturais	09.03	02.02.03	1 870		0	-1 870
			02.02.19	1 974		0	-1 974
			07.01.03.01.01	31 008	8 659	28	-22 349
		19.00	02.02.25	84		0	-84
			07.01.03.01.01	36 470		0	-36 470
		19.01	07.01.03.01.01	6 500	6 054	93	-446
D2.P007.01	Videoteca Municipal	19.01	02.01.20	302	284	94	-18
			02.01.21	621	620	100	-1
			02.02.03	60	60	100	0
			02.02.12	368	368	100	-1
			02.02.16	13 571	13 570	100	-1
			02.02.20	28 923	13 501	47	-15 422
			06.02.03.03	312	311	100	-1
			07.01.10.01	9 850	9 850	100	-1
D2.P008.01	Plano Pormenor e Recup. Capitólio	09.03	07.01.03.01.01	155 395	47 790	31	-107 605
D2.P008.02	Teatro Variedades	09.03	07.01.03.01.01	3 625 578	109 406	3	-3 516 172
D2.P009.01	PISAL - Banco Azulejo	19.01	02.01.21	4 800	969	20	-3 831
			02.02.20	18 605	18 497	99	-108
			07.01.03.01.01	6 111	6 110	100	-1
			07.01.04.01.09	109 077	101 481	93	-7 596
			07.01.15.01	10 226	10 225	100	-1
D2.P010.01	Reabilit.do Edifício dos P.do Concelho	03.03	02.02.20	24 903	20 101	81	-4 802
			07.01.03.01.06	221 787	201 888	91	-19 899
D2.P010.02	Estudos Património	19.01	02.02.16	763		0	-763
			02.02.20	3 840	3 122	81	-718
			04.07.01	12 014	12 014	100	0
D2.P010.03	CRLx - Galerias Romanas	03.00	02.02.13	1 200		0	-1 200
		03.01	02.01.05	300		0	-300
		07.00	07.01.07.01	3 703	3 702	100	-1
			07.01.08.01	1 169	1 146	98	-23

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P010.03	CRLx - Galerias Romanas	19.01	02.02.20	44 550	40 827	92	-3 723
			07.01.03.01.01	74 628	14 205	19	-60 423
			07.01.11.01	3 000	2 765	92	-235
			07.01.15.01	18 586		0	-18 586
D2.P011.01	Exposições Temporárias	19.00	02.02.16	1 850		0	-1 850
		19.01	02.02.16	7 308	7 307	100	-1
D2.P011.02	Gabinete Estudos Olisiponenses	19.01	02.01.18	145	144	100	-1
			02.01.20	1 347	404	30	-943
			02.01.21	2 156	2 156	100	0
			02.02.03	954	953	100	-1
			02.02.20	3 014	3 014	100	-1
			02.02.25	246		0	-246
			07.01.10.01	1 157	1 000	86	-157
			07.01.12.01	2 200	2 200	100	0
D2.P011.03	Arquivos Municipais	09.03	02.02.19	1 618		0	-1 618
		19.01	02.01.11	84	83	99	-1
			02.01.17	310	310	100	0
			02.01.18	208	207	100	-1
			02.01.20	6 519	6 027	92	-492
			02.01.21	12 843	12 497	97	-346
			02.02.10	1 157	1 156	100	-1
			02.02.16	14 565	10 341	71	-4 224
			02.02.19	140 214	139 810	100	-404
			02.02.20	45 879	45 878	100	-1
			02.02.25	5 936	4 658	78	-1 278
			06.02.03.03	125		0	-125
			07.01.03.01.01	8 093		0	-8 093
			07.01.15.01	6 907	2 758	40	-4 149
D2.P011.04	Arquivo Fotográfico	19.01	02.01.21	7 335	7 253	99	-82
			02.02.16	6 247	5 895	94	-352
			02.02.20	28 700	27 594	96	-1 106
			07.01.15.01	6 587		0	-6 587
D2.P011.05	CAL - Centro Arqueologia	19.01	02.01.01	252	252	100	0
			02.01.06	277	277	100	0
			02.01.07	255	241	94	-14
			02.01.17	499	498	100	-1
			02.01.18	796	786	99	-10
			02.01.20	394	394	100	0
			02.01.21	7 085	7 076	100	-9
			02.02.12	100	99	99	-2
			02.02.16	900	900	100	0
			02.02.20	20 767	20 767	100	0
			07.01.03.01.01	6 144	6 144	100	0
			07.01.10.01	1 244	823	66	-421
			07.01.11.01	5 755	5 743	100	-12
			07.01.15.01	1 815	1 814	100	-1
D2.P011.06	Escola das Gaiotas	07.00	07.01.07.01	6 150		0	-6 150
		19.00	02.01.21	1 940	1 452	75	-488

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P011.06	Escola das Gaivotas	19.00	02.02.20	700	215	31	-485
			07.01.03.01.01	8 950	677	8	-8 274
			07.01.09.01	1 903	1 903	100	0
			07.01.10.01	4 797		0	-4 797
			07.01.15.01	190		0	-190
D2.P011.99	Outros Equipamentos Culturais	02.06	02.02.19	5 614	2 536	45	-3 078
		09.03	02.02.19	645		0	-645
		16.00	08.07.01	417 625	317 625	76	-100 000
		19.00	02.01.16	58		0	-58
			02.01.21	2 913	2 913	100	0
			07.01.09.01	5 000		0	-5 000
		19.01	02.01.21	291	290	100	-1
			02.02.16	600	599	100	-1
			02.02.19	236		0	-236
			02.02.20	16 243	9 640	59	-6 603
			07.01.09.01	1 000		0	-1 000
D2.P012	CAPITAL IBERO AMERICANA	03.00	02.02.13	14 685	14 441	98	-244
		19.00	02.02.16	1 427	320	22	-1 107
			02.02.17	6 144	6 144	100	0
			02.02.20	10 819	665	6	-10 154
			02.02.25	38 727	37 473	97	-1 254
			04.01.02	26 000	26 000	100	0
			04.07.01	251 940	251 940	100	0
			08.01.02	10 000	10 000	100	0
D2.P013.02	Req.AdaptTorr.Poente T.Paço_Museu Lx	19.00	07.01.03.01.01	216 067	185 911	86	-30 156
D2.P013.03	Rota Memorial do Convento	19.00	02.02.20	20 834		0	-20 834
D2.P014	EQUIPAMENTOS CULTURAIS Lx.XXI	14.00	07.01.03.01.06	250 000	134 579	54	-115 421
		19.00	07.01.03.01.01	233 708	167 051	71	-66 657
			07.01.10.01	969 549	82 278	8	-887 271
D2.P015.01	Plano Mun. p/ Integração Imigrantes Lisb	15.00	02.01.21	3 100		0	-3 100
			04.03.01	41 820		0	-41 820
			04.03.04	4 440		0	-4 440
			04.07.01	115 732	74 808	65	-40 924
			08.07.01	61 640	61 640	100	0
D2.P015.02	Fundo de Apoio aos Refugiados	15.00	04.07.01	16 155	16 155	100	0
D2.P015.03	Programa Municipal Acolhimento Refugiado	04.02	02.02.01	50 000		0	-50 000
		05.00	02.02.04	145 857	129 976	89	-15 881
		15.00	02.01.02.03	1 000		0	-1 000
			02.02.08	500		0	-500
			02.02.25	6 000		0	-6 000
			04.07.01	664 478	529 747	80	-134 731
			07.01.10.01	5 000		0	-5 000
D2.P015.04	Projeto STEPS	15.00	04.01.02	10 250	5 125	50	-5 125
			04.07.01	24 750	12 375	50	-12 375
D2.P015.05	Projeto Rede Municipal de CLAIM's	15.00	02.01.18	873		0	-873
			02.02.01	2 700		0	-2 700
			02.02.16	9 578		0	-9 578
			02.02.25	2 618		0	-2 618

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D2.P015.05	Projeto Rede Municipal de CLAIM's	15.00	04.07.01	231 313	230 713	100	-600
D2.P015.06	Projeto Cities Grow	03.00	01.02.04	930		0	-930
			02.02.13	11 000	1 651	15	-9 349
		15.00	02.02.20	1 000		0	-1 000
D2.P015.07	Projeto APProach	03.00	01.02.04	1 500		0	-1 500
			02.02.13	5 000		0	-5 000
		15.00	02.02.16	10 000		0	-10 000
D2.P015.08	Projeto Rede Municipal CLAIM's-FAMI 27	15.00	04.07.01	34 565	34 504	100	-61
D2.P015.09	C. Acolhim.Temp. Refugiados - FAMI 36	15.00	04.07.01	185 788	180 000	97	-5 788
D2.P016.01	Lisboa Encruzilhada de Mundos	19.00	04.07.01	270 000	270 000	100	0
D2.P016.02	Mais Cultura - Cultura de Proximidade	03.00	02.01.15	3 400		0	-3 400
		19.00	02.01.16	4 733		0	-4 733
			02.01.18	1 590	1 590	100	0
			02.01.20	296		0	-296
			02.02.08	9 704	9 533	98	-172
			02.02.12	334	256	77	-78
			02.02.16	180		0	-180
			02.02.20	33 765	7 466	22	-26 300
			02.02.25	15 533	13 942	90	-1 592
			07.01.10.01	662	662	100	0
			07.01.15.01	605		0	-605
D2.P016.03	Diálogo Intercultural/Inter-religioso -	15.00	04.07.01	14 788	13 548	92	-1 240
TOTAL DO PROGRAMA D2				30 264 271	20 976 711	69	-9 287 560
D3	CIDADE CRIATIVA						
D3.P001.01	Centro de Inovação da Mouraria	20.01	02.02.20	11 700	5 588	48	-6 112
			02.02.25	10 000	8 672	87	-1 329
			04.07.01	12 000	12 000	100	0
			07.01.09.01	20 000		0	-20 000
D3.P001.02	Rede Incubadoras e Esp.Aceleração Empre	20.02	02.02.20	36 800	35 055	95	-1 745
			02.02.25	41 200	40 813	99	-387
D3.P002.01	Rede Interm. c/ Univ./Politéc.Clusters I	20.01	02.02.20	142 000	104 525	74	-37 475
			02.02.25	24 000	22 847	95	-1 153
			04.07.01	20 000	20 000	100	0
D3.P002.03	FAB LAB Lisboa	20.02	02.01.17	10 000	9 998	100	-2
			02.02.03	3 500	2 285	65	-1 215
			02.02.12	500	230	46	-271
			02.02.25	5 152	5 152	100	0
			04.08.02.02	7 500		0	-7 500
			07.01.03.01.06	40 000		0	-40 000
			07.01.11.01	10 278	10 271	100	-7
			07.01.15.01	46 237		0	-46 237
D3.P002.04	Rede Ind. Criativas Lisboa-Mercado Bairr	20.01	07.01.10.01	70	70	100	0
D3.P002.05	Rede Ind. Criativas Lisboa-Mercado Santa	20.01	04.07.01	55 000		0	-55 000
D3.P003.01	Hubs_Empreendedores Criativos	20.00	02.02.25	15 700		0	-15 700
D3.P003.02	Lisboa Empreende	20.00	02.02.25	39 299		0	-39 299
D3.P003.03	Empreendedores/Makers Urbanos	20.01	02.02.25	27 475		0	-27 475
TOTAL DO PROGRAMA D3				578 411	277 504	48	-300 907
D4	CAPITAL ATLÂNTICA						
(Cont.)							

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
D4.P001	PLATAFORMA CAMPUS DO MAR	20.00	07.01.08.01	35 325		0	-35 325
TOTAL DO PROGRAMA D4				35 325		0	-35 325
TOTAL DO OBJECTIVO D				31 760 609	21 975 787	69	-9 784 822
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA							
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS							
E2.P001	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	01.02	09.08.02.09	2 112 059	2 112 059	100	-1
E2.P002.01	Prestação de Contas	04.04	02.02.14	200 000	120 909	60	-79 091
			02.02.20	587 535	236 696	40	-350 839
			07.01.08.01	73 800		0	-73 800
E2.P003	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	04.00	03.05.02.02	100 000	11 587	12	-88 413
			06.02.01.02	58 053 397	53 833 145	93	-4 220 252
TOTAL DO PROGRAMA E2				61 126 791	56 314 396	92	-4 812 395
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO							
E3.P001.01	Gestão Global Parque Informático CML	07.00	02.02.05	1 635 960	1 424 890	87	-211 070
			02.02.19	303 455	266 670	88	-36 785
			07.01.07.01	1 540 372	1 486 243	96	-54 129
			07.01.08.01	379 871	269 289	71	-110 582
E3.P001.02	Gestão de Informação - Gesturbe	07.00	07.01.08.01	24 140		0	-24 140
E3.P001.03	Gestão de Informação - U.C.T.	07.00	02.02.20	30 180	25 750	85	-4 430
E3.P001.04	Gestão de Informação - S.G.	07.00	02.02.20	12 639	12 639	100	-1
			07.01.08.01	70 000		0	-70 000
E3.P001.05	Modernização SI Corporativos da CML	07.00	02.02.14	45 510	45 449	100	-62
			02.02.19	250 113	75 053	30	-175 060
			02.02.20	479 314	233 325	49	-245 989
			02.02.25	5 000		0	-5 000
			07.01.07.01	1 560 993	1 546 338	99	-14 655
			07.01.08.01	541 260	347 966	64	-193 294
			07.01.10.01	25 451	14 717	58	-10 734
			09.04	07.01.08.01	15 068	0	-15 068
E3.P001.06	Gestão de Informação - D.M.R.H.	07.00	02.02.19	8 266		0	-8 266
			02.02.20	23 668	5 278	22	-18 390
			07.01.07.01	83 985		0	-83 985
			07.01.08.01	6 150		0	-6 150
E3.P001.07	Gestão de Informação - D.M.U.	07.00	02.02.20	88 500	27 000	31	-61 500
			07.01.08.01	13 598	13 598	100	0
E3.P001.08	Gestão de Informação - R.S.B.	07.00	02.02.20	12 500	12 500	100	0
E3.P001.09	Gestão de Informação - P.M.	07.00	02.02.20	12 500	12 500	100	0
E3.P001.10	Gestão de Informação - D.M.M.T.	07.00	02.02.20	12 750	12 750	100	0
E3.P001.12	Informação Geográfica Global	07.00	07.01.08.01	10 935	7 811	71	-3 125
E3.P001.13	Sistema de Informação Urbana	07.00	07.01.08.01	18 135		0	-18 135
E3.P001.14	Sistema de Informação Financeira	07.00	02.02.20	26 518	6 075	23	-20 443
E3.P001.15	Modernização Redes e Voz e Dados	07.00	07.01.07.01	91 734	91 557	100	-177
E3.P001.16	Infraest.Estratégicas de Informação-COI	07.00	02.02.14	224 000	139 444	62	-84 556
			07.01.08.01	1 278 648	897 581	70	-381 067
			07.01.10.01	700		0	-700
E3.P002.01	Ações de Divulgação	05.00	02.02.20	24 756	1 769	7	-22 987
		08.00	02.01.06	339	201	59	-138
			02.01.21	246		0	-246

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E3.P002.01	Ações de Divulgação	08.00	02.02.20	122 940	96 164	78	-26 776
			07.01.09.01	1 350	1 335	99	-15
		18.00	02.02.20	46 974	43 943	94	-3 031
			02.02.25	1 180	923	78	-258
E3.P003	EMLE 2020	04.00	02.02.14	285 202	196 400	69	-88 802
			02.02.16	2 000		0	-2 000
E3.P004.01	Instalações dos Serviços	01.01	02.02.03	17 680	17 673	100	-7
		02.06	02.01.21	54 013	18 013	33	-36 000
			02.02.03	99 356	52 487	53	-46 869
			02.02.19	189 350	91 370	48	-97 980
			02.02.25	831		0	-831
			07.01.03.01.06	360 362	242 308	67	-118 054
			07.01.04.01.09	2 558	1 565	61	-993
			07.01.08.01	25 000	9 086	36	-15 914
			07.01.09.01	44 463	21 641	49	-22 822
			07.01.11.01	4 200	4 200	100	0
		03.03	07.01.03.01.06	79 070	73 937	94	-5 133
			07.01.09.01	1 712	1 712	100	0
		08.00	07.01.03.01.06	2 597 199	2 597 199	100	0
		09.00	02.02.14	18 500	15 000	81	-3 500
		09.02	07.01.03.01.06	2 850 328	2 598 545	91	-251 783
		09.03	02.01.21	30 000	0	0	-30 000
			02.02.03	135 000	78 305	58	-56 695
			02.02.19	292 637	129 265	44	-163 372
			02.02.20	1 100		0	-1 100
			02.02.25	22 688	7 528	33	-15 160
			07.01.03.01.06	3 800 499	1 119 102	29	-2 681 397
			07.01.04.01.09	7 448		0	-7 448
			07.01.09.01	40 000		0	-40 000
		15.00	07.01.10.01	15 000	5 299	35	-9 701
		16.00	02.01.01	109	108	99	-1
			02.02.03	544	544	100	0
			02.02.25	53 061	47 069	89	-5 992
			07.01.10.01	591	544	92	-47
		17.01	07.01.03.01.06	393 589	260 305	66	-133 284
		17.02	07.01.03.01.06	169 587	102 716	61	-66 871
			07.01.09.01	66 493	33 563	50	-32 930
			07.01.10.01	245 385	203 801	83	-41 584
			07.01.11.01	899	898	100	-1
E3.P004.02	Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	03.01	07.01.09.01	64 766	64 766	100	0
			07.01.10.01	28 206	28 193	100	-13
		03.03	07.01.09.01	242 941	182 460	75	-60 481
			07.01.10.01	22 637	11 361	50	-11 276
			07.01.11.01	16 663	16 294	98	-369
			07.01.12.01	12 000	3 944	33	-8 056
		05.00	07.01.10.01	38 400	37 349	97	-1 051
		06.01	07.01.09.01	1 000		0	-1 000
		06.02	07.01.09.01	3 061	3 060	100	-1

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E3.P004.02	Mobiliário e Equip/ Serviços Municipais	06.02 07.01.10.01	13 474	13 473	100	-1	
		08.00 07.01.10.01	1 970	820	42	-1 150	
		08.04 07.01.10.01	1 000	988	99	-12	
		12.00 07.01.09.01	139 616	133 581	96	-6 035	
		18.00 07.01.09.01	5 385		0	-5 385	
E3.P004.03	Material de Representação e Ornamentação	03.00 07.01.10.01	38 217	6 129	16	-32 088	
		03.01 07.01.10.01	24 110	24 091	100	-19	
E3.P004.05	Apoio aos Serviços Sociais	06.03 04.07.01	3 353 864	3 353 864	100	0	
E3.P004.06	Higiene, Segurança e Postos Médicos	06.03 07.01.09.01	6 515	6 514	100	-1	
		07.01.10.01	5 085	3 444	68	-1 641	
E3.P004.07	Aluguer Operacional de Viaturas Ligeiras	17.02 02.02.06	926 305	716 623	77	-209 682	
E3.P004.08	Gestão e Manut.Frota Ligeiros(Utiliz.Ge)	17.02 02.02.20	47 257	40 448	86	-6 809	
		07.01.06.01	340 742	303 227	89	-37 515	
E3.P004.09	Gestão e Manut.Frota Pesados(Utiliz.Ger)	17.02 07.01.06.01	421 275	305 655	73	-115 620	
E3.P004.10	Instalações dos Serviços - PIPARU	09.03 07.01.03.01.06	54 410	53 530	98	-880	
E3.P004.11	Projeto eBRIDGE(Frota Utiliz.Geral)	03.00 02.02.11	570		0	-570	
E3.P005.01	Escolas Jardinagem/Calceteiros	06.02 02.01.01	1 700	1 662	98	-38	
		02.01.02.03	200		0	-200	
		02.01.17	1 600	1 574	98	-26	
		02.01.21	7 000	2 731	39	-4 269	
		02.02.20	6 200	6 113	99	-87	
		07.01.10.01	2 000	1 992	100	-8	
E3.P005.02	Formação	06.02 02.01.05	250	144	57	-106	
		02.01.06	100	53	53	-47	
		02.01.21	700	627	90	-73	
		02.02.04	36 330	32 845	90	-3 485	
		02.02.10	3 000	1 065	36	-1 935	
		02.02.15	261 580	117 664	45	-143 916	
		02.02.16	3 685		0	-3 685	
		02.02.20	24 600		0	-24 600	
		02.02.25	9 225	8 610	93	-615	
		06.02.03.03	3 950	750	19	-3 200	
E3.P005.03	Formação Externa	06.02 02.02.15	66 885	51 645	77	-15 240	
E3.P005.04	Formação de Municípios	06.02 02.02.12	100		0	-100	
E3.P005.05	Projeto Gestão de Desempenho	06.02 02.02.14	5 000	4 969	99	-31	
E3.P005.06	Centro do Conhecimento	06.02 02.02.20	5 000		0	-5 000	
		07.01.03.01.06	1 965		0	-1 965	
E3.P005.07	Projeto Silvia	03.00 02.02.11	1 500	1 336	89	-164	
		06.02 02.02.20	3 500		0	-3 500	
E3.P006	EQUIPAMENTOS DIVERSOS - PIPARU	09.03 07.01.03.01.05	12 313		0	-12 313	
		07.01.03.01.06	2 453		0	-2 453	
TOTAL DO PROGRAMA E3			27 206 457	20 592 529	76	-6 613 928	
E4	REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇ						
E4.P001	REFORMA ADMINISTRATIVA	04.00 04.05.01.01.03	63 134 474	63 134 474	100	0	
		08.05.01.01.01	8 166 508	8 166 508	100	0	
		21.01 04.05.01.01.02	2 556 000	2 556 000	100	0	
E4.P002	CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	02.00 08.05.01.01.01	6 319 814	3 809 998	60	-2 509 816	
		14.02 04.05.01.01.02	23 350	23 350	100	0	

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E4.P002	CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	14.02 08.05.01.01.01	19 362			0	-19 362
		16.01 08.05.01.01.01	493 820	197 806		40	-296 014
		17.01 08.05.01.01.01	274 000	274 000		100	0
TOTAL DO PROGRAMA E4			80 987 328	78 162 136		97	-2 825 192
E5	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ						
E5.P001.01	Processo de Orçamento Participativo	03.01 02.02.20	11 612	11 612		100	0
		07.00 02.02.20	27 461			0	-27 461
E5.P003.02	OP 2012 - Pq. Urbano Vale Ameixoeira	16.01 07.01.04.01.04	69 975	21 889		31	-48 086
E5.P004.01	OP 2013 - Parede Escalada Vale Silêncio	21.02 08.07.01	60 000			0	-60 000
E5.P004.04	OP 2013 - Campos Basquete de Rua-Fte Ri	21.02 08.07.01	73 500			0	-73 500
E5.P005.01	OP 2014 - J.Botânico-Protég,Valoriz,Pro	16.01 07.01.04.01.04	219 191	114 283		52	-104 908
E5.P005.03	OP 2014 - Banco de Manuais da Cidade	21.01 04.07.01	35 000	35 000		100	0
E5.P005.04	OP 2014 - WiFi de acesso público na cid	07.00 02.02.05	58 893	0		0	-58 893
E5.P006.01	OP 2015 - Requalif. Azinhaga das Carmel	08.04 07.01.04.01.09	73 100	11 070		15	-62 030
E5.P006.02	OP 2015 - Alternância Materiais Calçada	15.00 08.05.01.01.01	75 000	75 000		100	0
E5.P006.03	OP 2015 - Pela Arte S. Cristóvão	19.00 02.02.16	1 037			0	-1 037
		02.02.25	100			0	-100
E5.P006.05	OP 2015 - Mob Suave no centro da Cidade	18.00 02.02.20	20 000			0	-20 000
		07.01.04.01.06	40 625			0	-40 625
E5.P006.06	OP 2015 - Requalificação Mercado Alvala	02.07 08.05.01.01.01	57 500	57 500		100	0
E5.P006.07	OP 2015 - Mobilidade Ciclável	18.00 02.02.20	20 000	14 268		71	-5 732
E5.P006.08	OP 2015 - Trilhos de Monsanto	16.01 07.01.04.01.09	506 242	268 426		53	-237 816
E5.P007.02	OP 2016 - P' Mob.e Acessib.Pedon Campoli	15.00 07.01.04.01.09	10 000			0	-10 000
E5.P007.03	OP 2016 - EU LX - Cidade em Movimento	21.02 08.03.06	149 000			0	-149 000
E5.P007.05	OP 2016 - Rot. do Patrim.daZ.Oriental Lx	19.00 02.02.20	15 000	5 518		37	-9 482
		02.02.25	13 863			0	-13 863
E5.P007.07	OP 2016 - Parque Calisténico	16.00 07.01.04.01.09	194 931	26 307		13	-168 624
		21.02 07.01.10.01	81 201			0	-81 201
E5.P007.08	OP 2016 - Espaços Verdes do Bº da Liberdade	16.00 07.01.04.01.04	49 999	5 897		12	-44 102
E5.P007.10	OP 2016 - Criação Abrigos Refúgio p Gatos Rua	16.00 07.01.04.01.09	30 000			0	-30 000
E5.P007.11	OP 2016 - Queimador velas Igr.de Sto Ant.	02.00 07.01.04.01.09	50 000			0	-50 000
E5.P008.01	OP 2017 - Jardim do Caracol	08.04 07.01.04.01.04	71 217	71 217		100	0
		16.01 07.01.04.01.04	97 012	17 208		18	-79 804
E5.P008.02	OP 2017 - Missão Pavilhão Carnide	21.02 08.05.01.01.01	5 200			0	-5 200
E5.P008.03	OP 2017 - Carnide Acessível para Todos	15.00 07.01.04.01.09	50 000			0	-50 000
E5.P008.04	OP 2017 - CriaçãoEsp.Verde-Estr.Telheira	16.01 07.01.04.01.04	4 674	4 674		100	0
E5.P008.05	OP 2017 - Const.Cober.EB1/JI ManuelTeix.	21.01 07.01.03.01.02	50 000			0	-50 000
E5.P008.06	OP 2017 - Criação Jardim de Proximidade	16.01 08.05.01.01.01	44 700			0	-44 700
E5.P008.07	OP 2017 - Aces.Segur.AvDescobertas/R.A.G	15.00 07.01.04.01.09	1 641			0	-1 641
E5.P008.08	OP 2017 - Dar alma ao Adamastor	19.00 02.01.21	3 000			0	-3 000
		02.02.20	2 950			0	-2 950
		02.02.25	2 050			0	-2 050
		07.01.04.01.09	1 450			0	-1 450
E5.P008.09	OP 2017 - Parque Infantil Bairro Condado	16.01 07.01.04.01.09	40 000	3 936		10	-36 064
E5.P008.11	OP 2017 - Parque Interger. na Ajuda	16.01 07.01.04.01.09	50 000			0	-50 000
E5.P008.12	OP 2017 - Parque Canino-Caracol da Graça	16.01 07.01.04.01.09	40 842	652		2	-40 190
E5.P008.15	OP 2017 - Aces.pedonal-R.S. CarvalhoLg.D	15.00 07.01.04.01.09	5 269			0	-5 269
E5.P008.16	OP 2017 - Ofic.Comunit.Memória nas BLX	07.00 07.01.07.01	2 792			0	-2 792

(Cont.)

Descritivo	Org	Económica	Dotação Final	Execução		Desvio	Unid: Euros
				Valor	Tx. Exec.		
(Cont.)							
E5.P008.16	OP 2017 - Ofic.Comunit.Memória nas BLX	07.00 07.01.08.01	423			0	-423
		19.00 02.02.20	15 000	14 857		99	-143
		07.01.15.01	2 335	2 300		99	-35
E5.P008.17	OP 2017 - Via Aerea p/ J. Campo Grande	16.01 07.01.04.01.09	24 448			0	-24 448
E5.P009.02	OP 2018 - Requalificação Escola EB S.Sebastião	21.01 07.01.03.01.02	35 000			0	-35 000
E5.P009.03	OP 2018 - REO Rádio Escolar dos Olivais	21.01 08.05.01.01.01	49 500			0	-49 500
E5.P009.04	OP 2018 - Pav.Pedonal Alto Campolide	09.01 07.01.04.01.09	20 000			0	-20 000
E5.P009.05	OP 2018 - Esp.Cult.Ant.Lavadouro Ajuda	19.01 07.01.03.01.01	42 995			0	-42 995
E5.P009.06	OP 2018 - Circ.Corr.Centro Histórico	21.02 04.07.01	10 000			0	-10 000
E5.P009.07	OP 2018 - Req. Piscina do RSBL	21.02 07.01.03.01.04	5 000			0	-5 000
E5.P009.08	OP 2018 - Pontão Remo Doca Santo Amaro	21.02 07.01.04.01.05	5 573			0	-5 573
E5.P009.09	OP 2018 - Parque Infantil Bairro Horta Nova	16.01 07.01.04.01.09	15 000			0	-15 000
E5.P009.10	OP 2018 - Requalificação Praça Entrecampos	08.04 07.01.04.01.09	15 000			0	-15 000
E5.P009.12	OP 2018 - Ambulância Emergência Veterinária	16.00 07.01.06.01	92 250	34 926		38	-57 324
E5.P009.14	OP 2018 - Memorial à Escravatura	19.01 07.01.15.01	10 000			0	-10 000
E5.P009.15	OP 2018 - Portugal em Lisboa	19.01 07.01.15.01	93 000	34 440		37	-58 560
E5.P009.16	OP 2018 - Casa das Artes de Carnide	19.01 08.07.01	150 000	150 000		100	0
E5.P020.01	Programa BIP/ZIP	14.02 02.02.14	10 000	10 000		100	0
		02.02.16	20 000			0	-20 000
		02.02.20	111 077	6 076		5	-105 001
		04.05.01.01.02	38 653	38 653		100	0
		04.07.01	1 600 457	1 571 537		98	-28 920
		08.05.01.01.01	41 450	7 500		18	-33 950
		08.07.01	62 500	50 000		80	-12 500
E5.P020.02	BIP - ACRRU - Bº da Liberdade	05.00 02.02.04	39 658	35 157		89	-4 501
		04.08.01	22 783			0	-22 783
E5.P020.04	Projeto Urbact - Com.Unity.Lab	03.00 01.02.04	6 510	1 188		18	-5 322
		02.02.11	2 834			0	-2 834
		02.02.13	13 236	7 750		59	-5 486
		14.02 02.02.14	3 000			0	-3 000
		02.02.20	6 750	6 149		91	-601
		02.02.25	6 570	1 420		22	-5 150
E5.P021	TRIBUNAL ARBITRAL	20.02 04.07.01	70 000	70 000		100	0
E5.P022	CONSELHOS MUNICIPAIS	15.00 02.02.25	5 000	2 411		48	-2 589
TOTAL DO PROGRAMA E5			5 062 029	2 788 821		55	-2 273 208
TOTAL DO OBJECTIVO E			174 382 605	157 857 883		91	-16 524 722
TOTAL GERAL			684 729 460	532 724 047		78	-152 005 413



LISBOA

CÂMARA MUNICIPAL